



TERRAS DE BOURO

Pergrua de de de
portugal e de algar
nes e quem e dalem
ematria Sues e gij
ne e da conquista e na
vegacem Comercio de
ethiopia Arabia por
e da sua

A. LOPES DE OLIVEIRA



Esta é mais uma obra didáctica de sentido etnográfico, em seguimento de **TERRAS DE BOURO E O SEU CONCELHO**, que A. Lopes de Oliveira, publicara em 1971, e que depressa se esgotou, de modo a lançar este novo estudo refundido e com a introdução de novos capítulos. E Terras de Bouro é manancial de história e de factos; de riqueza inesgotável das suas raças que vêm das suas entranhas, ainda desconhecidas e por explorar em benefício do homem; dos horizontes infinitos de beleza e de paz com excelentes perspectivas terapêuticas para os males que atormentam os cidadãos numa vida aflitivamente de corrida e nervosa; enfim, uma terra e uma gente com propriedades excelentes que poderão proporcionar felicidade a todos que recorram a eles, numa esperança e numa certeza que serão bem-vindos.

Por certo como a da Monografia que Lopes de Oliveira escreveu, em 1971, o trabalho de agora, terá aquele bom acolhimento que teve, e esgotar-se-á depressa pois o seu concelho interessará a todos e contribui de um modo muito positivo e decisivo para descobrirmos as terras do interior, cheias de potencialidades muitas ou quase sempre desconhecidas ou ignoradas de toda a gente. Auguramos, por isso um grande êxito de divulgação dos solos e gentes do Concelho de Terras de Bouro.

OBRAS DO AUTOR

- MISSÕES E MISSIONÁRIOS**, com Prefácio de S. E. D. Teodósio Clemente de Gouveia, Cardeal-Presbítero Arcebispo de Lourenço Marques (Lisboa, 1946, Ed. esg.);
- COMO TRABALHAM OS NOSSOS ESCRITORES**, com Prefácio do Prof. Dr. Mário Gonçalves Viana (Lisboa, 1950, Ed. esg.);
- SENTIDO FILOSÓFICO NA VIDA E OBRA DE DOMINGOS TARROSO. SERÁ ELE O PRECURSOR DO EXISTENCIALISMO?** (Lisboa, 1960, Ed. esg.);
- A ARTE ORIENTAL E DE BIZÂNCIO, SUA INFLUÊNCIA NA PENÍNSULA IBÉRICA** (Braga, 1960, Ed. esg.);
- DICIONÁRIO MUNDIAL DE MULHERES NOTÁVEIS**, de colaboração com o Prof. Dr. Mário Gonçalves Viana, (Porto, 1967, Ed. esg.);
- MIRANDA DO DOURO — O MENINO JESUS DA CARTOLINHA** (Lisboa, 1967, 2.^a Ed. Viana do Castelo, 1971, 3.^a Ed. Idem, 1974, 4.^a Ed. Póvoa de Varzim, 1978);
- ILHAS DE BRUMA — ROTEIRO AÇORIANO**, com Prefácio do Dr. Vitorino Nemésio (Braga, 1967, Ed. esg.);
- VIEIRA DO MINHO — A MONTANHA E A ÁGUA** (Braga, 1968, Ed. esg.);
- CASTRO LABOREIRO — O DRAMA DA TERRA** (Lisboa, 1968, Ed. esg.);
- ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA — EPOPEIA HUMANA** (Braga, 1969);
- JORNAIS E JORNALISTAS MADEIRENSES** (Braga, 1969);
- SOAJO — UMA ALDEIA DIFERENTE — «CABEÇA DE MONTARIA»** (Viana do Castelo, 1970);
- PRIMEIRO JORNAL BRACARENSE — «O CIDADÃO FILANTROPO»** (Braga, 1971);
- TERRAS DE BOURO E O SEU CONCELHO** (Braga, 1971, Ed. esg.);
- MAXIMIANO ALVES** (Braga, 1973);

CAXINEIROS — GENTES DE VILA DO CONDE (Póvoa de Varzim, 1973);

STELA DE ALBUQUERQUE (Braga, 1976);

IMPrensa BRACARENSE (Braga, 1976);

TERRAS DE COURA (Póvoa de Varzim, 1976, Ed. esg.);

VALENÇA DO MINHO (Póvoa de Varzim, 1978);

VALENÇA E O JORNALISMO (Póvoa de Varzim, 1978).

N O P R E L O

PADRE DOMINGOS — O GUERRILHEIRO,

TERRAS DE AMARANTE,

TERRAS DE VILA NOVA DE CERVEIRA,

DICIONÁRIO DE MULHERES CÉLEBRES.

A. LOPES DE OLIVEIRA

DEMICTÓRIA E RECONHECIMENTO

Quando em 1971 se iniciou a primeira edição do Guia
de Turismo do Município de Terras de Bouro, a intenção
era apresentar, de uma maneira clara e objetiva, as
características do município, que desde então, graças
à sua localização e situação geográfica, se tornou
um ponto de encontro de turistas de todo o país.

TERRAS DE BOURO

Este Guia de Turismo do Município de Terras de Bouro
é uma publicação da Câmara Municipal de Terras de Bouro,
em 1971.

Este Guia de Turismo do Município de Terras de Bouro
é uma publicação da Câmara Municipal de Terras de Bouro,
em 1971.

EDIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TERRAS DE BOURO

DEDICATÓRIA E RECONHECIMENTO

Quando em 1971 escrevemos a primeira monografia deste Concelho dedicamos as suas páginas a todos, indistintamente, terrasbourenses, o que repetimos de novo as mesmas singelas palavras de abertura do trabalho que então elaboramos. E nelas incluímos o admirável povo de Vilarinho da Furna que então tinha sido riscado do mapa para sempre, para dar lugar a uma das mais potentes barragens portuguesas. Pois, renovamos o nosso pensamento, o mesmo, ditado, naquele ano de 1971.

Também, tal e qual como o fizemos, damos o mesmo testemunho de reconhecimento, às excelentes águas geresianas, porque mercê delas hoje, continuamos a gozar de boa saúde, permitindo forças para vos oferecer o presente trabalho em livro.

«Penedos sobre penedos
De que as serras ca são cheas,
Vistas se vos fazem feas.
Direis dos vinhos azedos
O que já disse Cineas,
A quem, nos convites dado
A provar se lhe aprouvesse,
Depois, nos olmos mostrado,
**Nunca vi (disse) enforcado
Quem a força assi merecesse.»**

SÁ DE MIRANDA (1495-1558), Edição da Prof.^a
Maria Carolina Michaëlis de Vasconcelos,
(in «Poesias de Francisco Sá de Miranda» —
1885, «Carta a António Pereira, Senhor de
Basto, quando se partiu para a Corte», págs.
237 a 250).

NOTA EXPLICATIVA

Neste breve apontamento desejamos apenas elucidar o leitor acerca do propósito que nos levou a estruturação deste trabalho.

É difícil no caso deste Concelho de Terras de Bouro circunscrever num só capítulo toda a matéria versada nele. Cada uma das suas freguesias — ao todo dezassete — são diferenciadas umas das outras, já pela grande distância que as separa e as isola, já pela sua posição geográfica, nos pináculos da montanha. Porém, apesar desta circunstância bem pesada, esses povos, mesmo dentro da mesma freguesia, alguns deles desgarrados do núcleo central, têm pontos convergentes, determinados pelos mesmos acidentes geográficos como sejam os rios que os marginam, a montanha, a sua espinha dorsal, e por vezes, até, numa mesma comunhão de ideias, de costumes e de tradições.

Ao estabelecermos o rumo da estruturação das matérias, que julgamos ser as mais salientes e as mais características deste género especial de Concelho, pareceu-nos mais consentânea com a verdade dos factos, concentrá-las em três agrupamentos: **Geografia, Factor Humano e Costumes e Tradições.**

Em qualquer destes agrupamentos e sobretudo do último incluímos esta ou aquela nota que não foi possível separá-la do contexto geral, ao mesmo tempo que não achavamos bem fastidiosamente repeti-la.

Por isso, o leitor irá encontrar na leitura que fizer muitos dos costumes e das **tradições**, fora do seu lugar próprio, do grupo que lhe destinámos. Razão esta que julgamos dar como sinal explicativo aos nossos leitores, no começo deste trabalho.

BRASÃO E ARMAS DO CONCELHO

Segundo parecer emitido pela Comissão de Heráldica e de Genealogia da Associação dos Arqueólogos Portugueses e com aprovação de (28-X-1955) do Ministro do Interior, então Conselheiro Dr. Joaquim Trigo de Negreiros, em Portaria, publicada no «Diário do Governo», II Série, n.º 256, de 4-XI-1955, foi aprovada a seguinte constituição do **brasão de armas, bandeira e selo** de Terras de Bouro: **ARMAS:** de prata, com um monte de verde, rematado por um cabrito-montês, de sua cor. Coroa mural, de prata, de quatro torres. Listel branco e com os dizeres: «TERRAS DE BOURO», de negro. **BANDEIRA:** de verde. Cordões e borlas de verde e prata. Haste e lança de prata. **SELO:** circular tendo ao centro as peças das armas, sem indicação dos esmaltes. Em volta, dentro de círculos concêntricos, os dizeres: «CÂMARA MUNICIPAL DE TERRAS DE BOURO».





CONCELHO
DE
TERRAS DE BOURO
*
DISTRITO DE BRAGA

Escola 1/100.000



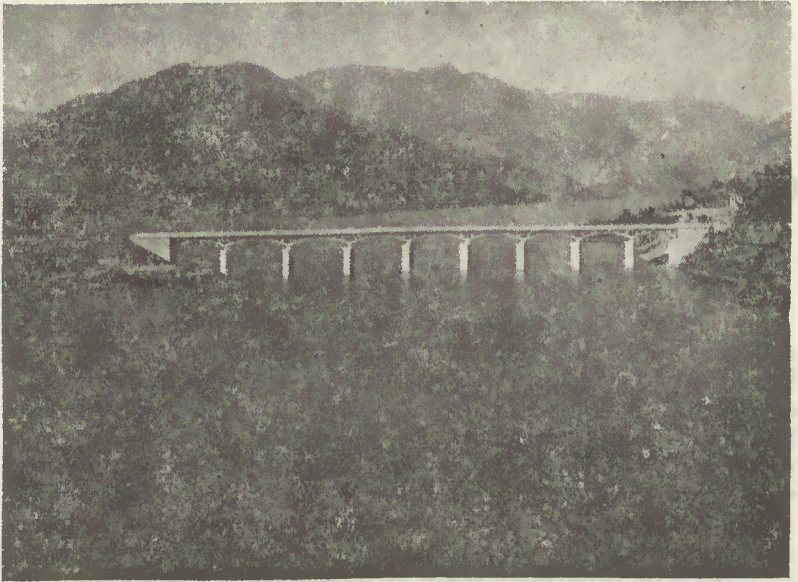
• Legenda •

- | | | |
|-------|-------------------|-------------|
| —+—+— | limite de país | |
| —+—+— | distrito | |
| —+—+— | concelho | |
| ● | sede | |
| ● | freguesia | |
| —+—+— | estrada nacional | p/construir |
| —+—+— | estrada municipal | |
| —+—+— | caminho | |
| —+—+— | | |

GEOGRAFIA

O alongado Concelho de **Terras de Bouro** estende-se a nossos olhos sob um mar imenso de montes e vales, enobrecido pelo cântico da água, que escorre dos píncaros em catadupas, formando grossos caudais de um **Cávado**, de um **Homem**, de um **Gerês** ou de um **Rio Caldo**. A distância próxima (3 léguas) a **Portela do Homem**, marco histórico da vida portuguesa, que foi mensageira das nossas alegrias e das nossas tristezas, hoje nova porta que se abre ao fraterno entendimento, à profunda paz, a um convívio salutar de amizade e de progresso, entre as duas Pátrias desta Península Ibérica, Espanha-Portugal, e através deste sentimento aos outros Povos da Terra. Este Concelho serrano, plantado neste ajardinado canteiro do distrito bracarense, ocupa uma área de 265,24 Km². Encontra-se a uma altitude média de 150 m., mas os seus altos picos atingem alturas que desafiam os próprios céus. É limitado ao N., pela Galiza, a NO., pelo Concelho de Ponte da Barca, a O., pelo Concelho de Vila Verde, a S., pelo Concelho de Amares, a SO., pelo Concelho de Vieira do Minho, e a E., pelo Concelho de Montalegre.

Julgado de Bouro, terra de «castros», de «cidades» e de «castelos», permeabilizada a diversas civilizações, desde a romana à céltica, desde os da Germânia a outros que ali fizeram vida, os povos que o compõem vivem, errantes, dispersos uns dos outros, numa vida distinta, apesar dos seus traços comuns. Hábitos e costumes próprios, envolvidos num regime comunalista tradicional, ainda perdurando em toda a sua vida aquele sentido medievalista, que o figurino moderno dos nossos dias não conseguiu ainda romper, filiando-se talvez naquela expressão reflectida do historiador inglês Gilberto Chesterton (1874-1936) que considerou a Idade Média «a única época de progresso de toda a História».





Água e terra numa aguarela de grande mestre que se chama Natureza a reclamar do homem capital — trabalho, de promoção turística. É a «albufeira da Caniçada», uma das chaves do desenvolvimento do turismo geresiano. Três aspectos que falam só por si desta expansão turística de Terras de Bouro

Acrisolado amor a Deus. Testemunho desta fé ardorosa é a ininterrupta série de Igrejas, Capelas, Cruzeiros, Alminhas e Nichos de Santidades, cumulando com o Santuário de São Bento da Porta Aberta, como se todo este conjunto fosse um Evangelho aberto, em todos estes aglomerados populacionais que formam o Concelho de Terras de Bouro. Como noutros tempos do Cristianismo, estes lumes da Fé, que cintilam florescentes pelas quebradas da serrania, são pronúncios de congregação de esforços por uma paróquia fortalecida, por um viver salutar, por um fim de maior apego à terra. A paróquia é a primeira célula viva, formativa de um povo, vindoiria do Concelho, fortaleza e unidade de uma Nação.

A temperança do carácter dos terrasbourenses vem-lhes dos acidentados orográficos, dos isolamentos, impostos pela geografia de uma sobrevivência cheia de espinhos, vida árdua e cansativa, que é necessária a todo o transe vencer.

Conformismo de uma condenação aceite de sorriso nos lábios? Talvez não! Talvez, antes, se sinta num homem feliz, realizado, couraçado a enfrentar com altivez as vicissitudes, que noutros, certamente, seriam motivos para baqueamentos, derrotas. Assim, com as armas da dificuldade, naturais da sua presença no Mundo, o seu coração ardoroso e bom dá-se inteiramente e é capaz dos maiores cometimentos da heroidade. Adoça-lhe ainda o seu carácter a beleza paisagística que o envolve, na riqueza de uma flora encantadora de espécies raras e, nesse brinquedo, que é a água que tanto dialoga com ele, enamorado dos primores do espírito. Rocha Peixoto (1868-1909) chamou-o «fundamentalmente são».

Terras de Bouro balança-se entre montanhas da serra geresiana (1) e a Amarela, emoldurada por outras serranias como a Cabreira, o Soajo, a Gavieira, e entre o Homem e o Cávado, dois rios, que se irmanizam e emprestam à ciclópica paisagem, um tal encantamento e grandeza que não estamos muito longe da verdade se dissermos que rivaliza com os lugares mais belos do Mundo. Nada lhes falta para mimosear ao descobridor da Natureza na procura de um eldorado de vida. Pureza de ares, horizontes rasgados, tranquilidade, paz, tudo ali encontra, aliado a um embevecimento contemplativo. Por isso, a Terras de Bouro estar-lhe-á reservado, aquele lugar a que tem jús nas nossas potencialidades turísticas, e ainda cabe uma palavra a dizer no aspecto valorativo da técnica, o aproveitamento hidro-eléctrico dos seus cursos de água, em indústria transformadora.

Ao invocarmos as suas **potencialidades**, julgamos estar abertas todas as condições para isso, pois é um bom pronúncio que é a construção dum aldeamento de férias, empreendimento da Empresa alemã Budenheimerkontor (represen-

(1) Estende-se na direcção NE-SO, desde a Fonte Fria, a 3 Kms. no NO de Pitões, no concelho de Montalegre até Rio Caldo, um pouco ao S. das caldas termas do Gerês, num comprimento de 35 Kms. por 18 de largura.

tado no País pelo Arq.º Claude Félix) GNRB, num local bem aprazível, todo voltado para a albufeira da Caniçada, um sonho deslumbrador. O investimento é da ordem dos cem milhões de escudos. A concessão é feita tanto para o aproveitamento das margens contíguas ao aldeamento (construção dum hotel e praia) como igualmente das águas da albufeira, para a sua utilização, através de embarcações desportivas (com um pontão móvel de acostagem a «ferryboat»), etc. Tem havido diligências junto das entidades oficiais para a consecução deste empreendimento. A Municipalidade não só autoriza, como até, no seu expressar «se felicita por verificar que as potencialidades turísticas deste concelho começam a ter, no estrangeiro, o reconhecimento e apoio que, tantas vezes, lhe tem faltado a nível interno», segundo nos disse o seu presidente. Outra entidade oficial consultada, a direcção do Parque Nacional da Peneda Gerês, anuiu (19-VI-1978) inteiramente a este empreendimento, assim deste modo: «... que não havia inconveniente desde que se integre dentro do espírito arquitectónico tradicional da região que este Parque pretende salvaguardar».

A agricultura, o seu pão quotidiano, poderá deste modo beneficiar tornando-a mais progressiva e rentável, mesmo dando o sangue, do seu próprio sangue, como aconteceu, há anos, com a amputação da varzea de Vilar da Veiga, e, presentemente, com a morte de Vilarinho da Furna, uma das mais típicas e tradicionais aldeias que eu jamais conheci.

O Concelho de Terras de Bouro marca, assim, um exemplo e uma dignidade de vida que é de toda a lei revelar neste tom inicial da sua Monografia. Servirá até, de exemplo, a tantos outros Concelhos que pululam de norte a sul no nosso querido Portugal.

FREGUESIAS DO CONCELHO DE TERRAS DE BOURO

«Esta terra de Boyro» — um dos casos únicos registados na organização política e administrativa portuguesa — representa um imorredoiro passado que gostosamente desejamos assinalar, e que os homens de hoje, com força dos de outrora, preservam, robustecem e mantêm.

O pergaminho já amarelado pelo tempo do «Cadastro» guardam-no, eles, ciosos de uma relíquia e que nos diz, nestes termos de velho ancião: «Esta terra de Boyro jaz entre o Homem e o rio Cávado; é terra sem vila nem castelo, e mui fraguosa de serras e montanhas e sem nenhuma povoação junta; e tem de termo ao longo do rio Cávado, com que parte (e) que vai antre esta terra e a ribeira e concelho de Soaz (referindo-se ao antigo concelho de Ribeira Soaz), três léguas; e daí pelo rio Caldo à Portela de Leonte uma légua, que é antre esta terra e Barroso e Galiza; e corre antre Galiza e Portugal té à Portela do Homem, três léguas de extremo com Galiza; e torneia pelo rio de Homem abaixo té o couto de Souto, que jaz dentro nesta terra; e da outra parte jaz Regalados e abaixo, o concelho de Antre Homem e Cávado».

Na alti-medieva compreendia o actual concelho com excepção das paróquias de Cibões e de Gondoriz, ambas fazendo, então, parte do concelho de Regalados («Terra de Regalados»).

No tempo da romanização teria sido cabeça de circunscrição pela existência das «civitas, castros, citânias, cidade-lhes», corroborada ainda pelas inscrições nos seus «marcos miliários» que nos dão indicativos preciosos de uma lembrança de um Tito, Adriano, Caracala, Maximiano, Décio e Maxêncio, todos nomes de importantes imperadores da Roma antiga, além da «Geira» — a estrada revolucionária de, então, por onde passaram as legiões — que apesar dos séculos em que foi conjecturada, nos poderá servir de modelo (2).

Em 1220, ao estabelecer-se o risco das terras e saber-se dos direitos que assistiam aos Reis, **Bouro**, pela sua capital importância, afigurava-se, sem sombra de dúvida, como sede e capital de 70 freguesias, freguesias estas, formando pátrias de pequenas repúblicas independentes.

Por outro lado, pelas «Inquirições» de 1258, aponta-se a existência de um sítio, denominado de «Casal de Boyro», na actual freguesia de Balança, que deveria pertencer aos

(2) «em todo elle se não acha nada de subida, ou decida, porque nas partes aonde as havia de haver, faz hum **gyro**, ou volta, com que sempre ha caminho cham, e plano».

abades do Mosteiro de Bouro. E também nos fala do «Judicatu de Boyro», desmembroando-se, então, em quatro julgados, a saber: «Entre Homem e Cávado», hoje concelho de Amares, e ainda o couto de Rendufe; o de «Regalados»; o de «Larim»; e o de «Vila Chã», formando o actual concelho de Vila Verde.

Foi nesta época que se iniciou o período dos donatários, senhores da terra, dadas (ou tiradas) pela coroa portuguesa, por relevantes serviços prestados a ela, ou, ao invés, por agravo ou lesa-pátria. Antes, em 1220, havia uma situação de favor ou livre das classes populares: «os reguengueiros ou colonos precários são raros, porque muito poucos os reguengos (simples), apenas alguns prédios dessa categoria em ChoreNSE, Valdozende, Rio Caldo, Carvalheira e Covide (Freitas incluída), e quatro casais em Chamoim, os únicos casais reguengos da terra de Bouro. Em todas as de mais paróquias, não existia qualquer reguengo, organizado ou não em casal: era tudo de herdutores (cavaleiros, especialmente, e jugadeiros), com algumas possessões de fidalgos, igrejas, e mosteiros-aqueles fazendo foro à coroa, e os privilegiados quase que nunca» (3).

(3) Por exemplo, em Infesta (paróquia de Carvalheira), cada família dava à coroa, anualmente, as seguintes «direituras» ou foros: na comemoração a Santo Estêvão, cinco bragais, cinco galinhas, vinte cabeças de alho, trinta cabeças de cebolas, trinta ovos, um «sestero» de centeio, (medida de Braga), um porco de um maravedi, uma «freama» apreçada em três varas de bragal e um maravedi de quitamento, além de cevar o porco que para isso lhe era entregue pelo rico-homem de Bouro, e ainda de dar seis puçais de vinho (medida de Braga), meio alqueire de manteiga e outro de mel. Para isto havia um mordomo próprio, como no-lo confirma: «e o maior domo que estes foros fezer não há-de maiordomar senom quanto pertence a Infesta, e leva estes devanditos foros em término de Boyro hu lhis mandar o senhor da Terra.» Iguualmente se passava o mesmo com os mordomos de Carvalheira e de Covide «hão de secar todos os foros desta devandita colação (Carvalheira e Covide) e os vinhos das penhoras; e os corazis das vacas que matarem ou morrerem e dos corços e das cabras montezes; e dão-lhes as castanhas ou as landes destes devanditos, pelo exercício do cargo.»

Com Chamoim também se passava o mesmo com os chamados «mordomos pequenos».

Ainda respeitante a Covide as «Inquirições» de 1220, dizem-nos: «desta colação dão cada ano a e^r-rei de fossadeira pelo S. Miguel, a saber, de um certo casal, um «bragal», e, por Maio, um bragal de erecta; de outro, três varas de bragal e, por Maio, quatro varas bragal de erecta.»

Nesta época ao julgado de Bouro pertenciam as seguintes dezoito freguesias e seus respectivos oragos: **Balança** (Volanci, S. João), **Campos**, (S. João), **Carvalheira** (S. Paio), **Chamoim** (Sant'Iago), **Chorensé** (Florenti, Santa Marinha), **Covide** (Cubidi, Santa Marinha), **Freitas** (S. Silvestre, extinta e anexada a Covide) **Moimenta** (Santa Maria), **Rio Caldo** (S. João), **S. Mateus** (actual Ribeira), **Souto** (S. Salvador), **Valdozende** (Baldosendi, Santa Marinha), **Vilar** (Santa Marinha), **Goães** (Goyães, Sant'Iago), **Mosteiro de Bouro** (actual Bouro, Santa Maria), **Santa Marta** (actual Bouro), **Seramil** (Cenamir, S. Paio) e **Vilela** (Sant'Iago).

Gondoriz não pertencia ao «julgado de Boyro», nem tão pouco, a freguesia de S. Miguel de Paredes Secas («couto per padrões»). Os primeiros tinham à sua guarda a Porta Amarela.



Ponte em Vilarinho da Furna que as águas agora vão cobrir para originar a barragem de Vilarinho. Intenções do Município de Terras de Bouro de a levar para o Museu, a instituir em Campo

Por Decreto datado de 14-VIII-1895 foi extinto o Concelho, e restaurado, pouco depois, em 13-I-1898.

Presentemente o Concelho de Terras de Bouro compõe-se de dezassete freguesias, a saber: **Balança, Brufe, Campo, Carvalheira, Chamoim, Chorense, Cibões, Covide, Gondoriz, Moimenta, Monte, Ribeira, Rio Caldo, Souto, Valdosende, Vilar de Chamoim e Vilar da Velga.**

Cibões e Gondoriz, que foram do julgado de Bouro, em 1220, foram passadas para o de Regalados, e, depois, de novo, ficaram a pertencer a Terras de Bouro. Porém, os lugares de **Cabenco, Cutelo, Lugarinhos e Gilbarbedo**, todos pertencentes a Cibões mais a freguesia de Brufe, formaram o pequeno concelho designado por «Vila Garcia», com sede, em **Gilbarbedo**, que pertenceu aos Abreus, tendo sido extinto em 1875 para fazer parte do de Regalados, e a partir de 18-III-1842, foi incorporado no de Terras de Bouro.

Num sucinto resumo passamos a dar um pequeno tópico de cada uma das freguesias acima mencionadas, pela mesma e respectiva ordem alfabética.

BALANÇA

Distante apenas 3 Kms. da sede do Concelho, espreguiça-se nas abas do Monte de Santa Isabel, sob as vistas da Seixeira, de Cadeiras e de Palas, num desbobinamento de paisagens encantadoras, através do rio Homem, tendo como pano de fundo, Aboím da Nóbrega e Mixões da Serra que coroam Valdreu.

Fazem parte desta freguesia os seguintes lugares: **Água-Levada, Assento, Barral, Carrazedo, Carril, Cerdeira, Chãos, Esposende, Levandeira, Moure, Pena, Quintães, São Panteão, Vau e Vila.**

O nome desta freguesia teria sua proveniência, possivelmente, no seu primeiro senhor, **Volantius**, romano, ou então, da **balança** que o orago da freguesia — **S. João Baptista** — sustenta numa das mãos. Deve ser uma das mais velhas freguesias do Concelho, pelos vestígios dos marcos miliários, padrões, caminhos denunciadores da passagem da «Geira» e casas velhas e de rústicas paredes. Deste ponto a Braga marcava a distância de 16 milhas.

Assinalemos algumas casas importantes: Crastejo, Sa-

raiva, Cruz (hoje da Pena), solar do séc. XVII (1641) com uma capela anexada de Nossa Senhora do Bom Pastor, e Azevedo. Desta última casa saíram os seus donatários.

Foi abadia de apresentação do Arcebispo de Braga. A Matriz ostenta a data de 1751, e o Cruzeiro, que lhe está adjacente, é do ano 1743.

Na Matriz existe uma preciosidade rara, um livro «Costumeiro de Usos e Direitos», do qual fazem parte 17 capítulos, e nos dão conta dos chamados «Homens da Fala», os que eram considerados mais respeitados, e por isso, conselheiros do povo; outro livro, com iluminuras, Estatutos da Confraria de Capelas em Outeiro, São Pantaleão e Santíssimo Sacramento, ambas em honra de S. Sebastião engrandecidas com **Cruzeiros**, e a de Nossa Senhora dos Milagres, (1746). Nesta última há antigos livros, de contas e de lançamento de ofertas de ouro e promessas a Nossa Senhora, um Breve de Pio IX, etc. Em virtude de ser muito irrigada de ribeiros e do próprio rio Homem, o terreno é bastante fértil, produzindo em quantidade e em qualidade milho, azeite, vinho e fruta. Registe-se o valioso pomar, propriedade do Dr. Américo Barbosa, professor liceal e presidente da Cooperativa dos Agricultores do Norte, em Braga, que ali mantém lindos exemplares de maçã, pereira e noz. Um rumo talvez a ser seguido por outros agricultores deste rincão.

BRUFE

Encontra-se a 12 Kms. da sede do Concelho, na vertente da serra Amarela ⁽⁴⁾ com a Carvalheira, na sua frente, e a montante com o desaparecido Vilarinho cerca da fronteira.

(4) A serra Amarela tem légua e meia de comprimento por uma légua de largo, principiando no Couto de Loureiros (Galiza) até ao fojo, alongando-se para a Portela do Homem e para a Ribeira de Soaz, através do monte Salgueiros, enquanto outro monte, o Baqueirão dos Flntos, atinge Vilarinho, e ainda outro monte, Couto de Mouro, alcança Cutelo (Cibões). O fojo foi feito para a caçada ao lobo, caçada esta que se realizava todos os sábados com a participação dos povos de Brufe, Cibões, Ermida, Germil, Lindoso, Loure e Vilarinho. É também aqui que há restos de fortificações para a defesa, outrora, do nosso território. No alto desta serra Amarela existe o **Canal TV 2**, chamado «Posto Emissor do Couto do Muro».

Sepulturas antigas, indícios de fortificações, padrões romanos, que se encontram aqui e além atestam a sua longevidade em anos, para lá da civilização legada pelos celtas e romanos. O Dr. José Augusto Vieira, a quem mais uma vez recorreremos, diz-nos. «As lendas não o comprovam, e se o leitor passar um dia em Brufe e interrogar um natural daí a propósito do Poço da Moura, belíssima catadupa no alveo do Homem, ele lhe dirá com certeza que aí está encantada uma moura, esperando a hora da sua transformação».

Para lá dos montes que a cercam a Galiza. Em baixo,



Ao fundo vê-se o edifício dos Paços do Concelho onde além dos serviços camarários se encontra a repartição de Finanças. Ao lado a igreja de S. Brás que faz agora de Matriz.

silenciosamente, corre o manso rio Homem, que lhe fica à sua direita. Por ela passam os rios Cabril (nasce na Portela dos Ruivos), Parada (nasce nos montes de Friura), Moura e o ribeiro de Brufe, separador dos dois lugares de que se compõe esta freguesia (**Brufe e Cortinhas**). Os dois primeiros confluindo no rio (nasce no Chão da Fonte) Espírito Santo, precipitando-se, depois em estrondosa cascata (Poço da Moura). Entre os lugares de Ervedeira (Carvalheira) e Cabenco (Cibões) encontramos o Pontido ou Rio Seco, um ardil natural. A água some-se uns 600 metros, para reaparecer, de novo, continuando o seu rumo. Apenas quando há cheias a água cobre, então, as pedras do leito. Daqui parte a levada para o lugar de Infesta (Carvalheira) havendo lá, mais adiante, outro pontido menos comprido, que já tem originado desastres mortais. Por outra banda Brufe tem perto de si o Marco da Anta (Ponte da Barca). No fundo abismal de um despeñadeiro encontra-se uma ponte de pedra, a quebrar toda a rusticidade local. Os panoramas que se desfrutam de Brufe são extraordinários, vendo-se em toda a sua beleza, o vale ubérrimo que se estende à Ponte do Bico, e por vezes, quando o tempo está limpido, avistamos o mar. Os caminhos vão sendo melhores agora contrastando com aqueles nos quais as pessoas tinham de se deslocar às cavalitas, ou então, em dorsos de animais. O vinho e o azeite eram conduzidos em odres curtidos de peles de gado, sobretudo de cabras.

A origem do seu nome parece vir do topónimo **Berulfi** (genitivo germânico) que significa **lobo**.

Foram seus donatários os **Abreus** (Gonçalo Mz. de Abreu, normando, descendente dos reis de França e que veio para Portugal com o Conde D. Henrique). Ficou conhecido, depois, pelos **Abreus da Grade**, por D. Gonçalo ter participado no torneio de Val-de-Vez, na Veiga da Matança, e preparado o estratagemma de cobrir com **grades** o fosso onde caíram os inimigos. Ficaram a ser designados pelos Senhores da Torre e Casa dos Abreus da Grade. Esta nobre família entroncou-se com outras das mais importantes do reino de Portugal e de Castela, aparecendo outros nomes, como os Barreiros e os Barros, ligados aos escritores Gaspar de Barreiros e João de Barros, este o autor das «Décadas da Ásia». A heroína de Monção, Deu-la-Deu Martins, era esposa de D. Vasco

Gomes de Abreu. Governador daquela Praça Militar, e parente muito chegado da rainha D. Leonor.

Os **Abreus** tiveram assento e torre em Gilbarbedo que era sede do pequeno concelho de Vila Garcia, do termo do Pico dos Regalados e da comarca de Viana do Castelo. Em 1706 pertenceram-lhe as freguesias do **Espírito Santo de Vila Garcia** (Brufe) anexa à de **Carvalheira**, **Santa Maria de Mós**, **S. Mamede de Gondiaes**, **S. Cláudio de Geme**, **São Tomé de Lanhas**, **Cotelo**, **Cabenco**, **Logarinhos** e **Gilbarbedo**. Tinha juiz ordinário (justiças próprias) e Câmara. Em 1835, deslocava-se lá, o escrivão António Afonso, do Pico dos Regalados, que era natural de Brufe, e mal sabia escrever.

Foi extinto este concelho, em 1835, passando para o Concelho e Comarca de Pico dos Regalados, e por Decreto-Lei de 28-XII-1840, e ainda por outro, datado de 18-III-1842 (Divisão Administrativa), foi transferido para o Concelho e Julgado de Terras de Bouro, e Comarca do Pico dos Regalados (5).

Foi vigiararia da apresentação do abade de Carvalheira. O seu orago é o **Divino Espírito Santo**. Anteriormente era **S. Silvestre**. A meio dos dois lugares encontra-se a Matriz reconstruída (1881-1882) pelo Padre António José Francisco, considerado como um dos melhores caçadores do Concelho.

Não davam homens para o serviço militar, mas eram obrigados a defender a fronteira. «...et guardam a Amarela», conforme as «Inquirições» de 1258.

Terra bastante fértil, de boa água e de bons ares, com abundância de cereais, de mel e de bons rebanhos, Moinhos disseminados junto aos rios e ribeiros emprestam-lhes ambiente romântico, e ao mesmo tempo, de bem-estar.

Últimamente as casas já se apresentam sem o colmo de outrora e os seus monumentos são os canastos com a cruz de Cristo nos topos, podendo-se ainda ver, na Carregadela, sepulturas dos tempos dos celtas com restos de padrões romanos. Um relógio de Sol em cada um dos lugares indica a noção do

(5) Em 24-X-1855 transitou para a Comarca de Vila Verde e para o Concelho de Terras de Bouro, após a extinção do de Regalados, e pela extinção do Concelho de Terras de Bouro (1895) foi anexada ao de Vila Verde, regressando ao de Terras de Bouro, quando este se restaurou (1898).

existente tempo. Uma ponte faz o traço de união, através da Carvalheira, com a sede do Concelho. A sua aspiração está, pois, na construção de uma estrada por Gondoriz, para que o seu isolamento, tão comparado ao do Monte de Santa Isabel, não seja de ora avante, tão sentido como até agora. E isto faz-se sentir mais quando das grandes nevadas em que Brufe fica completamente bloqueada.

CAMPO

Também conhecida por **Assento e Campo do Gerês** ou por **S. João do Campo**, proveniente da origem da palavra latina, **acampamento**. É considerada a mais antiga das terras circunvizinhas. Encontra-se a 15 Kms. da sede do Concelho. Constituída por dois lugares, o de **Campo** e o de **Vilarinho da Furna**, este último desaparecido para dar lugar a mais uma barragem hidro-eléctrica. Os dois lugares situam-se muito distantes um do outro.

O Campo fica numa apreciável altitude, vasto plaine e circundado pelos montes geresianos. A nascente a povoação mais próxima, Parada, na região de Barroso, fica-lhe muito longe, mais de seis léguas, atravessando uma série de chãs (Leonte, Longa, Fonte e Linhares) e ainda Lamas de São Tomé. Entretanto podemos lobrigar de lá os mais bonitos panoramas. Entre penedos onde nascem abundantes fontes de água, originando rios, ribeiros, como o de Lamas de Homem. Região propícia para apascentação dos gados, em «vezeiras», com cabanas típicas dos pastores, foi também um ponto excelente de estratégia militar, transformado em milícia romana e em praça de armas.

É seu orago **S. João Baptista**. Foi abadia do padroado e fora também dos Templários. Na véspera e dia de festa a S. Bartolomeu organizava-se uma procissão na qual participava todo o Concelho com todas as autoridades. Nessa procissão compareciam todas as cruzes das freguesias do Concelho e seguiam, depois, para a ermida do Bom Jesus, em Vilarinho, regressando, em seguida, ao Campo.

A Matriz fica no centro do lugar do Campo, ficando-lhe junta a «Quinta do Abade», ostentando no portão um brasão de armas arquiépiscopais rematado por chapéu cardinalício.

Por todo o lugar podemos admirar restos de construções romanas, alguns padrões da mesma época, a **Leira dos Padrões**, ainda hoje conserva o nome, uma ponte com belos cortamares, que Argote fundamentava ser de origem romana, e no cabo da veiga topamos com o sítio chamado da **Casa da Guarda**, com alguns denunciadores vestígios de ruínas das fortificações que serviram para recolher as sentinelas dos povos de Bouro, que ali guardavam incessantemente a fronteira.

Daí, repararmos que a Geira descai agora para o chamado vale de Linhares — um dos mais belos destas paragens — emoldurado por íngremes rochedos, alguns deles tomando aspectos de pitoresco, como é o caso do **Castelo**, cerca da Portela do Homem, o qual se debruça silenciosamente sobre o leito do rio, e a distância se nos afigura uma torre medieval onde a hera e outras plantas são senhoras daquela torre senhorial. O luxurioso vale fecha no desfiladeiro que se estende até à Portela do Homem, último reduto da nossa fronteira e onde existem outros marcos, um dos quais assinala a distância de 32 milhas a Braga. O Cruzeiro, considerado monumento nacional, habitações rústicas. A esquerda do Cruzeiro figurará um grupo típico de construções de Vilarinho que servirá para sede de um museu que ali vai ser instalado, pelo Município. Houve pontes romanas (S. Miguel, Albergaria, Monção e Arco) que foram destruídas como noutra lugar informámos. Outros motivos dignos de nosso apontamento são os característicos espigueiros. Terra bastante fértil em cereais, fruta, e mel. Flora e fauna riquíssimas.

Algumas plantas têm aproveitamento medicinal.

O outro lugar, Vilarinho da Furna, era uma povoação bastante típica, que dela se ocupou o Prof. Jorge Dias, com a sua curiosa obra «Vilarinho da Furna — Uma Aldeia Comunitária» (1948), o Desembargador Dr. Francisco José Veloso, «Baldios, Maninhos e a Exploração Silvo-Pastoril em Comum-Estado Económico, Histórico e Jurídico», (Braga, 1953) e José Rodrigues Martins, no seu estudo «Vilarinho da Furna — Análise Sociológica» (Braga, 1972). O realizador António Campos revelou Vilarinho, no Cinema (1969-1970). Em Janeiro de 1978 foi inaugurada uma exposição de fotografias no átrio



Um aspecto da «Festa da Fronteira da Portela do Homem» que foi pretexto à confraternização dos dois povos irmãos (foto do Centro de Documentação)

do Instituto de Ciências Biométicas «Abel Salazar» no Porto, totalmente dedicadas a Vilarinho.

Ficava numa veiga na raia seca. Era chamado o «celeiro» do Gerês.

Povo todo entregue ao pastoreio (bons rebanhos) e ao amanhã da terra.

Eram curiosos os seus espigueiros de pedra, um dos quais tinha a data de 1720, considerado como um dos mais belos espécimes que existiam nestas redondezas.

Vilarinho teve foral dado em 1218. A aldeia já existia no tempo de D. Sancho II e reza a tradição que a imagem



Também outro momento da grande festa de Confraternização do S. Miguel', na Portela do Homem, vendo-se o inestético «barraco» que faz de posto alfandegário a pedir um edificio em termos actuais e definitivos (foto do Centro de Documentação)

de S. Miguel voltou, festivamente da Portela do Homem vinda da Galiza para onde fora roubada.

O povo tinha duas ermidas, a do Bom Jesus e a de Nossa Senhora das Mercês. Era típica uma festa que organizavam os seus moradores chamada dos Lombados, por ser no meio de um bosque frondoso onde avultavam castanheiros seculares.

A festa era em honra de S. Miguel, imagem que era muito venerada, por eles e pelos povos vizinhos até os da Galiza. Socorremos ainda da descrição, que parece mais uma pintura dum quadro, da pena ilustre do Dr. José - Augusto Vieira:

«Vai calmoso e sorridente o Maio; as sementeiras estão feitas, a terra fecunda com a sua seiva os germens da colheita futura. O homem cumpriu o seu dever, agora que o céu lhe abençoe os esforços — São Miguel é como que o Braham criador, a quem se implora a fecundidade das terras; que ele seja farto, que encha exuberentemente os celeiros e as adegas. Por isso aí sobem através das ribas alpestres e pitorescas do Gerês as romarias e clamores vindos da Carvalheira, de Covide, S. João do Campo...

A fadiga sente-se um pouco na volta.

Que importa isso? Aí estão perto os Lombados, rumosos de sombras frescas, os amentilhos dos castanheiros em flor engrinaldando as folhagens entufadas. Que belo quadro ainda! O serro do Chão da Fonte levanta-se em frente do bosque; abaixo um pouco, os despenhadeiros da Aguieira perpendicularmente talhados na rocha viva servem de leito procusteano a uma catadupa vertiginosa, cujas espumas vão rolando no embalar da corrente até ao encontro do Homem, que além vai sinuosamente refervendo por entre os alcantis da montanha. As dentaduras de granito coroam as projecções do Gerês, que vão caindo em ondulação suave até mergulharem ao longe, muito ao longe, no esbatido do mar.

A merenda, que bem sabe a merenda, quando a toalha é a relva húmida, perfumada e florida, perfumada com o rosmaninho da serra, e a mesa é toda essa extensão larga e majestosa! Todo o que passa é um conviva, um amigo que tem o lugar no banquete geral. Outrora o mordomo era obrigado a dar o vinho; hoje vão os tempos menos para generosidades, mas não falta ainda assim o espumante verde para alegrar o espírito!

E o S. Miguel dê, que a terra seja fecunda!

— Leva arriba, vamos, senão apanha-nos a noite ao caminho e ainda por aí há muitas águas.

Findou a merenda; o pároco dá as graças, o mordomo levanta a cruz, as raparigas põem à cabeça os açafates coifados do linho branco de neve. E, quando o sol doira ainda nos raios do seu crepúsculo as cumiadas solitárias, um cântico chega até nós, harmoniosos e lento, repousado de melan-

colias saudosas, gemendo a nota casta do amor. É a poesia popular que vai aí, na sua ingenuidade adorável e na sua inspiração nativa, deixando pelas quebradas as trovas do seu sentir.

Boa e bela merenda esta a dos Lombados! Com que prazer tu assistirias, meu amigo, a esse acampar de montanheses simples sobre a relva húmida da floresta! Mas... são dez horas já, o sol aquece, e o nosso estômago não pode embalar-se infelizmente com as recordações demasiado poéticas da merenda, e que o nosso espírito tão somente assistiu no bosque dos Lombados!».

Em 1978 reanimou-se o fio desta tradição, continuando em 1979, talvez numa esperançosa continuidade não só como pretexto para se estabelecer com maior intimidade os laços de amizade de dois povos raianos, o dos concelhos de Terras de Bouro e o de Loivos, com fronteiras totalmente abertas sem quaisquer formalidades, e com viva participação de cantigas e de danças de ambos os povos, numa celebração eucarística comum, em que o celebrante foi desta feita o popular D. Benito, o cura da simpatia, com o Cristo do sorriso na boca. Mas se tudo isto não bastasse, esta fraternidade das famílias portuguesa e galega, estamos a pensar nos inspirados versos de Rosalia, a grande Rosalia, cujo estro mora no nosso coração, há a grande vontade de levantar das ruínas a pequena capela que ali existiu em honra de S. Miguel. Este dia festivo de S. Miguel cumulou outro inesquecível dia que é o da Medição dos Marcos, a que tive o prazer e a honra de assistir e que o assinalamos, convenientemente, noutra parte deste estudo.

A povoação tinha algumas boas casas com seus arruamentos. Havia também a chamada «Casa da Neve», mandada construir pelo Arcebispo Matos de Noronha que foi acabada no tempo do seu sucessor D. Luís de Sousa.

Havia também uma ponte histórica. Era banhada pelo ribeiro da Chã da Fonte, que ali tomava o nome de Furnas.

A freguesia de Campo pertenceu à Comarca de Viana e depois à do Pico dos Regalados, anexada ao Concelho de Amares, pela supressão do de Terras de Bouro, em 14-VIII-1895, voltando a este após ter sido restaurado, em 13-I-1898.

CARVALHEIRA

Paraíso deslumbrante de verdes e de castanhos, de salgueiros e de carvalhos, que guarnecem toda a encosta em que a freguesia se estadeia, à margem esquerda do Homem, e à direita do seu afluente Rodas. Esta é a nossa primeira imagem de Carvalheira.

Dista da sede do Concelho 11,5 Kms. É limitada no extremo pelo Homem e pelo Rodas. Tem duas pontes, uma de um arco, assente em dois potentes rochedos, outra, a sul, em Cabaninhas, com a data de 1745, no mesmo local onde existiu uma de construção romana.

O seu nome vem de **quercus**, palavra latina, que significa **Carvalho**. Segundo João de Barros, em «Antiguidades de Entre Douro e Minho», parece ter a sua origem na existência de uma cidade romana **Aquaequerquena**. Os **querquenos** seriam o brácaros ou lusitanos, que se fixaram nos montes geresianos.

É orago **São Palo**. Foi abadia de apresentação da Mitra Bracarense. A sua Matriz situa-se num planalto, com a capela-mor azulejada, revestida de boas pinturas. No seu recheio damos conta da existência de 2 maços de «Capítulos de Vi-sitas». O primeiro com as datas 1662-1756, o segundo iniciado em 1759, contando nele um autógrafo do sábio Padre Martins Capela. Esta igreja dá para uma avenida que se dirige ao cemitério, construída em 1949, e também para o Calvário, Além da Matriz existem diversas capelas: a São Caetano, (1590) duas outras, nas casas de António Dias (de boa arquitectura, e da família Arrais, todas situadas no lugar de Paredes); a São Pedro, no lugar de Cabaninhas; a São Sebastião, no lugar de Infesta e a de Santa Bárbara, no lugar de Ervedeiros. No Alto das Mós ergue-se o monumento ao Coração de Jesus (1911-1912). É propósito do referido Pároco e paroquianos promoverem a realização de um Santuário neste Alto das Mós. Nesse sentido solicitou audiência especial que lhe foi concedida por Sua Santidade Paulo VI para que fosse benzida uma imagem de **N.ª S.ª de Fátima** (12-V-1971) que depois foi trazida para o nosso País, tendo percorrido as mais significativas paragens de fervor mariânicas até ao seu destino, a Carvalheira. Pelo trajecto efectivaram-se diversas cerimónias religiosas tendo sido celebrada missa campal em



Um aspecto urbanístico do centro de Covas, que serve de vila e cabeça de concelho

Balança, procissão organizada pelos operários da barragem de Vilarinho da Furna e, finalmente, deu entrada na igreja da Carvalheira onde provisoriamente fica. O Pároco, Manuel Ribeiro Alves, celebrou, então, a Santa Missa, a que assistiu o Sr. Arcebispo de Braga, D. Francisco Maria da Silva que por último exortou os fiéis a prosseguirem na sua idealização a pôrem de pé o seu **Santuário**. Gozava de idêntico privilégio dado a Covide que era o de não dar os seus filhos para a guerra, ficando contudo na obrigação de eles defenderem à sua custa a Portela do Homem das invasões inimigas dos espanhóis.

É fértil em produtos da terra. A sua maior riqueza incide sobretudo em cereais, castanha e madeira. No sítio do Gradouro (Cabaninhas) existe a nascente medicinal designada por «Água do Fastio». Tem minas de volfrâmio.

Pertenceu à Comarca de Viana passando para a do Pico dos Regalados, transitando, por sua vez, em 31-X-1855, para a de Vila Verde. Desde tempos remotos que pertenceu ao Concelho e Julgado de Terras de Bouro, tendo sido anexada ao Concelho de Amares, no período compreendido entre 14-VIII-1895 a 13-I-1898, pela extinção, do de Terras de Bouro, reintrando de novo neste último Concelho, a partir daquela última data mencionada.

Fazem parte desta freguesia os seguintes lugares: **Assento, Cabaninhas, Ervedeiros, Infesta, Paredes e Quintã.**

CHAMOIM

Em toda a vertente que vai do fundo da ribeira do Homem até às penedias dos chamados «Castelos de Covide» e à serra do Monte, por essa zona toda se fixam os povos de Chamoim, à distância de, aproximadamente, 6 Kms. da sede do Concelho.

O seu nome virá da palavra latina «Flamulini», de algum senhor romano que a tivesse fundado. Bastante antiga permanece nela vestígios dessa ancestralidade, através da «Geira» e dos «Marcos Miliários». Como ponto de rumo era costume para designar outra qualquer localidade, antepondo a palavra de ordem, Chamoim (**Vilar de Chamoim, Covas de Chamoim**, etc.).

Já foi sede do Concelho, no lugar de Sequeirós, antes da sua passagem para Covas. É constituída a freguesia pelos seguintes lugares: **Felgueira, Lagoa, Padrós, Pergoim, Santa Comba e Sequeirós.** O autor do **Minho Pitoresco**, por alturas de 1885, escrevia assim referente a Sequeirós: «Eis-nos, finalmente, em Chamoim, ou melhor dizendo, no seu lugar de Sequeirós, que é a sede do concelho... Quase prevê que nada tem de notável esse largo mais ou menos irregular com os seus antigos alpendres para os feirantes a um lado, a capela de S. Brás e Senhora das Necessidades ao outro. Os edifícios em que se alojam as repartições públicas ou em que vivem alguns particulares, mal podem desenhar as

suas formas, aliás vulgares, assoberbados como estão pelas ramarias do arvoredado frutífero, que faz dar ao largo o aspecto de uma clareira aberta em densa floresta. Dentre todos, o mais concorrido é decerto aquele em que existe o estabelecimento do sr. Francisco de Sousa, um verdadeiro pandemónio de tudo quanto a indústria tem produzido no século, desde a chita barata à vela de cebo, desde o tamanco nacional até ao vidro barrigudo dos candeeiros de petróleo. Nós achamos ali um magnífico «lunch»: pão, queijo, vinho e marmelada, sem que isso fosse necessário buscar recursos em outra parte!».

É limitada, a poente, pelo rio Homem e o ribeiro Rodas e da sua junção o povo chamou rio Pequeno, zona excelente para pescar. Na parte superior da vertente passa a estrada que liga Vilar a Covide. Impressionante paisagem que de lá se desfruta. Mais acima existem dois morros formados por blocos de penedos, assemelhando-se um a uma cabeça, **Cruzeiro**, de pedra, da antiga igreja paroquial, e o outro, o **Crastro** (a **Perra Moura**) que a lenda diz ter ali sido enterrados tesouros de mouros e, outros, afirmam haver vestígios da casa de um frade penitente.

É seu orago o **Apóstolo Sant'Iago**, e abadia de apresentação do Papa e Mitra Bracarense, aproveitando-se do foral passado a Bouro, em 20-X-1514. A Matriz aninha-se entre o casario e a paisagem alpestre. No largo fronteiro salientam-se as Cruzes da Via Sacra e o Cruzeiro feito de um antigo marco miliário. No seu arquivo existem diversos livros antigos, de testamentos, de notícias da Irmandade de N. Senhora da Lapa, já extinta, além de outros documentos de valia. Espalham-se em diversos lugares capelas e, é interessante, registar o movimento actual de clero natural desta freguesia, ao todo vinte e um sacerdotes. Das capelas damos conta das seguintes: a N. Senhora da Conceição, a N. Senhora da Saúde e a N. Senhora dos Desamparados, a primeira muito velha, no lugar de Sequeirós; a São Bartolomeu, no lugar de Pergoim; a São Lourenço, no lugar de Padrós; a Santa Comba, no lugar do mesmo nome; a Santa Luzia, no lugar de Felgueira, todas elas bastante antigas, anteriores a 1708, segundo podemos ler nos «Capítulos»; a N. Senhora das Necessidades e a S. Brás.

Foi pároco da Matriz Mons. Paulo Antunes, e presente-

mente o Padre Adelino Afonso Salgado, Arcipreste de Terras de Bouro (6).

Bastante fértil, as suas produções, dividem-se por dois polos: da parte junto ao rio, há laranjas, pomares, vinha, oliveiras; da parte de cima, destinada aos pastoreios de gado bovino, cavalar, suino e ovino. Aproveitamento dos ribeiros para moinhos, os mais importantes, em Padreiro, na Baranha, os do Rodas e os de Padrós. Trabalhos em teares para confecção de cobertas, cobertores, aventais, lençóis de linho. etc. Nascentes de águas medicinais, e paisagens deslumbrantes, como aquela quando se sobe para Covide — um dos sítios mais arrebatadores em beleza da serra geresiana. Há uma estrada em projecto, parte dela já cortada em Santa Comba, que terá continuação pela parte norte desta freguesia e de outras, Vilar, Chorense e Souto, ligando assim o Concelho ao de Amares e Braga, o que vai beneficiar muito as comunicações rápidas com o distrito.

Se bem que tivesse pertencido ao Concelho de Terras de Bouro, foi da Comarca de Viana do Castelo, passando depois para a de Pico dos Regalados, tendo transitado para a de Vila Verde, em 24-X-1855, e anexada ao Concelho de Amares (14-VIII-1895 a 13-1-1898) quando foi extinto o de Terras de Bouro, tornando após esta última data a pertencer-lhe.

CHORENSE

É um simpático povo que mora, lá arriba, nas dobras dos montes a caminho da Seixeira, à mão de semear, da sede do Concelho, apenas a 2,7 Kms. Notam-se, por aqui e por além, vestígios da sua antiguidade, emparceirando-se com os do Campo. Na encosta norte, passa a célebre «Geira» com os seus muitos «Marcos Miliários». Destes poderemos registar os que se referem à memória do Imperador César Marco Aurélio, a Gaio Calpetano e Valério Festo. Pelo menos existem seis padrões que assinalam bem a via que ligava Braga a Astorga, marcando num deles a distância de 18 milhas à

(6) Muito agradecemos a sua colaboração no informe de alguns dados re'ativos a Chamoim e, bem assim, de outros, de ordem geral, que muito engrandeceram esta Monografia.



Uma panorâmica geral da sede do Concelho, no lugar de Covas, que será no futuro completamente beneficiada pela introdução de diversos perfis de modernidade

cidade de Braga. Outros já carcomidos pelo tempo e pela incúria dos homens. Saim, o lugar onde outrora fora a florescente cidade **Saliniana**, além de diversos marcos miliários dá o tom da sua proveniência, anterior ao estabelecimento dos lusitanos. Quando se procedia ao arranjo do caminho do Sandão para os montados de Chãos de Paredes (Fevereiro de 1979) foram achados diversos fragmentos que depois foram identificados por um arqueólogo da Universidade do Porto, como sendo proveniente de uma construção castreja de grande amplitude, e aproveitada pelos romanos. Descobriram-se fragmentos de imbrex, tégula e cerâmica não identificada. As proximidades com o lugar de Saim e ainda com a aproximação da Geira poder-se-á levar a supor ali seja

a localização de tal estação **Saliniana**. Chorense deriva da palavra latina **Florentii**.

Encontra-se à mesma altura de Balança. Dois ribeiros que se firmam na encosta sobranceira vêm-lhe dar fertilidade aos seus terrenos. Chorense é bem um grande miradoiro, entre esguios e admiráveis ciprestes, onde se descortinam panoramas encantadores para o vale do Homem, o qual está à sua esquerda, marginando-a e embelezando-a, num quadro que nunca mais poderemos olvidar.

A freguesia tem os seguintes lugares: **Aldeia, Assento, Barrio, Casal, Devesa, Emaús, Fojo, Ladário, Lagedos, Quin-tela, Real, Saim, Surribas e Vessada**.

Seu orago é **Santa Marinha**. Foi abadia de apresentação do padroado real. A Matriz é das melhores de todo o Concelho, e por isso mesmo dedicamos estudo mais aturado. Na portada principal uma data: **1770**. A ladear todo o templo uma série de cruzes, a Via-Sacra. Também não menos admirativo o escadório, enquadrado no estilo da construção — e a torre cimeira. Junto dele está o campo santo, construído em 1930.

Dentro do templo o nosso ar de espanto quanto ao **estilo de renascença** pura, talha em ouro, do altar-mor e dos quatro altares laterais, bem assim como de figuras representativas de santos e do sacrário que os guarnecem. Também reparámos no tecto com pinturas e o soalho de tipo «cacheton» onde foram respeitados os primitivos enterramentos, que antigamente se realizavam nos próprios templos. Há, em tudo, um acentuado sentido artístico, que o seu zeloso pároco, Aurélio de Sousa Ferreira, imprimiu nas obras de restauro, iniciadas em Setembro de 1968, e, há pouco concluídas, produto do seu ardor, do seu denodado trabalho em colaboração íntima com todo o povo daquela benquista freguesia. Muitas dedicações, sem dúvida, de toda aquela boa gente serrana, num total de dádivas que sobrelevam os 250 contos. Mas o que tem mais significado para nós é o que cada uma delas representa e envolve no todo de um povo, que unido, muito pode em favor de uma causa, da causa da Igreja. Outro facto não menos curioso que gostamos de sublinhar aqui é o de salientar um nome, o de Adelino Alves Cracel, que lá longe, no imenso Brasil — nosso querido irmão

— onde vive há mais de 48 anos, jamais esqueceu o seu torrão natal, que o lembra, sempre, através de todos os seus actos e que neste templo tem marcado a sua boa presença, arrastando com ele outros nomes de chorenses, que labutam e vivem também como ele naquelas terras do outro lado do Atlântico.

E outra surpresa nos estava reservada ainda com o que encontrámos na sacristia: um pequeno mas significativo **Museu**, de arte sacra, proveniente de recolhas pelas casas dos paroquianos desta freguesia, além do que foi possível encontrar e coleccionar, daquilo que existia nas cinco capelas desta freguesia, revelando-se, assim, desta maneira, a cultura artística do Padre Sousa Ferreira, aliada à da preocupação da unidade da fé.

Das suas Confrarias a mais antiga é a das Santas Chagas, seguindo-se outras, a de N. Senhora do Rosário, a de Santo António e a do Santíssimo Sacramento.

Das suas capelas salientam-se as de em honra de Santa Apolónia, no lugar de Saim; a N. Senhora da Nazaré, na vertente situada em frente da Matriz; a São Sebastião da Geira, no monte um pouco abaixo da Seixeira; a N. Senhora da Saúde, no interior do solar da Casa do Bárrio que também lhe pertence a que está no lugar de Emaús; que se encontrava em ruínas e também a capela do Senhor do Bom Sucesso e a casa que pertenceu ao capitão-mor; a S. Cosme, no lugar da Devesa.

Das casas mais importantes, além das que mencionei acima, existe mais a de **Penela**.

Bons produtos da terra, boa caça e pesca.

Aproveitou-se do foral passado a Bouro (20-X-1514), pertenceu à Comarca de Viana do Castelo e ao Concelho de Santa Maria de Bouro, passando depois à Comarca do Pico de Regalados, transitando para a de Vila Verde em 24-X-1855, passando por sua vez a fazer parte do Concelho e Julgado de Terras de Bouro, anexada ao Concelho de Amares (14-VIII-1895 a 13-I-1898) quando da supressão do de Terras de Bouro, voltando a este quando se restaurou (7).

(7) Registe-se a obra do Desembargador Dr. Francisco José Veloso, intitulada «Um Auto de Conciliação da «Comunidade» Silvo-Pastoril de Choreense» (Separata da Rev. de Etnografia - Arquivos Alberto Sampaio, Porto, n.º 13, Vol. VII, Tomo I, Junho de 1966).

CIBÕES

Situada na margem direita do Homem, em vertente bastante acidentada, Cibões, fica afastada 8 Kms. da sede do Concelho. Entretanto vários ribeiros que a percorrem accionam moinhos e azenhas, que lhe emprestam além de riqueza, um quadro precioso de grandeza paisagística. Cibões tem na serra Amarela o seu denominador comum. É fronteira de Carvalheira e Chamoim.

Parece que o seu nome vem da palavra latina (genitivo possessivo) **Cipionis**, ou ainda **Simeois** e **Simionis** (estas últimas) levando em conta como estão escritas nas «Inquirições» de 1258.

A freguesia tem os seguintes lugares: **Cotelo**, **Cabenco**, **Gilbarbedo**, **Igreja**, também conhecido por **Assento**, **Lugarinhos**, da junção dos núcleos de **Figueiredo**, **Lama** e **Levada**, e **Vergaço**.

Gilbarbedo foi a sede do antigo minúsculo Concelho de Vila Garcia, já extinto, nome que teria a sua proveniência ou do nome do seu senhor, fundador da localidade, ou de um arbusto denominado **gilbardeira** ou **gilbarda**, arbusto espinhoso que se encontra naquelas paragens, e serve de vassoura na limpeza de chaminés dos seus moradores, por altura da Páscoa. Dos vestígios do passado avultam, entre outros, os da cadeia servindo, hoje, para palheiro da população.

O seu orago é **São Mamede**. Foi abadia de apresentação do Padroado Real. A Matriz encontra-se no lugar de Assento e é antiga, vendo-se na padieira o ano de 1728. A capela-mor é azulejada e, bem assim, como em grande parte do templo. Do seu espólio há que registar a existência de um ostensório e de uma cruz paroquial, ambas de prata (1943), os Estatutos da Confraria de N. Senhora do Rosário, datados de 1759, e ainda um manuscrito, recheado de iluminuras, que são os Estatutos da Irmandade de Santo António das Almas (1742). Mantém apenas a Confraria do Santíssimo Sacramento.

Tem diversas capelas: a São Domingos, no lugar de Cotelo; a Sant'Iago, no lugar de Lugarinhos; a N. Senhora do Amparo, no lugar de Cabenco; a São Tomé, no lugar de Gilbarbedo e a Santa Maria Madalena, no lugar de Vergaço.

Pertenceu à Comarca do Pico dos Regalados até 24-X-1855, passando para a de Vila Verde depois desta data, fazendo então já parte do Julgado e Concelho de Terras de Bouro, anexada ao Concelho de Amares quando da supressão daquele (14-VIII-1895 a 13-I-1898) e regressando, de novo, ao primitivo Concelho, após ter sido restaurado.

Mais fértil do que Brufe. São famosos os seus nabos e saborosos os barbos e as trutas que ali se pescam.

COVIDE

A 9,4 Kms. da sede do Concelho, Covide que parece ser originária da palavra latina *cubiti*, que se traduz, em português, por *dormida*, é uma localidade aprazível, onde o entrelaçamento do antigo e do moderno se notam sem que haja nisso qualquer pomo de discórdia.

Situada em plena campina, descortina-se de lá toda a plenitude da ribeira do Homem, (mirante de Covide) e, depois, até mais longe, o próprio mar, em dias desanuviados, luminosos, apesar de estar distanciado dele dez léguas. Uma ponte na Porta Santa divide-a da Carvalhoeira, enquanto o ribeiro de Rodas a banha, e igualmente o Freitas, corre lesto a engrossar o rio Caldo. Daqui saem algumas levadas para a fertilização dos seus campos.

Povoação bastante antiga, pela existência da cidade de **Calcedónia** ⁽⁸⁾, segundo opinião de muitos historiadores. O que é certo, continuam a registar-se achados da permanência romana através da «Geira» e dos seus «Marcos Miliários». Há ainda ruínas que nos dão indicativos dos lusitanos possuírem ali uma *atalaia*, como ponto estratégico militar. Outro sinal da sua antiguidade é o aparecimento de diversos objectos de cerâmica ali encontrados.

A freguesia compõe-se dos seguintes lugares: **Freitas, Igreja, Sá, Sesta e Várzeas.**

O seu orago é **Santa Marinha**. Foi vigairaria da apresentação do abade de Carvalhoeira, tornando-se, mais tarde, inde-

(8) Prof. Mendes Correia, «A Lenda e as Ruínas de Calcedónia na Serra do Gerês». (Braga, 1946). Também inserta na revista «Mínia», Ano I, fasc. III-IV, 1946.

pendente. A Matriz encontra-se fora do centro da povoação, em Veiga de Cima, construída num estilo romântico. O seu livro de «Usos e Costumes» tem a data de 1744. Há, também, diversas capelas: a Santa Eufémia (9), no final da estrada que vem de S. Bento da Porta Aberta, ressaltando-nos um altar da Renascença, bastante valioso, havendo perto desta o «Penedo da Santa», encimado por uma cruz, o qual recebeu a visita do Arcebispo de Braga, D. Rodrigo de Moura Teles, que não só beijou a pedra, mas também a escalou descalço; a São Silvestre, no lugar de Freitas; a N. Senhora dos Remédios, na chamada «Casa da Venda», casa esta frequentada pelos viandantes que se dirigiam para a Galiza; nesta casa refugiou-se (1851) o marechal Saldanha, internando-se depois, em Lovios, através da Portela do Homem, a caminho do seu internamento na Galiza; a N. Senhora da Boa-Morte, da «Casa do Passadiço», figurando na portada o brasão clerical, «escudo oval encimado por barrete eclesiástico do qual cai por cada um dos lados uma fita, a meio do campo uma cruz, entre o lírio e o breviário»; a do Calvário, na Portela da Abelheira, com imagens do Senhor dos Desamparados e a de N. Senhora das Angústias (1887), mandadas executar pelos daqui naturais, residentes no Rio de Janeiro. Tanto no lugar de Sá como no da Igreja existem Cruzeiros, o primeiro dos quais tem a data de 1736.

Além da «Casa do Povo» tem um posto do Registo Civil. A sua principal riqueza é a pecuária, mantendo grandes rebanhos em «vezeira». Fabrica queijo e manteiga. Larga abundância em castanha, landes (para engorda de suínos), mel. Fértil vegetação de mistura com penedias arrepiantes das quais se salientam os chamados «Castelos de Covide». Caça grossa em quantidade apreciável.

Pertenceu à Comarca de Viana do Castelo, depois à do Pico dos Regalados, e após a extinção desta, à de Vila Verde, a partir de 24-X-1855. Sempre pertenceu ao Julgado e Concelho de Terras de Bouro, apenas ao de Amares, por supressão daquele, no período de 14-VIII-1895 a 13-I-1898. Beneficiou do foral que foi dado a Bouro em 20-X-1514.

(9) António Sousa e Silva, «Santa Eufémia», Monografia.



Vilar da Veiga anterior ao novo perfil motivado pela barragem da Caniçada. Repare-se na linha longitudinal directa à Portela, perdendo-se no esfumado da terra galega

GONDORIZ

Com Brufe e Cibões, Gondoriz fecha a trilogia que formou o minúsculo Concelho de Vila Garcia, há muito extinto, e que de facto, pelas suas características, tanto se diferenciam de todas as outras freguesias que fazem parte integrante deste Concelho de Terras de Bouro.

Gondoriz tem os lugares muito distantes uns dos outros: **Antas, Baceira, Bouças, Bostelo, Cabaninhas, Chão dos Canastros, Gardenha**, também chamado **Assento, Igreja e Refon-teira**.

As «Inquirições», de 1258, apontam esta série de casais e propriedades que deram depois os lugares de agora: **Abe-leira, Agia, Agros, Alvar, Covelo, Crastos, Dornas, Espinheiro, Figueiras, Fravega, Mercoy, Palatio, Pereiro, Portela de Poel-**

rais, Refonteira, Soutinho, Souto, Sovereira de Anta, Sovereiro, Togiosa e Vilar de Pura.

Teria sido derivada da palavra visigótica **Gundericus**, do seu genitivo, possivelmente de algum importante do povo godo que ali fora seu chefe, antes da romanização.

Foram seus primeiros donatários os Coelhos, mais tarde D. Dinis doou aos Abreus, de Regalados, segundo o foral que aquele monarca assinara.

Dista 5 Kms. da sede do Concelho.

O seu orago é **São Mamede** e foi vigairaria de apresentação do reitor de Valdreu, no antigo Concelho do Pico dos Regalados, passando depois a reitoria independente.

A Matriz tem o altar-mor com reminiscências de estilo da Renascença e há nela uma capela consagrada a N. Senhora dos Remédios, reedificada (1887) por João Inácio Rodrigues Soares. No seu espólio há uma Cruz Paroquial, Ostensório e Turíbulo de prata.

Tem diversas capelas: a São João Baptista, no lugar da Refonteira; a Santo Amaro, no lugar de Bostelo(a sua festa é a primeira do Concelho, em 15 de Janeiro); a S. Miguel do Anjo, no lugar de Gardenha, na principal casa da localidade, que tomou o nome da primeira casa da freguesia, antiga «Torre da Gardenha», que foi honra dos Coelhos e depois dos Abreus, de Regalados, no reinado de D. Dinis; havendo neste mesmo lugar, uma capela particular da «Casa da Quinta». Bastante fértil em produtos da terra.

Pertenceu à Comarca do Pico dos Regalados, e depois à de Vila Verde, a partir da extinção daquela, em 24-X-1855. Fez sempre parte do Julgado e Concelho de Terras de Bouro, depois de extinto o Cóncelho de Vila Garcia e anexada ao de Amares, no período em que foi extinto o de Terras de Bouro (14-VIII-1895 a 13-I-1898), retornando a este após ter sido restaurado.

Beneficiou do foral dado a Pico dos Regalados por D. Manuel I, em 13-XI-1513.

MOIMENTA

É a freguesia onde se encontra a sede do Concelho. Parece ter sido o nome originado da palavra latina **Monumenta**, de sepulturas artísticas romanas.

Fazem parte desta freguesia os seguintes lugares: **Barreiro, Cavacadoiro, Corredoura, Costa, Covas, Moimenta Nova**, também conhecida por **Assento, Moimenta Velha, Paço, Pesqueiras, e Quinta da Ponte**.

Em Covas está instalado o Município, Repartição de Finanças, Registo Civil, CTT, Posto da GNR, Casa do Povo, Grémio da Lavoura, Caixa de Crédito Agrícola, estabelecimentos comerciais, agências bancárias, farmácia, etc. Ali se faz quinzenalmente, todas as segundas-feiras, um grande mercado de produtos agrícolas e de feira de gado, um dos mercados mais importantes do Distrito de Braga. Está-lhe reservado, futuramente, um grande desenvolvimento e progresso.

O orago é **Santo André**. Foi vigairaria anexa à abadia de S. João de Balança, passando a reitoria independente. Faz de Matriz a capela de São Brás. A antiga Matriz era em Moimenta Nova, bastante antiga, pois data de 1699. Os sinos da antiga Matriz foram oferecidos pelos seus naturais, residentes no Brasil. Isto demonstra bem o grande apego que os serranos têm pelo seu torrão natal, pois nunca o esquecem.

Tem diversas capelas: a São Pedro, no lugar das Pesqueiras, onde houve uma Irmandade das Almas, hoje extinta, com os respectivos Estatutos aprovados em 1883; da invocação a São Francisco, na Quinta da Ponte, em ruínas.

Pertenceu à Comarca de Pico dos Regalados e foi anexada ao Concelho de Amares no período de 14-VIII-1895 a 12-I-1898, aquando foi extinto o Concelho de Terras de Bouro, e regressou a ele quando foi restaurado.

MONTE

Mais conhecido por **Monte de Santa Isabel**, no dizer do arqueólogo Cónego Dr. Arlindo Ribeiro da Cunha, é «uma das freguesias mais pitorescas e de mais interesse etnográfico do Concelho de Terras de Bouro e, se mo permitem de todo o Minho». (10).

Situado no cone do Monte de Santa Isabel, fica distan-

(10) Cónego Dr. Arlindo Ribeiro da Cunha, «Santa Isabel do Monte», pág. 9, (Braga, 1970).

ciado da sede do Concelho, 10 Kms. Dois caminhos se poderão utilizar para a visita a esta freguesia, pelo lado de Chorense ou Covide, ou pela banda da Senhora da Abadia. Por qualquer destes itinerários teremos sempre que subir, como se escalonássemos íngreme terreno. De formação geológica a freguesia assenta sob uma extinta cratera de vulcão sem actividade. Dos lugares de que se compõe só apenas um — **Ventoselo** — se encontra fora do núcleo central, na contracosta, para o sul da Chã Grande, de Santa Marta de Bouro. Tem os seguintes lugares: **Alcrimes, Campos-Abades, Rebordo Chão, Seara e Ventoselo**.

Há grandes vestígios de antiguidade, através das imensas antas ou mamoas, que aqui tomam o nome de «covas da Moura». Apesar de não estar incluída nas «Inquirições» de 1220 e de 1258, é certo e sabido de que D. Afonso Henriques (1162) teria renovado um privilégio dado em 1148, ao Mosteiro de S. Miguel de Bouro, que incluía no couto a presente freguesia do Monte (11). Também ela foi omitida pela Mitra Bracarense «Titulo de todolos beneficios do arcebispado de Bragua» (12). Pelos vistos, só veio a tornar-se em freguesia com a irradiação dos frades cistercienses, ocorrida em 1834 (13).

O orago é **Santa Isabel**. A Matriz actual é de recente construção. A uma centena de metros, em frente, está o **Calvário**, sob a invocação de N. Senhora das Necessidades e Senhor da Saúde, que é rematado por uma cúpula em forma de pirâmide. Foi construído (1895) e, depois dourado (1905). A antiga era cerca de Rebordo Chão. O cemitério

(11) Este couto compreendia não só todo o território da actual freguesia e mais todo o terreno que compreendia desde o rio Cávado a Arnadelo e ainda de S. Bartolomeu até ao Formigueiro, segundo a obra «Senhora da Abadia», (Barcelos, 1951), do Cónego Dr. Arlindo Ribeiro da Cunha, pág. 85.

(12) «o qua' se fez em tempo do Arcebispo de Bragua Don Diogo de Sousa de Boa Memoria (1505-1532)», artigo do Cónego Dr. Arlindo Ribeiro da Cunha, in «Boletim de Trabalhos Históricos», Vol. VI, n.º 3, Guimarães, 1941, págs. 97-178.

(13) Os monges cistercienses de Bouro possuíam uma casa de repouso no lugar de Campos-Abades, rodeada por uma granja agrícola, hoje conhecida ainda pe'a «Casa dos Bernardos», onde iam passar o Verão.

ainda não existia em 1908 e os enterramentos faziam-se no próprio templo. Tem duas confrarias: a do Coração de Jesus e a do Santíssimo Sacramento. Quando da celebração de qualquer festividade, o povo acorre pronto a ela e «é vê-los como se apresentam: eles bem barbeados, de cabelos luzidios à força de unguentos e de fatos domingueiros talhados por irrepreensível tesoura; elas, então, bem penteadinhas, serviço onde gastaram toda a manhã, de blusas e lenços de cores berrantes e de muitos sacrários e cordões de ouro a brilhar nos fartos seios». (14).

Foi curato de apresentação do Convento de Bouro, no antigo Concelho de Santa Maria do Bouro, a que pertenceu até à sua extinção (31-XII-1853).

Tem as seguintes capelas: a São João Baptista, na «Casa dos Bernardos», no lugar de Campos-Abades e a Santo António, na «Casa da Roseira», mandada edificar em 1888 pelo Padre António Francisco Pereira. São muito devotos pela «Senhora da Abadia», que quase lhe fica à porta.

Largos horizontes se avistam: os montes de S. Mamede, do Sameiro, da Falperra, além de outros, como se estivessemos instalados num dos melhores miradoiros do Mundo!

Bastante fértil, a base da sua economia está na pecuária e na agricultura. Produz milho, batata, centeio, etc. Em Rebordo Chão há bons lameiros onde se tiram fenos, que hão-de servir aos gados, quando se encontram nas cortes, por altura das intensas nevadas. Pesca-se no rio Neiva a boa truta e há boa caça, sobretudo a perdiz.

Certamente devido à sua formação vulcânica, se encontram silicatos para aplicação industrial. Do quartzo já vão saindo toneladas, destinadas ao fabrico de vidrarias, trabalhos estes feitos pelos isabelinos. Falta-lhes, contudo, para seu progressivo desenvolvimento, uma rede de comunicações consentâneas com a vida moderna.

Fez parte, até 1853, do Concelho de Santa Maria de Bouro, passando ao de Terras de Bouro a partir de 31-XII-1853 e ao de Amares, quando aquele foi extinto, no período de 14-VIII-1895 a 13-I-1898, regressando depois, de novo, ao

(14) «Santa Isabel do Monte», Cónego Dr. Arlindo Ribeiro da Cunha, (Braga, 1970), pág. 14.



Um perfil de uma das mais bonitas igrejas do Concelho, a Matriz de Choreense

de Terras de Bouro. Pertenceu à Comarca de Viana do Castelo, depois à de Amares até 9-VII-1927, e, ùltimamente, à de Vila Verde.

RIBEIRA

Originária do topónimo «Riparia», inicialmente era denominada por **Ribeira do Homem** e conhecida, ainda no Séc. XIII, por S. Mateus. Mais justificável o de **Ribeira do Ho-**

mem pela sua situação junto da margem daquele pitoresco rio.

Terra bastante remota, situa-se numa baixa, junto ao Homem, no sopé do Monte de Santa Isabel. Distante 5 Kms. da sede do Concelho, passam-lhe à porta os transportes colectivos, que circulam entre Braga e Terras de Bouro.

Compõe-se dos seguintes lugares: **Assento, Campo, Casal de Baixo, Casal de Cima, Chemedião, Gogide, Louredo, Outeiro, Real e Vau.**

No Séc. XIII formavam-na herdadores que pagavam fossadeiras, ou sejam, «varas de bragal, quartas de vinho por medida de Braga, cabrítos, castanhas secas, galinhas». Nesta época o Mosteiro de Rendufe tinha um casal em Louredo.

O seu orago é **S. Mateus**. Foi buscar este nome às «Inquirições», «... colatione Sancti Mathei». Foi abadia de apresentação da Mitra Bracarense.

A **Matriz** domina do seu posto a parte baixa. É um templo que parece ter sido construído em 1719. A antiga teria sido no lugar do Casal. Tem um recheio constituído por talha dourada, altar-mor e boa escultura. Alguns altares são de estilo Renascença. Boas imagens de N. Senhora do Rosário e de N. Senhora das Dores, ambas muito antigas. A uns 300 metros, encontra-se a Capela de invocação ao Senhor do Socorro e a Santa Agonia, datada de 1856. O cemitério é do ano de 1930. Encontra-se ao seu lado. Há, porém, outra capela, de invocação a S. Bento, no caminho para Santa Cruz da Geira, no lugar de Chemedião.

Há vários moinhos e azenhas movidos pelo Homem, rio este que muito a fertiliza. Produz cereais, vinho, azeite, legumes, fruta, sendo uma região de boa laranja. Há, no rio, trutas, barbos, escalos, enguias e bogas.

Tem uma fábrica de velas de cera, um depósito de tabacos e mercearias.

Pertence ao Concelho de Terras de Bouro e depois ao de Amares, quando aquele foi extinto, no período de 14-VIII-1895 a 13-I-1898, voltando ao anterior quando foi restaurado. Faz parte da Comarca de Vila Verde.

RIO CALDO

Descortina-se esta freguesia entre as abas do Monte de Santa Isabel, num formosíssimo vale, próximo do Cávado. Espelha-se nas águas da nova albufeira, que lhe veio dar outra fisionomia local. A dois passos (7 Kms.), estão as termas do Gerês. Dista 16 Kms. da sede do Concelho.

O seu nome teria sido proveniente do rio **Caldo**, mais quente que a temperatura da água do outro, o Freitas, que corre lá de cima, das termas, formando-se, então, o étimo de **caldo**, do latim *caldus* ou *calidus*. Este rio que no final de sete quilómetros vem depois morrer no Cávado.

Terra mui antiga, denunciada por diversos vestígios, a «Geira», que lhe passa perto, e por um castro, onde teria existido a lendária cidade romana de Abóbriga. Juntando a tudo isto mais o das «Calhas de Santa Eufêmia», a que o povo se apega a julgar que nelas a pobre mártir teria sido encontrada já cadáver. O abade desta freguesia, Padre Frutuoso Vieira Ribeiro (1758), diz ele tratar-se das vulgares «fossettes» e até «covichas» dos arqueólogos; e só a credence popular as relacionou com a dita santa.

No Séc. XIII existiam vários reguengos demarcados, que eram pertença dos monges cistercienses, de cavaleiros-fidalgos, de cavaleiros-vilões e de peões. E ela pertencia, ainda no Séc. XVIII, à coroa, tendo como seu donatário D. Luís Manuel Sá Coutinho, fronteiro-mor da praça da Portela do Homem.

Fazem parte desta freguesia os seguintes lugares: **Assento, Bairro, Chã, Corujeira, Coutinho, Crasto, Granja, Leira, Mata-Vacas, Paço, Parada, Paredes, Pedreirinha, Peso, Quintã, Sá, S. Bento, S. Pedro, Seara e Torre.**

É seu orago **S. João Baptista**. Foi abadia de apresentação da Mitra Bracarense e Comenda da Ordem de Cristo. Pertence ao Arciprestado de Amares. A Matriz ⁽¹⁵⁾ é um

(15) Em Setembro de 1970, começou a publicar-se um jornal de pequeno formato, intitulado «O Riocaldense», propriedade da Corporação Fabriqueira de Rio Caldo, sendo seu Director e Editor o pároco, Padre Manuel Mendes Fernandes Fonseca, com Redacção na residência paroquial. É impresso e composto na «A Modelar», ex-largo Dr. O'liveira Sa'azar, na Feira Nova, Amares. Mantém 4 páginas, a 2 colunas, sem ilustrações.



O conhecido «Cruzeiro do Campo», considerado «Monumento Nacional», feito de um Marco Milhário, de 2,31 de altura por 0,43 de diâmetro com uma inscrição latina, na qual se marca a distância de 27 milhas, a Braga. Situado no cruzamento das estradas da Junceda, Carvalheira, Covide e Vilarinho, parecendo ter existido ali um lugar — «Leira dos Padrões»

bom templo, restaurada em 1730, sendo seu abade, nesse ano, o Padre José de Araújo Távora. No interior deste templo a talha é da Renascença, também com um ostensório, de

No «fundo» do seu primeiro número, o director escreveu: «Inicialmente, sai como imperativo de esclarecimento para todos os habitantes desta freguesia. É necessário fazer luz à volta do Salão Paroquial.» E, mais adiante, «... é um «jornal» destinado a visitar todos os lares desta freguesia e todos os filhos desta, ausentes no estrangeiro ou noutra terra da querida nação portuguesa». Traz uma lista de benfeitores com as respectivas importâncias para a construção do «Salão Paroquial».

Bibliografia: Descrição desta freguesia pelo Padre Frutuoso Vieira Ribeiro (1758).

idêntico estilo, que se transforma num monumental cálice, desmontando-lhe o pé. A paramentaria é rica, vendo-se alguma confeccionada em damasco e em veludo. Há duas confrarias, a das Almas e a do Santíssimo Sacramento. Extintas outras duas, a do Espírito Santo e a de N. Senhora do Rosário. Completa este valor artístico o Arquivo Paroquial, constituído por Estatutos, Manuscritos com iluminuras e dois livros: o dos Testamentos (iniciado em 10-VIII-1773) e o dos Capítulos (princiado em 22-V-1787).

Já a igreja de S. João «era no Séc. XIII de padroado particular, possivelmente da Mitra de Braga, da qual era abadia de concurso no Séc. XVIII, tendo o cura então 560 000 réis de renda; mas em 1758 paga de pensão a um sobrinho de Agostinho Marques do Couto 52 000 réis, e não tem mais nenhum beneficiado. No dito ano, o cura cita três ermidas: a de S. Cristóvão, no lugar de S. Pedro, a de Santa Luzia, no de Matavacas e a de S. Bento, no da Seara». Além destas, que ainda estão abertas ao culto, há mais duas, de particulares, no lugar de Paredes e outra, em Leira-Chão, de invocação a S. Pedro, no sítio chamado de Cima. Não falamos já no belo templo de São Bento da Porta Aberta, que, pela sua importância, dedicamos em separado, um capítulo especial.

Em tempos remotos pertenceu ao Julgado ou Terra Medieval de Bouro, extinto Concelho de Santa Marta de Bouro (até 24-X-1855), transitando após para o de Terras de Bouro. Foi anexado ao de Amares, por extinção do de Terras de Bouro (14-VIII-1895 a 13-I-1898), regressando de novo, depois de restaurado, àquele Concelho. É da Comarca de Vieira do Minho. Anteriormente fora da Póvoa de Lanhoso.

Possui Casa do Povo, posto do Registo Civil, médico, Pousada (em S. Bento), etc..

É um centro excelente, nó de comunicações de todo o concelho, com Braga e o Distrito. Está ligada através de pontes a Vilar da Veiga e ao Gerês, a Vieira do Minho e ainda, por mais 4 pontes, aos lugares de Seara, Paredes, Sá e Parada.

É muito fértil em bons produtos da terra. No rio há boa pescaria.

SOUTO

Teve grande importância esta freguesia de Souto, também designada por **Souto da Ribeira**, à qual D. Afonso III lhe conferiu os títulos de **vila** e de **couto** e a doou ao seu Guarda-Mor D. João Soares Coelho (1254), Senhor da Casa de S. João de Rei. Era trineto de Egas Moniz. Este privilégio conservou-se até D. Pedro I (1391), em virtude da intervenção de um dos descendentes, Pero Coelho, num dos carrascos de D. Inês de Castro. Parece que lhe teria sido recomendado que não se visse de perto sinais de sinos do seu campanário, dobrando incessantemente a finados. Ou por esta circunstância ou por outra, bem diferente da daquela, parece também isso é uso da própria povoação quando alguém morre e cujas badaladas só findam quando o corpo do defunto baixe à terra fria. «Chamam-se homens que se revesam nesse serviço e assim os sinos tocam sempre». Isto passava-se em 1885, o que faria dizer com certa graça, Camilo «Piedosa vingança dos mortos sobre os vivos». Só, em 1391, no reinado do Mestre de Aviz (D. João I), voltou à posse daquela nobre família, através de D. Aldonça Coelho, que contraiu matrimónio com Diogo Gonçalves de Azevedo, da Casa dos Azevedos. Depois, a seu filho Lopes Dias de Azevedo, que se cobriu de glória na batalha de Aljubarrota, foi-lhe confirmado não só este couto, mas também outros privilégios, como o senhorio de S. João de Rei e das terras de Boyro. Diz-se que um dos membros daquela família teria espancado o Juiz deste couto e por isso, como castigo, o monarca ordenou que fosse cessada a doação e passasse a pertencer novamente à Coroa.

Situada na margem esquerda do Homem, distante 5,6 Kms. da sede do Concelho, fica assente na ribeira formada por este rio e enxameada de seculares castanheiros, que lhe dão nota pitoresca de muita beleza.

Quem percorra de lés a lés toda a freguesia ficará com uma noção exacta da sua grandeza remota. Casas assinaladas com datas do Séc. XVIII, com os seus portais apalaçados. A meio do lugar do Assento, cerca da Picota, damos nota da antiga «Casa do Concelho», agora numa perfeita ruína e da parte detrás dela, lobrigamos os vestígios da casa que serviu de cárcere.

Presume-se também que no lugar de Santa Cruz tivesse existido a cidade romana de **Santa Helena**.

«É à volta deste lugar, que gira como o mais importante ponto de referência, a demarcação dos tombos de todas as freguesias circunvizinhas — Balança, Ribeira, Souto, Paranhos, Vilela e Seramil, tudo anda à roda deste eixo demarcatório, facto pouco comum e que lhe denuncia funda existência» (16).

Compõe-se dos seguintes lugares: **Caneiro, Garcia, Igreja, Lajes, Outeiro, Paço, Pardieiro, Passos, Porta, Quintães, Sá, Santa Cruz, Santa Eufêmia e Sequeiró**.

É seu orago **S. Salvador**. Foi vigairaria anexada à Abadia de S. Paio de Sequeiros. Mais tarde tornou-se independente, com o título de reitoria. As «Inquirições» relatam que Sequeiros, honra do sogro de Pero Anes Coelho, não pertencia ao padroado real, como igualmente a de Souto, sendo esta uma filial daquela.

A Matriz é um amplo templo, com obra de talha e paramentaria em damasco. Ao lado desta, o cemitério. Junto da capela do Senhor dos Passos (1856), encontra-se o **Cruzeiro**, e mais abaixo desta, outras capelas, de invocação a S. Roque (1739), com altar da Renascença. Têm valor artístico um grupo de cruces de pedra, da Via Sacra, que vão desde a Igreja até às Capelinhas, que foram feitas a expensas de João Francisco, do lugar da Porta. O Arquivo Paroquial tem também bastante valor. Aí se vêem diversos livros antigos, como o dos «Irmãos das Almas» (iniciado em 1857), dos «Estatutos do Santíssimo Sacramento» (1780), dos «Irmãos de Santo António» (1745), do «Inventário das Almas de Souto» (iniciado em 1772), da «Ementa da Confraria do Senhor» (iniciada em 1787), da «Cópia dos Bens Pios de Souto» (iniciada em 1762), etc., alguns deles com iluminuras. Todos se revestem de uma capa de pergaminho. Actualmente há três Confrarias, a de S. Roque e Almas, a do Santíssimo Sacramento e a de Santo André.

No lugar de Santa Cruz há uma capela do mesmo nome, cuja festa é no Domingo a seguir à data de 3 de Maio, que atrai todos os povos vizinhos.

(16) «Entre Homem e Cávado», (Amares, 1958), III Vol., pág. 152 de Domingos M. da Silva.

É sede de Julgado de Paz e pertenceu à Comarca de Pico dos Regalados, extinta em 24-X-1855, passando depois desta data à de Vila Verde. Após Couto «de jurisdição real» veio a ser incorporado no Julgado e Concelho de Terras de Bouro, anexado ao de Amares, quando este foi extinto, no período de 14-VIII-1895 a 13-I-1898, e regressou a ele novamente quando foi restaurado.

Muito fértil, produz cereais, vinho, azeite, boa fruta, sobretudo castanha. Os seus naturais têm fama de ser bons cozinheiros. É servida por boa estrada onde passam os transportes colectivos de Braga e de Terras de Bouro.

VALDOSENDE

Teria a sua proveniência na palavra **Baldosendi**. Terra onde a nobreza fez assento, segundo nos dizem as «Inquirições» de 1220, «in este termo de Baldocendi lavram omees que se chamam por de Couto da Paradela et de Vilar, erdados unde aviam de fazer foral Rey et non fazem... avia el Rey III casaes et deu os el Rey don Sancio I a Fernando Jahanis seu escudeiro».

A sua antiguidade denuncia-se pelos vestígios das fortificações castrejas, muito anteriores à vida dos Brácaros, como no-lo afirma o Cónego Dr. Arlindo Ribeiro da Cunha, quando escreve acerca do monte da Corvaceira: «foi habitado pelo menos já no tempo do neolítico superior» e ainda noutro passo acrescenta: «restos de caminhos, alguns calcetamentos e covas rupestres, sem dúvida artificiais». Aos montes de Paradela, o Cónego Dr. Arlindo Ribeiro da Cunha, escreveu: «apareceram grandes porções de cacos amorfos a modo de tijolos.» E mais adiante, quanto ao cemitério existente num outeiro, são suas ainda estas palavras: «Ali sim que foi um castro, sem dúvida nenhuma, como se infere do exame local, apesar de as obras de construção do cemitério haverem esfacelado um penhasco gigante que havia na coroa de elegante colina. Quem tiver boa vontade, ainda por lá vê restos de soalcos, paredes e arruados, desde o ponto mais alto, o campo santo, até às fraldas do monte, cortadas pela estrada, e que vão morrer no Cávado, a sudeste do povoado... Tão lindas montanhas foram escolhidas para residência de velhas populações de há milhares de anos. Que mais não fosse, bas-

tariam as ruínas arqueológicas, bem dignas de melhor sorte, da sobranceira Santa Isabel para confirmar a suposição».

A freguesia compõe-se dos seguintes lugares: **Assento, Naval Velho, Paradela, Perdizes, Vilar-a-Monte e Vilarinho.**

Vizinha de Rio Caldo, margina-a o Cávado, onde perto de si está a barragem da Caniçada, por isso talvez a significação do seu nome esteja também ligada ao rio, **Vale-do-Zende**, nome antigo, em que «**Zende**» significaria «**Cávado**».

Dista da sede do Concelho 27 Kms. Há uma ponte nova,



Não é uma linda moradia particular esta. É, sim, a moradia de todos — a Casa do Povo de Rio Caldo, construída em linhas modernas e atraentes. um mimo de flores e de bens caritativos

de cimento armado, que substituiu uma antiga, romana, de três arcos. Ela estabelece a ligação das duas margens, pon-do-a, assim, em comunicação com Braga, Terras de Bouro e Gerês.

O seu orago é **Santa Marinha**. Foi abadia de apresentação de D. Abade de Santa Marta de Bouro e depois da Mitra Bracarense. Ainda, no Séc. XVIII, apresentava o abade com 350 mil réis de renda. A **Matriz** é um templo amplo e simples.

Pertenceu, ainda na primeira metade do Séc. XIX, ao Concelho de Santa Marta do Bouro, transitando para o actual, depois da extinção daquele, em 31-XII-1853. Foi anexado ao de Vieira do Minho quando o de Terras de Bouro fora extinto, no período de 14-VIII-1895 a 13-I-1898, tendo regressado após esta data a este último Concelho.

Fazia parte da comarca de Vila Verde e depois à de Vieira do Minho. É terra muito fértil. Funciona ali um posto d. Registo Civil.

VILAR

Na base do Alto do Seixo, acima do lugar de Covas, à esquerda do Homem, encontra-se a freguesia de **Vilar**, mais conhecida por **Vilar de Chamoim**. O seu nome presume-se que tenha vindo da própria designação da paróquia: **S. Miguel de Vilar**, por influência dos monges de Rendufe, conforme nos elucidam as «Inquirições» (1220): «et est ecclesia de Rendufe et VII casalia», a **igreja e sete casais**, pois foi vigairaria do padroado na apresentação do mosteiro de Rendufe.

Vilar é freguesia muito antiga. No alto, no lugar de Travassos, para a «Geira». Completa este vestígio romano um marco miliário, Diz-se, também, que fora domínio de uma «civitas».

Foi terra de nobres. As «Inquirições» (1258) referem-se a Miguel Gomes, que deveria ter feito **paço** «et quer hi fazer casa de morada entre os herdadores», daí a origem do aparecimento desse mesmo nome num dos lugares desta freguesia. Igualmente, este mesmo documento histórico, se refere à venda que teria sido feita pela «vilã Marinha Dolquides» aos monges de Bouro. Houve aqui uma família ou casta obrigada ao encargo de «maiordomos grandes da terra», de Bouro.



Capela de invocação a N.ª S.ª do Livramento, vendo-se lá mais arriba, o Calvário do Senhor dos Aflitos na freguesia de Vilar

Dista da sede do Concelho 3 Kms. Compõe-se dos seguintes lugares: **Mota, Outeiro, Passo e Travassos.**

É seu orago **Santa Marinha**, antes fora **S. Miguel**. A Matriz está no alto do monte, data de 1779 e o **Cruzeiro** é de 1726. Porém, o templo deveria ser edificado antes da fundação da nacionalidade e mandado construir por fidalgos. Era padroado do mosteiro de Rendufe. Tanto assim é que, ainda nos Sécs. XVIII e XIX, o abade do mosteiro representava o vigário, que auferia, como renda anual, 40 mil réis, rendendo 80 mil para o convento.

Há diversas capelas: de invocação a S. Bento, no lugar de Travassos; a N. Senhora do Livramento, com Irmandade própria, situada no caminho que sobe para Covide. É um pequeno Santuário onde se realiza uma grande romaria, no

1.º Domingo de Julho. O instituidor dos seus bens foi João António Pinheiro. Há nela uma curiosidade: a caixa de morteiros — uma pequena peça de artilharia — de pólvora seca, que serve para anunciar as suas festividades aos povos vizinhos; e, por último, consagrada ao Senhor dos Aflitos. Houve uma ermida, a de S. João, anterior ao Séc. XIII, naquele mesmo lugar do Outeiro. A não ser que a actual tivesse sido alterada e corresponda à primeira fundação. Algures, no Santuário, existe um enorme carvalho secular.

Pertenceu desde sempre ao Julgado e Concelho de Bouro, transitando para o de Terras de Bouro quando este foi instituído. Foi anexado ao de Amares quando fora extinto, no período de 14-VIII-1895 a 13-I-1898, regressando de novo a ele, após ter sido restaurado. É da Comarca de Vila Verde.

Muito fértil em cereais e em outros produtos da terra.

VILAR DA VEIGA

É a freguesia mais nova, em antiguidade, entre todas deste Concelho de Terras de Bouro. Só no Séc. XVIII pôde erigir-se como paróquia. Teria nascido de uma «quintã» burguesa, no Séc. XIII, segundo confirmam as «Inquirições» (1258): «todos desta collatione (Covide) levam a madeira et fazem no Castelo, excepto a **quintana de Vilar...** que vam aa vela».

No Séc. XVI aparecem os abades de S. Martinho da Ventosa (antes freguesia de Ribeira de Soaz) e de S. João da Cova, recebendo cada um sua metade nos dízimos, na vigairaria de Vilar da Veiga. Estes recebiam, do Séc. XVII para o XVIII, 40 mil réis, para cada um, ficando para o vigário a mesma importância, atribuída a cada um daqueles abades.

Pertencia, portanto, ao Julgado da Ribeira de Soaz, de Vieira do Minho, até ao dia em que se tornou freguesia independente.

Está localizada ao sul da serra do Gerês e separada pela freguesia de Rio Caldo pelo rio Gerês (afluente do Cávado), que a delimita, a sul.

Encontra-se separada da sede do Concelho 20 Kms. e a 7 das termas do Gerês.

Formam esta freguesia os seguintes lugares **Admens**,

Adropeixe, Alqueirão, Assureira, Bairro, Corona, Ermida, Gerês, Loureiro, Meia Légua, Pedra Aguda, também conhecida por **Escusalha, Pedrogão, Pereiró, Portelo do Fojo e Vilar.**

Vilar da Veiga é rica nas suas férteis veigas e nos seus extensos montados, tendo sofrido um golpe rude na sua agricultura com a inundaçãõ da principal veiga, que hoje faz parte do leito da barragem da Caniçada. Aproveita, contudo, o desenvolvimento progressivo do Gerês, das suas termas, uma das mais frequentadas do País, que nos ocupamos noutra capítulo desta Monografia.

A 3 Kms. da estância termal, na Assoreira, há um aldeamento que é o maior aglomerado populacional geresiano e foi para ali residir, transferido de impróprias habitações existentes, então, perto das águas.

O seu orago é **Santo António**. Anteriormente fora **Sant' Ana**. A **Matriz** é recente. Foi trazida pedra por pedra, do local onde hoje é a barragem. Fica agora à margem da estrada. O Altar-Mor e os colaterais em estilo barroco. Existem outras capelas de invocação à Senhora das Angústias e ao Senhor da Saúde, no lugar de Vilar, a Santa Marinha, no da Ermida e a Santa Eufêmia, no das Termas, esta durante bastante tempo, funcionou como capela real, mandada edificar por D. João V.

Fez parte do extinto Julgado de Ribeira de Soaz, vindo a incorporar-se no Concelho de Vieira (28-XII-1840), passando ao de Terras de Bouro em (24-X-1855). Pertenceu às Comarcas de Guimarães, da Póvoa de Lanhoso, de Vila Verde e de Vieira do Minho, da qual hoje depende.

É rica em centeio, milho, vinho, azeite, linho, mel, fruta, etc. Fazem carvão da urze da serra. Boa pecuária e no rio pesca-se truta, boga, tralho. No monte caça grossa e perdizes, coelhos, lebres, etc. Boas comunicações por estrada com o País. Tem Vilar da Veiga um posto de Registo Civil. No Gerês, além de uma magnífica rede hoteleira ⁽¹⁷⁾, existem diversos

(17) Actualmente estão em funcionamento os hotéis, Parque das Termas, Ribeiro e Universal, propriedade da «Empresa Hoteleira do Gerês», Maia, e as pensões, Baltazar (considerada de 1.ª Classe), Ponte, Casa da Ponte, Moçambique, Residencial de João Ribeiro, Gereziana, Avenida e Jardim, além de diversas residências e casas de hóspedes.

serviços oficiais tais como Guarda-Fiscal, CTT, GNR, Administração Florestal, com o Parque de Tude de Sousa (18), duas Piscinas, (uma com água aquecida) Empresa das Águas, médicos, Farmácia, balneários, Laboratório de Análises e a copa, hospital, Junta de Turismo, parque infantil, agência de viagens, ervanários, serrações, comércio vários, praça de peixe, de carne, de fruta e de legumes, automóveis de aluguer, um pequeno mundo onde nada falta de civilização e de conforto.

Em Vilar da Veiga (19), desde 1884, se realiza uma feira quinzenal, bastante concorrida e animada.

Chegámos, assim, ao cabo deste peregrinar, correndo montes e devassando vales, perscrutando o seu viver, simples e curioso, revelando os factos históricos mais salientes destas dezassete freguesias que ornaram o Concelho de Terras de Bouro. Descrevemo-las, sucintamente, e, depois, deste balanço final, ficámos com a certeza que cada uma de per si daria ensejo a que enchessemos as páginas de uma Mono-

A «Empresa Hoteleira do Gerês» foi fundada, em 1926, constituindo-se uma sociedade composta pelo Dr. Domingos Afonso, José de Oliveira, Fernando Castelo Branco, Sotto-Maior e os irmãos Sameiros (Gaspar e Vasco, este último o corredor internacional de automóveis).

(18) Além de um rico guarnecimento florestal com espécies raras, passa, ali, o rio Gerês povoado de trutas, um lago para recreio, com barcos, casa de chá, campos de jogos, etc. É um dos mais bonitos recantos das termas pela sua beleza e tranquilidade, preferido pelos aquilistas que em grande número acorrem ao Gerês, estância de cura de águas e de repouso.

(19) Pedro Augusto Ferreira, «Vilar da Veiga», in «Portugal Antigo e Moderno», Vol. XI, pág. 1296; Padre A. Magalhães, «Gerez ao seu Estatismo e Vilar da Veiga», (Barcelos, 1953).

Bibliografia: Abade António Bacelar, «Dicionário Geográfico sobre o Gerês», (1758); Domingos M. da Silva, «Entre Homem e Cávado», III Vol. (Amares, 1958); «Minho-Dossel de Portugal», 2.ª Ed., no IV Centenário da Cidade do Rio de Janeiro, (Agosto, 1965); «Diário das Cortes», reparação de estradas e pontes de acesso ao Gerês, (1821); Padre Pinto Guedes, pedindo a inclusão do Gerês no Concelho de Vieira do Minho, (1930); Dr. A. de Campos Monteiro, «O Gerês Estância de Turismo, de Cura e de Repouso», (Porto, 1929); Padre Luís Cardoso, «Dicionário Geográfico», (1758); José Firmino da Silva Boavista, «Descrição das Caldas do Gerez», (Braga, 1867); Emídio de Oliveira, «Uma Jornada ao Gerez» — Manuscrito, (1874?); Dr. José António Marques, «O Gerês Presente e Futuro», (1884); Visconde David Correia Sanches

grafia, tais os assuntos palpitantes que todas nos oferecem ao nosso estudo e à nossa investigação. E ficámos também convencidos que elas não desejam embalar-se apenas no seu grande passado, mas sim, como a fénix renascida, aguardam que floresça, mais viçosa e mais plena de vida, no futuro. Aquele esperançoso porvir que é o prémio justo de todo aquele que crê na vitória. Os serranos, como todos nós Portugueses, estamos empenhados em construir um Portugal melhor, um Portugal que seja exemplo e espelho para todos os de mais Povos na Terra.

de Frias, «Notas a Vápis - Passeios e Digressões Peninsulares», (Lisboa, 1886); João Maria Ferreira, «Cartas do Gerez» - Versos, (Lisboa, 1935); Matias Araújo Lima, «Gerez - Quadras e Canções» — Versos, (V. N. Famalicão, 1939); Tude de Sousa, «Gerez - Notas Diversas», in «O Comércio do Porto» — Artigos de Julho a Setembro, 1941; Augusto Maia, «Livro de Honra do Grande Hotel Maia do Gerez», (Porto, 1942); Dr. Celestino Maia, «O Gerez e as suas Termas» — Monografia, in «Revista Clínica, Higiene e Hidrologia», (Porto, 1947); Hugo Rocha, artigos em «O Comércio do Porto»; Aníbal Mendonça, artigos em «O Primeiro de Janeiro», e em «Diário do Minho» 14-XI-1978, Manuel J. R. Pinheiro.

**A MONTANHA - SUA ESPIRITUALIDADE
O PARQUE NACIONAL DA PENEDA - GERÊS
A PORTELA DO HOMEM
O TRADICIONALISMO DE UM POVO
MARCOS DAS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS
DO CONCELHO DE TERRAS DO BOURO**

Todo o Concelho de Terras de Bouro, ainda mal revelado a nacionais e a estrangeiros, reúne todas as condições e requisitos indispensáveis para estância de repouso, para um prazer de vida em contacto permanente com a Natureza, plena de beleza e grandeza de estudo e de meditação. A montanha que nos entreabre, como livro aberto, os melhores ensinamentos de vida, com os seus encantos e também com os seus perigos, numa aguarela de forte tom colorido; o coleante serpenteado da água que a envolve num harmonioso amplexo de poesia; as numerosas e riquíssimas espécies da flora e da fauna; as gentes, simples e boas, que com os seus costumes e as suas leis, nos ditam um padrão verdadeiro e são, na conduta para a concepção de um Mundo mais natural e humano; todo este cosmorama de factos reclama a nossa atenção e nos solicita uma palavra a dizer, quando o País começa a estar voltado para uma realidade e consciencializar-se mais para uma verdade redescoberta. Portugal, de Norte a Sul, todo ele, pela variedade constante que nos oferece nas duas paisagens, a geográfica e a humana, é todo ele de sentido turístico. Temos todas as condições para fomentarmos essa indústria e essa arte, de nos darmos a conhecer aos outros, sem postigos, nem adjectivação, mas apresentando-nos tal qual como somos, sem macaquearmos o que de mau exista noutras paragens da terra.

O «Parque Nacional da Peneda — Gerês», inaugurado pelo Chefe do Estado em 11-X-1971 que desde já se considera como um dos actos de maior grandeza nacional, com repercussões no estrangeiro, veio na hora exacta, justificando o muito que se tem escrito e o que se tem pensado, desta inolvidável zona minhota, dando assim excelentes perspectivas de desenvolvimento rural que até agora não possuía, e fazia até engrossar o êxodo emigratório, vidas e braços, que são riqueza de qualquer povo.

Até agora só o Gerês beneficiava desse dom de atrair gente vinda de todos os recantos da terra, em virtude da magnificência das suas águas medicinais, consideradas como uma das melhores para os males do fígado. São esses milhares de doentes que durante o período termal se entranham



Pastora com o seu típico trajo serrano. Perto dela o cão, seu amigo

na montanha geresiana e que depois servem de porta-vozes, transmitindo a outrém, o deslumbramento do que lhes foi dado ver. Porém, eles pouco viram do muito que ainda há lá para admirar e para sentir...

São bem eloquentes e expressivas as palavras proferidas pelo então director do Parque, Eng.º Silvicultor José Lagrifa Mendes, de que damos apenas este passo: «Ao debruçarmos sobre as potencialidades do território continental, não podem levantar-se dúvidas sobre o interesse e a prioridade das directrizes tomadas. Dentro de um espírito realista, temos de verificar que aqui se patenteia uma vasta região do País onde a degradação não atingiu aspectos irreversíveis, onde a vida social e o espaço disponível se enquadram nos conceitos internacionais: onde a paisagem, a flora e a fauna, além de motivos históricos e etnográficos ímpares, apresentam aspectos de rara e prodigiosa beleza. Nela se verifica a necessidade urgente de se tomarem medidas proteccionistas. Por outro lado o seu conteúdo humano permite-nos um ordenamento territorial dirigido para as finalidades científicas, educativas e turísticas.»

Também o Eng.º Vasco Leónidas, na altura secretário de Estado da Agricultura, empenhado como estava na melhoria agrária do País, no começo do seu discurso, afirmou: «A inauguração a que V. Ex.ª, Sr. Presidente, acaba de proceder reveste-se de maior importância nacional e inscreve-se nos anseios manifestados em todo o Mundo por governantes, cientistas e técnicos, no sentido de se dar a maior atenção à protecção da natureza e dos seus recursos. Na realidade, Sr. Presidente, a alteração do ambiente natural tem-se ultimamente processado de modo a chamar a atenção para os males que o próprio progresso técnico, no decorrer das gerações, acumulou ao desenvolver-se sem respeito pela natureza, e sem atender a todos os factores, que numa região ou país, e mesmo por todo o Globo têm de ser olhados em conjunto.» Mais adiante acrescentou: «O crescimento industrial ou agrícola, o aumento de turismo, o progresso social e cultural têm de ser submetidos a um planeamento que vise o ordenamento e o desenvolvimento harmónico de todas estas actividades. A presença do venerando Chefe do Estado nesta inauguração — presença honrosa que do coração agradecemos — demonstra, mais uma vez, quanto interesse lhe

merecem as grandes iniciativas nacionais e os graves problemas que afectam a própria Humanidade. O Parque Nacional da Peneda e Gerês constitui, sem dúvida, uma realização que há-de marcar uma época, revestindo-se da maior importância nacional e internacional.»

Este «Parque Nacional da Peneda — Gerês» abrange terrenos além do Concelho de Terras de Bouro mais os de Melgaço, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca e Montalegre. Haverá uma Comissão Administrativa, apoiada numa Comissão Técnica Consultiva e ainda se estabelecerá a Comissão Científica. Respeitante à Sede, (instalada em Braga, na rua de S. Geraldo, 29, com delegação no Gerês e delegados em Montalegre e Ponte da Barca), deverá ser procurada a colaboração das entidades regionais, do Fundo Internacional para a Conservação da Natureza e outras Fundações, e instalado um Museu, Biblioteca e Sala de Conferências, procurando assim incentivar as visitas ao Parque incutindo-lhes no seu espírito a ideia de que vão percorrer um grande jardim de Portugal, uma região-modelo de respeito pelo mundo das plantas, dos animais e da paisagem que nós todos devemos pugnar, porque elas também nos pertencem, pois são genuinamente portuguesas.

Na esquematização dos tipos de reservas foram ponderadas as seguintes; **Integrais, Naturais, Turísticas e Paisagísticas**. As primeiras — na maioria dos casos de reduzidas dimensões — deverão ser consideradas como verdadeiros **Santuários**, só profanados por cientistas, pois podem destinar-se a salvar espécies em vias de extinção, ou a verdadeiros laboratórios vivos onde se poderá estudar a Biologia e condições de evolução do meio natural, subtraído de toda a intervenção humana. Além disso merece atenção especial outros aspectos científicos, tais como, aqueles que estão ligados à pesquisa dos dólmenes, gravuras rupestres, castros, estradas romanas, marcos miliários, castelos e outros vestígios de ruínas que aguardam pesquisadores interessados, quer nacionais, quer estrangeiros.

As segundas, **Reservas Naturais**, inicialmente abrangerão somente aquelas superfícies que agora já não são utilizadas pelos povos limítrofes, e que se espera no futuro possam ser alargadas, quando a mentalização tiver dado os seus frutos. Assim há que respeitar fundamentalmente a vida sob



«Porqueiros da Calcedónia», aspecto flagrante da desagregação da rocha, com monólitos sobrepostos, semelhantemente a velhos templos ou monumentos megalíticos

todas as suas formas, a fim de permitir o livre e silencioso jogo das leis de equilíbrio da Natureza. Será, portanto, interdita toda e qualquer forma de caça, a colheita de qualquer espécie vegetal, bem assim como de grandes ruídos permitindo-se apenas que o passeio se faça a pé ou a cavalo ou ainda em carro de tracção animal. Será permitida, embora condicionada, a pastorícia, não só porque é uma necessidade de economia local, mas também porque, fazendo de remota data parte do equilíbrio destas serras, constitui elemento de vida precioso sob os aspectos humanos, educativos e paisagísticos. É neste clima que o homem dos nossos dias, traumatizado, poderá rever águas cristalinas, respirar o oxigénio do ar puro, liberto das poluições dos grandes centros

populacionais e gozar da paz que ele não usufrui, revitalizar-se para nova caminhada na vida, na vida áspera e poluída que o espera na cidade.

Outro ponto de notável interesse é o que se relaciona com a **Reserva Turística**, que incidirá na reserva de protecção ou zona envolvente e periférica, onde vamos encontrar largos espaços do domínio público ou povoados com os respectivos campos agrícolas e de pastoreio, de quatro albufeiras dos aproveitamentos hidroeléctricos e ainda das Termas do Gerês, que se espera venham a ser altamente beneficiadas com todo o complexo turístico do Parque Tude de Sousa. Em toda esta reserva periférica se estabelecerão as necessárias infra-estruturas turísticas, desde o estabelecimento de parques de campismo, a todo o complexo hoteleiro, procurando-se criar também nos aldeamentos serranos a possibilidade da sua utilização como centros de albergue para visitantes, caçadores e pescadores. Por outro lado deseja-se com isto que os povos serranos possam tirar lucro desta estrutura, como seja: o alojamento, o aluguer de garranos ou de carros para excursionistas, a venda de objectos de artesanato, de produtos da terra, de carnes de fumeiro, ainda não contaminados pela poluição, o serviço de guias, a venda de cães de raça regional, etc.

Quanto às albufeiras, pretende-se que na de Paradela e a de Vilarinho da Furna seja interdito o emprego de barcos motorizados, destinando-se a sua utilização à pesca e estudos científicos. Sómente na Caniçada e noutras serão autorizados a prática de todos os desportos náuticos, prevenindo-se a fundação de clubes desportivos.

Toda a região abrangida pelas **Reservas Naturais e Reservas Integrais**, constituirá o maior núcleo do País de reserva de caça e, futuramente, largas possibilidades de existência de caça grossa na região periférica. Note-se, que nestas zonas periféricas serão criados núcleos de reduzida área e cientificamente estabelecidos, onde anualmente se procederá ao repovoamento de espécies de alto valor cinegético, designadamente a perdiz e a lebre. No que se refere à pesca prevêem-se robustos investimentos da truta, de maneira a obterem-se reservas que permitam satisfazer o desejo dos nossos pescadores.

Outro ponto de interesse que nos oferece o Parque é quanto à promoção social dos povos serranos, em que os Serviços de Colonização Interna têm também uma palavra a dizer.

Além da tão premente mentalização destes povos para a sua integração nos novos moldes económicos que se avizinhem, há que dirigi-los, fundamentalmente, para as atrás já citadas novas fontes de receita, não olvidando o quanto tem de interesse a etnografia rica desta região, como sejam os aspectos do comunitarismo e das romarias.

Deve-se ter presente que não é pretensão criar-se um tipo de reserva humana para simplesmente ser objecto da visita dos chamados civilizados, é sim, integrá-los nos novos figurinos turísticos de promoção que possam possibilitar um intercâmbio de bens. De um lado recebe-se dinheiro e convívio com o cidadão, do outro dá-se hospitalidade, sem



Um trecho da «albufeira da Caniçada», correndo ao longo e, paralelamente, a fita branca da estrada. Poiso excelente para se assistir às provas náuticas, como aquelas de Motonáutica realizadas últimamente com grande êxito.

postigos, escutando as suas lendas e histórias, admirando o seu folclore, sempre embebido em filosofia e em sabedoria.

Por último, as **Reservas Paisagísticas** destinam-se, fundamentalmente, às milhentas motivações turísticas que a montanha nos oferece, através das suas grandes possibilidades de êxito, como o campismo, a caça, a pesca e os desportos náuticos.

Os responsáveis anunciam que o primeiro escalão terá de ser dirigido para as delimitações exteriores do Parque, como sejam as sinalizações e estudo dos diversos tipos de Reservas. Ao mesmo tempo deve procurar-se que os nossos cientistas se debrucem sobre todos os valores a inventariar e o de formar, em cursos intensivos, os futuros guardas vigilantes. Resolvidos estes importantes problemas, haverá que dirigir as atenções para os diversos tipos de vias de penetração, dando grande ênfase aos traçados que se destinam aos passeios a cavalo ou em carros de tracção animal, além, de se estabelecer uma eficiente rede de abrigos de montanha e aquisição de montadas para os guardas vigilantes. Outros aspectos prioritários, em atenção, terão que ser os das Portas do Parque, formação de guias, o fomento cinegético e piscícola e ainda o estabelecimento de um novo ordenamento florestal e de pascigo a realizar nas áreas respectivas.

Quanto ao pré-parque, além de trabalhos de ordem social ligados com a mentalização dos seus habitantes, haverá que, no plano agro-pecuário, definir novos equilíbrios a realizar em cada sector, e quanto ao plano turístico, definir um programa para cada estação. Trata-se de realizar investimentos num novo tipo de estruturas que possivelmente não serão rentáveis dentro dos cânones habituais. Porém, não podemos olvidar que nos encontramos a viver numa Europa ávida de espaços deste tipo.

No futuro, o aproveitamento de edificações existentes, como a ligação do Alto da Mata do Cabril à Portela do Homem, a abrir sómente ao tráfego hipomóvel, a instalação de uma sede condigna e dos centros de interpretação, a eficiente instalação para os cientistas nacionais e estrangeiros, as obras de pioneirismo ligadas à indústria hoteleira e desportiva serão alguns dos imensos trabalhos a efectivar ou a incentivar nesta região, uma das mais belas e encantadoras de Portugal.

Ainda vamos buscar a voz dos responsáveis; esclarecedora, no tocante ao aspecto económico de valorização da região; em primeiro lugar estamos em face de regiões marginais quanto à sua ocupação com florestas de rendimento, porquanto se trata na maioria dos casos de zonas onde a erosão e a altitude não permitem esse tipo de ocupação florestal. Aliás esta directriz já se patenteia nos respectivos projectos de arborização; em segundo lugar, porque a técnica, permitindo-nos hoje alcançar rendimentos lenhosos de tal modo elevados através da silvicultura intensiva, nos pôde e deve levar a dispor de todas as regiões marginais, para a obtenção de ar puro, águas cristalinas, hoje bem mais necessários do que a maioria dos produtos lenhosos, em vias de nova solução através dos processos tecnológicos da nossa época espacial.

Eis, em traços ligeiros, sintetizados, o que é o «Parque Nacional da Peneda — Gerês», criado numa hora providencial (por portaria, publicada no «Diário do Governo» de 8-V-1971, assinada pela Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, do Ministério da Economia) e que muito pode realizar de bem e de útil para o povo do Concelho de Terras de Bouro, que ansiava há muito por esta iniciativa governativa.

Com esta providencial medida da criação do Parque, aliada ao dinamismo que é timbre da Municipalidade terrasboureense, estamos certos da promoção a uma escala internacional de todo um Concelho. Irão surgir mais rodovias, irão ser construídas mais estradas e acessos, irão ser levantadas unidades hoteleiras, condignas desse nome, confortáveis, a preços acessíveis a todas as bolsas, e irão aparecer restaurantes arejados, convidativos, a todos nós, com ementas regionais — os terrasboureenses são mestres da boa cozinha e em servir — certamente que todo este sublime conjunto faça do visitante um amigo inseparável da região, para muitas e constantes vilegiaturas. Após o movimento militar-popular do «25 de Abril», em 4 de Junho desse ano a direcção esclarecia diversos pontos de vista:

- 1.º — procurar levar os residentes a cuidarem das suas casas no interior e libertarem-se da ostentação do

exterior, manifestada normalmente com as cores berrantes e as quatro águas do tipo «chalet»;

2.º — evitar que dentro do perímetro deste Parque Nacional, nomeadamente em zonas despovoadas, os cidadãos construam casas de fim-de-semana, pois o Parque Nacional, é acima de tudo um bem para todo o Povo Português e não para os privilegiados;

3.º — evitar as batidas e o envenenamento dos animais selvagens, pois antes dos especialistas estabelecerem o equilíbrio está ou não perfeito, não podemos dizimar qualquer espécie. Para evitar prejuízos de que mais tarde as gerações vindouras não poderiam acusar, indemnizam-se as populações atingidas e não consta que haja mais animais do que os existentes antes da criação do Parque, quando ninguém lhes pagava qualquer indemnização. Só no ano findo se pagaram cerca de 300 mil escudos.

Mais adiante o Parque aponta para o que tem feito:

- a) — abriram-se, para povoados isolados, quase 50 Kms. de caminhos;
- b) — estão cinco aldeamentos a ser objecto de beneficiação das casas;
- c) — foi esta região visitada (1973) por mais de 100 000 pessoas que vão aumentando o ritmo crescente, contribuindo assim para uma nova perspectiva de valorização e fixação destes povos;
- d) — haverá ainda que informar sobre a crescente demanda de operários utilizados para a construção desta obra gastando-se cerca de 500 contos mensais só com o pessoal jornalero.
- e) — verificou-se a diminuição de emigração de residentes no Parque Nacional porque aí se encontra trabalho compatível com as suas necessidades e aptidões.

Seguidamente, o titular da pasta da Educação e Cultura, sob proposta da 2.^a secção da Junta Nacional de Educação, foi determinada a classificação como **imóvel de interesse público**, este Parque Nacional, tendo a zona abrangida por esta classificação sujeita às disposições legais em vigor. A referida zona, abrange não só a área já classificada no Parque Nacional, mas ainda uma extensão para SW incluindo esta área complementar o valioso conjunto da Serra Amarela e é limitada por uma linha sinuosa que partindo do bico do Penedo Redondo (zona Parque Nacional) passa por Chão de Arada, Cabaninhas, Alto da Cabeceira, Covas, e inflete para Mota (Vilar), Lagoa (Chamoim) e termina em Covide, seguindo depois o referido traçado do Parque Nacional para sul.

Entretanto, em 1978, fundou-se a Associação Cultural de «Os Amigos do Parque Nacional Peneda — Gerês», com a seguinte direcção: Assembleia-Geral, Eng.º António Eduardo Carneiro (presidente), Armando da Rocha Marques e Matias Rolo Ferreira de Barros (secretários); **Direcção** — Dr. Viriato Nunes (recentemente falecido, presidente), Jorge Dias Araújo, Dr. Mário Taveira Veloso (vice-presidentes), Eng.º João Simões de Vasconcelos, Maria Armada Franco Pinto, Nuno Alvaro Fernandes, Luís Filipe, Manuela Tamagnini Leal e Maria Beatriz da Costa Mendonça (vogais); **Conselho Fiscal** — Dr. João Soares Louro (presidente), Afonso Palmeira e Eng.º Armando Correia (vogais). Do **Conselho Científico** fazem parte os Profs. Drs. Manuel Gomes Guerreiro, Carlos Almaça, Drs. Ernesto Veiga de Oliveira, Francisco Alves, Eng.º Ilídio Alves de Araújo, Dr. José de Almeida Fernandes, Profs. Drs. Eduardo Nunes, Manuel Sarmiento Bravo, Manuel Viegas Guerreiro, Dr.^a Maria da Piedade Taveira Veloso. A posse destes membros directivos foi feita no Salão Medieval da Universidade do Minho, com a presença dos secretários de Estado do Turismo e dos Florestais, respectivamente, Dr. Baltazar Gonçalves e Prof. Eng.º Azevedo Gomes.

Em 8-V-1979, quando o Parque completou oito anos de existência, também naquele mesmo Salão Medieval, efectuou-se uma sessão solene sob a presidência do Dr. Carlos Rosa, sub-secretário adjunto que representava o titular da pasta da Educação e Investigação Científica, tendo falado o Eng.º Moreira da Silva, que sucedeu ao Eng.º Lagrifa Mendes, após

a sua morte, o Dr. Francisco Alves, da Universidade do Minho, que aventou a criação de uma universidade arqueológica no norte do País, encerrando esta série o Dr. Carlos Rosa, que a determinada altura disse:

«No domínio do Ensino e da Investigação Científica, um Parque Nacional funcionará como um laboratório vivo, onde a fauna e a flora se reproduzem, crescem, vivem e morrem no seu ambiente natural, libertas dos condicionamentos estreitos dos laboratórios criados pela mão humana, permitindo-se-lhes, assim, o desenrolar correcto dos seus ciclos evolutivos.

E os próprios rios, as serras, as pedras executam em liberdade as funções que lhes foram cometidas pela Natureza, transmitindo a sua lição e auxiliando o homem a melhor se compreender quanto à sua posição no meio em que vive.

Finalmente, em termos de política de juventude, para além dos conhecimentos de natureza científica que podem ser extraídos a fim de os dar às novas gerações, das potenciais riquezas do Parque, nos domínios da História, da Sociologia ou das Ciências Exactas, haverá que salientar outros valores não menos importantes, em termos de formação global dessas novas gerações: o reconhecimento de que se torna essencial a preservação da Natureza, como conquista do Homem sobre a crescente destruição dos sistemas ecológicos; a melhoria da qualidade de vida, tida não apenas como uma melhoria económica mas como resultante também de outros valores superiores, tantas vezes esquecidos; o reencontro com o ar puro da serra, a água límpida de uma nascente, a liberdade de uma águia voando, a beleza de uma flor campestre, a solidariedade de uma colectividade humana».

Ao princípio da tarde e no mesmo Salão Medieval foi inaugurada e está patente ao público uma exposição de arqueologia e etnografia sobre motivos do Parque.

Seguiu-se-lhe uma exposição fotográfica documental do que é o Parque Nacional, que depois correu o País em divulgação e de sentido pedagógico junto da população portuguesa.

Em 14-VII-1979, os Amigos do Parque protestaram junto do ministro da Agricultura contra o Decreto Lei 39/79 de 10, anterior, relativo à orgânica da Direcção-Geral do Ordenamento e Gestão Florestal que julgam «visar a destruição do Parque».

É de salientar a colaboração existente, desde 25-I-1978, entre o Parque e a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, que tem desenvolvido intensa actividade na detecção, salvaguarda e protecção dos vestígios arqueológicos e estruturas monumentais que a área do Parque encerra. Com esta finalidade tem-se desenvolvido esta acção com base em três objectivos: prospecção, inventariação e eventual escavação das estações arqueológicas limitadas pela «fronteira» do Parque; defesa e consolidação dos monumentos detetados e restauro de outros cuja importância o justifique, ameaçados quer pelos diversos agentes erosivos, quer pelos eventuais agentes humanos; divulgação junto das populações locais, de um passado que nos é comum, expresso nas diversas estações arqueológicas e respectivos materiais encontrados. Com este propósito iniciaram-se exposições itinerantes pelo País para mostrar o valor arquitectónico do Parque num trabalho de valor apresentado pelo investigador Dr. António Martinho Baptista, da Universidade do Minho.

Em 15-XI-1979 a Associação Cultural Amigos do Parque, promoveram uma sessão de informação, no Auditório do «Jornal de Notícias», do Porto, em que falou o Eng.º Adolfo Morais de Macedo, sob a temática «O Parque Nacional Peneda—Gerês e a necessidade da sua defesa», acompanhada da projecção de diapositivos, pela Associação Fotográfica do Porto, seguida de colóquio e ainda o da criação do núcleo desta Associação na cidade Invicta.

Não obstante isto há vozes discordantes, uma delas é da gente de S. João do Campo «terra onde se sai à janela e apenas se vêem serras», vozes que fazem coro com outras terras-bourenses que solicitam «um Parque que respeite o homem e a sua riqueza». Interrogava-se um morador desta freguesia que o lobo tinha-lhe dizimado 13 cabras, «o País está assim tão rico que haja necessidade de proteger os rebanhos e o mercado que eles vão abastecer». Mas mais adiante aquele mesmo homem acentuava: «Somos incapazes de prejudicar o Parque Nacional. Mas consideramos que está regido de tal maneira que se encontra povoado de lobos e deserto de corças. Até precisaram de levar um casal para Vieira do Minho a fim de repovoarem o Gerês. Vai ser uma rica alimen-

tação para as alcateias!... Esta é uma verdade, a voz do povo, que não se pode esconder e tem que se aceitar.

De salientar a valiosa contribuição dada pela «A Gazeta Mobil» que tem vindo a publicar vários trabalhos acerca da fauna do Gerês, ocupando-se; do corço, de garranos bravios (de que fez separatas), da águia real, das aves de rapina, da cabra brava, entre outras espécies.

É de realçar que a Associação resolveu criar (3-VI-1979) um núcleo concelhio para promover a dinamização do Parque Nacional.

Outra esperança que veio na mesma hora, como um presente em bandeja, é a abertura da Portela do Homem ao Mundo da Paz, caindo por terra a estratégia guerreira de outrora, para transformar agora numa das portas, não do paraíso, que o homem infelizmente nunca sentiu na terra, mas, sim, numa porta de valor humano onde a arte, a hospitalidade e a atmosfera de tranquilidade, são atributos e pesam como valores essenciais desta vida terrestre, na qual nos encontramos.

A abertura da fronteira da Portela do Homem, que presumimos seja para muito breve, tem sido quer da parte das nossas autoridades, quer da parte espanhola, motivo de conversações, de visitas e de assunto de trabalho. Diz-se que o encurtamento para Orense é da ordem dos 50 quilómetros, o que julgamos de larga importância, para quem demande o nosso País, por essa frente turística. Queremos assinalar todo o bom empenho nesta concretização da parte do Governador Civil de Braga, Dr. Parcidio Summavielle Soares e de alguns outros que o antecederam.

«La Region», diário de Orense (Galiza) de 27-X-1979, noticiava que a «Diputation» da Província de Orense, aprovara por unanimidade, uma moção apresentada pelo seu presidente, acerca da permanente abertura da fronteira, na Portela do Homem, enumerando as múltiplas vantagens, de toda a natureza, entre os dois países peninsulares, e solicitava a urgente intervenção de ambos os Governos, para este facto.

Bibliografia: «Memórias Geográficas e Históricas da Província de Entre Douro e Minho», (Lisboa, 1736) — Códice n.º 8750, fls. 147, «Fundo de Manuscritos» da Biblioteca Nacional de Lisboa; Oliveira Freire, «Descrição Corográfica», (1739); Emílio Hubner, «Inscriptiones Hispaniae Latinae», in «Revista Critica de História y Literatura Española, Portuguesa y Hispano Americana», Ano I, n.º 4, 1869; Paul Choifaf, «Promenade au Gerez Souvenir d'un Géologue», in «Bol. da Sociedade de Geografia de Lisboa», Série 14, n.º 4, 1895; Jacinto Rodrigues, «Minerais Descobertos em Portugal», «Com. da Direcção dos Trabalhos Geológicos de Portugal», Tomo III, Fasc. 2, Lisboa, 1895-1898; António Conceição Dias Parente, «Santuários da Serra do Gerez», (1907); Anónimo Arroio, «O País Português - o Solo, o Clima, e a Paisagem», (Lisboa, 1908); Prof. Silva Tees, «Introduções Geográficas» — notas sobre Portugal, (Lisboa, 1908); Amícar M. de Jesus, com colaboração de A. Viana e R. Cavaca, «Minerais de Portugal Continental», Vol. II, (Lisboa, 1930); Dr. Sousa Costa, «No Gerez - a Natureza e o Homem», (Porto, 1934); Dr. Armando Narciso, «O Clima e as Terras de Portugal na Indústria do Turismo», in «Bol. de Minas», (Lisboa, 1935); C. Freire de Andrade, «Considerações sobre a Linha de Depressões Barcelos-Montalegre», in «Bol. do Museu e Laboratório de Mineralogia e Geologia da Universidade de Lisboa», Série II, n.º 4, 1935, «Os Vales Submarinos», (Lisboa, 1937); Prof. J. Carrington da Costa, «Do Conhecimento Geológico de Portugal Continental», in «Anais da Faculdade de Ciências do Porto», Vol. XXVI e XXVII, 1940, «Evolução do Meio Geográfico na Pré-História de Portugal», (Lisboa, 1944); Eng.º Augusto Ferreira Machado, «O Repovoamento e Despovoamento dos Novos Cursos de Água», (1942); Oriando Ribeiro, Carlos Teixeira, J. M. Coteio Neiva «Depósitos Detríticos da Bacia do Cávado», in «Bol. da Sociedade de Geologia de Portugal», Vol. III, Fascs. 1 e 2, Porto, 1943; J. M. Coteio Neiva, «A Idades dos Granitos Portugueses», in «Bol. da Sociedade de Geologia de Portugal, Vol. III, Fascs. 1 e 2, Porto, 1943; «Tectónica Plio-Pitotocénica do Noroeste Peninsular», in «Bol. da Sociedade de Geologia de Portugal», Vol. IV, Fascs. 1 e 2, Porto, 1944; «Jazigos Portugueses de Cassiterite e de Volframite», in «Com. dos Serviços de Geologia de Portugal», Tomo XXV, Lisboa, 1944; Tude de Sousa, «Pastoreio e Alto Pastoril», «Vida e Arte do Povo Português», (Lisboa, 1940), «Serra do Gerez», in «Agros», Ano XXVII, n.º 3 e 6, Lisboa, 1944; «Granitos e Jazigos Minerais de Diferenciação Magmática das Beiras e Norte de Portugal», in «Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro», Vol. I, Fascs. 1 e 2, 1945; Klockmann e Ramadohr, «Tratado de Mineralogia», (Barcelona, 1947); Dr. Celestino Maia, «A Primeira Descrição Geológica do Gerez», Livro do I Congresso Luso-Espanhol de Hidrologia, pág. 320, Outubro, 1947; «O Gerês Serrano e Termal», (1945) e Notas e Prefácio ao livro «Diário Filosófico da Viagem ao Gerez», (Porto, 1949); Prof. Silvério Gomes da Costa, trabalhos de investigação à guarda da Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos; Eng.º Lagrife Mendes, artigo sobre o Parque in «Revista de Turismo», I série n.º 6, de Maio de 1969. A ROTEP, de Lisboa, no seu n.º 133 (Dezembro de 1972), dedica-se ao Gerês, com muita ilustração e um mapa.

PANORÂMICA GERESIANA

Muitos epítetos tem a serra do Gerês, desde o de «paraíso do excursionista» até «à mais linda serra portuguesa», ou ainda, este, «uma das maiores surpresas da Terra de Portugal». O cientista alemão Link que contactou com ela durante muitos dias afirmou: «nenhum viajante a visitará sem deleite, esses sítios tão aprazíveis, que reúnem as belezas de um clima quente à frescura do norte... O Caldo, o Homem, o Cávado, bem merecem, como o Lima, o nome de Lethes. O encanto que eles derramam sobre estes sítios faz esquecer as florestas da minha Pátria e mesmo as da fria Inglaterra».

De quando em quando menos esperamos desprendem-se dos altos ribeiros transformados em cascatas que rolam, de penedo em penedo, parecendo terem voz, uma voz forte que vem do mais fundo seio da serra. Nomes de alguns deles: **Caldas, Palas, Torpo, Leonte, Colado dos Fetos, Ponte Feia, S. Miguel** e tantos outros, que vão reforçar os rios no seu serpenteado caprichoso, o **Homem** e o **Cávado**, que tanta importância de fomento económico dão a estas terras de «Boyro».



A «Calcedónia», outro vestígio da romanização muito acentuado na serra geresiana



Fraga da Peneda, em Chã de Lamas, uma forma de erosão, das muitas que a cada passo se topam nesta serra incomparável do Gerês

Se penetrarmos mais na serra, subindo à **Albergaria** e vendo todo o seu redor, subjugá-nos logo o peso forte das altas muralhas, de montes sobre montes, como em mar encafelado; para nascente avistamos o **Lagademos** (como um pico vulcânico), o **Pé da Reigada**, o **Cantarcho** (como baluarte inexpugnável). São mais altares de granito, colossais, sentinelas vigilantes, postadas ao primeiro sinal de alerta e de combate. Dá-nos a sensação de ao delimitarem o vale o fecham simultaneamente, enquanto cá, em baixo, se ouve em sussurro o marulhar da água, na quietude do silêncio da montanha. Mas, há outros passeios a dar, como aquele à **Pedra Bela**, a 829 metros (de que o Padre Martins Capela diz que é **Pedra Vela**, porque daquele poiso os antigos velavam

a entrada do inimigo), à **Portela de Leonte** (875 metros), aqui nascem os rios **Gerês** (afluente do Cávado) e o **Leonte** (afluente do Homem), irmãos no nascimento e na morte, à cascata do **Arado**, à **Assureira**, aos **Carris** (1507 metros), ao **Altar dos Cabrões** (o ponto mais alto da serra, 1541 metros), à **Chã do Teixo**, à **Chã das Abrótegas**, à **Cabreirinha** (1534 metros), ao pico da **Borrageira** (1433 metros), considerado como uma das melhores vistas sobre toda a área vizinha. Entre esta e a Portela de Leonte, há colossais penedos com configurações estranhas, devido a erosões, de aspecto circular, que são bastante raros de se encontrar, um pouco parecidos àqueles que nós vimos na Córsega (Tafoni). Se alongarmos um pouco mais o nosso ângulo visual, deparamos na meia encosta com uma rechã de pastagem, o **Curral do Vidoyal**, que pelos efeitos erosivos nos parecem como se fosse um sino e um cogumelo, além de outras formas, tais como, agulhas, arcobotantes, esfinges, homens e animais. A **Feixa das Albas** surpreende-nos pela impressionante imagem — a suspensão de um vale!



Outro ângulo da montanha geresiana, sempre envolvida num mar encapelado de terra. Lá em baixo serpenteia a água, uma riqueza emanada da montanha

O Prof. Amorim Girão, numa visita que fez à serra do Gerês, e, depois, das suas impressões, escreveu um interessante artigo na revista «Panorama», de Lisboa, em Setembro



Estrada que vai para outro belo poiso da serra — a Pedra Bela — tão visitada e estimada pelo turista. Ao fundo o Cabril

de 1958, após ter-se referido às saliências do **Borrageirinho**, «atravessamos agora uma zona erma e desolada, onde vegetam especialmente o «Nordus Stricta» (tão apreciado pelos gados) e onde só o forno dos pastores marca às vezes, muito episòdicamente, o único sinal de vida de ocupação humana». E acrescenta mais adiante, «subimos depois à lomba granítica que emoldura essa lagoa, e ao chegarmos ao alto dela, o espectáculo renova-se com a visão inesperada de outra lagoa, ainda de maiores dimensões, conhecida pelo nome de **Lago Marinho**, com a particularidade de apresentar uma espécie de ilha interior onde uma planta só própria das grandes altitudes encontra asilo e floresce no isolamento

e protecção da toalha líquida que a cerca. Flores brancas de neve que os rapazes de algumas aldeias vizinhas dos Alpes costumam ir colher à custa de todos os sacrifícios, para nas vésperas do casamento oferecerem às suas noivas».

A serra tem destes encantos e destas surpresas momentâneas. Não vamos dar os inúmeros itinerários, que nunca mais findariam de enumerar. Dariam muitas laudas de papel, e nesta Monografia, o seu objectivo é o de ser sintética. No entanto não podemos esquecer mais estes pontos que julgamos primordiais lembrar: **Lomba de Pau** (1368 metros) **Prados Caveiros** (para os cumes da **Abilheirinha** a 1226 metros). **Cantarelo** (1425 metros), **Pé do Cabril** (ideia de uma Catedral de estilo gótico, a 1235 metros), Fragas da **Calcedónia** (912



A Ponte Feia, no nome, mas bonita e grandiosa, sobre o rio Homem

metros) e a Fraga Negra, num encantador sítio, um estupendo miradoiro, onde os Serviços Florestais fizeram colocar uma lápide com o nome do Dr. Manuel Braga da Cruz, homenageando-o por ser um conhecedor amante dos recantos desta serra (20).



Junto da estrada para a Junceda encontramos estas duas fragas descomunais, impressionantes, perante as quais o homem se torna tão insignificante e nulo

(20) O Prof. Amorim Girão, além de ter citado Armando Espada como «o rei dos gulas serranos», refere-se também ao Dr. Braga da Cruz, chamando-o «calcorreador-mor da serra». O nosso amigo Dr. Braga da Cruz foi, em tempo, director da Empresa Hoteleira do Gerês, de parceria com outro nosso saudoso amigo, Gonçalo Telo Nunes, e foi aí que nos conhecemos melhor. Possui hoje a melhor biblioteca geresiana, no seu palacete, em Braga, onde reside. Aproveitamos este parêntesis para lhe agradecer as indicações solicitadas sobre obras geresianas, algumas das quais serviram de base a esta Monografia.

LUXURIANTE FLORA GERESIANA

Nenhuma das nossas montanhas apresenta como o Gerês uma excepcional riqueza de espécies vegetais — um presente de Deus na Terra. E, algumas dessas espécies, estão ainda por revelar, cientificamente. Não é só a beleza em si do revestimento dos dorsos montanhosos, mas é também um dom capital, valoroso, para a economia portuguesa. As árvores, robustas, levantam os seus braços, de manhã à noite, como cabeleiras desgrenhadas ao vento, à chuva e à neve, numa imensidade vária em que não sabemos se admirar mais os carvalhos ou os teixos, os azevinhos, ou, até lá arriba, nos cocurutos, onde moram as águias, onde a carqueja e a urze são as plantas animadoras, selvagens, das áreas inacessíveis ao homem. Não é só um eldorado para os botânicos, ciosos do enriquecimento de herbários, na descoberta de outros valores desta flora que se entreabre como um cofre de segredos, mas também para os pintores e para todos, enfim, sensíveis a este mundo maravilhoso de beleza e de arte.

Nos meus papéis, apontamentos tirados quando vagueava pelos montes geresianos, dizem-nos da revelação de 18 espécies, que nunca foram herborizadas noutra parte do País, e ainda a existência do seu nome a 5 plantas, como homenagem ao seu aparecimento naquela serra.

Comprova-se esta variedade silvestre do Gerês na simples razão de haver um infinito número de microclimas resultantes da sua latitude, dos acidentes orográficos, das orientações dos ventos, somado com outros factores importantes que oferecem escalas de valores de temperaturas, classificadas entre «marítimo atenuado pela altitude média» e «temperado» ou «moderadamente húmido» nas termas e de «intenso frio» nas regiões mais altas. Assim, poderemos dividir a serra geresiana em três andares: **inferior até 1200 metros** (a mais significativamente arborizada), com árvores de grande porte, como o **carvalho** (em 1736 já se dizia «deve estar nascido do princípio do Mundo por serem muito grossos e altos e nenhuma espingarda matará as aves que se pousarem na sua coroa»), o **azereiro**, o **azevinho**, o **medro-**



Um túnel de verdura este do Parque de Tude de Sousa, um óptimo medicamento para a tranquilidade dos nervos e repouso de ideias, muito procurado pelos aquistas e forasteiros

nheiro (21), o pilriteiro (de seu nome generalizado no Gerês de escalheiro) o padreiro, o bordo (plátano bastardo ou sicômoro), etc.; compreendidos entre 1200 e 1400, o vidoeiro (22), o teixo, o pinheiro (bravo ou silvestre, de agulhas curtas e de

(21) Do seu fruto aproveita-se para o fabrico de uma excelente aguardente.

(22) Conhecida também por Vido, Bétula, Pápirus Caçacaça, Pão-Pão-Para Tudo, com extraordinárias propriedades terapêuticas, entre elas para a cura da raiva. Era também da casca desta árvore que os antigos escreviam antes do aparecimento da invenção do papel na escrita, conforme lemos na obra «Reflexões Experimentaes Methodico Botanicas» (muito úteis e necessárias para os professores de medicina, e enfermos, divididas em duas partes, Lisboa, 1779), de Frei Cristóvão dos Reis (carmelita descalço e farmacêutico-botânico, administrador da Botica de N. Senhora do Carmo, em Braga).

pequenas pinhas), com alturas que vão dos 15 a 20 metros (únicos existentes no nosso território continental); superior a 1400 metros com plantações de zimbro (23) e arbustos rasteiros (carqueja e urze). E, mais para cima, nos mais altos cumes, a vegetação é quase nula.

Além destas espécies a serra é ainda riquíssima em fetos, lírios (24), narcisos, jacintos, ibericão (25), *Prythroninca deuscacanis* (26), árvore do chá (27), etc.

Tal e qual como não há parecença entre dois vales, nem semelhança entre dois montes, que se levantam aprumo à nossa vista também o seu revestimento é diverso. Assim, numa vertente, podemos admirar uma manta densa de medronheiros, enquanto na encosta adjacente, logo topamos com um revestimento de pinheiros ou de cedros. É curioso o que se nos afigura, por vezes, entre penhascos enormes encontramos mimosas, avencas e begónias silvestres. A serra mostra-nos um verdadeiro cosmorama onde nada falta de arte e de beleza, entre túneis, fechados de vidoeiros e de azevinhos, nem tão pouco do canto das aves e das águas. A serra do Gerês continua assim a ser objecto já não digo dos que a procuram como enlevamento ou outro sentimento estético para a grandeza das almas, mas, dos botânicos incansáveis na descoberta do interesse científico, e isso é o que nos importa assinalar (28).

(23) *Juniperus nana* (zimbro anão), o genipre, no dizer do povo geresiano, donde se faz a bela «genebra» (dos bagos do zimbro).

(24) Existe uma espécie genuína daqui, «*Iris Boissieri*», de cor violácea, que se deve à descoberta do Prof. Júlio Henriques.

(25) Além do «*Hypericum androsoemum*», das quais outras ervas a *Centaurea menor* e a «Camomila romana», das quais se fazem chás, com aplicações para os doentes do fígado e aparelho intestinal.

(26) Árvore rara de flor violácea rosada.

(27) Nos Viveiros dos Serviços Florestais estão implantadas estas árvore do chá (*Camélia Thea Link*).

(28) Alguns nomes que escreveram obras sobre a flora e o clima geresianos: Prof. Félix Avelar Brotero (1744-1828), «*Flora Lusitânica*» (1804); Prof. Henrique Frederico Link (1767-1851) acompanhado pelo Conde de Hoffmannsegg, «*Flore Portugaise*», 2 Vols. (1807) e «*Viagem em Portugal*» (1803); Prof. Júlio Augusto Henriques (1838-1928), «*A Vegetação da Serra do Gerez*» (1885), «*A Serra do Gerez*», (1886) e «*Catálogo das Plantas que Vivem na Serra do Gerez*»; Prof. Manuel José Fernandes Costa (1870-1952), «*Hypericum androsoemum*» (1904);

FAUNA GERESIANA E AS MONTARIAS

É das mais notáveis a fauna da serra do Gerês, pela sua grande variedade de espécies, algumas raras e, até, outras, já se acabaram por extinguir. Muitos dos nomes ilustres da zoologia mundial têm-se debruçado no estudo rigoroso, pro-

Joaquim Casimiro Barbosa, «A Horta», (Porto, 1884); Padre José da Silva Tavares, S. J. «Sinopse das Zoocecídeas», in «Brotéria», Secção Zoologia, Vol IV 1905, «Primeiro Apêndice à Sinopse das Zoocecídeas Portuguesas» idem; Vol. VI, 1907, «As Cecídeas no Gerez», idem, Vol VIII, 1909; Prof. António Xavier Pereira Coutinho, «A Flora em Portugal—Plantas Vasculares», 2.ª Ed. (Lisboa, 1939), «Curso de Silvicultura», 2 tomos—o 1.º—«Botânica Florestal» e o 2.º «Esboço de uma Flora Lenhosa Portuguesa», (1887); Eng.º António Mendes de Almeida, «Pinus Silvestres», «Bol. da Direcção-Geral de Agricultura», Ano V n.º 14, Lisboa, 1894; Augusto de Vasconcelos, «Dicionário das Plantas de Portugal». (Porto, 1914); Abílio Fernandes, «Novos Estudos Carlológicos no Género «Narcissus» L.», (Coimbra, 1933); «Narcisos de Portugal» in, «Bol. da Sociedade Broteriana, Ano II, Vol. II, Coimbra, 1936; João do Amara Franco, «Dendrologia Florestal», (Lisboa, 1943); Eng.º Bernardino António Barros Gomes «Notice sur les Arbres Forestière le Portugal»: Georgette J. Reis de Barros, «Briófitas da Serra do Gerez», in «Bol. da Sociedade Broteriana», Coimbra, 1944; «As Primeiras Observações Botânicas Feitas no Gerez». Comunicação apresentada à 1.ª Reunião de Botânica Peninsular realizada no Gerês em 1948; Dr. Gonçalo Sampaio, «Manual da Flora Portuguesa», (Porto, 1909 a 1914); Prof. Herculano Amorim Ferreira (1895—). «O Clima de Entre Douro e Minho», (S/ data); Eng.º Oscar Saturnino, (1898—); «Notas sobre o Clima das Caldas do Gerez», «A Terra», n.º 19. (1935); Tude de Sousa, «A Tradição, o Valor e o Culto da Arvore» (1913), «A Serra, as Pastagens e o Gado» (1914), «Naturalistas no Gerez», 13 artigos em «O Comércio do Porto», de Agosto a Dezembro de 1937, «Mata do Gerez - Subsídios para uma Monografia florestal» (Coimbra, 1926); Alfredo Tait que promoveu a vinda dos cientistas Corder, Godow e Semproth; Joaquim Vicente Pereira de Araújo, apelidado pelo Prof. Ricardo Jorge como o primeiro dos naturalistas da serra, que estudou-a por incumbência do Arcebispo de Braga, em 1782, «extasiando-se perante o pitoresco panorama alpestre, coleccionando rochas, indicando as essências florestais, analisando os monumentos romanos e tomando nota dos hábitos selvagens da gente geresiana, segregada ainda no mundo e das leis do País.» Por último damos conta de uma excursão científica dos padres jesuitas José da Silva Tavares, Afonso Luisier, Camilo Torrend e Oliveira Pinto, que na revista «Brotéria», da qual o primeiro a dirigir fizeram a sua descrição, ao planalto das Abrótegas, a 1500 metros de altitude com a participação de 300 pessoas, durante 3 dias (1908). O Dr. Welwitsch coleccionou um completo herbário geresiano.

fundo e profícuo da fauna geresiana, dando depois relatórios e obras, desse exaustivo labor, ao serviço da Ciência (29).

Com os seus fofos prados nas chãs e nas vertentes para a intensificação da pecuária e ainda nos cômoros, como pontos ideais de vida, para refúgio da caça grossa, a esplêndida serra dá-nos grandes motivos de atracção descritiva.

Terras de Bouro é um bom centro criador de gado bovino, cavalar, suino, caprino e lanígero, com condições propícias, naturais, para o seu desenvolvimento.

Quanto a animais daninhos e caça grossa, a serra, é fértil em oferecer exemplares que não são vistos noutras paragens continentais portuguesas. Em tempos haviam ursos (30), o último dos quais foi abatido em 1650, a cabra montês,

(29) Entre outros salientamos: o entomologista Prof. Manuel Paulino de Oliveira (1837—) coligiu insectos apanhados no Gerês; Prof. Barbosa du Bocage (José Vicente, 1823-1907), publicou «Memória sobre a cabra montês da Serra do Gerês» (1857), considerando que é uma subespécie exclusiva do Gerês e identificada como a «capra hispânica»; Dr. Carlos França (1877-1926), escreveu um estudo «Le bouquetin du Gerez, notes sur une espèce éteinte», (1916), in **Arq.º da Universidade de Lisboa**; Angel Cabrera, «Fauna Ibérica — Mamíferos», (Madrid, 1914); Augusto Ferreira Nobre, «Animais Venenosos de Portugal», (Porto, 1928); M. A. da Silva Cruz e J. T. Wattison, «Lista dos Lepidópteros do Gerez», in **Mem. e Estudos do Museu de Zoologia da Universidade de Coimbra**, Série I, n.º 40, 1929; Júlio Bettencourt Ferreira, «Independência da Fauna Portuguesa», in «Instituto Augusto Nobre», (Porto, 1937); «Contribuição para a História da Entomologia em Portugal», in «Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas», 1939; Capitão Henrique Galvão, Freitas Cruz e António Montês, «A Caça no Império Português», (Porto, 1941); «Araignés Nouvelles», in «Memória e Estudos do Museu de Zoologia da Universidade de Coimbra», Série I, n.º 117, 1941; António Armando Themudo, «Anfíbios e Répteis de Portugal», «Memória e Estudos do Museu de Zoologia da Universidade de Coimbra», Série I, n.º 133, 1942.

(30) Frei Bernardo de Brito escreveu na sua obra «Geografia Antiga da Lusitânia» (1597). «Tem grande número de veação, como são cabras selvagens, corças, porcos monteizes, veados e alguns ursos.» Por sua vez o Padre Matos Ferreira refere-se que os antigos fizeram uma construção sólida de pedra da altura de vinte palmos, e muito a direito, a fim de poderem defender as suas colmeias dos ursos que nesse tempo eram muitos. Aqueles animais selvagens tinham o tino de levarem os cortiços para junto dos ribeiros e ali mergulhavam os campos, libertando-se assim, das abelhas para no final banquetear-se com o saboroso mel.

cujo último exemplar foi capturado em 20-IX-1890 ⁽³¹⁾, lobos cervais ⁽³²⁾ e ainda hoje se encontra o corço, (*capreolos canus* Miller), porco montês (javali), cervo (veado), tourões, martas raposas, fuinhas, lontras, texugos, garranos selvagens ⁽³³⁾, águias reais, milhafres, garças, bufos e outras aves de rapina, charrela (perdiz cinzenta), perdiz parda da serra, víbora (*Vipera latastei*), cobra (*Corundela girundica*), cobra (*Bla-nus cirereus*), lagarto (*Lacerta virilus*), lagarto (*Lacerta oceliata*), lagarto de água, salamandra (*Salamandra macu-*

(31) Encontram-se no Museu da Universidade de Coimbra dois exemplares, macho e fêmea.

O sábio Prof. Dr. Barbosa du Bocage refere-se a esta espécie do seguinte modo: «São dois exemplares que se encontram no Museu de Coimbra, ambos perfeitamente adultos, e dos dois sexos. Foram capturados no Gerês em estação mais adiantada que os indivíduos que me serviram para a precedente descrição, só diferem nas dimensões do corpo e dos cornos, que a idade fez variar, e na cor de algumas regiões que diversifica com a estação. O macho mede 76 cms. de altura à cernelha e 81 cms. à garupa; a fêmea, 65 cms. à cernelha e 71 cms. à garupa. Estas dimensões, tomadas sobre indivíduos mal empalhados, devem-se ter contudo simplesmente como aproximadas. Os cornos do primeiro têm de altura 43 cms. e 48 cms. de comprimento, tomado na máxima incurvação: na base ficam contíguos pelos bordos internos. Os cornos da fêmea têm 18 cms. de comprimento. A barba do macho, quase inteiramente negra, é proximamente de 9 cms. de comprimento. O macho, morto em Novembro, apresenta uma risca negra dorsal, que se estende desde a cernelha, onde termina a crina, até à cauda; a face anterior dos ombros, tanto anteriores como posteriores, é inteiramente negra; da parte superior destes prolonga-se horizontalmente uma risca larga e bem distinta, da mesma cor, que vem acabar um pouco além do meio do tronco. Sobre a região da espádua vê-se uma grande malha arredondada também negra, que inferiormente se confunde com a extremidade da que reveste a face anterior dos membros de diante, e internamente se prolonga, estreitando-se, e continua pela frente do peitoral com a do lado oposto. A crina, ainda na maior parte cinzenta, apresenta de espaço a espaço largas zonas verticais negras, e é muito de crer que de inverno venha a tornar-se inteiramente desta última cor. A fêmea foi capturada um mês, pouco mais ao menos, antes do macho, e por isso as alterações devidas à muda são nela menos pronunciadas. A risca dorsal existe já confusamente indicada sobre a garupa; porém das riscas horizontais não existem ainda vestígios, e nas partes laterais do peitoral, sobre a ponta da espádua, começam apenas a aparecer indícios de cor negra, que mais tarde há de dominar nestas regiões. Em ambos os sexos a ponta do curvilhão é negra». O ilustre sábio apesar de ter posto em dúvida que a cabra montês do Gerês fosse a

losa, Var. *Mollerii*, *Triton marmoratus*, *Chioglossa lusitânica*, *Pleurodeles waltzi*), sapo (*Bufo vulgaris* Var. *Spinosa*), sapo (*Alytes obstetricans*), rana (ibérica), grande variedade de insectos, (coleopteros, borboletas, libeinhas e saltões).

Em face do povoamento ser quase todo feito por cavaleiros-vilões e jugadores, atendendo à muita caça grossa, naturalmente, criaram-se lugares de **monteiros**, nestas terras de Bouro. No geral as montarias eram praticadas em todas as freguesias, mas sobretudo mais em Balança, Chamoim e Chorense. Nesta ultima, segundo as «Inquirições», os seus habitantes eram obrigados «quando correrem monte, se matam porco (javali) dão espadua ao senhor da terra (o rico homem), e do urso as maos, e se matam corço dão uma perna ao mordomo pequeno uma vez no ano; se matam porco montês dão a el-rei espadua, e de urso as mãos, e a Septuagésima até a Páscoa, se matam porco montês ou urso, não dão a el-rei nada». Igualmente, em Chamoim os moradores eram obrigados a «dar ao mordomo pequeno os corazis das cabras monteses e dos corços, e das vacas que matarem para comer, ou que se matem.»

cabra hispânica, após ter consultado dois distintos naturalistas, Schimper e Graers, leva-o ao convencimento que a cabra montês do Gerês se deve referir à cabra hispânica. Aquele mesmo sábio, neste seu consciencioso trabalho menciona o pensamento de Link, este a — propósito: «Que ne puis-je recommander à la bienveillance publique ces aimables habitants, que le sont orgueil des anglais a couvert d'infamie! «Du Bocage tributa um respeito considerável a Link como a Hoffemansegg. No Gerês chamam a esta espécie o nome de **reixêlo**.

O Dr. José-Augusto Vieira, acrescenta como informação que são animais que habitavam sempre os grandes cumes, sendo de assina ar a destreza e coragem de transpor e de galgar verdadeiros despenhadeiros, sendo exactamente por isso, caça difficil e arriscada de se praticar. Para caçá-los era necessário fazê-lo de manhã, e como o seu sítio favorável de o encontrar junto ao rio, o caçador tinha que dormir em plena serra.

(32) Nome vulgar do lince, a fera que foi achada na serra em 1728 e que matou na freguesia do Cabril o lavrador João Bernardo Pereira, sendo também da mesma espécie, outra, que foi morta, no lugar da Granja, em 1825.

(33) Raça luso-galiziana, considerada rara no Mundo e com bastante interesse centífico.



Inofensivos bêbes lobos, estes que mostra a gravura. O caçador Francisco Alves, o «Artilheiro», como é mais conhecido, abateu um corpulento lobo, feriu mortalmente a fêmea, depois de luta renhida e de ter conseguido tirar da toca estes bêbes. Posteriormente foram encontradas mais duas ninhadas de 12 lobitos que foram

recolhidos. Passou-se isto em 9-VI-1949, nos «Carris». Deste achado foi publicado, por nós, um artigo em «O Comércio do Porto» e no «Diário do Minho», de Braga, neste último, em 10-VI-1949, na rubrica «Postal Ilustrado do Gerês»

Em Vilar da Veiga existia um tribunal especial constituído por um juiz (monteiro) com mais seis «homens do acordo», que eram nomeados pelo regedor, que superintendia na organização e direcção das caçadas. A de sexta-feira da Quaresma era fixa, mas para outras que se realizassem, os caçadores eram convocados por meio de toques de buzina. Todos os moradores, com casa, eram obrigados a dar pelo menos um caçador. Quem faltasse era aplicada uma multa de 480 réis, ou então, em sua substituição, um cântaro de vinho (medida de 12 litros).

As caçadas eram a tiro ou por intermédio do fojo. Havia vários fojos espalhados pelas freguesias, os quais ainda hoje se encontram pela serra.

Os caçadores dividiam-se em três grupos, quando a caçada era a tiro. Escalonavam-se por grupos e por sítios: «esperas de torna», ou monteadores, e os atiradores.

O fojo consistia num grande fosso em forma angular onde o animal era escorraçado e encaminhado até entrar no alcapão, camuflado, e uma vez aí era mortalmente abatido com zagalotes.

As freguesias organizavam batidas durante o ano, mas haviam outras, denominadas «caçadas gerais». Essas eram



Último exemplar da «Cabra-do-Gerês», vista e capturada em 20-IX-1890

promovidas pela Câmara Municipal ⁽³⁴⁾. Das diversas e mais importantes batidas que se realizaram salientam-se aquelas em honra do rei D. Luís, m 1887, quando esteve de visita ao Gerês, durante 3 dias, tendo sido hóspede do súbdito inglês Alfredo Thait, que então residia ali; noutra, organizada em homenagem aos cientistas Hermenegildo Capelo e Leonardo Torres, no sítio da Adega d'Água; e ainda, outra,

(34) Constava do Art.º 63.º do Código de «Posturas Municipais do Concelho de Terras de Bouro», o seguinte: «Todo o morador deste Concelho concorrerá às montarias dos lobos, quando a Câmara mandar, sob pena de quinhentos réis. O Vedor encarregado de ver o fojo, que por omissão sua der causa a que os lobos fujam, pagará quatro mil réis, bem como pagarão a mesma quantia os que, sendo encarregados de tapar o fojo, não cumprirem o seu dever.»

na Borrageira e que é descrita por Ramalho, assíduo frequentador das termas geresianas, etc. Pelo interesse cinegético que possa ter transcrevemos as seguintes duas caçadas:

UMA CAÇADA NO GERÊS AS CORÇAS

Nunca assistimos a nenhuma caçada nestas paragens. Mas para o leitor deleitar-se como nós transcrevemos na íntegra tal e qual como o sentiram e o descreveram Leonardo Torres e Hermenegildo Capelo, e que vem inserta no Boletim da Sociedade de Geografia (n.º II, 4.ª S., de 1882); fazendo parte dum relatório apresentado por aqueles:

«No dia 20, às 4 da manhã, principiava-se a sentir o movimento no pequeno largo defronte do hotel, aumentando cada vez mais, até que descemos ao arruado e nos sentimos na estimável camaradagem de 19 caçadores práticos, de que nos ficou grata recordação, pelo muito que fizeram para que tivesse o melhor êxito o passeio, e pela sua educação.

É preciso dizer ao leitor que na serra do Gerês se não pode caçar sem o auxílio destes caçadores práticos, muito versados em questões de topografia local, e só eles sabem como se devem formar os cercos e em que posições esperar-se a caça (porco, corça, lobo ou cabra); era com o fim de ver a cabra que tínhamos pensado neste passeio. Formada a sociedade venatória, que em tempo de aumento de impostos poderia considerar-se temível guerrilha, pois todo o pessoal, em número de 22, se achava convenientemente armado com sua espingarda e munições, seguiu-se no caminho de Leonte, passados os últimos terrenos cultivados formou-se o conselho a fim de traçar o plano de perseguição aos corços, e nesse parlamento ao ar livre pareceu-nos levantada séria discórdia entre os discípulos de Diana, que a seu turno e tempo iam discutindo e atulhando os canos das colubrinhas com verdadeiras mãos cheias de pólvora e surtido número de projectéis, onde figuram 5, 6 e mais zagalotes e quartos. Discutiam os mais velhos, impondo-se aos mais novos pela lei de mestre que nem reflexões admite.

— Estão prontas as espingardas, rapazes? — pergunta Manuel Joaquim Alves (o Rigor).

— Prontas — respondeu Francisco Martins (o Pelameiro), e basta de conversas, que o sol principia a subir e as corças fogem para as cumiadas, e vocês sabem que lá difficilmente se lhes fura a pele.

— Ó tu, Serafim dos Anjos, pergunta a esses senhores onde querem almoçar; é melhor em Leonte.

— Ó Vista (Serafim Afonso), isso de almoço só lá para tarde, porque é preciso bater as quebradas com a fresca, que o calor tira o faro aos cães... vamos, decidam.

— Está dito, resolveu Manuel Joaquim Alves, há-de ser na Adega de Água.

— Está dito, na Adega de Água... vocês dois conduzem a besta e os srs. vêm por este carreiro, e eu lhes destino os pontos de espera e assim se livram de montar, que deixa as gâmbias à divina.

— E eles que vêm lá da cidade são mesmo homens para cansar cabras, segredou um dos mais francos... Andam os 3 diabos... fui às Borrageiras com eles no domingo, rompemos a direita e não fraquejaram, e deles nem um se assentar.

— Vamos também montar, amigo sr. Rigor, se isso não altera o seu programa.

— Ó Serafim dos Anjos, tu vais com eles e diz-lhes onde devem ficar nas esperas, e que se não desviem deles para não serem feridos quando principiar a fuzilaria.

— Vamos, leva arriba, sigam em regra e pouco falatório. Chama os cães e ao primeiro sinal gatilho em riba.

Manuel Joaquim Alves (o Rigor) ficou assim eleito chefe, e nem mais um momento homem algum lhe discutiu a competência.

Principiou a canzoada batendo o bosque da primeira quebrada e havíamos nós ocupado o cimo na encosta de leste; o silêncio era completo, quando o latir canino se fez ouvir a meio da quebrada.

— É a cadela que vem com ele, disse um, ela já chora mais perto.

— Parece que sim, cuidado.

Um corre, outro espreira, o que se julga mais longe está inquieto, e na curva que limitava a pequena área onde estavam os nossos amigos passa rápido um corço oferecendo-se às pontarias. Primeiro, segundo tiro, e o corço seguindo sem novidade passou a salvo diante das sentinelas.

— Morreu? gritou lá do fundo do vale um dos sitiantes.

— Comeu as cargas sem novidade...

— Este vai corrido, disse um dos guias que estava mais próximo do nosso posto, as nossas cargas são mais seguras e vai metralha grossa; os srs. fiam-se numa bala, e assim se perderam 3 tiros e a pele do corço.

— Foram só 2, respondemos.

— Pois valha a sua palavra honrada, mas o meu ouvido contou-me 3.

— Se contou com o ouvido contou bem, mas o 3.º tiro foi devido ao ter a bala rebentado ao bater na fraga; é bala explosiva.

— Sim senhor, sim, então seria.

— Rapazes, vamos, que os cães já foram, pode romper algum touro armado.

Pouco havíamos caminhado, quando ao estampido de um tiro se seguiu um formidável grito.

— Ele cá está!

O corço havia de novo procurado as quebradas, esbarrando com um dos caçadores práticos. Sente-se grande animação, porque o primeiro tiro fizera a primeira vítima em honra dos guias.

Agora vamos dar com eles à Adega de Água, e talvez o porco lá esteja; ali dá pelo menos 2 corços.

Formou-se o cerco e principiou a batida. Um corço pára em frente de quase todo o cerco, cospem as metralhadoras e o corço segue direito ao forno da adega sem mais novidade de que o susto.

Persequimos pela primeira vez este género de caça, e notámos um facto extremamente curioso: ouvindo o estampido o corço agachou-se, parecendo assim que foi ferido ou vai cair, porém a velocidade da marcha não diminuiu.

Vamos almoçar são 10 h... e uma amigável camaradagem principiou um jogo de maxilas como pode imaginar-se.

Dispensamos o leitor da notícia das iguarias, podendo dizer-lhe que foi opíparo no rigor da palavra e nos deixou em ponto de vigor e aptos para a caça.

Batemos ou melhor monteámos ainda uma quebrada próxima; porém Neptuno que tinha posto famoso colar de nevoeiro no pico do Cabril deu lugar às águas e sobre a Adega de Água principiou chovendo abundantemente.

Na serra do Gerês há uns abrigos que chamam **fornos**, provavelmente por causa das portas que só se pode entrar engatinhando, e dentro dessa cubata podem dormir 9 ou 10 homens, deitados em palha e muito unidos.

A pulga e muitas vezes o **ganau** enxameiam aqueles domicílios, que servem de casa aos guardas de gado que à noite o reúnem junto destes fornos em uns pequenos planos mais abrigados que chamam **vezeiros**. Vimos dois destes cacifros ou casebres, um mesmo na Portela de Leonte e outro em Albergaria, neste último estava um velho guardador de extensa barba branca, e pelo tempo, local e aspecto fazia sem grandes dificuldades a felicidade de um sebastianista ferrenho.

Estávamos condenados a estacionar e pernoitar no forno de Albergaria, porque a chuva continuava durante a tarde e durante a noite, quando um dos guias lembrou que era mais limpo o abrigo do Penedo da Pala, no sítio do Ranhado, que nos ficava a uns 200 passos de distância; podem lá dormir 10 homens e 5 debaixo do penedo que fica logo ao pé, e os 7 seguiram logo para o dito forno. Foram 10 para o forno, e por esse motivo no abrigo da Pala apenas dormimos 7, perfeitamente abrigados e aquecidos pela constante fogueira que durou toda a noite, sendo alimentada com lenha de carvalhos, que ali se encontram derrocados e não aproveitados.

O sono desceu com a noite, sendo entrecortado por numerosos gracejos dos guias, muitas vezes graciosíssimos e sempre delicados.

As 8 da manhã estávamos almoçando uns bifes mornos e ovos fritos, às 9 riu-se Neptuno, e o sol deixou-se ver através das suas húmidas fauces fechadas desde a véspera.

— Vamos às cabras, que era um dos maiores empenhos destes srs.

— Vamos, rapazes; e ao grito de reunir responderam os que vinham do forno que fica no caminho para onde nos dirigíamos.

OUTRA NÃO MENOS INTERESSANTE A CAÇA AO PORCO BRAVO

Outra pena ilustre das letras pátrias, Ramalho Ortigão, descreve este género de caça, na sua obra **Banhos de Caldas e Águas Minerais**, assim neste tom:

«Os caçadores são dispostos a iguais distâncias uns dos outros na linha do percurso ordinário do animal, desde o lugar em que ele se aceita até à represa de água mais próxima.

Os caçadores estão armados de clavinas carregadas à bala, bons revólveres americanos de grosso calibre, faca de mato ou machado curto, sólido e bem empunhado.

O porco levantado e seguido pelos cães vai passar sucessivamente por diante de cada um dos caçadores, os quais são obrigados a fazer-lhe fogo, quer ele lhes saia a tiro, quer não. É pelo número destes tiros, disparados a espaços curtos, que cada um calcula o sítio em que está a caça. O 5.º caçador sabe, por exemplo, que o porco se acha perto depois de ter ouvido o 4.º tiro; se no espaço marcado para que ele o tenha à vista, o porco não aparece, o 5.º caçador em vez de disparar sobre o animal e de o seguir como têm feito os 4 que o precederam, volta na direcção do ponto de que ele rompeu, certo de que irá encontrá-lo morto ou ferido na carreira. Os caçadores que se seguem ao 5.º, notando que o tiro deste deixou de ser disparado, fazem a mesma evolução que este fez, e todos vão assim reunir-se no sítio em que a fera está destinada a expirar.

Se o porco sobrevive ao fogo de toda a linha dos atiradores, estes seguem-o todos, e o animal vai então acabar, no lago a que se arroja, varado pelo tiroteio da fusilaria que o cerca.

Há anos, em uma destas caçadas cheias de peripécias e de comoções nervosas, um dos caçadores distribuídos na linha e que era um dos guias da serra, habituado aos perigos de semelhantes aventuras, esperou o porco frente a frente e disparou com ele quase à queima-roupa. Erraram, porém, os dois tiros da sua clavina; o porco raivando esbaforidamente, muito adiantado da matilha que latia e galopava a distância, cresceu para o caçador. Este, na precipitação da fuga, largou a espingarda, que não levava ao ombro

na bandoleira, e trepou desarmado para o alto de uma árvore. O porco, que tinha atravessado a floresta arrancando ou partindo às dentadas, com grande ruídos, todos os estorvos que o empeciam, em vez de prosseguir na sua carreira, fitou o inimigo que se lhe deparava e principiou a morder e a dilacerar em grandes lascas o tronco da árvore a que o homem subira.

Poucos minutos depois a matilha tinha chegado, os caçadores apareciam sucessivamente no meio do toque das buzinas e dos gritos estridentes de «péga! péga! avança» com que cada um açolava os seus cães. Então o porco, envolvido pela matilha furiosa, filado com dentes anavalhados e maxilas rijas e persistentes, como tenazes fixadas com parafusos de aço às partes mais sensíveis do seu corpo, rolava expirante, bramindo, golfando espuma e sangue.

Mas o que estava trepado nos galhos da árvore não descerá durante o combate, nem respondia às vozes dos seus companheiros vitoriosos. Estava lívido, imobilizado, com os beiços brancos, a boca entreaberta, os olhos fitos. Fulminado pelo terror, não via nem ouvia. Desceram-no em braços, prostrado, inconsciente, passivo, como um idiota. Banharam-lhe as fontes e os pulsos com água fresca, fizeram-no beber, e deram-lhe fricções de aguardente pela espinha dorsal.

Depois de longos e reiterados esforços o pobre guia recuperou afinal as suas faculdades, mas tinha perdido o uso da fala, e ficou mudo até o resto dos seus dias.»

Deixaram-se ultimamente de fazer batidas, sobretudo aos lobos e aos corços, que tanto movimentaram e deram que falar em todo o País. Aguardemos que com os propósitos da criação do «Parque Nacional da Peneda — Gerês», se inicie uma nova era de interesse cinegético na vasta área montanhosa do Gerês e noutras da sua vizinhança.

O GERÊS FOCADO NO LIVRO «SARMENTO PIMENTEL OU UMA GERAÇÃO TRAÍDA»

O jornalista Dr. Norberto Lopes escreveu um livro subordinado ao título acima indicado, em 1976, e de lá tiramos este ponto de interesse para o nosso caso, que é o desta Monografia. Do diálogo travado entre ambos, o jornalista faz esta pergunta: «Tem a ideia de criar em Terras de Bouro

um Instituto de Agricultura e Veterinária a expensas dos portugueses radicados no Brasil?» Resposta do Cap. Sarmiento Pimentel: «Essa iniciativa já tem o apoio de alguns portugueses de grande influência em São Paulo, entre eles o meu amigo Eng.º Baleisão, que é um importante construtor civil; do jornalista João Alves dos Santos, redactor do «Estado de São Paulo» e do grupo do António de Sousa Amorim no Rio de Janeiro, além do industrial e ousado empreendedor Lucio Tomé Feteira. Seria uma escola de engenharia agrícola, de silvicultura, de pecuária. Dispomos para isso de um campo muito vasto para todas as experiências. Temos a electricidade à boca das turbinas do Cávado e do Rabagão. E temos aquela montanha que se chama o Gerês, que se pode transformar em vasto campo de experiências agrícolas e de iniciativas susceptíveis de aumentar a riqueza, de aumentar a produtividade no nosso País. Para instruir, ao mesmo tempo, centenas, milhares de jovens que queiram dedicar-se a tantas e tão diversas actividades ligadas à agricultura, silvicultura, pecuária, avicultura, fertilizantes, pomicultura, indústria do frio, maquinaria agrícola. etc. Os agrónomos, os regentes agrícolas, os veterinários, os técnicos da prospecção e análise do solo, os geólogos frequentariam com proveito essa universidade que diríamos rural. Se obtivermos o amparo diplomático de Portugal, a boa vontade dos partidos políticos e esta iniciativa for compreendida e auxiliada pelos portugueses do Brasil, o instituto que queremos fundar pode prestar grandes serviços ao País. O próprio Governo do Brasil olhará com simpatia este empreendimento, já que dali começará a receber emigrantes especializados na lavoura, que hoje é uma grande indústria necessitada de pessoal capaz de exercer funções onde os analfabetos, os trabalhadores de enxada são inúteis e comem mais do que produzem. Estou empenhado em dar o meu contributo para o êxito desta patriótica iniciativa. Para defesa do património nacional que é a língua portuguesa, já contribui como pude. Agora vou ajudar, na medida das minhas forças, aqueles que na terra puseram a esperança de dias mais felizes. Se o conseguir, posso afirmar que soube compreender aquele dito de S. Paulo: «Qui enim deligit proximum, legem implevit.»

**A ÁGUA, UMA DAS RIQUEZAS DE TERRAS DE BOURO
O SEU APROVEITAMENTO, IMPULSIONADOR,
PARA UM FUTURO MELHOR
AS BARRAGENS DA CANIÇADA E DE VILARINHO,
DOIS POTENCIAIS HONROSOS DA NOSSA ENGENHARIA**

Durante séculos o homem, passivamente, foi apenas um contemplador da paisagem, olhando-a tão bucolicamente para ela, não sabendo tirar partido da riqueza que se avantajava ante os seus olhos. As terras são muitas vezes pobres, arrosando vida difícil, quando não se descobrem os seus pontos arroçados, de interesse, transformando-os e proporcionando



Túnel de restituição das águas turbinadas na Caniçada que tem como função permitir o escoamento para o Cávado dessas águas na central subterrânea. Mediante esta técnica foi possível situar a central 50 metros sob o leito do rio, aumentando da mesma quantidade a queda bruta disponível

aos povos um bem de vida, um alimento para a boca e para o seu bem-estar. E, foi assim, que de um momento para outro, explosivamente, Terras de Bouro apareceu no mapa das gratas perspectivas técnicas, modificando o seu modo de vida e, até, as suas características de estar no mundo. O curso dos seus acontecimentos vai-lhe traçar decerto novo perfil. Os povos, como Vilarinho da Furna, tão cheios de ancestrais tradicionalismos, sacrificaram-se ao bem comum, para a construção de um mundo melhor para os seus vindouros. Este é um grande exemplo que desejamos sublinhar quando escrevemos este capítulo, constitutivo da sua Monografia. Um povo tão arraigado à terra como este de Vilarinho, em que os homens emigravam e depois voltavam ao seu terrunho natal, principiando de novo uma vida dura no amanhã das terras e do isolamento, sem estradas, sem comunicações, quando em países civilizados onde nada lhes faltava tinham uma vida condigna à espécie humana, mostra-nos bem toda a sua grande fibra de homens e de compreensão, toda a necessidade, que é preciso partir não se sabe bem para onde, mas, porém, com o pensamento dirigido ao bem comum. Neste propósito Vilarinho vai dar lugar a mais uma barragem, valorizando, assim, a região em todos os aspectos, até, talvez tornando-a mais bela, paisagisticamente, pela acção inteligente e de bom-gosto do homem, e, ainda, o de perpetuar o seu nome a um empreendimento tão vultuoso como é este da barragem.

UM SONHO — A BARRAGEM DA CANIÇADA

A HICA já tem em funcionamento desde 1946 (primeiro escalão) e, depois, em Outubro de 1954, sua conclusão, o aproveitamento do rio Cávado, a **Barragem da Caniçada** (a 7 Kms. de Vilar da Veiga), considerada como um dos maiores empreendimentos hidroeléctricos, do tipo de centrais subterrâneas, que se construíram no País, até ao momento presente.

Uma das notas mais salientes desta barragem é o **túnel de restituição** ao rio Cávado, pela sua grandiosidade. Mede 7500 metros. Para nos apercebermos da sua extensão basta

recordar que ele é comparativamente ao túnel do Rocio — que é o túnel de caminho de ferro maior que nós temos no País — duas vezes e meia a sua extensão.

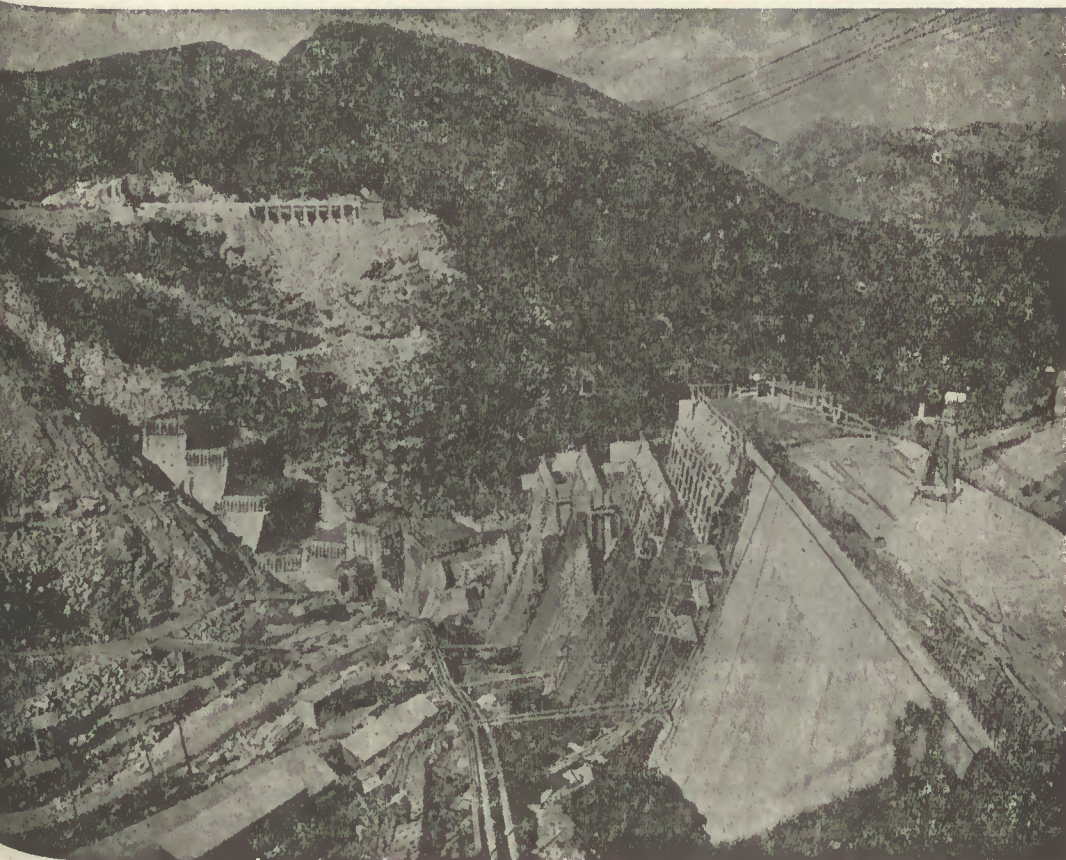
Como nota bastante importante de ordem técnica assinalamos a circunstância de, dadas as condições particulares de implantação deste túnel, ser forçoso efectuar a saída da totalidade dos produtos escavados através de poços de grande altura.

Características desta espécie de barragem:

- 76 m. de altura e 90 000 m³ de betão colocado, e os respectivos equipamentos de descarga de fundo e evacuação de cheias;
- Torre de tomada de água, de 70 m. de alto, equipada com a respectiva comporta de segurança e grelha metálica;
- Galeria inclinada que conduz a água em pressão para as turbinas, de 200 m. de extensão, revestida em parte com uma blindagem metálica;
- Central subterrânea, servida por um poço vertical de 134 m. de altura e 7,5 de diâmetro, equi-

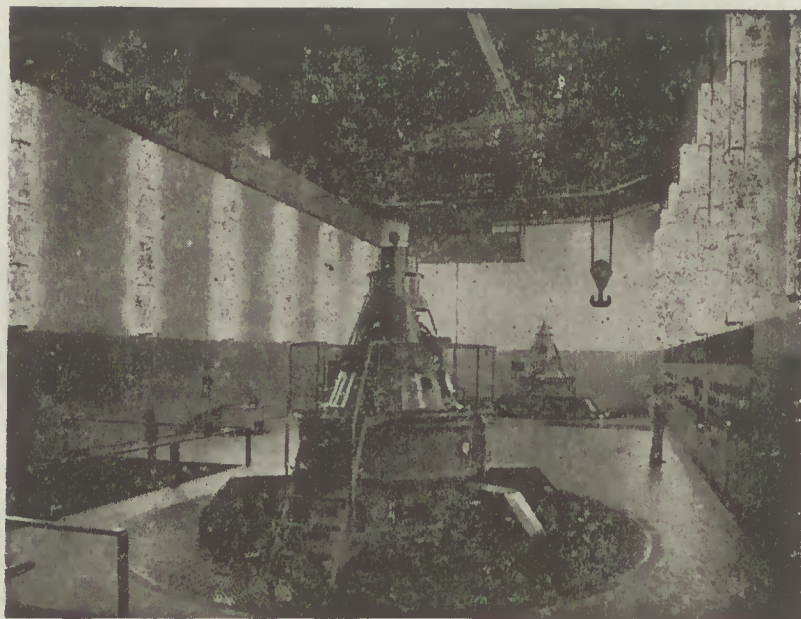


Aproveitamento hidroeléctrico da Caniçada



Pormenor dos trabalhos da barragem de Vilarinho da Furna em estado de maior adiantamento

- Edifício de comando e a subestação exterior de transformação;
- Conjunto das obras acessórias, das quais sobressaem as de restabelecimento das comunicações afectadas pelas águas da albufeira, designada-



Sala de máquinas da central da Caniçada

mente a construção de duas grandes pontes com mais de 200 m. de comprimento e 60 m. de altura máxima ⁽³⁵⁾.

De todo este vasto conjunto técnico faltava apenas concluir o túnel de restituição, que vai condicionar a entrada em serviço deste novo escalão do aproveitamento do Cávado. Têm aparecido, sem dúvida, grandes dificuldades, sobretudo na

(35) Estas pontes foram projectadas pelo Prof. Eng.º Edgar Cardoso, uma na confluência do Rio Caldo, outra deste rio para a ponta apeninsulada de Vilar da Veiga. A estrada segue por uma estreita lingueta, ficando de uma banda o tentáculo azulado ou esverdilhado do ubérrimo vale do Gerês, enquanto da outra parte corre silencioso o rio Cávado.

perfuração. E essas dificuldades vêm exactamente dos acidentes geológicos locais incidirem no troço entre os poços de ataque do Cávado e Friande, que já pela sua extensão seria o último a concluir-se, são a causa de não se ter conseguido, apesar de todos os esforços nesse sentido, que a antecipação alcançada na execução dos restantes elementos da obra fosse extensiva também a este túnel. No entanto há bons motivos para conjecturar que, na extensão do túnel ainda a escavar, a rocha apresente características de molde a permitir aguardar, que muito brevemente, mais uma fonte de energia seja posta ao serviço do bem comum.

A razão de construção deste túnel de restituição, no seu perfil longitudinal, foi definido com vista a conseguir-se estes objectivos:

- Em nenhuma circunstância houvesse a possibilidade de entrar ar no interior do túnel;
- Não houvesse pontos altos que facilitassem a formação de bolsas de ar;
- Se conseguisse a acumulação da água de infiltração por gravidade durante a construção, em depósitos localizados junto dos poços de ataque, facilitando assim o seu esgoto para o exterior através de poderosas instalações fixas de bombagem.

No caso da Caniçada a topografia do terreno atravessado permitiu que, com um traçado em planta quase rectilíneo, fosse possível iniciar a escavação do túnel a partir de 3 poços verticais, criando 6 frentes de trabalho, além de mais uma perto da boca de saída com acesso por uma pequena rampa e limitando a cerca de 2720 m. a maior extensão de túnel a abrir apenas por duas frentes (troço entre os poços de Cávado e Friande). Construiu-se, especialmente para este fim, uma estrada, com o propósito de ligar entre si as bocas dos três poços e da rampa de acesso junto à saída do túnel, facilitando desta maneira a comunicação entre os diversos esta-
leiros.

Foi instalado junto à barragem, na margem direita, um **edifício de comando** com os seus departamentos complementares e dispositivos vários para estabelecimento do contrôlo.

Segue-se, depois, a subestação equipada com dois transformadores trifásicos, com a potência de 32 000 KVA, correspondentes aos dois grupos geradores. A energia é, então, emitida em linha dupla, a 150 KV para outra subestação, localizada em Aguas Santas.

Em média anual, o escalão da Caniçada, produz perto de 260 milhões de KWH.

Para a instalação do pessoal trabalhador desta barragem foi edificado um bairro de harmoniosas moradias, com todo o conforto moderno, não esquecendo, todavia, o levantamento de uma pousada de linhas elegantes, enquadradas na casa serrana, que se deve ao bom-gosto do Arq.º Januário Godinho. Respira-se ali um ambiente tranquilizador, saudável, de muitos espaços verdes, agradáveis aos sentidos, animada pelo azulado de uma laguna artificial, que muito nos lembra a Suíça com os seus lagos, imaginados pela arte dos homens. Neste propício cenário têm-se realizado provas náuticas, como ultimamente, para a disputa do «Grande Prémio das Vindimas» (Novembro, 1970).

UM NOVO EMPREENDIMENTO DA HICA — A BARRAGEM DE VILARINHO

Estivemos em Vilarinho, em fins deste último Novembro, o nosso último adeus à aldeia, que será dentro em breve inundada pelas águas. Não se via nela o vislumbre do seu típico povo que durante muito tempo mereceu incontável interesse de toda a gente, mas principalmente dos estudiosos, que tantos deles lhe dedicaram trabalhos, dos quais desejamos salientar a obra do Prof. Jorge Dias, publicada em 1948, rotulada «Vilarinho da Furna - Uma Aldeia Comunitária», Este notável trabalho do Prof. Jorge Dias e da sua equipa, Margot Dias e Fernando Galhano, consideramos uma obra-base para qualquer escrito que se queira fazer acerca de Vilarinho. Temos também escrito sobre Vilarinho e apesar da recolha de elementos, localmente, há necessidade sempre de compulsar aquela obra, pela verdade e seriedade dos elementos nela versados.

No nosso canhenho, já amarelecido pela acção do tempo, espreita-nos entre vários nomes, o do Manuel Pinto, com o seu ar filosófico, recordando-se da Fall River, em Nova

Iorque, onde esteve um ror de anos, o da Maria Joaquina Barroso e o do António Joaquim Gonçalves. Recorda-nos os seus rostos sadios, prazenteiros, de pessoas felizes de viver. Hoje, neste deserto, em que esvoaçam pequenas aves e as borboletas saltitam de planta em planta, onde as casas destelhadas, semelhantes a cabeleiras desgrenhadas ao vento, são últimos vestígios do pulsar de uma aldeia, repleta de passado e esquecida para o futuro.

Lá, mais acima, deixado o vale onde se acoitava Vilarinho, as máquinas ruidosas, que nos entontecem os sentidos, ruminam terra, escavando-a sempre. São os trabalhos para a construção da barragem num bom aproveitamento da bacia hidrográfica do rio Homem, cujas afluências alimentam directamente a albufeira, numa área de 59 Km². Outro pormenor: mediante obras de derivação adequadas, a albufeira é ainda alimentada pelas afluências às seguintes bacias hidrográficas secundárias:

- Bacia do Brufe, afluente da margem direita do Homem, com 6 Km²;
- Bacia de Gemesura, afluente da margem direita do Homem, 2 Km²;
- Bacia do Campo do Gerês, afluente da margem esquerda do Homem, com 8 Km²;
- Bacia do Freitas, na cabeceira do ribeiro de Freitas, afluente do Cávado, com 2 Km² (chamado rio Caldo no seu troço inferior).

Com estas bacias secundárias o total da barragem interessada no aproveitamento de Vilarinho ficará a somar 77 Km².

Feitos os reconhecimentos geológicos, demonstraram estes que o melhor local para a construção da barragem era a 600 metros a montante da confluência com o ribeiro de Gemesura.

Entre as soluções previstas a melhor é aquela de uma cúpula assimétrica, de dupla curvatura, com arcos horizontais parabólicos, adaptada à forma assimétrica do perfil de implantação no vale, dado que a espessura aumenta desde o fecho para os encontros segundo a mesma lei. Assim foi possível adaptar a barragem ao vale sem recorrer a encontros



Sítio saudável entre pinheiros, a montanha, o vale e a água foi construído o «Bairro do Pessoal», em serviço nas barragens, com casas muito caiadas de branco, higiénicas e confortáveis, vendo-se também a pousada

artificiais do tipo gravidade e sem prejuízo de uma boa curvatura para os arcos e de uma boa inserção destes nas encostas.

Também o coroamento da barragem tem a espessura teórica no fecho de 3 metros, que será alargada de modo a garantir uma largura mínima de 5,0 metros, mediante a construção de consolas laterais de forma a permitir o cruzamento de veículos que por ele transitem.

A massa de betão da barragem será refrigerada artificialmente por meio de serpentinas nela embebidas, através das quais se fará circular água fria do rio ou arrefecida em instalação própria.

Deste modo poderemos anunciar as suas características principais:

- Altura máxima, 94 metros;
- Desenvolvimento total, 384,5 metros;
- Raio de curvatura do arco do coroamento no fecho, 145 metros;
- Espessura do coroamento no fecho, 3 metros;
- Espessura máxima no perfil do fecho, 15,85 metros;
- Espessura na base do perfil de fecho, 13 metros;
- Volume total de betão, 275 000 metros cúbicos.

Parece-nos interessante dar mais outros pormenores de ordem técnica tais como:

A descarga de fundo da albufeira, localizada na zona inferior da cúpula será constituída por uma conduta metálica de 2,80 metros de diâmetro, e está equipada a montante, com uma comporta de lagartas e a jusante com uma válvula dispersora. A sua capacidade de vazão com a albufeira ao nível máximo é de $180 \text{ m}^3/\text{seg}$. Como a albufeira domina as aflúncias de uma bacia hidrográfica apenas com 77 Km^2 , e tem uma área de $3,4 \text{ Km}^2$ à cota de pleno enchimento, o valor do caudal máximo a descarregar, durante a cheia, é relativamente pequeno, $280 \text{ m}^3/\text{seg}$. O descarregador das cheias, instalado na margem direita e completamente independente da barragem, é constituído por dois orifícios, obturados por comportas Taintor, que comunicam com uma galeria com cerca de 17 metros. O caudal evacuado escoar-se nesta galeria com superfície livre. Na extremidade de jusante da galeria instala-se um dispotivo que permite dispersar a água em altura lançando-a com um mínimo de energia no leito do ribeiro de Gemesura.

Destes dados técnicos fornecidos pela entidade competente da HICA, esclareceu-nos ainda quanto a obras impor-

tantes de derivação, que passamos agora a referir e que nos parece de grande interesse.

A tomada de água é constituída por um bocal e uma torre de manobra separados por um troço de galeria com a extensão de 40 m.



Local de construção da central de Vilarinho da Furna

O túnel, em carga, tem o comprimento total de 6,8 Kms. medidos entre o bocal de entrada e a boca de saída. Em quase toda a extensão a sua secção é circular com 3,50 metros de diâmetro interior e dotada de um revestimento simples de betão. Apenas nas zonas em que a rocha se apresente profundamente alterada e também no troço de 150 metros, imediatamente a montante da válvula de topo, em que a cobertura do terreno é insuficiente, se adoptará um revestimento blindado com os diâmetros variando entre 2,70 e 2,80 metros.

Entre a boca de entrada e a chaminé de equilíbrio, à distância de 3,08 Kms. da entrada, situa-se o poço de captação da bacia secundária do Freitas o qual conduz as respectivas afluições ao túnel. O poço referido é previsto com a secção mínima de construção, suficiente para o funcionamento hidráulico da captação.

A chaminé de equilíbrio fica localizada a 6,5 Kms. do bocal da tomada de água, e a uma distância de 1,2 Kms. da central. É do tipo poço, com o diâmetro de 3,5 metros, em comunicação com as câmaras de expansão e alimentação. Aquela circular a céu aberto, com 27 m. de diâmetro e esta constituída por 2 galerias com 93 m. de desenvolvimento e secções transversais variando entre 11,95 m² e 14,72 m².

A válvula de topo, do tipo borboleta com o diâmetro de 2,80 m. insere-se no circuito hidráulico no início da conduta forçada. Constitui órgão de segurança das condutas em caso de acidente; além disso, evita o esvaziamento do túnel sempre que seja preciso inspeccionar ou executar qualquer trabalho nas condutas ou nas válvulas de admissão das turbinas. Ficará instalada junto da boca de saída do túnel; o acesso a esta câmara pode fazer-se pela estrada de acesso à boca de saída.

A conduta forçada tem a extensão de 832 metros, entre a válvula de topo e a boca de saída, e 120 metros de galeria blindada junto à central. O seu diâmetro varia entre 2,75 e 2,40 metros, desde a válvula de topo até à bifurcação nos ramais da galeria blindada que antecedem a turbina.

Falemos agora da central e da subestação de Vilarinho. A central, totalmente automática e telecomandada a partir da central da Caniçada, situa-se na margem direita dum braço da albufeira da Caniçada, correspondente ao rio Ge-

rês, ficando o piso da sala de máquinas dois metros acima do nível de pleno armazenamento da referida albufeira. À mesma cota situa-se a plataforma da subestação exterior de 150 KV e ainda em edifício separado a oficina de transformadores, oficinas gerais, armazém e a subestação de 30 KV.

Na sala de máquinas ficará instalado desde já e em 1.^a fase um grupo de 64 MW, sendo o alternador de 80 MVA sob uma tensão de produção de 10 KV e a turbina de 105 000 CV, ficando executadas as obras de construção civil para receber um grupo de características idênticas ao 1.^o quando a evolução das necessidades da Rede Nacional determine a respectiva oportunidade. Os grupos geradores são de eixo vertical, accionados por turbinas Francis, sendo o caudal máximo turbinado de 19 m³/seg. quando cada grupo trabalhe isoladamente, ou 37 m³/seg. quando, em 2.^a fase, os dois grupos possam trabalhar simultâneamente.

Os efeitos de choque hidráulico serão limitados a 10% da pressão máxima estática suportada pelas turbinas, mediante a instalação de válvulas síncronas compensadoras com o tempo de fecho de 50 seg..

O tempo de fecho do distribuidor é de 5 seg., e a velocidade de regime é de 600 rotações por minuto.

A aparelhagem acessória e quadros ficarão montados em galerias a nível superior ao do piso da sala de máquinas, mas voltadas e abertas sobre esta.

A decubagem dos transformadores far-se-á no mesmo átrio de montagem da sala de máquinas, que dispõe de uma ponte rolante de 130 toneladas de capacidade de carga e 13,90 metros de vão.

Na 1.^a fase de instalação de um só grupo de 64 MW o tempo de utilização da potência disponível para apoio estival é de 1 900, horas a que corresponde um factor de carga 0,57; referidos ao ano médio, estes valores são respectivamente de 3 300 horas e 0,38, devendo reduzir-se a metade quando oportunamente se instale o segundo grupo.

O custo do Escalão de Vilarinho da Furna foi de um milhão de contos. É, de facto, uma extraordinária obra de engenharia portuguesa, de capacidade técnica avançada nesta especialidade, com mão-de-obra recrutada, muito dela, entre os povos de Terras de Bouro e dos concelhos vizinhos.

A sua realização excede em muito os arrojados aquedutos

de Mafra e das Águas Livres, que no seu tempo causaram o maior espanto e a maior admiração do Mundo, já pelo mérito técnico, já pela soma avultada do seu custo. Elevou para o dobro a energia eléctrica anual de que dispõe já o Portugal Metropolitano.

Esta barragem foi inaugurada em 21-V-1972, pelo então chefe do Estado, Almirante Américo Tomás, o ministro das Obras Públicas, Eng.º Rui Sanches, os secretários de Estado da Indústria, das Obras Públicas e do Tesouro, respectivamente, Eng.º Rogério Martins, Eng.º Pinto Eliseu, Dr. João da Costa André, subsecretário de Estado do Trabalho e Previdência, Dr. Nogueira de Brito, comandante da Região Militar do Porto, General Martins Soares, além de outras individualidades. Estas entidades foram recebidas pelo Governador Civil, Dr. Francisco Dourado, presidente e vice-presidente do concelho de administração da Companhia Portu-



Como a fénix que renasce das cinzas eis um aspecto da barragem sem água



Outro aspecto da barragem de Vilarinho

guesa de Electricidade (proprietária da barragem), restantes administradores, deputados pelo círculo de Braga, director-geral dos Serviços Hidráulicos, Eng.º Armando da Palma Carlos e outros. Houve depois uma sessão solene, na qual foram agraciados diversos funcionários que mais se distinguiram na construção desta barragem: com a comenda da ordem de Mérito Agrícola os Engenheiros José Manuel Braga Beires, Custódio Simões Fernandes e o electrotécnico Admario Esmeriz Ferreira; com o grau de oficial, António Alberto Reininho e Eng.º Artur Alves da Silva; com medalhas, António Gonçalves Costa, Alfredo da Conceição Pereira, José Emílio de Sá e António Alves Patrão. Após a bênção das novas instalações por D. Francisco Maria da Silva, Arcebispo Primaz, o Chefe do Estado dirigiu-se para a sala das máquinas na companhia dos engenheiros Machado Vaz e Ivo Gonçalves. As 12,40 o Chefe do Estado premiou o motor do arranque da central e assim iniciou, oficialmente, a vida de mais esta barragem.

Em Agosto de 1979 a albufeira encontrava-se totalmente sem água, em virtude de se proceder a obras para reparar com betão a parte que rebentou por efeitos das águas. Surpreendeu-nos aquele aspecto estranho mostrando as ruínas duma aldeia típica, primitiva, de regime comunitário, e que atraiu artistas de todos os géneros para se ocuparem dela. O «Diário Popular», de 2-X-1979, consagra uma reportagem sob o título «Aldeia Submersa Renasceu das Águas», num trabalho da equipa de jornalistas, Daniel Rodrigues, Marques da Cruz e Vitorino de Sousa, e que exactamente nos dá essa surpreendente imagem dos escombros, da morte duma aldeia sacrificada na hora do progresso. Também de salientar aqui uma extensa reportagem de «O Primeiro de Janeiro», em Junho de 1977, rotulada «Vilarinho da Furna - Uma Aldeia Submersa», de autoria do jornalista F. Soares.

ÁGUAS MEDICINAIS DO GERÊS

Larga e copiosa a conhecida descrição destas maravilhosas águas que desde os tempos remotos dos romanos, muito têm curado os males dos fígados, de gerações em gerações.

Aquela legenda latina «Aegri Surgent Sani»⁽³⁶⁾, que poderá ser o «ex-libris» das termas geresianas, seria a expres-

(36) «O palácio do Gerês», como a classifica o Prof. Ricardo Jorge. Esta expressão latina foi tirada do responsório de Santo António por São Boaventura, o qua' se encontra traduzido por Angelo de Sequeira, na sua obra «Botica Preciosa» (Lisboa, 1754):

«Se buscas milagres,
A morte, o erro, a tribulação,
O demónio, a lepra fogem:
Os doentes se levantam sãos.

'Obedecem o mar, as prisões,
Os membros e cousas perdidas,
Pedem e recebem
Mancebos e ve'hos.

Perecem os perigos,
E cessa a necessidade.
Contem-no esses que o sentem,
Digam-no os Paduanos.»

são usada pelo povo romano, que ali assentou arraiais. Isto não nos custa acreditar se meditarmos um pouco no crer afirmativo do Cónego Dr. António Pires Dias de Freitas, quando nos diz: «não só que os romanos usariam as águas termais, como mesmo, que seriam elas que deram o nome à serra». Se nos recordarmos dos imensos escritos deixados nos livros do Prof. Ricardo Jorge, que incansavelmente se debruçou no estudo geresiano, podemos verificar que ele confirma a presença romana e o seu conhecimento daquelas águas, e ainda mais pelo aparecimento em escavações ulteriormente realizadas de moedas do tempo de Galieno e de



O conhecido «banco do Ramalho», cerca das Termas do Gerês, onde o insigne escritor Ramalho Ortigão, se refugiava para escrever e ler, descortinando-se de lá um panorama cheio de beleza. Deve-se à Sociedade de Propaganda de Portugal esta obra, inaugurada em 28-VI-1920, na qual falou o Prof. Fernando Emigdio da Silva, discurso esse, depois, publicado num folheto de 16 páginas

Constâncio (37). Assim as «Acuae-Ouerquenae», as águas quentes, deveriam ser estas, sem dúvida, do Gerês.

«O Minho Pitoresco» (Lisboa, 1886), de autoria do médico José-Augusto Vieira, quando este se refere ao Gerês, narra como foram descobertas as excelências das águas, deste modo: «Os moradores de Vilar da Veiga, Rio Caldo e outros lugares costumavam apascentar os seus rebanhos pela serra e viram sair fumo da margem do rio, que naquele tempo corria ao redor de uma penha, o desviaram e observaram que por várias partes da mesma penha saía água mais ao menos quente. Espalhou-se esta notícia pelos povos vizinhos e ouvindo-a Manuel Ferreira de Azevedo, cirurgião de Covide, mandou abrir poços para observar os seus efeitos. Para isto mandou alguns enfermos, com trabalho, porque não havia outro caminho mais do que o que fizeram os pastores e o gado. Os bons efeitos que os banhos fizeram em todos os enfermos foi causa de se espalhar a notícia por terras remotas e, tendo-a D. João de Sousa (38), foi usá-los, mandando abrir caminhos para cavalgadas. Com isto correu muito povo ao sítio fazendo poços, barracas e cabanas para abrigo de noite e reparo de dia.»

Deve-se a D. João V — que Ricardo Jorge considera o «benfeitor das estâncias termas» — e também a D. Pedro II, o impulso dado às águas geresianas mandando construir poços, pequenas casas de cantaria com respiradouros para a fuga dos vapores de água, capela, ponte, hospital (39), tendo

(37) Também apareceram juntamente com aquelas moedas romanas, outras portuguesas, do tempo dos nossos Reis D. Afonso III e D. João II, o que atesta a frequência humana naquelas paragens.

(38) (1666-1722) foi 3.º Marquês de Minas e 6.º Conde do Prado, Governador das armas de Entre Douro e Minho. Fez uso das águas, desbravando caminhos que pudessem ser percorridos por liteiras ou carruagens, etc.

(39) Depois do seu desaparecimento houve, mais tarde, nova tentativa da sua erecção, em 1902, Hospital-Albergue, ao qual deveria ser dado o nome do Dr. José de Andrade Gramaxo, depois de se ter angariado fundos entre os hóspedes do Grande Hotel Ribeiro. Em 1910-11 existia apenas o terreno. Só começou a funcionar a partir de 1943, devido aos esforços tenazes do Dr. Fernando Alves de Sousa.

instituído o partido médico-cirúrgico (40) e capelania (41). Passava-se isto em 1735.

Entretanto, em 1726, o médico daquele primeiro monarca lamentava que não houvesse uma povoação, pois assim haveria maior possibilidade de um volumoso acréscimo de beneficiários daquelas belas águas. Só em 1909, é que se daria o primeiro assento de habitantes, vindos de Vilar da Veiga (o casal Francisco José da Silva, conhecido pelo «Botequim», e Rosa Maria Martins, ambos morreram de provecsta idade, de 90 anos, cada um). Fixaram-se também naquela mesma data João da Silva Casa Velha e António Alves Rigor. seguindo-se depois mais tarde, António da Silva Botequim, Frutuoso José Alves e Manuel Joaquim Alves Rigor. Núcleo este que se foi dilatando e, por volta, de 1884, havia já 13 famílias constituídas.

O abade de Miragaia, num estudo que publicou acerca do povo de Vilar da Veiga, em 1782, falando dos banhos, descreve-os desta maneira: «Os banhos eram oito, cada um sobre si (isolado), em pequenas casas piramidais, encostadas à montanha de leste, da qual brotavam as águas com diferentes graus de calor. A meio de cada uma das ditas casas estava o tanque, havendo em roda espaço suficiente para se despi-rem e vestirem os doentes. O primeiro banho, contando da extremidade norte chamava-se forte, por ser a água a mais quente; o segundo, **contraforte**, era pouco frequentado e abastecia o terceiro, chegando ali a água menos quente; o quarto era o da **figueira**, cuja água esfriava no tanque, mas

(40) Pago pelas comarcas de Guimarães, Porto e Viana cujo salário era de 40 mil réis

(41) Mandada construir por D. João V, em 1733, tendo a imagem da Santa sido incarnada da primitiva, em 1888, pela grande devoção dos aquistas. Sua Santidade Pio VII concedeu um breve de graças (25-IV-1818), a quem todas as sextas-feiras dos meses de Julho, Agosto e Setembro, fosse orar «pela concordância dos príncipes cristãos, extirpação das heresias e exaltação da Santa Madre Igreja». O capelão recebia 70 mil réis. Por morte do último capelão, Padre António Joaquim da Rocha, e com a entrega das águas à empresa concessionária, ficou banida a sustentação da referida capelania.

era quantíssima na sua nascente; quinto, do **fígado**, tinha uma nascente muito frouxa, pelo que a sua água esfriava muito, com a demora em encher o tanque; sexto, da **bica** assim denominado por correr para ele água de uma bica de pedra (a sua água era mais quente do que a do banho do fígado, e por isso com a dele se temperava a deste); sétimo, das **almas**; oitavo, esteve junto do adro da capela, mas naquele tempo já não existia, por terem feito no chão dele uma casa, entupindo-o.» E mais adiante refere-se ainda: «... já em 1782 a ponte e o hospital tinham desaparecido, os salários do capelão eram mal pagos, os doentes já não tinham médico nem cirurgião, e a polícia dos banhos era detestável. As pessoas nobres ou ricas mandavam guardar os banhos por criados seus armados e, só depois de tomarem muito pausadamente banho, é que o povo podia banhar-se. Tudo ocasiona mágoa; mas não pode sem tremer nem espantar o ânimo, verem-se os doentes pobres, descalços e despídos, unicamente com a cabeça entrapada e o corpo coberto com um capote, irem de suas casas, que são as mais distantes, tomar o banho em horas pouco convenientes, e recolherem-se da mesma maneira, expostos a constipações. Os mais ricos iam em uma cadeirinha indecente. Não havia na localidade botica nem loja alguma de comércio; a venda dos géneros de primeira necessidade era monopólio de certos especuladores, e, se alguém tentasse vendê-los mais baratos, era preso pelo almotacé e posto fora da povoação.»

Em 1830 o Dr. Inácio Benevides refere-se a outras bicas de água termal e banhos, aparecendo só, em 1850, uma análise de águas, através da publicação «Memórias da Academia das Ciências» (1851). Houve em seguida uma tentativa da instalação de novo hospital, que só viria a concretizar-se nos nossos dias, em 1934, do qual foi director, o Dr. Fernando Alves de Sousa.

No Séc. XIX, nos princípios, houve certa decadência, até que se iniciou novo impulso de ressurgimento. Na segunda metade do Séc. XIX assiste-se a uma série de empreendimentos: em 1830 foi a inauguração da diligência de Braga ao Penedo, fazendo-se o restante percurso a cavalo; mais tarde, generalizou-se até às termas, onde chegava pelas 22 horas,

saindo depois pelas 0 horas (42); o primeiro hotel (Ribeiro), foi fundado em 1882; conclusão da estrada até às termas, em 1887, que lhe deram grande afluência. Mais tarde juntou-se àquele hotel, um outro, o Universal (43). E, assim, as efemérides vão surgindo, ano após ano, com muitos melhoramentos, captação de água, copa, balneários, laboratórios de análises, farmácia, estação metereológica e outros departamentos estaduais, hotéis, pensões, carreiras de camioneta, etc. (44).

Em Julho de 1979, a Municipalidade aprovou por votação unânime a revitalização das Termas do Gerês, considerando urgente proceder a algumas modificações urbanísticas, e embelezamento, pois tudo se encontra como há mais de uma centenas de anos. Para o desenvolvimento económico-social de Terras de Bouro há que ter em conta o factor turístico e termalístico que a estância oferece e possui recursos excepcionais para isso. Tanto os órgãos do poder local, por carência de possibilidades financeiras e técnicas, como o divórcio total dos poderes governativos, têm deixado apenas às iniciativas privadas o reduzido investimento o pouco ou nada que se tem realizado. O Gerês é uma espécie de deusa adormecida,

(42) A viagem muito morosa era feita pela então «Ma'a-Posta» puxada a 5 cavalos, que tinha muda em Santa Maria do Bouro levando 7 horas entre Braga e as Termas. Na subida Ingreme de Valdosende era forçosa a descida dos ocupantes para que os cavalos pudessem assim levar de vencida aquela etapa. Mais tarde aquele primitivo transporte foi substituído pela caminheta, propriedade da empresa «Zenha e Cia.».

(43) O Prof. Ricardo Jorge aponta os hotéis no seu tempo, além dos já citados, existiam, ainda: Parque, Mala, Aliança, Termas, Jardim e Pensão da Ponte. Presentemente funcionam como hotéis, Parque, Universal, Mala, Ribeiro as pensões Avenida, Baltazar, Centra' Jardim, Geresiana e Ponte. O Hotel Moderno, construído em 1921, com salão de festas, cinema, etc., que fazia de Casino, foi devorado, há anos pelas chamas, num violento incêndio.

(44) As carreiras de caminheta ligam as termas à estação dos Caminhos de Ferro de Braga, diariamente, através da empresa «Auto-Motora», do Marinho, e da «Empresa Hoteleira do Gerês», hoje Rodoviária Nacional. A primeira dirige-se a Covas por Caldelas, seguindo para o Gerês com partida de Braga às 10.35 e 17.20, e nos dias de mercado (segundas-feiras), organizam mais carreiras. Há uma carreira directa de Covas para Vila Verde. Do Gerês também há carreiras para a sede do Concelho. A «Rodoviária» mantém carreiras directas entre Braga e Gerês. Em tempos o hotel «Parque» e o «Mala» tiveram ao seu serviço uma caminheta de transporte de hóspedes frequentadores daquelas casas.

fossilizada no tempo. A Municipalidade num assomo arrojado deliberou rapidamente inventariar os prédios rústicos e urbanos, e depois os possuidores serão notificados para se proceder ao seu aproveitamento e sua reconstrução ou remodelação. Foi dado um prazo, o previsto na lei, pelo que depois se procederá à expropriação por utilidade pública. Serão atentamente estudados com auxílio de peritos as incidências jurídicas, económicas e sociais de todas actividades desenvolvidas nas termas internacionais do Gerês, em regime de concessão e serão propostas e aplicadas as alterações e as inovações por convenientes ao progresso e ao bom nome duma estância que é considerada como uma das melhores para o tratamento de doenças hepáticas.

Por Alvará de 16-VII-1896, a concessão começou a ser feita pela Empresa das Águas do Gerês, tendo sido prorrogada por novo diploma assinado em 14-II-1927, tendo como área autorizada 135 ha. (Portaria de 14-IV-1924) e ainda por Decreto de Fevereiro de 1927, foi-lhe concedida uma prorrogação no espaço de 75 anos (45). Nos últimos anos deveremos assinalar os bons serviços prestados por Honório de Lima (46), Alberto de Magalhães e Carvalho Guerra, entre muitas outras dedicações.

O período termal está compreendido entre 15 de Maio a 15 de Outubro. É das estâncias termais portuguesas que regista maior número de frequência sobretudo vindos das zonas tropicais, das nossas ex-províncias ultramarinas e das paragens brasileiras.

A água vem de uma profundidade de 1890 m. e o seu caudal é da ordem dos 180 000 litros em 24 h. Na composição química há um predomínio de bicarbonato de sódio, ácido metasilícico, fluoreto de sódio. A água da Fonte da Bica está classificada de hipertermal, hipossalina, bicarbona-

(45) O ex-Banco do Minho, de Braga financiou uma empresa de águas para concessão de licença para exploração das nascentes (Decreto publicado em 24-1-1925). Em 1926, no estabelecimento de um acordo entre aquele banco e a antiga empresa de águas, cessou o auxílio, voltando tudo à posse da antiga concessionária, que é a detentora ainda da concessão e exploração.

(46) Dos seus muitos empreendimentos temos que salientar os da construção da colunata e do bairro além de ter mandado ampliar a Capela das Termas.

tada sódica, lítica, siliciosa, fluoretada sódica, ligeiramente arsenical e fortemente radioactiva. A fluoretação é a sua característica mais saliente pelas suas anunciadas virtudes cre-noterápicas. É interessante trazer para aqui o resultado das primeiras análises bacteriológicas realizadas em 1903, no Laboratório Bacteriológico do Porto, feitas pelo Dr. António de Sousa Júnior, que deram o seguinte resultado; nas **Nascentes Termas-Análise Quantitativa-Água da Copa** ou **Bica-A** contagem das colónias em meio apropriado logo em seguida à colheita no Gerês, permitiu computar o número de bactérias em 46,25 e o dos bolores em 20 por centímetro cúbico de água. A mesma análise no dia seguinte, no Porto, não agitando o frasco esterilizado que conduziu a água, deu sómente 80 bactérias por centímetro cúbico, subindo os bolores a 36,26.

Poço Forte — A análise no Gerês pelo método de Koch deu 80 bactérias e 47,5 bolores por centímetro cúbico. No dia seguinte, no Porto, apenas 12,5 bactérias e 20 bolores. Em nenhuma das águas se revelaram bactérias liquefacientes.

Análise Qualitativa — Nem a água da Copa, nem a do Poço Forte revelaram a presença do **Bacterium coli** ou **Bacterium typhosus**, tendo sido seguido o método de Vincent. **Conclusão:** águas muito puras.

Água Potável-Fonte Pública-Análise Quantitativa — A análise no Gerês deu 68,5 bactérias e 55,7 bolores, por centímetro cúbico; no laboratório, passadas 24 horas, só mostrou 18,75 bactérias e 5 bolores por centímetro cúbico.

Análise Qualitativa — Não se encontrou **Coli** nem **Bacillus tífico**. **Conclusão:** água muito pura.

Também o químico Agostinho Vicente Lourenço falando da composição da água diz: «1000 gramas de água de banho da **Bica** deixaram pela evaporação 0,2675 de resíduo sólido, formado principalmente de silicatos e cloretos alcalinos e calcáreos. As águas são límpidas e cristalinas, sem cheiro nem gosto.» Aliás, esta análise, coincide com uma outra efectuada pelo Visconde de Vila Maior feita em 1850.

As águas estão aconselhadas aos enfermos que sofram de insuficiências hepáticas, icterícia por hepatite, congestões de fígado, gastro hepatite etílica, colecistites, êxtases funcionais da vesícula, doenças da nutrição em que exista uma perturbação humoral de origem hepática (litíases bilar e renal, obesidade, gota e diabete, impaludismo crónico, colénia fa-

miliar, etc. Os êxitos têm sido inúmeros. Alguns doentes têm trocado estas águas por outras de fama mundial e, de novo, regressam ao Gerês pois é na eficiência da sua aplicação que encontram as melhores desejadas e, até, a própria cura. Muitos dos doentes curados vêm ao Gerês apenas como reconhecimento da linfa benfazeja, no número dos quais me encontro, após 14 estadas, e em riscos de efecutar uma melindrosa operação. Carlsbad, cidade da Boémia, na Checoslováquia, há quem afirme, cientificamente, que as suas águas consideradas por muitos as melhores do mundo nas doenças hepáticas — são inferiores às do Gerês. Charles Lepierre, o notável analista francês, que em Lisboa foi saliente figura do magistério superior técnico, considera que o Gerês é um **tipo único** e, quatro vezes mais valioso, do que as águas de Sprüdel, em Carlsbad. Tude de Sousa, no seu livro «Gerês» publica uma interessante correspondência trocada entre os Drs. J. Weil, de Paris, com o seu colega português, Dr. Augusto dos Santos Júnior, acerca de um doente desenganado das estâncias termiais de Vichy e de Carlsbad, que achou no Gerês a sua completa cura. E como este caso singular tantos outros que acabariam por encher páginas e páginas de um livro.

O Prof. Ricardo Jorge na sua obra «O Gerês Termal» informa a existência da água da «Fonte do Eiras», na Avenida, em frente ao hotel Universal, que é afinal uma água cuja composição elementar muito se assemelha à das outras minerais que se bebem na copa.

Da excelente obra «Reflexões Experimentais», (Lisboa, 1779) de Frei Cristóvão dos Reis, tiramos este curioso elemento que nos dá conta da existência da chamada «Fonte do Castanheiro»: «Esta fonte se acha perto das Caldas do Gerês, no mesmo caminho antes de avistar a povoação. Chama-se do **Castanheiro** por haver ali antigamente muitas destas árvores, que serviam de refresco e recreio, tanto aos sãos como aos enfermos; mas como se desbaratou o arvoredado, e se ignoravam as suas virtudes, deixou de ser frequentada, de sorte que apenas há hoje quem use da sua água, tendo esta, posto que fresca, uma das mais medicinais, que há no sítio. Com o uso desta água passavam antigamente melhor os enfermos, e se sentiam aliviados de muitas queixas internas, produzidas da cracicie, e encandecência dos humores, como pedra, areias e obstruções, por ser marceal nitrovitriolada. Com esta água

se tira quase de repente a tintura ao chá; e em poucos minutos de roxa se faz quase preta, indício certo dos minerais referidos.

E posto que esta fonte esteja desprezada no tempo presente por se não saberem as suas virtudes, me parece dar notícias delas, para que os enfermos, e sãos, fazendo uso da sua água, experimentem seus efeitos. É aperitiva, diorética e dilata-se pouco no estômago; em fim é uma das melhores águas frescas, de que se pode fazer uso por bebida. Semelhante a esta há outra fonte, que nasce de umas pedras nas margens do rio, acima do lugar das Caldas, fronteira do campo do Capitão-Mor.»

Como nota complementar registamos alguns nomes de médicos que serviram nas termas do Gerês: Drs. Manuel Vieira e Lemos, Manuel Ferreira de Azevedo, José Custódio da Costa, Sebastião Pires da Silva, Francisco da Costa e Silva, Adriano de Sousa Barbosa, José dos Santos Dias, Augusto Santos Júnior, José António Ferreira Júnior, Manuel António Soeiro de Almeida, António Rita Martins, Celestino Maia, Fernando Alves de Sousa Acílio Carvalhal, Custódio Pais Rodrigues e Godinho. Em 1979 a equipa é constituída pelo Prof. Eduardo Rodrigues Pereira (director clínico) e Drs. Osvaldo Madeira, Ramiro Valentim, David Paiva, Amaro Neves, Marques Pereira e Jorge Ferreira Formigal. Em 1978 registaram-se 6 530 inscrições de doentes.

Dedicações, muitas, que encheriam laudas e laudas de papel. Porém, queremos assinalar apenas alguns nomes de figuras gradas das letras, das artes e das ciências que por aqui têm perpassado como aquistas e ainda como enamorados destas incomparáveis belezas que os rodeiam no período do seu tratamento: Arcebispos de Braga D. Manuel Vieira de Matos e D. António Bento Martins Júnior, Arcebispo bispo de Lamego D. António Xavier Monteiro, Dr. Jaime Murteira que muito tem pintado sobre o Gerês, Zeferino Couto, Dr. Sousa Costa (membro da Liga de Defesa do Gerês e seus Aquistas»), Mestre Artur Loureiro que fez de Leonte a sua tebaida artística e ali morreu em 1932, ficando perpetuado na pedra de um penedo o seu busto acompanhado de uma singela lápida, Virgílio Pereira, autor dos «Corais Geresianos», Raul de Campos (compositor do hino do Gerês), Dr. Acácio Tavares (que escreveu a letra para este mesmo hino), Matias Araújo Lima,



A avenida, sala de visitas do Gerês, fotografada na época do inverno, deserta. No verão esta artéria torna-se pequena para conter os milhares de aquistas que ali acorrem com suas famílias, a fazer a sua estância de cura de águas

Dr. Manuel de Arriaga (1.º Presidente da República Portuguesa) (47), Alexandre Herculano, Eugénio de Castro, Dr. António José de Almeida (Presidente da República Portuguesa), Dr.

(47) Quando foi retirada a concessão para a exploração das águas e as nascentes se encontravam em estado quase de abandono, o Dr. Manuel Arriaga esteve no Gerês, junto da Fonte da Bica, e pediu um papel ao Dr. Santos Júnior, seu amigo, que era ao tempo o facultativo das termas. Rabiscou então, improvisados versos que lhe saíram deste modo:

«Vê-se aqui bem, não ilude,
A ingratitude dos mortais;
Aos enfermos dou saúde.
Converto em risos os ais.

Dou a mãos largas tesouro
A muita gente, bem sei,

Bernardino Machado (Presidente da República Portuguesa), António Correia de Oliveira, Guerra Junqueiro, Ramalho, Manuel Bandeira, Miguel Torga, Carlos Malheiro Dias, Antero de Figueiredo, Dr. José Bento Lopes ⁽⁴⁸⁾, Prof. Elisio de Moura, Dr. José de Andrade Gramacho, (o Prof. Silva Carvalho chama-lhe o «resturador do Gerês»), Prof. Ricardo Jorge, Aurora Jardim, Padre Américo, etc. Não podemos olvidar Tude de

Que vale mais que o ouro,
Do que os brilhantes de lei,

Ingratos deixam que eu viva
Nesta miséria em que estou,
Quando de mim só deriva
O muito bem que lhes dou.

Jesus também no seu horto
Viu-se sozinho e era mais:
Faço bem e não me importo
Com a ingratidão dos mortais.»

Estes versos têm a data de 12-IX-1894. No seu livro «Irradiações (1901) tece elogios ao Gerês.

(48) O Dr. Pedro Augusto Dias num artigo que publicou no jornal «O Comércio do Porto», de 19-VIII-1926, epigrafiado «Poetas Portuenses Ignorados e Esquecidos», inclui um soneto de autoria do Dr. Bento Lopes, frequentador das termas, que gostosamente inserimos, respeitando a ortografia daquela época:

«Benéfico Gerez, tu m'illuminas
A mente, há tanto tempo perturbada,
Tu me dás a saúde desejada
Com tuas santas águas cristalinas.

Essa bífide serra que reclina
Sobre este fresco arroio coroada
De crespas alvas, nuvens. encantada
Me deixa a vista, que também afinas.

Este ar vivificante que respiro,
Com mil aromas me recreia o olfato,
Do tardo coração promovendo o giro.

Ah, Se me desses sempre o doce trato
Das belas ninfas que em ti admiro,
Aqui ficára por não ser-te ingrato.»

Sousa (49), Celestino Maia (incansavelmente escreveu, tratou e conquistou amizades), Antonio Sousa e Silva (batalhador infatigável com locais oportunas e incisivas nos jornais diários em prol do Gerês) e tantos outros que muito contribuíram para o engrandecimento geresiano.

BIBLIOGRAFIA (ALGUMA) DAS AGUAS GERESIANAS

E vasto, sem dúvida, o numeroso rol de trabalhos e de estudos, que se tem dedicado as excelentes águas do Gerês. Damos aqui, porém, uma resenha muito incompleta do que se tem publicado, com a possível informação obida, através dos escolhos dinceis das insurcipientes fontes de investigação

(49) Nas minhas demoradas estadias no Gerês, muitas vezes, perfazendo tres curas de águas, escreviamos para muito imprensa Diaria, nao so porque isso nos dava grande prazer, mas tambem se proporcionava o facto de cantar o Gerês a que tanto devia o meu bem-estar. E Tude de Sousa que conhecemos melhor através de uma poesia sua, que nos enviou para um concurso que realizamos e numa festa que promovemos no «Casino» — **A Noite dos Poetas** — desde esse momento ficámos amigos, pois eu era já um seu antigo admirador. Nesse ano em que ele morreu, na sua casa de Amadora, na qual algumas vezes o visitamos, já bastante doente, expressei a minha profunda mágoa, num artigo publicado no jornal «O Comércio do Porto», de 26-IX-1951, rotulado «Instantâneos Geresianos», no qual a certo momento escrevia: «E podemos confessar abertamente que desde o primeiro momento de há quatorze anos para cá o nosso amor e o nosso carinho por tudo quanto respire Gerês se vai aprofundando mais no nosso ser. Por este andar e por esta resultante de benfazejo bem-estar, não tardamos muito, com avanço até da própria idade que sentimos o mesmo que Tude de Sousa respeitante às coisas geresianas. Este **geresista número um**, que a morte traiçoeiramente arrebatou ao nosso paterno convívio sempre que se falasse no Gerês a corda sensível era tangida imediatamente, a voz embargava-se-lhe, os olhos enchiam-se-lhe de água. Ele sentia, vivia e amava bem a terra e o povo do Gerês, apesar de ser filho do Alentejo. Os seus livros, os seus artigos, alguns até publicados nas colunas do nosso **Comércio** são o reflexo notório e vivo testemunho da boa amizade e dedicação que possuía pelo seu Gerês. E o Gerês que é grato aqueles que lhe dedicam eterno amor tem para saldar aque'a dívida de gratidão, em aberto, que todos nós devemos prestar a um homem que foi exemplo de trabalho, seu fervoroso juiz, batalhador incansável e intemerato pelo progresso, pela eterna grandeza desta bela terra.

Não queríamos, ao iniciar estes esquissos relativos à terra geresiana, deixar de assinalar a morte do **geresista número um**, Tude de Sousa, desfolhando as pétalas de eterna saudade.»

existentes, infelizmente, no nosso País. As bibliotecas portuguesas não têm infraestruturas. Há, carência de pessoal preparado e especializado que se estende até à cúpula directiva, reflectindo-se em todos os pequenos pormenores que vão depois afectar todo o trabalho de investigação, sempre em falha ou em falta, diminuindo em qualidade, apesar de esforço e de aplicação de quem investiga e estuda. Posto isto, damos, em fim, o que podemos obter dentro das limitações impostas, e por ordem cronológica de datas;

«A Toxicidade Incontestável das Águas do Gerez» e «Águas Veneno», s/ data, do Dr. António Rita Martins; «Alvará», da Chancelaria de D. Pedro II, autorizando a construção duma casa com um tanque para banhos (in **Arquivo Nacional da Torre do Tombo**, 1701); «Vocabulário Português e Latino», do Padre D. Rafael de Bluteau, em repetição das informações de Frei Bernardo de Brito (Coimbra, 1713); «Metereologia Aquae», do Dr. José Custódio da Costa (manuscrito, 1714); «Aquilégio Medicinal», do Dr. Francisco da Fonseca Henriques, conhecido pelo **Dr. Mirandela** (1726), pelo que nos diz o Prof. Ricardo Jorge deverá ser este o trabalho como o 1.º inventário da hidrologia portuguesa; «Notícia da freguesia de S. João do Campo», enviada ao Vigário Geral, em 9-VII-1736 (in **Memórias Geográficas e Históricas de Entre Douro e Minho**); «Provisão Régia» da nomeação de um médico para o Gerês (in **Chancelaria de D. João V**, 1736, L. 63, fls. 371); «Mapa de Portugal Antigo e Moderno», do Padre João Baptista de Castro (1.ª ed. 1745, 2.ª ed. 1762, 3.ª ed. 1870, na Biblioteca Nac. de Lisboa); «Dicionário Geográfico Sobre o Gerez», do Abade António Bacelar (1758, in **Arquivo Nacional da Torre do Tombo**); um escrito do Padre Frutuoso Vieira Ribeiro, Abade de Rio Caldo (1758) descrevendo a freguesia e a capela de Sta Eufêmia construída em 1733; «Provisão Régia», de 30-V-1759, autorizando médico e capelão para o Gerês a fazerem casas; «Provisão Régia» (1763) nomeando médico para o Gerês; «Farmacopeia Dogmática Médico-Química e Teorico-Prática», do Padre Frei João de Jesus Maria, administrador da Botica do Mosteiro de Santo Tirso (1772, in Biblioteca da Faculdade de Medicina de Lisboa, II p.); «Provisão Régia», de 6-IV-1781, autorizando a Câmara de Ribeira de Soaz a pagar 40 mil rs. ao clinico do Gerês curando os pobres por amor de Deus; «Chancelaria» de D Maria II, sobre o Gerês (1785, in **Arquivo Nacional da Tor-**

re do Tombo); «Relação» da despesa que a Fazenda Real fez em Hospitais e Misericórdias, não compreendendo as feitas com militares, no Estoril, Caldas da Rainha e Gerês (1801, in *Jornal de Coimbra*, Vol. VI); «Concurso de Memórias em Medicina», análise quimico-médica das águas termais do Gerês, com o significado das moléstias em que o seu uso é indicado (22-I-1801, in *Academia Real das Ciências de Lisboa*); «Provisões Régias» nomeando médico para o Gerês (12-VII-1802 e 25-IX-1811); «Caldas do Gerez», do Dr. Agostinho Albano da Silveira (1814) in *Jornal de Coimbra*); «Nouveaux Elements de Therapeutique», do Dr. Jean-Louis Alibert, médico de Luís XVIII (1818); «Farmacopêa Naval e Castrense», do Dr. Jacinto Costa (1819, in *Biblioteca da Faculdade de Medicina do Porto*); «Provisão Régia», nomeando enfermeiro e administrador para as Caldas do Gerês (1819); «Representação acerca de reparação de estradas e pontes de acesso ao Gerez» (1821, in *Diário das Cortes*); «Memória Histórico-Topográfica das Caldas do Gerez», do Dr. José dos Santos Dias (1825) tendo Tude de Sousa publicado um estudo acerca deste livro (1942). Aquele médico publicou (1813) no *Jornal de Coimbra*, a primeira experiência termométrica das águas geresianas; «Análise Quimica da Água do Gerez» (Bica), do Dr. Adolfo de Sousa Reis (manuscrito, 1825); «Ensaio Físico-Médico do Gerez», do Dr. Inácio António Fonseca Benevides (1830); publicação acerca das águas do Gerês referindo-se ao Dr. Manuel Vieira de Lemos, do Prof. Rocha Brito (1834); «Portaria» do ministério do Reino, ordenando que a Academia Real das Ciências de Lisboa faça análise das águas existentes no distrito de Braga (14-IX-1836); sobre as águas do Gerês (in *Diário do Governo*, 1837 e 1844); «Caminho de Geira e Estrada Militar» e antiguidades que abrangem a Geira com uma descrição do Gerês (1842, in *Revista Literária*); «As Caldas do Gerez», de J. Oliveira (in *Gazeta Médica do Porto*, 1843); «Noticia Topographica e Physica do Gerez e das Suas Águas Termais», do Dr. José Pinto Rebelo de Carvalho (1848); «Análise das Águas Minerais do Gerez» do 2.º visconde de Vila Maior (Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, 1851, Vol. XV, T. III, 2.ª p.); «Mercê» de D. Maria II (Decreto-Lei, de 10-I-1851) confirmando a posse do médico no Gerês; «As Águas do Gerez», do Dr. Júlio Máximo d'Oliveira Pimentel (1852); «Aspectos Gerais» acerca de chamar a atenção dos reis na sua viagem pelo distrito de Braga (1852, in *Biblioteca*

Nacional de Lisboa); «Juízo Critico de Análise das Águas Mínerais do Gerez» feito pelo Prof. Júlio Moreira de Oliveira Guimarães, um trabalho do Dr. José Pereira Caldas (1852); Noticia descritiva das águas medicinais do Gerês no Distrito de Braga (1852); «Portaria», relevando o imposto indicado sobre as águas minerais pela Junta Geral do Distrito de Braga (18-VI-1853); «Portaria» sobre os factos passados nas Caldas do Gerês (18-VIII-1853); «Decreto» que providencia factos ocorridos nas Caldas do Gerês (18-VIII-1853); «Decreto» sobre o regulamento dos preços das drogas medicinais, medicamentos, remédios, etc., de 12-VI-1858, in **Diário do Governo**, n.º 214, de II-IX-1858); «Dicionário-Geral das Águas Minerais e Hidrologia Medicinal, etc. «de Eugène de Bret e M. Durand Vardel (1860, in Arquivo da Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos); «Estudos Preliminares Sobre as Principais Águas Minerais do Reino», do Dr. Agostinho Vicente Lourenço (1867, in **Jornal de Farmácia e Ciências Acessórias de Lisboa**); «Reiseignement sur les eaux minérales portugaises», do Dr. Agostinho Vicente Lourenço (1867, Exposição Universal de Paris); «Resposta» aos quesitos do ministério das Obras Públicas, do Dr. José Luís da Silva Boavista (1867, in Arquivo da Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos); «Referência» a vales e a montes do Gerês, do Dr. E. Hubner (in **Revista Critica de História e Literatura Española, Portuguesa e Hispano Americana**, 1869, ano 1.º, n.º 4); **Gazette des Eaux**, anuário das águas minerais e de banhos do mar (1869); «Diário Filosófico da Viagem ao Gerez» (1872, manuscrito de Maia Coelho, mais tarde publicado, prefaciado e anotado pelo Dr. Celestino Maia, 1949); «Banhos de Caldas e Águas Minerais», de Ramalho Ortigão (1875); «Águas Minero-Medicinais em Geral e de Portugal em Particular», do Dr. Francisco da Costa Félix (1877); «Dicionário de Medicina Popular e das Ciências Acessórias «que contém a descrição das águas minerais do (1878, 5.ª ed.); Sobre o Gerês (in **Braz Tisana**, 1883, números 114 Brasil e Portugal, do Dr. Pedro Luís Napoleão Chernovitz e 174); «Viagem à Serra do Gerez e Suas Caldas» (in **Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa**, 1886, números 6 e 11, págs. 259-277 e 526-542) por Hermenegildo Capelo e Leonardo Torres; «Minho Pitoresco», do Dr. José Augusto Vieira (1886, tomo I, págs. 449-480); «A Serra do Gerez», de J. Henriques (1886); «O Descobrimento das Caldas e as Termas de

D. João V» (1887); «As Caldas do Gerez», do Prof. Ricardo Jorge (1887, in **Arquivo de História da Medicina Portuguesa**); «Portaria» para a adjudicação das Caldas do Gerês (24-XI-1887); «O Gerez Termal» (1887, in **Gazeta de Farmácia**); Sobre o Gerês e suas águas (in **Correio do Norte**, 1887, n.º 2286); «As Águas Minerais do Gerez», do Dr. Leonardo Torres (in **Jornal da Soc. das Ciências Médicas de Lisboa**, 1888); Das águas do Gerês (in **Diário Ilustrado**, n.º 7373, de Abril de 1887); «O Gerez e os Geresitas do Séc. XVIII - As Caldas do Gerez», do Prof. Ricardo Jorge (in **Arquivo de História da Medicina Portuguesa**, 1888); «As Águas Termais do Gerez (Bica, Fonte e Nelha), dos Profs. José Pereira Salgado e António Joaquim Ferreira da Silva (1889); «A Questão do Gerez», do Dr. Adolfo de Sousa Reis (1890); «Guia Thermal», obra fundamental da hidrologia portuguesa (1891); «Caldas do Gerez - Águas Medicinais», de Tude Martins de Sousa (1892); «Promenade au Gerez», de Paul Choffat (1895); «Guia de Cura Gereziana» (1895 e 1906); «Termas do Gerez», do Eng.º Rego Lima, e ainda do mesmo autor, «O Futuro Balneário do Gerez» (in **Revista das Obras Públicas e Minas**, 1896, números 316 e 318); Folheto sobre as Caldas do Gerez (1898); «Águas Minerais e Estações Climáticas da Europa», de F. Parkes e Dr. H. Weber (1899); «História da Medicina em Portugal», do Prof. Maximiliano Lemos (1899, 2 Vols.); «No Minho», de D. António da Costa (1900); «Breve Notícia sobre as Caldas do Gerez» (in **Revista Portuguesa de Medicina e Cirurgia Práticas**, 1900); «Caldas do Gerez, Águas e Thermas» (1901); «Estudo das Águas Termais e Potáveis do Gerez», do Dr. Fernando Santos, 1903); Folheto sobre o Gerês de 8 págs., de Lino Aguiar (1905); Breve notícia sobre as Caldas do Gerês (1906); «Les Eaux Thermales du Gerez dans le Traitement des Cirroses», do Dr. Augusto Santos Júnior (1906); Artigos na **Ilustração Portuguesa**, de Tude de Sousa (1908); «Notas Sobre Portugal — Vol. I — Nascentes Termo-Minerais de Portugal» do Eng.º António Maria da Silva (1908, levada à Exposição do Rio de Janeiro); Águas e clima descrição do Gerês (1908); «Memórias Históricas e Topográficas das Caldas do Gerez» (1908); «Sarra do Gerez» (1909); Manuscrito do Padre Sebastião Pereira de Freitas que copiou do Dr. José dos Santos Dias, num trabalho de Tude de Sousa (1909); Contribui-

ção para os estudos de radioactividade, entre nós, e depois, o seu efeito, nas águas minerais portuguesas» do Padre António da Costa e Oliveira Pinto, S. J. (1868-1933) in **Revista de Química Pura e Aplicada**, do Porto, 1910; «Movimento Médico», do Prof. Charles Lepierre (Coimbra, 1910); «Hidrologia Médica», lição do Prof. Tiago de Almeida (1911, Vol. V, in **Gazeta dos Hospitais do Porto**); «Hidrologia Minero-Medicinal Portuguesa», notas de uma excursão de estudo, do Prof. António Augusto Mendes Coimra (1911, in **Revista de Química Pura e Aplicada**); «Serviços Médico-Hidrológicos em Portugal», do Dr. Augusto Santos Júnior (1912); «Acção Terapêutica das Águas do Gerez», do Dr. Fernando Santos (1914); «Apontamentos» para um estudo sobre as águas minero-medicinais portuguesas e sua comparação com as estrangeiras», do Dr. Francisco de Oliveira Luzes (1915, in **Medicina Contemporânea**, números 31-32); «As Águas Termas do Gerez», dos Profs. José Pereira Salgado e António Joaquim Ferreira da Silva (1918); «A Evolução da Crenoterapia e das Águas medicinais portuguesas», do Dr. Armando Narciso (tese, em 1920, na Faculdade de Medicina de Coimbra); «Águas Medicinais-Regiões Hidro-Medicinais», do Dr. Armando Narciso (1920); «Discurso» por ocasião de se inaugurar o banco do Ramalho, — 28-VII-1920 — do Prof. Manuel Emidio da Silva, folheto de 16 págs., publicado em Lisboa; «As Termas de Portugal e a sua Especialização Terapêutica», do Dr. Armando Narciso (1922, in **Medicina Contemporânea**), e idem, com o trabalho sob o título, «As Termas do Gerez e as Termas de Caldelas»; «Empirismo em Terapêutica», do Dr. Armando Narciso (1922, in **Medicina Moderna**); «A Especialização Terapêutica em Hidrologia», do Dr. Armando Narciso (1922, in **Medicina Moderna**); «Guia Prático das Águas Minero-Medicinais Portuguesas», do Dr. Fernando da Silva Correia, com Prefácio do Prof. Charles Lepierre, (1922); «A Cura Sulfurosa nas Doenças do Aparelho Respiratório», do Dr. Armando Narciso (1923, in **Jornal da Soc. das Ciências Médicas de Lisboa**); «As Águas Medicinais Portuguesas e as Águas Medicinais Estrangeiras — Estudos Comparativos», do Dr. António de Melo (1923); «Vieira do Minho», monografia, do Padre José Carlos Alves Vieira (Vieira do Minho, 1923); «Pobreza e Deficiência da nossa Terapêutica Termal», do Dr. Armando Narciso (in **Medicina Contemporânea**, 1924); «As Análises das

Águas do Gerês» por Sousa Reis e Emilio Dias, do Dr. Alberto de Aguiar (1925); «As Águas Termiais do Gerês» (1926); «O Médico-Peçonha-análise da diatribe antigeresiana — A Água-Veneno», do Dr. Abílio Campos Monteiro (1926); «As Análises das Águas do Gerês» de S. Reis e L. Dias (1927, in **Revista de Química Pura e Aplicada**); «Contribuição para o Estudo das Águas do Gerês», pelo Prof. Charlles Lepierre e Dr. Herculano de Carvalho (1928, in **Técnica**); «Espectro Químico das Águas Minerais Portuguesas da Água do Gerês», do Prof. D. António Pereira Forjaz (1928, in **Jornal de Ciências Matemáticas, Físicas e Naturais** e na **Revista de Química Pura e Aplicada**, estudo apresentado na Academia de Ciências de Paris, pelo Prof. Chaves Moureu); «As Águas do Gerês e a sua Mineralização», do Prof. D. António Pereira Forjaz (1928, in **Revista de Química Pura e Aplicada**); artigos na **Revista Terra Lusa**, de Braga (1929, n.º 6); «Acção Farmacológica e Tera-pêutica da Água do Gerês», dos Profs. Pulido Valente e Fernando da Fonseca (1929); «As Águas do Gerês no Tratamento das Ictericias e das Cirroses Hepáticas», do Dr. Manuel Soeiro de Almeida (1930); «As Águas e as Estações Termiais» dos Drs. Oliveira Luzes e Armando Narciso (1930); «Importância do Fluor nas Águas Minerais, Medicinais e Potáveis», do Dr. Rita Martins (1930, comunicação ao XIII Cong. Int. de Hidrologia em Portugal); Livro do Padre Pinto Guedes que levanta a questão da transferência do Gerês para o Concelho de Vieira do Minho, que levantou grande celeuma (1930?); «Determinação do Rádio Dissolvido na Água do Gerês», do Prof. António Herculano de Carvalho (1930); Escrito sobre uma excursão às termas portuguesas (1933, in **Medicina Contemporânea**); «Notas Sobre as Caldas do Gerês», do Dr. Santos da Silva Filho, separata, 1934, do **Portugal Médico**, 7, 34); «Relatório» da inspecção de águas, do Eng.º Luís Acciaiuoli (1936, 1937 e 1938); «Anteprojecto para modificação das captagens das águas medicinais do Gerês», do Eng.º Carlos Bento Freire de Andrade (1936); «Portugal-auf grundeigener Reisenund der Literatur Gotha Justus Perthes» (1937, I teil - 1932, II - 1937); «Gereziana — Em Verdade vos Digo...», do Prof. Luís de Pina (1937); «Os Hepáticos», do Dr. Manuel António Soeiro de Almeida (1940); «Esboço Histórico das Águas de Portugal», do Eng.º Luís Acciaiuoli (1939, 1940, 1941); «Riquezas Hidro-Medicinais de Portugal», do Dr. Ascenção Contreiras (1941, in

Boletim da Soc. de Geografia de Lisboa;) «Memórias das Caldas do Gerês», do Prof. Silva Carvalho (1943); «A Lenda e as Ruínas de Calcedónia» (1946, in *Minia*, Dezembro); «O Gerês e as suas Termas» e «Formação Biliar e Tratamento Geresiano», do Dr. Celestino Maia (1947, 1951); **Guides Blues**, descrição do Gerês no Vol. dedicado a Portugal, Madeira e Açores, (1957); «Entre Homem e Cávado», do Dr. Domingos M. da Silva (1958, 3 Vols.); «Grandezas e Misérias das Caldas do Gerês» (1967); «Termalismo-Turismo-Hotelaria», de Augusto Maia (Braga, 1970).

É grande a lista de jornais e de revistas nacionais e estrangeiros que se têm pronunciado sobre as águas geresianas, quer da especialidade médica, quer de outra índole.

OUTRAS NASCENTES DE ÁGUAS MINERAIS EM TERRAS DE BOURO

Além do muito que dissemos, naturalmente, daquilo que ainda nos ficou por relatar, das famosas e universais águas do Gerês, há que revelar outras duas: as do **Sótão** e as do **Fastio** ⁽⁵⁰⁾. As primeiras, numa nascente de água sulforosa, encontram-se, na margem direita do rio Homem, na freguesia de Gondoriz, e destinam-se aos males da pele.

São citadas por Américo Costa (1894-1937) no seu «Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular», Vol. XI, (Porto, 1948). As segundas, na nascente do Gradouro, no sítio deste mesmo nome, em Pergoim, na freguesia de Chamoim, de composição fracamente mineralizada, fria, boa para doenças dos aparelhos digestivo e urinário. O hidrologista Dr. Ascensão Contreiras (1895 —) cita-a na sua «Relação de Águas Medicinais Portuguesas», inserta na pág. 623, Vol. I, da «Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira».

(50) Nome talvez dado em honra de N. Senhora do Fastio.



Linda panorâmica avistando-se a Caniçada no conjunto belo do mar de montes geresianos...

Transcrevemos na íntegra a autorização de concessão publicada no «Diário do Governo», II Série, n.º 29, de 6-II-1922:

«António José de Almeida, Presidente da República Portuguesa, faço saber aos que este alvará virem que tendo-me sido presente o requerimento em que a Empresa das Águas do Fastio Ltda., pede a concessão de licença para explorar a nascente de águas minerais denominada **Água do Fastio** ou **Fonte do Gradouro**, situada na freguesia de Chamoim, concelho de Terras de Bouro, distrito de Braga; vistos os documentos por onde se prova ter a requerente satisfeito a todos os preceitos estabelecidos no art.º

5.º do decreto com força de lei de 30 de Setembro de 1892 e do decreto com força de lei n.º 5787-F, de 10-V-1919, que regulam o aproveitamento das águas minerais e a exploração dos estabelecimentos anexo; vista a consulta do Conselho Superior de Minas e Serviços Geológicos (Secção de Águas); Hei por bem, conformando-me com a mencionada consulta conceder definitivamente por tempo ilimitado à Empresa de Águas do Fastio, Ltda., a concessão da licença para explorar a nascente de águas minerais Água do Fastio ou Fonte de Gradouro, situada na freguesia de Chamoim, concelho de Terras de Bouro, distrito de Braga, com a área reservada de 50 hectares, delimitada pelo rectângulo ABCD assim definido: Sobre o prolongamento para o lado do noroeste, da recta que une a esquina sul ocidental da corte de Araújo com a esquina norte oriental da Casa da Mó, mediram-se, a partir desta última esquina, 385 m. para noroeste, determinando-se assim o ponto auxiliar X; Neste ponto e com a recta medida formou-se um ângulo de 25º com a abertura para o lado de nascente, determinando assim a posição da recta XA, sobre a qual se marcou o ponto A a 380 m. de X para nascente, sobre o prolongamento da recta AX para o lado do poente marcou-se o ponto B a 170 m. de X; Nos pontos A e B levantaram-se duas perpendiculares de 500 m. cada uma, à recta AB para o lado do sul, nos extremos das quais se marcaram respectivamente os pontos C e D.

Em virtude da presente concessão, a concessionária fica obrigada a todos os preceitos consignados no citado decreto com força de lei n.º 5787, de 10-IV-1919, e especialmente aos seguintes:

- 1.º — Executar os trabalhos que lhe forem aprovados, segundo as regras da arte e de harmonia com as prescrições especiais que lhe forem estabelecidas;
- 2.º — Dar princípio aos trabalhos dentro de cento

e vinte dias, a contar da data da publicação do alvará de concessão;

- 3.º — Executar as obras dentro dos prazos que lhe forem indicados no alvará, não os podendo alterar sem autorização do Governo;
- 4.º — Apresentar o regulamento da exploração das nascentes;
- 5.º — Não substituir o director clínico sem autorização do Governo;
- 6.º — Apresentar análise química, físico-química e bacteriológica e qualquer outra necessária ao melhor conhecimento terapêutico das águas, bem como o volume da nascente, finda a captação e estabelecido o regime definitivo;
- 7.º — Apresentar análise bacteriológica e volume das águas potáveis a utilizar na estância;
- 8.º — Executar as providências que lhe forem ordenadas e no prazo que for marcado, para melhor aproveitamento e desenvolvimento das nascentes e das boas condições higiénicas dos estabelecimentos hidroterápicos;
- 9.º — Não suspender a exploração sem autorização do Governo;
- 10.º — Enviar anualmente à Inspeção das Águas os relatórios médicos da gerência e fornecer todos os esclarecimentos necessários para a elaboração da estatística hidromineral;
- 11.º — Os concessionários devem aplicar os convenientes processos de desinfecção, quer nas aplicações hidroterápicas, quer no engarrafamento;
- 12.º — Nas aplicações hidroterápicas não é permitido o uso de lamas minerais, sem que as respectivas análises tenham sido presentes à Inspeção de Águas e por esta autorizado o uso das referidas lamas;
- 13.º — Satisfazer aos impostos que as leis estabelecerem.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente alvará pertencer, o cumpram e o façam cumprir e

guardar tam inteiramente como nele se contém.

E, por firmeza do que dito é, este vai por mim assinado e selado com o selo da República Portuguesa e com os a que se referem os decretos de 16-VI-1911 e 25-IV-1918.

Paços do Governo da República, 30 de Janeiro de 1922,

a) António José de Almeida, Augusto Joaquim Alves dos Santos.»

A concessionária era Olga Elisa de Carvalho Pinheiro Salgueiro.

Durante muito tempo esta água era vendida, em garrações, por todo o País, e caiu num descrédito, devido aos transportadores em vez de encherem na fonte que lhes estava indicada, faziam-no onde bem lhes apeteciam.

Não se sabe também se foi cumprido o que fora determinado no documento acima mencionado. Em 12-XI-1937 era esta concessão abandonada.

Presentemente foi requerida à Câmara de Terras de Bouro autorização de exploração daquela nascente, em 20 de Agosto (1970), pelos Profs. Alvaro Maria da Silva Oliveira e Orlando Moreira Silva, ambos residentes em Matosinhos, o primeiro na Rua Alfredo Cunha, n.º 537, 2.º e o segundo, na Rua Passos Manuel, 644 (Gueifães).

Mais, posteriormente, foi iniciado um relatório de análise (19-X-1977) da nascente das águas, deslocando-se para isso uma equipa investigadora à nascente de Gradouro, onde foi recebida pelo sr. Domingo Perez Perez, da nova firma concessionária (Empresa das Águas do Arieiro, Ltda., das Caldas da Rainha). Uma vez ali foram efectuadas colheitas necessárias para se proceder, depois, em laboratório, apesar das precárias condições de trabalho na gruta e ainda do difícil acesso àquela nascente. Nascente esta que tem um caudal de 7 000 litros/hora. Esta análise foi efectuada no Laboratório do Instituto de Hidrologia de Lisboa (29-X-1977) por uma equipa dirigida pelo Prof. Eng.º Dr. Frausto da Silva, Eng.º Téc. J. Duarte de Almeida, Eng.º Téc. Mário Legrand de Moura, Experimentador-chefe do Centro de Química Estrutural (Complexo

I-INIC), Dr.^a Maria José do Canto, assistente de Química Analítica do I. S. T., e a Preparadora-chefe do Instituto de Hidrologia D. Maria Emília Borges.

O presente relatório está integrado nas seguintes coordenadas: **Resultados analíticos** (constantes físico-químicas, composição química, determinações especiais e verificação dos resultados) e classificação da água e conclusões.

Damos seguidamente, em pormenor, esclarecimentos acerca da excelência destas águas, constantes do relatório de análise acima mencionado:

PH (no laboratório) ...	7,0	7,0	(1) $10^{-10} = K \pm 10^{-10}$
Forças totais ...	1000	1000	(A) $10^{-10} = K \pm 10^{-10}$
Condutibilidade eléctrica (a 25°C) $K = 2,778 \times 10^{-4}$ e 10^{-4} (a 25°C) ...	1000	1000	(B) $10^{-10} = K \pm 10^{-10}$
Resistividade eléctrica (a 25°C) $B = 35,350$ ohm. cm ...	1000	1000	(C) $10^{-10} = K \pm 10^{-10}$
Índice de saturação ...	1,1	1,1	(D) $10^{-10} = K \pm 10^{-10}$
Índice de refração (a 15°C) ...	1,33133	1,33133	(E) $10^{-10} = K \pm 10^{-10}$
Índice de refração (D) ...	1,33133	1,33133	(F) $10^{-10} = K \pm 10^{-10}$
Alcalinidade total ...	A = 0,15 meq/l	A = 0,15 meq/l	(G) $10^{-10} = K \pm 10^{-10}$
Resíduo seco (a 180°C) ...	35,30 mg/l	35,30 mg/l	(H) $10^{-10} = K \pm 10^{-10}$
Índice ...	0,7	0,7	(I) $10^{-10} = K \pm 10^{-10}$
Índice ...	CaCO ₃	CaCO ₃	(J) $10^{-10} = K \pm 10^{-10}$
Índice ...	100	100	(K) $10^{-10} = K \pm 10^{-10}$
Índice ...	100	100	(L) $10^{-10} = K \pm 10^{-10}$
Índice ...	100	100	(M) $10^{-10} = K \pm 10^{-10}$
Índice ...	100	100	(N) $10^{-10} = K \pm 10^{-10}$
Índice ...	100	100	(O) $10^{-10} = K \pm 10^{-10}$
Índice ...	100	100	(P) $10^{-10} = K \pm 10^{-10}$
Índice ...	100	100	(Q) $10^{-10} = K \pm 10^{-10}$
Índice ...	100	100	(R) $10^{-10} = K \pm 10^{-10}$
Índice ...	100	100	(S) $10^{-10} = K \pm 10^{-10}$
Índice ...	100	100	(T) $10^{-10} = K \pm 10^{-10}$
Índice ...	100	100	(U) $10^{-10} = K \pm 10^{-10}$
Índice ...	100	100	(V) $10^{-10} = K \pm 10^{-10}$
Índice ...	100	100	(W) $10^{-10} = K \pm 10^{-10}$
Índice ...	100	100	(X) $10^{-10} = K \pm 10^{-10}$
Índice ...	100	100	(Y) $10^{-10} = K \pm 10^{-10}$
Índice ...	100	100	(Z) $10^{-10} = K \pm 10^{-10}$

Resultados analíticos

I-1. Constantes físico-químicas:

Temperatura do ambiente (19/10/77)	20,1°C
Temperatura da água	14,0°C
pH (na emergência)	5,78
pH (no laboratório)	5,81
Potencial redox	174 mV
rH2	17,5
Condutividade eléctrica (a 25°C) $K = 3,795 \times 10^{-5} \text{ ohm}^{-1} \text{ cm}^{-1}$	
Resistividade eléctrica (a 25°C)	$P = 26350 \text{ ohm} \cdot \text{cm}$
Índice interferométrico	$I_i = 4$
Índice de refração (a 18,5° C)	$n = 1,333122$
Índice característico (x)	$I_c = 95$
Alcalinidade total	$A = 0,15 \text{ mval}$
Resíduo seco (a 180°C)	$36,30 \text{ mg/l}$
Dureza	$0,57 \text{ p. p. } 10^{-5} \text{ CaCO}_3$
Força irónica	$\mu = 0,451 \times 10^{-3}$
Coefficientes de actividade	$\left\{ \begin{array}{l} f_l = 0,979 \\ f_g = 0,905 \end{array} \right.$

$$(1) I_c = \frac{K \times 10^7}{I_i}$$

(A. Herculano de Carvalho; — Bol. da Acad. das Ciências, 38, 30 (1966).

I.2. — Composição química:

Por 1 litro de água

a) Ânions

Anião	mg	mval	% mval	% mineralização
Cloreto (Cl ⁻)	7,38	0,208	52,79	18,03
Brometo (Br ⁻)	0,000			
Iodeto (I ⁻)	0,002			
Cianeto (CN ⁻)	0,00			
Fluoreto (F ⁻)	0,02	0,001	0,25	0,05
Sulfureto (SH ⁻)	0,00			
Bicarb. (HCO ⁻)	9,15	0,150	38,07	22,36
Carb. (CO ₃ ²⁻)	nulo			
Sulfato (SO ₄ ²⁻)	0,12	0,003	0,76	0,29
Tiosulf. (S ₂ O ₃ ²⁻)	0,00			
Nitrato (NO ₃ ⁻)	2,10	0,031	7,88	5,13
Nitrito (NO ₂ ⁻)	0,00			
Fosfato (H ₂ PO ₄ ⁻)	0,127	0,001	0,25	0,31
TOTAL	18,899	0,394	100,00	46,18

b) Catiões

Catião	mg	mval	% mval	% mineralização
Sódio (Na ⁺)	5,77	0,251	64,19	14,10
Potássio (K ⁺)	0,496	0,013	3,33	1,21
Lítio (Li ⁺)	0,05	0,007	1,79	0,12
Césio (Cs ⁺)	0,55	0,004	1,02	1,35
Rubídio (Rb ⁺)	0,00			
Amónio (NH ₄ ⁺)	0,00			
Selénio, total (S)	0,00			
Cálcio (Ca ²⁺)	2,16	0,108	27,62	5,28
Estrôncio (Sr ²⁺)	0,004			0,01
Magnésio (Mg ²⁺)	0,07	0,006	1,54	0,17
Ferro (Fe ²⁺)	0,01			0,02
Alumínio (Al ³⁺)	0,015	0,002	0,51	0,04
Manganês total (Mn ²⁺)	0,012			0,03
Zinco (Zn ²⁺)	0,012			0,03
Bário (Ba ²⁺)	0,00			
TOTAL	9,149	0,391	100,00	22,36

Outros cátions vestigiários (x)

Catão	Micrograma / litro ($\mu\text{g} / \text{l}$)
Cádmio (Cd)	0,4
Cobalto (Co)	5,8
Cobre (Cu)	1,2
Chumbo (Pb)	2,1
Crômio total (Cr)	0,9
Índio (In)	2,0
Molibdênio (Mo)	7,7
Níquel (Ni)	6,8
Prata (Ag)	menos de 0,5
Vanádio (V)	2,0

(x) — Valores obtidos por espectrometria de absorção atômica após enriquecimento da água por passagem em colunas de resinas quelantes CHELEX 100 (Tipo Dowex A-1) da «Fluka A. G. Buchs SG» — (50-100 mesh).

Referências: PINTA, MAURICE; «Spectrométrie d'Absorption Atomique — Appl. à l'Analyse Chimique — Tome II». Ed. Masson et Cie — ORSTOM (1971) — pg. 417/418.
 RILEY, J. P. e TAYLOR, D; — Anal. Chim. Acta, 40, 479/485 e Anal. Chim Acta, 41, 175/178.
 SAMUELSON, O; — «Ions exchangers in Analytical Chemistry», Ed. John Wiley and Sons, N. Y.

c) Substâncias não dissociadas

— Fixas

Espécie	mg	mmole	% mineralização
Sílica (SiO ₂)	12,40	0,206	30,31
Boro (B ₂ O ₃)	0,47	0,007	1,15
Arsénio (As ₂ O ₃)	0,001		
Titânio (TiO ₂)	0,00		
Total	12,871	0,213	31,46

— Gases

Gás	mg	mmole
Anidrido carbónico livre (CO ₂)	30,87	0,70
Oxigénio (O ₂)	9,65	0,60
Azoto (N ₂)		
Gases inertes		
Total	40,52	1,30

d) Resumo da composição

Composição	mg/l	% mineralização
Aniões	18,899	46,18
Catiões	9,149	22,36
Substâncias não dissociadas (fixas)	12,871	31,46
Mineralização total	40,919	100,00

I. 3. — Determinações especiais

- Título colibacilar: número mais provável.
0 (zero) em 100 mililitros
- Oxidabilidade (O_2) 0,32 mg/l
- Anidrido carbónico total (CO_2) 37,47 mg/l
- Radioactividade (Rn) (x) 20,7 nC/l.

(x) — «Guia de Análises Química das Águas»; A. Herculano de Carvalho — Lisboa (1961) Ed. «Técnica» — Rev. da A. E. I S. T. — pg. 86 a 92.

Verificação dos resultados

- a) **Diferença entre o número de miliequivalentes por litro de aniões e catiões.**

A diferença é 0,003 pelo que a concordância é excelente.

- b) **Mineralização determinada e mineralização calculada**

A mineralização calculada corresponde ao valor obtido na alínea (I.2.-d, isto é 40,919 mg/l.

Subtraíndo a este valor 31/61 do teor em bicarbonato para atender à decomposição que se verifica quando o resíduo é calcinado a 180° C, obtém-se

$$40,919 - \frac{31}{61} \times 9,15 = 36,270$$

O valor experimental é 36,30 mg/l. Deste modo o desvio entre os valores calculado e experimental corresponde a uma diferença de 0,03 que se considera óptimo.

- c) **Anidrido carbónico total calculado e anidrido carbónico total determinado**

O teor de anidrido carbónico total em mg/l obtido por determinação directa é 37,47, o que dá para anidrido carbónico livre 30,87 mg/l, em excelente acordo com o valor obtido por cálculo (30,76 mg/l).

Classificação da água e conclusões

Trata-se de uma água hiposalina, hipotermal, radioactiva, com elevado teor relativo da sílica em relação á mineralização total e superior ao teor de catiões, facto que poderá ter especial significado e determinar certas propriedades terapêuticas destas águas.

O teor de anidrido carbónico livre é da ordem de grandeza da própria mineralização, mas inferior ao encontrado em águas congêneres, como as de Luso e Monfortinho, pelo que o pH desta água é um pouco mais elevado mas dentro da zona ácida.

As substâncias não dissociadas, fixas, constituem 31,5% da mineralização total, sendo constituídas essencialmente por sílica (30,3%) e borato (1,2% como B₂O₃). Este valor é comparável com o registado nas águas do Luso, mas inferior aos de outras águas do mesmo tipo, como Monfortinho e Curia. De qualquer forma a mineralização total desta água é apreciavelmente menor que a das águas do Luso e Monfortinho (cerca de 23% mais baixa).

Em relação aos restantes componentes é de registar a presença de numerosos oligoelementos, a maior parte deles doseados pela primeira vez graças à possibilidade de utilização de técnicas modernas de absorção atómica.

Chama a atenção o valor obtido para o céσιο (0,55 mg/l), comparável com o obtido para o potássio (0,50 mg/l) e também os valores relativamente elevados (entre os elementos vestigiários) do cobalto, níquel e molibdénio.

Em face da composição destas águas parece de prever que elas devem apresentar propriedades diuréticas (essencialmente derivadas da sua hiposalinidade) e na sua acção benéfica, cicatrizante, em relação a doenças de pele (provavelmente resultante do elevado teor relativo de sílica), tal como acontece com as águas de Monfortinho e Luso, já antes referido.

Existem numerosos trabalhos que evidenciam correlações verificadas entre a carência de determinados elementos «essenciais» e a predominância de certas doenças, como existem também estudos do efeito do excesso destes e outros elementos e a ocorrência de outras perturbações.

São bem conhecidos os casos de carência de flúor e de iodo nas águas de alimentação, relacionados, respectivamente com a maior ocorrência de cárie dentária e de bócio nas regiões onde tal se verifica, e recentemente tem sido apresentada evidência por uma correlação entre o teor da sílica e a ocorrência de arteriosclerose (menor à medida que o teor de sílica é mais elevado).

Além destes existem muitos outros exemplos e o esforço de investigação neste domínio é realmente assinalável, o que virá permitir no futuro uma maior racionalização do efeito

terapêutico das águas «medicinais» em bases químicas, hoje ainda numa base essencialmente empírica.

No caso presente, tratando-se de uma água hiposalina, é nossa opinião que é exactamente esta característica a mais importante e não a presença ou ausência de determinados elementos, embora a afirmação tenha que considerar-se provisória por falta de informação suficiente que permita estabelecer relações causa-efeito concretas. Isto não se aplica todavia à sílica, cujo teor é assinalável e à qual serão talvez de atribuir acções específicas, do tipo das acima referidas, isto é, propriedades cicatrizantes de lesões da pele devidas às características de agente de «cross-linking» daquela espécie química, recentemente muito estudadas. Esta substância pode conferir a estas águas certas propriedades «regenerativas» de tecidos que estarão na base dos seus efeitos benéficos.

A presumível acção diurética, igualmente benéfica quando devidamente utilizada, está intimamente associada a fenómenos osmóticos e de transporte de iões, em especial o sódio, resultando na eliminação de espécies mais solvatadas como a ureia, e em menor retenção de água. É possível que a presença do potássio e do céσιο tenha algum papel neste fenómeno mas não é ainda possível tirar conclusões definitivas sobre o mesmo.

Comparação com outras águas congéneres

No Quadro I apresentam-se alguns valores característicos de diversas águas portuguesas do mesmo tipo da água da nascente do Gradouro. Conforme se poderá verificar, esta água apresenta analogias pronunciadas com todas elas e especialmente com Alardo e Luso, embora esta última tenha uma temperatura de emergência mais elevada (é mesotermal). Em relação à água da nascente de Alardo, a da nascente do Gradouro tem maior teor de sílica e também de bicarbonato, apresentando uma mineralização total ligeiramente superior à daquela. É de referir que estas duas águas ficam sendo as mais hiposalinas entre as que tem sido estudadas no continente.

Quadro I

Comparação da água da nascente do Gradouro (Fonte do Fastio) com outras águas portuguesas

Nascente	Res. seco (180°C)	SiO ₂	HO $\bar{3}$	pH	Temp. • C	Radão nC/1
Gradouro	36,30	12,40	9,15	5,78	14,0	20,7
Luso-I	47,1	14,9	10,4	5,3	27,4	27,5 (x)
Monfortinho	47,9	23,6	10,4	5,3	27,2	5,4
Grihões	41,9	8,3	2,6		fria	22,3
Caria	54,5	23,4	20,1	5,8	18,0	36,1
Alardo	29,7	7,1	3,4	5,9	14,0	15,6
Abrunhosa	68,8	15,3	14,6	6,0	16,0	15,4
Cambres	90,6	28,8	29,0	5,8	14,1	33,6
Seixoso	40(?)	12,7	7,4			

(x) valor de 1951

Em tempos foi explorada uma nascente na **Pedra Bela** por Ursino Malheiro que a exportava em garrações. A água corria por um engenhoso funículo de ferro da Pedra Bela para o Gerês.

FACTOR HUMANO

Pelo último estudo demográfico (1960) a população global do concelho de Terras de Bouro era da ordem de 11 762 almas. O número de fogos e de prédios regista um movimento de 3261 e 5122, respectivamente. Em 1911 havia 9070 habitantes distribuídos por 2088 fogos, passando em 1940, a 11 139 e 2732 fogos.

Seguidamente damos os índices populacionais de 1960 e de 1940 de todas as freguesias do concelho num avaliação de confronto: **Balança**, 601, em 1940 era de 542; **Brufe**, 133, em 1940, 162; **Campo**, 437, em 1940, 410; **Carvalheira**, 734, em 1940, 718; **Chamoim**, 619, em 1940, 610; **Chorense**, 579, em 1940, 567; **Cibões**, 890, em 1940, 957; **Covide**, 550, em 1940, 567; **Gondoriz**, 556, em 1940, 642; **Moimenta**, 724, em 1940, 687; **Monte**, 295, em 1940, 285; **Ribeira**, 349, em 1940, 368; **Rio Caldo**, 1284, em 1940, 1231; **Souto**, 676, em 1940, 589; **Valdosende**, 1084, em 1940, 675; **Vilar**, 376, em 1940, 367; **Vilar da Veiga**, 1875, em 1940, 1762.

Igualmente consideramos de interesse relatar o número de fogos e de prédios existentes por todo o concelho, também referenciando-nos ao censo de 1940, comparando-o, assim, com o de 1960. Não indicamos o número de prédios de 1940 por falta de válida informação: **Balança**, fogos, 163, prédios, 226, em 1940, 146 fogos; **Brufe**, fogos 41, prédios, 99, em 1940, 26 fogos; **Campo**, fogos 156, prédios 265, em 1940, 110 fogos; **Carvalheira**, fogos 221, prédios 480, em 1940, 185 fogos; **Chamoim**, fogos 165, prédios 297, em 1940, 138 fogos; **Chorense**, fogos 166, prédios 178, 1940, fogos 145; **Cibões**, fogos 239, prédios 543, em 1940, fogos 209; **Covide**, fogos 145, prédios 210, em 1940, fogos 120; **Gondoriz**, fogos 183, prédios

329, em 1940, fogos 153; **Moimenta**, fogos 180, prédios 231, em 1940, fogos 187; **Monte**, fogos 73, prédios 212, em 1940, fogos 62; **Ribeira**, fogos 105, prédios 154, em 1940, fogos 91; **Rio Caldo**, fogos 369, prédios 406, em 1940, fogos 327; **Souto**, fogos 187, prédios 254, em 1940, fogos 144; **Valdosende**, fogos 302, prédios 464, em 1940, fogos 166; **Vilar**, fogos 96, prédios 189, em 1940, fogos 106; **Vilar da Veiga**, fogos 470, prédios 585, em 1940, fogos 417.

Se construíssemos um diagrama saltar-nos-ia à vista que em população a maior é a de **Vilar da Veiga** seguida, a grande distância, de **Valdosende**, sendo a menor a do **Monte** e a do **Vilar**. Quanto a fogos é ainda a maior a de **Vilar da Veiga** e a menos importante a de **Brufe**. Respeitante a prédios é **Vilar da Veiga** que encabeça o rol seguindo-se-lhe na cauda **Brufe**.

Quando procedíamos à revisão de provas da presente **Monografia** chegou-nos os dados sobre a população do **XI Recenseamento-1970**, (ainda a título não definitivos), enviados pelo **Instituto Nacional de Estatística**, em 22 de Junho de 1971, ao nosso pedido formulado há tempos. A população do Concelho de Terras de Bouro sofreu diminuição, baixando, no total, para 11 570 (5795 homens, 5380 mulheres). Por freguesias: **Balança** (235 homens, 226 mulheres); **Brufe** (55 homens, 69 mulheres); **Campo** (958 homens, 412 mulheres); **Carvalheira** (297 homens, 320 mulheres); **Chamoim** (299 homens 302 mulheres); **Chorese** (257 homens, 296 mulheres); **Cibões** (368 homens, 394 mulheres); **Covide** (171 homens, 182 mulheres); **Gondoriz** (260 homens, 202 mulheres); **Moimenta** (305 homens, 360 mulheres); **Monte** (130 homens, 109 mulheres); **Ribeira** (154 homens, 167 mulheres); **Rio Caldo** (609 homens, 666 mulheres); **Souto** (288 homens, 328 mulheres); **Valdosende** (472 homens, 452 mulheres); **Vilar** (141 homens, 152 mulheres) e **Vilar da Veiga** (796 homens, 743 mulheres). Assinale-se, como título de curiosidade, que quase em todas as freguesias há um excedente feminino, nalgumas bem acentuadamente. Apenas **Balança**, **Campo**, **Gondoriz**, **Monte**, **Valdosende** e **Vilar da Veiga** o coeficiente masculino é um pouco notório. Continua a ser mais populosa a freguesia de **Vilar da Veiga**, seguindo-se-lhe **Rio Caldo** e **Valdosende**, levando a lanterna vermelha a de **Brufe**.

POPULAÇÃO E OS FOGOS EM 1885

A título de curiosidade damos o movimento demográfico e ainda dos fogos existentes, então, em 1885, e também a respectiva designação do seu orago:

Freguesias	H	M	Total	Fogos
Balança (S. João Baptista)	237	285	522	112
Brufe (Espírito Santo)	62	57	119	20
Campos do Gerês (S. João Baptista)	174	190	364	89
Carvalheira (S. Paio)	328	335	663	126
Chamoim (Santiago)	242	295	537	118
Chorense (S.ta Marinha)	248	301	549	132
Cibões (S. Mamede)	292	338	630	137
Covide (S.ta Marinha)	200	235	435	95
Gondoriz (S. Mamede)	247	237	484	120
Moimenta (S.to André)	103	211	494	93
Monte (S.ta Isabel)	126	138	264	40
Ribeira (S. Mateus)	132	160	292	72
Rio Caldo (S. João Baptista)	398	449	847	204
Souto (S. Salvador)	247	311	558	140
Valdozende (S.ta Marinha)	203	291	494	123
Vilar (S.ta Marinha)	171	155	326	79
Vilar da Veiga (S.to André)	344	373	717	168

Chamoim é cabeça do concelho com sede no lugar de **Sequeirós**.

A população válida deixa as suas terras a caminho dos grandes centros urbanos, Braga, Porto, Lisboa, ou para mais

distante, França, República Federal da Alemanha, Brasil, Canadá, América do Norte, etc.

É concelho Rural de 3.^a ordem; Fiscal de 3.^a classe; judicialmente ao Círculo Judicial de Braga, Comarca de 2.^a classe de **Vieira do Minho** (Vilar da Veiga), à de **Vila Verde** (todas à excepção de Vilar da Veiga, Covide, Monte, Rio Caldo e Valdosende) à de **Amares** (Covide, Monte, Rio Caldo e Valdosende), segundo o exarado do Decreto-Lei n.º 269/78 publicado no «Diário da República» em I-IX-1978.

Religiosamente à Arquidiocese de Braga; militarmente à I Região (Porto) e ao Distrito de Recrutamento e Reserva n.º 8 (Braga); Administração Florestal (Gerês) pendente da I Circunscrição (Porto); C. T. T., à Circunscrição do Minho (Braga); Sub-região agrícola n.º 3, designada por Vale do Cávado.

Anteriormente à promulgação do Decreto-Lei n.º 13 912, de 9-VII-1927, pertencia à Comarca de Amares, o que correspondia ao antigo Julgado de Bouro.

Em 1826 o Concelho era compreendido pelas seguintes freguesias: **Balança, Campo do Gerês, Carvalheira, Chamoim, Chorenses, Covide, Moimenta, S. Mateus da Ribeira, Rio Caldo, Valdosende e Vilar**. Mais tarde, pela extinção do Concelho de Santa Maria de Bouro, ocorrida em 31-XII-1853, que incluía também o de Santa Maria de Bouro, já extinto, foram-lhe, então, anexadas algumas daquelas freguesias. Entretanto, em 1880, o Julgado e Concelho de Terras de Bouro ficou formado com as freguesias de que hoje dispõe. Este Concelho foi extinto em 14-VIII-1895, e, por isso, as suas freguesias ficaram distribuídas pelos concelhos vizinhos de Amares, Vieira e Vila Verde, até tudo tornar a ser-lhe restituído quando Terras de Bouro voltou, de novo, a constituir-se como Concelho, em 13-1-1898.

A primeira sede do Concelho foi em Sequeirós, freguesia de Chamoim, mais tarde foi transferida para Moimenta onde presentemente está instalada.

Funcionam postos do Registo Civil e Notariado em Covide, Rio Caldo, Valdosende e Vilar da Veiga.

Militarmente Terras de Bouro está guarnecida apenas pela Guarda-Fiscal e Guarda Nacional Republicana. A primeira por uma Secção pertença do Batalhão n.º 3 (Porto), com quartel instalado no Gerês. Funcionam quatro postos:

no Gerês, S. João do Campo, Carvalheira e Portela do Homem.

A Guarda Nacional Republicana, destacada da companhia aquartelada em Braga, tem um posto e um subposto na sede do Concelho e no Gerês.

Há três estações telégrafo-postais na sede, no Campo (criada pela Barragem) e no Gerês.

CÂMARA MUNICIPAL

Dr. Manuel Antunes Lomba (presidente), Dr. José Leite Machado (vice-presidente), Manuel dos Santos Domingues, Eng.º Fausto Martins Dias e Ismael Martins de Almeida (farmacêutico) todos vereadores.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Dr. Américo Forte Rodrigues Barbosa (presidente), Dr. José Augusto de Araújo (1.º secretário), Dr.ª Matilde Maria Acciaioli Ferreira Catalão (2.º secretário), Dr.ª Maria José Creissac Freitas de Campos, Dr. Manuel Maria Ferreira Vieira, Armando Augusto Martins de Sousa (comerciante), Eng.º António José Antas de Barros, João de Jesus Antunes da Silva, José Maria Arantes Dias (estudante), Adolfo José Lopes Mendes, Manuel Aguiar Campos (funcionário da CPE), Dr. José Carlos Ribeiro de Sousa, José Lourenço Saraiva Salvado (funcionário público), João Júlio Alves Coura (comerciante), Alvim Manuel Fragoso Barroso (ajudante de farmácia), Mário Augusto Gomes (industrial), António César Gonçalves Carvalheiro, Júlio Maria Eiras (comerciante), António Vieira da Silva (agricultor), Bernardo Gonçalves da Quelha (agricultor), João Antunes Pires (observador montador), João José de Sousa Fernandes (comerciante), António Eleutério Fonte de Campos (agricultor), João Baptista Gonçalves Pereira (agricultor), João Gonçalves Pais (agricultor), Florentino José Martins de Carvalho (agricultor), António José Antunes (reformado), Raúl Miguel de Melo Araújo (industrial), António Manuel Ramalho (agricultor) Alberto Gonçalves Marques (agricultor), Manuel da Silva Ferreira, Jerónimo Rodrigues Martins Souto (comerciante), José Dias de Sousa (agricultor), José Joaquim Lopes (agricultor), Abílio de Jesus Dias (industrial).

REPRESENTANTES À ASSEMBLEIA DISTRITAL

Dr. Manuel Antunes Lomba, Dr. Américo Fonte Rodrigues Barbosa e Jerónimo Martins Souto (freguesia do Souto).

COMISSÃO VENATÓRIA

Eleitos desde 22-X-1974: Manuel Baptista Cracel, Agostinho José da Costa Lopes, João Hilário Rodrigues Mendes e Adelino Barbosa Leite.

JUNTAS E ASSEMBLEIAS DE FREGUESIA

Em 1977 foram eleitos para fazer parte das Juntas e das Assembleias das seguintes freguesias:

Balança: António Vieira da Silva, José Custódio Antunes de Almeida (agricultores), António José Machado (motorista), Maria Lucília Martins Arantes (professora primária), Luís Gonzaga da Silva Martins, Manuel de Freitas Magalhães, António Afonso (agricultores).

Carvalheira: João José de Sousa Fernandes (comerciante), António de Sousa Coelho, Manuel José Machado Martins Capela, António José Correia (agricultores), Deolinda da Conceição Correia Lima (professora primária), Menegílio de Jesus Sousa Ribeiro, Amaro José Alves de Carvalho (agricultores).

Chamoim: António Eleutério Fontes de Campos (agricultor), António Dias (funcionário da Casa do Povo), Manuel Almeida da Costa, José Gonçalves Simões (agricultores), Filismina de Lurdes Antunes Igrejas (professora primária), António Gonçalves, António Martins Pires (agricultores).

ChoreNSE: João Baptista Gonçalves Pereira, Manuel João Soares (agricultores), Evaristo Fernandes (funcionário Q. G. A.), Júlio Martinho Ferreira Senrela Afonso (empregado escritório), Adolfo Pereira (reformado), Manuel António Machado, Carlos Augusto da Silva Machado (agricultores).

Cibões: João Gonçalves Pais, Manuel de Sousa Cerdeiras, José Maria Cerqueira, Joaquim Antunes, Manuel Gonçalves Coelho, Manuel Vieira da Silva, António Gonçalves Lages (agricultores).

Covide: Florentino José Martins de Carvalho, António José Pires de Carvalho, Manuel Dias Cosme Vilarinho, Américo Manuel Dias Cosme, Manuel Rodrigues da Silva, João Manuel da Silva, António Martins Dias Pereira (agricultores).

Moimenta: Raúl Miguel Melo de Araújo (industrial), Aquilino Adriano de Sousa Rodrigues Pereira (empregado escritório), Florentino Abreu e Costa (industrial), José António Martins (agricultor), João Eduardo Gonçalves (1.º Cabo da GNR, reformado), David Sebastião Gonçalves Coelho (soldado da GNR, reformado), José Vieira Martins (funcionário Casa do Povo).

Rio Caldo: Manuel da Silva Ferreira (picheleiro), António José Alves, José Lopes (agricultores), Albino José Ribeiro Alves Pontes (viajante), Manuel de Jesus Fernandes Freitas de Morais Ribeiro (agricultor), Abel José da Costa (carpinteiro), Rodrigo Vieira Borges (agricultor).

Souto. Jerónimo Rodrigues Martins Souto (comerciante), Manuel Augusto Rodrigues Peixoto (agricultor), Armando Augusto Martins de Sousa (comerciante), Luís Filipe Marinho Martins (empregado escritório), António da Silva (agricultor), Zaida Gonçalves Martins (doméstica), Manuel Macieira Viana (empregado de armazém).

Valdozende: José Dias de Sousa, Adolfo Dias (agricultores), Domingos José de Araújo (trolha), Belmiro Pereira Barbosa, Abílio Pereira (reformados), António Cândido Faria da Costa (motorista), António de Sousa Araújo (agricultor).

Vilar da Veiga: Abílio de Jesus Dias, Fernando da Silva, João Ribeiro (industriais), José da Silva Araújo (agricultor), António Matos Ferreira (cobrador), Manuel Augusto Gomes

(industrial), Serafim da Costa Portela (professor do ensino particular), Jorge Afonso Landeira (motorista), António Cândido de Araújo (cozinheiro).

Por Plenário (Não atingindo o número legal de eleitores)

Brufe: Bernardo Gonçalves da Quelha, João Afonso, António Mateus da Quelha, António Maria Dias, Amadeu José Pereira, Amaro Pereira (agricultores).

Campo do Gerês: João Antunes Pires, João Gonçalves de Oliveira, Manuel Martins Pires, Maria Amélia Antunes Pires (agricultores)

Ribeira: Alberto Gonçalves Marques, Martinho Alberto Monteiro Martins, José Maria de Freitas, Bento Simões, António José Simões, António Marques Rodrigues (agricultores).

Vilar: José Joaquim Lopes, Maria Rosa Dias Gonçalves, Manuel Joaquim Gonçalves, Adelino José Antunes (agricultores).

Monte: António Manuel Ramalho, António Joaquim Pereira, Artiz da Silva Domingues, Abílio Afonso Ferreira, José Domingos Amorim, Amaro Rodrigues Dias (agricultores).

Gondoriz: António José Antunes, António José de Sousa Gonçalves, António Gonçalves Baptista, Belmiro Pereira Barbosa, Adolfo Dias (agricultores).

IMPLANTAÇÃO DOS PARTIDOS

Com o Movimento Militar do «25 de Abril», em 1974, em abertura política, também Terras de Bouro, alinhou em definições organizadas de programas de partidos, tal e qual como os demais concelhos vizinhos. Em 13-XII-1976, aquando da votação para as eleições municipais, dos 6 280 eleitores inscritos o PPD foi o maioritário com 2 292 votos, seguindo-se-lhe, o CDS com 976, o PS com 751, e FEPU com 245, num total de 4 591 votantes. Votos nulos 182 e em branco registaram-se 145.

Mais elucidativo, talvez, o quadro que abaixo reproduzimos com a indicação por freguesias:

Partidos				Freguesias
PS	PPD	CDS	FEPU	
19	153	58	8	Balança
	61	8		Brufe
48	69	12		Campo
27	95	99	8	Carvalheira
14	113	82	6	Chamoim
17	181	38	5	Chorense
6	239	46	1	Cibões
15	140	88	3	Covide
14	123	35	5	Gondoriz
44	214	21	70	Moimenta
9	41	53	1	Monte
9	123	26	9	Ribeira
105	230	144	12	Rio Caldo
75	106	75	8	Souto
135	130	60	18	Valdozende
32	41	31	1	Vilar
182	233	100	90	Vilar da Veiga

FORAL DADO POR D. MANUEL I

D. Manuel I, conferiu este **Foral**, em 20-X-1514, à «Terra de Byro», como então era designada, feito em rico pergaminho e com uma bela iluminura, na capa, e se encontra religiosamente guardado no cofre da Tesouraria de Finanças, nos baixos do edifício da Municipalidade. É uma peça de rara beleza, título de orgulho dos terrasboureenses e que queremos que fique registado nestas páginas da monografia, pelo que abaixo reproduzimos, usando a ortografia dos nossos dias.

**D. MANUEL. — POR GRAÇA DE DEUS REI DE PORTUGAL
E DOS ALGARVES DAQUEM E DALÉM MAR EM ÁFRICA:
— SENHOR DA GUINÉ E DA CONQUISTA E NAVEGAÇÃO;
COMERCIO DE ETIÓPIA, ARÁBIA PÉRSIA E DA ÍNDIA**

A quantos esta nossa Carta de Foral dada por todo o sempre a terra de Bouro virem fazemos saber que por bem das sentenças e determinações gerais e especiais que foram dadas e feitas por nós e com os do nosso Concelho e letrados acerca dos forais dos nossos Reinos dos direitos reais e tributos que se por eles deviam pagar e assim pelas inquirições que principalmente mandamos para em todos os lugares de nossos Reinos e Senhorios justificadas primeiro com as pessoas que os ditos direitos reais tinham. Achamos que os tributos, foros e direitos Reais se devem e hão-de recadar e pagar na dita terra daqui em diante na maneira e forma seguinte: — Posto que na dita terra não há memória de foral nem escritura porque os direitos da terra se devessem de pagar porém pela inquirição que particularmente na dita terra mandamos ora fazer por todos os moradores da dita terra se mostra aprovado por todos pagar-se ora nela os foros e direitos seguintes: — Primeiramente a freguesia de Choreense de centeio cento alqueires e de milho XXVI a qual medida era meio alqueire e dois destes fazem um por esta medida corrente. E assim se entenderam as freguesias abaixo conteúdas. A saber a freguesia de Vilar de centeio cinco alqueires e de milho outros cinco alqueires: — IDEM — Chamoim — freguesia de Chamoim de centeio dezassete alqueires e de milho outros dezassete alqueires: — ITEM — Pregolim dezoito alqueires de centeio e seis de milho: — ITEM — Do lugar de Carrazedo doze alqueires de milho: — ITEM — O Abade do Campo de centeio onze alqueires de milho outros onze alqueires e isto tudo pela medida Velha que fazem dois alqueires um pela medida Nova — soma duzentos e vinte e oito alqueires por todo por velha que fazem por nova cento e catorze alqueires: — ITEM — Em Rio Caldo o Casal da Cachesia paga o terço do que lavra a El-Rei.

Este é o vinho que se paga em Terra de Bouro. — ITEM — De São João do Campo sessenta e quatro cabaças de vinho pela Igreja e cada cabaça de vinho sete canadas e meia de

vinho mole: — ITEM — Se paga mais pela freguesia de Chamoim oitenta e uma cabaças de vinho repartidas pelos moradores da freguesia aqueles que antigamente são obrigados em o dito foro posto que morem em outro lugar por respeito dos bens que ali tem: — ITEM — Aldeia de Pregoiim paga mais das ditas cabaças cinquenta e quatro pela dita repartição acima nomeada: — ITEM — Paga-se mais dinheiro aos senhorios das freguesias abaixo nomeadas e assim dos herdeiros ai declarados as quantias seguintes: — ITEM — Da aldeia de Freita (Sic) pelos moradores dela seiscentos e oitenta reis. — ITEM — Da freguesia de Rio Caldo pelos moradores duzentos e cinquenta e seis reis e meio: — ITEM — Na aldeia de Infesta pelos moradores dela quatro centos e vinte reis: — ITEM — Pelos casais de Valdozeia foreiros a El-Rei, trezentos e setenta e cinco reis: — ITEM — Paga a dita aldeia de rendas avenças que fizeram com o Senhorio pela pena do sangue e por todos os outros direitos que aí mais podiam haver sessenta três reis em dinheiro: — ITEM — Da aldeia de Pregoiim paga a El-Rei duzentos e sessenta e sete reis: — ITEM — Das rendas do sangue e dos verdes da avença quarenta reis: — ITEM — Pela aldeia de Covide, mil setenta reis: — ITEM — pela freguesia de Balança seiscentos e dois reis e mais paga a dita freguesia das rendas cento e cinquenta reis a saber cada pessoa da dita freguesia dez reis da dita renda: — ITEM — Pela freguesia de Chamoim seiscentos e vinte e um reis: — ITEM — Pela freguesia de São Mateus cento e dezasseis reis e mais das rendas cento e vinte a saber, cada morador dez reis da dita renda: — ITEM — Do campo de São João que está na freguesia de Rio Caldo quarenta e oito reis: — ITEM — Pela freguesia de Cambalheira mil duzentos quarenta e oito reis. — ITEM — Pela freguesia de Choreense mil seiscentos e setenta e três reis: — ITEM — Das rendas de cada pessoa dez reis: — ITEM — Pela freguesia de Vilar pelos moradores dela dos Casais foreiros trezentos e quinze reis: — ITEM — Das rendas de cada pessoa dez reis: — ITEM — Pela Igreja de São João de Campo paga a El-Rei duzentos e vinte reis: — ITEM — Deste dinheiro paga-se por todos os moradores destas freguesias a dez reis por homem casado e as viúvas não pagam e este dinheiro não se paga nas freguesias de Chamoim e Carvalha tirando a aldeia de Infesta e Covide e São João do Campo e nos dez reis que pagam se montam

as somas atraz escritas de cada lugar: — A pena do sangue nem arma não se levará nunca na dita terra porquanto aprovaram ora pagar o Concelho os ditos direitos de que não havia outro foral com a dita declaração de não pagar na dita terra alguma pena de arma nem sangue e por tanto mandamos que se não leve nunca na dita terra as medidas atraz do pão se entendam da medida Velha da qual medida pagam duas dela um alqueire desta medida ora corrente e por esse respeito se pagará sempre e de outra maneira não. E as cabaças de vinho que se pagam hão-de ser de sete canadas desta medida mole à bica por São Miguel. E os outros foros se hão-de entregar e pagar por Natal e se lhos então não quiserem receber ficarão em sua escolha tornarem-lhos a dar depois ou pagarem-nos antes a dinheiro a como valiam comumente na terra por Natal qual antes quiserem os pagadores sem incorrerem por isso em alguma pena. — E será mais do senhorio o gado do vento quando se perder segundo nossa ordenação com limitação que a pessoa a cuja mão ou poder fôr ter o dito gado o venha escrever a dez dias primeiros seguintes sob pena de lhe ser demandado de furto e assim a pensão de quatro tabeliães que pagam juntamente setecentos vinte reis e não se levarão na dita terra agora nem em nenhum tempo nenhuns outros foros nem tributos além dos acima conteúdos. E os montados e maninhos são todos livremente dos moradores da terra e usarão deles como quiserem como cousa sua própria porém quando se houverem de dar ou tomar será segundo a nossa ordenação e não doutra maneira. A qualquer pessoa que for contra este nosso foral levando mais direitos dos que aqui nomeados ou levando destes maiores quantias das aqui declaradas o havemos por degradado por um ano fora da dita terra e termo. E mais pagará da cadeia trinta reis por um de tudo o que assim mais levar para a parte que os levou e se a não quiser levar seja a metade para os cativos e a outra para quem o acusar. — E damos poder a qualquer justiça onde acontecer assim juizes como Vintaneiros ou quadrilheiros que sem mais processo nem ordem de juizo sumariamente sabida a verdade condenem os culpados no dito caso de degredo e assim o dinheiro até quantia de dois mil reis sem apelação nem agravos e sem disso poder conhecer almoxarife nem contador nem outro oficial nosso nem de nossa fazenda em caso que o aí haja.

E se o senhorio dos ditos direitos o dito foral quebrantar por si ou por outrem seja logo suspenso deles e da jurisdição do dito lugar enquanto nossa mercê fôr e mais as pessoas que em seu nome ou por ela o fizerem encorrerão nas ditas penas e os almoxarifes, escrivães e oficiais dos ditos direitos que o assim não cumprirem perderão logo os ditos officios e não heverão mais outros e portanto mandamos que todas as cousas conteúdas neste foral que nos pomos por lei se cumpram para sempre do teor do qual mandamos três um deles para o Concelho da dita terra e outro para o senhorio dos ditos direitos e outro para a nossa Torre do Tombo para em todo o tempo se poder tirar qualquer dúvida que sobre isso possa sobrevir. Dada em a nossa mui nobre cidade de Lisboa aos vinte dias do mês de Outubro. Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil quinhentos e atorze. Vai escrito e consertado em seis folhas com esta por mim. — Fernando Pina

CRISTIANISMO DE UM POVO

Depois de percorrermos todo o processo histórico, cultural e social, ocorrido através dos tempos, nestas paragens das terras do Bouro, fica-nos uma certeza, sem dúvida possível, do que elas têm e ficaram a dever ao Cristianismo, às suas profundas raízes. Uma herança que veio em boa hora da irradiação da Ordem Religiosa dos «Bernardos» que o nosso Conde D. Henrique trouxe consigo, e que depois tanto nos ajudou a defender a integridade do solo pátrio. Os monges «Bernardos» eram um misto de propagadores a Fé e de heróis guerreiros. Com uma das mãos empunhavam o Crucifixo, com a outra manejavam a espada ou a lança. O «Mosteiro de Santa Maria do Bouro»¹ foi alfobre desses amorosos em Cristo, que em tempo de paz ensinavam às gentes, o cultivo das terras, ministravam cultura e adestravam-nos,

(1) Fr. Claude de Bronseval, na inspeção que realizou às comunidades cistercienses portuguesas, esteve no Mosteiro de Bouro, e não assinalou quaisquer reparos quanto às regras da Ordem, segundo nos diz o Tomo II, de «Peregrinatio Hispanica» (1531-1533), obra publicada pela «Fundação Calouste Gulbenkian» - Centro Cultural Português, em Paris, (Paris, 1970).

também, nos manejos de guerra para suas defesas. O D. Abade de Bouro era o seu Capitão-Mor. Quando era preciso ele seguia à frente dos seus homens ao encontro do inimigo. De uma das vezes apenas com tão número reduzido (600 homens em armas) desbaratou um avultado exército castelhano, constituído por 2000 homens, nas proximidades da Portela do Homem. Passou-se isto, em 1384, e pelo êxito da empresa, D. Nuno Álvares Pereira, em nome de D. João I, além de conferir-lhe aquela dignidade, acrescentou a de Mosteiro-Mor, com o privilégio de trazer pagem de armas, de recrutar soldados e dizer missa só com cogula, em tempo de campanha. O mosteiro gozava de direitos feudais e tinha, ao mesmo tempo, o privilégio de couto. De outra vez infligiu rude golpe ao exército de Afonso VII, de Leão, quando este sonhava com os seus direitos de suserania da Coroa Portuguesa, e que lhe foi tão funesto naquele recontro de Val-de-Vez, no sítio que ficou a chamar-se a Veiga da Matança. E tantos outros episódios que poderíamos relatar em que os monges cistercienses foram insígnies protagonistas. Diz-se que o nosso primeiro monarca, D. Afonso Henriques², antes que entrasse em luta, ia sempre com os seus homens orar à Senhora da Abadia, tal era o culto e a devoção que ele tinha por São Bento.

Os discípulos de S. Bernardo de Claraval (1091-1153) — o Grande Apóstolo da Segunda Cruzada — plenos reformadores de uma Sociedade, muito contribuíram para a fundação e consolidação da Nacionalidade Portuguesa. Desde o seu primeiro estabelecimento, no nosso País, em S. João de Tarouca, até ao de Alcobaça, modelo de uma organização perfeita onde ali implantaram a riqueza dos povos que os circundavam. Em pouco tempo houve uma promoção social e

(2) O monarca português não se notabilizou só como guerreiro. Ele via mais longe. Para lá das lutas envolvia-o mais lato pensamento — o de promover a colonização e a valorização do seu povo, e por isso a sua ideia em doar terras à Ordem de Cister, que sabia ser ela dotada por essa política e esse fim. Em 15-VIII-1153 concedia ao Abade do Mosteiro de Santa Maria e S. Miguel de Bouro, o dízimo do Sal de Fão com valor perpétuo, confirmação dada depois por D. Afonso II (Carta de 1-VIII-1218) «que os religiosos exploraram ou mandaram explorar convenientemente as salinas que constituíam uma das principais fontes de receitas do Mosteiro».

cultural através das suas aulas públicas das disciplinas de Gramática, Lógica e Teologia, não descurando, todavia, os temas das artes, nas quais tiveram papel relevante. Assim, eles ensinaram pintura, escultura, cerâmica e tipografia, não falando já nas novas técnicas de implantações agrárias, das quais também eram grandes mestres. Não podemos esquecer-los que eles foram os notáveis «pioneiros da revolução gótica». A sua influência em Portugal teve, assim, um período largo de relevo até à eclosão da «Guerra da Independência», que implicaria, depois, encerramento oficial das suas instituições, em 1834.

Outro vínculo da catolicidade é a Geira que como se sabe ligava Braga a Santiago e Roma, três polos da Fé e do Marianismo. Antes ela fora pensada como um poder laico de romanização. As legiões romanas que invadiram a Península passaram pela «Geira», e algumas fixaram-se para assim a sua hegemonia ser mais forte e penetrante³. Nos nossos dias este Concelho de Terras de Bouro mantém uma perene fidelidade românica pelo legado deixado nos «Marcos Miliários» — considerados Monumentos Nacionais (por Decreto 16-VI-1910) — que se estadeiam desde a Bouça da Mó até à Portela, numa extensão aproximadamente de 35 Kms., e outros que se espalham por aqui e por ali, na Ponte Feia, em Chorense, em Mouroas, na Volta do Covo, em Leonte, etc. Relação esta que podemos encontrar no célebre livro do Padre Martins Capela, «Miliarios do Conventus Bracaragustanus» (1895), obra de pequena tiragem, (menos da centena de exemplares) e que era necessário fazer uma reedição. Além destes Marcos Miliários, testemunhos fidedignos da romanização há outros sinais ainda que nos dão a larga permanência dela como sejam nas próprias casas, cujos ornamentos são puros «romanos», apesar de encobertos pelo disfarce dos seus moradores. É interessante compulsar as obras de D. Frei Bernardo de Brito (1596), de D. Jerónimo, contador de Argote (1738), e ainda do Padre José de Matos Ferreira (1728). Este último refere-se a um grande edifício do tempo do

(3) Razão de sobra tinha Menendez Pelayo em escrever que a Península tornou-se, de facto, «romana dos pés à cabeça».

Imperador César ali, levantado, assim como, outros de que há indícios: E o mesmo Autor reportando-se à influência da Geira, diz o seguinte: «Hua grande excellencia tem a Geyra em Portugal, cousa que se não acha em parte nenhuma, e he que em tempo de milicia, querendo se fazer hua entrada em Galliza, se faz com muyta facilidade; porque des que se passa o extremo pera Galliza são terras, em que ha muytas planicies, e ainda que os gallegos queyrão cortar a Geyra em algua parte, em outra qualquer se acha caminho, o que não assi para este Reyno, porque as primeiras tres legoas delle corta a Geyra por serras de grande espereza de montes muyto ingremes, e despenhados; de sorte que a onde quer se pode cortar a passage, sem se poder passar adiante; mas antes se os gallegos se arrojassem a meter em tal estrada, poderão os Portugueses alcançar hua facil e grande victoria; razão por onde os gallegos nunca em tempo de milicia se atreverão a meter em tal caminho; porque vião que onde quer tinhão nelle certo o perigo, ou em fossos que pela estrada podião estar armados, ou que embrenhados os Portugueses nas matas, e penhas, matassem a tudo o que por ella passasse, servindo-lhe os mesmos, penedos de balas para delles fazerem a melhor artelharia».

Mas a Geira também não servia só como caminho estratégico de guerra. Eram caminhos de peregrinos. Diz-se que os Prelados galegos, cujas Prelazias, eram sufragâneas da do Primaz das Espanhas e Arcebispo, Senhor de Braga, a atravessavam constantemente, e diz-se até, que de uma das vezes o Bispo de Orense, D. Pedro Seguino teria levado o corpo de Santa Eufêmia para a sua Diocese.

Esta permeabilização cristã nas gentes de Terras de Bouro ficaria bem impregnada dela formando-se em todos os seus moradores uma constante, clero-povo-família, como a formação de um todo, de um bloco, que se robustece mais com o tempo, apesar das épocas actuais correrem, aflitivamente, para uma descristianização em massa.

Ainda é interessante toparmos por toda a extensa serra a cadeia de igrejas e de capelas que eram construídas com dinheiro dos paroquianos, e também como louvor a Deus pela formação sacerdotal dos seus filhos. Em alguns destes templos vimos certa grandeza e revestidos de estilo, como aquela

igreja de Choreense, descrita noutro capítulo, que nos surpreendeu pelo seu figurino renascentista.

Havia um hábito antigo que parece ter caído em desuso, que era o da reunião quinzenal do clero. Dessas reuniões, que pareciam mais congressos denunciavam normas de cristianização, depois seguidas pelo povo, muito unido à Igreja. Presidia em todos um espírito de unidade, uma mútua colaboração, tão necessária, a aglomerados populacionais, que vivem exclusivamente quase num precário estado de isolamento. Recordamos os **livros costumeiros** que havia em cada freguesia, uma espécie de códigos e de acordos, numa linguagem amiga entre povo e o seu condutor — o padre. Mais adiante para o leitor ter uma noção do que eram esses livros, respeitáveis, reproduzimos o da freguesia de Rio Caldo.

É até curioso assinalar que a municipalidade nas suas «Posturas» também se preocupava com a religião. Achamos por bem dar um vivo exemplo, mais adiante, desse facto.

Outras incidências religiosas manifestadas pelos terrasboureenses nos seus **clamores, rezadas e cercos**, não falando já nas suas muitas romarias e festividades religiosas.

Os **clamores** eram feitos em honra do respectivo santo da freguesia e marcados pelo padre. Era obrigatório ir um ou mais representantes de cada casa, fazendo-se uma chamada antes do acto principiar. A quem faltasse era aplicada uma multa de 50 réis, e se algum respondesse por outro como encobridor da falta, sofria de idêntica penalidade. Depois era cantada a ladainha com resposta, em coro, pelo povo. Finda esta cerimónia todos iam comer do farnel que traziam. O **procurador** da freguesia era obrigado a dar o vinho.

Conta-se que em 1852, em Covide, durante a quaresma um membro da casa do Silva trepava ao Outeiro do Rei e de lá gritava para poder ser ouvido por todos, a seguinte ladainha: «Oh irmãos meus, filhos de Jesus Cristo. Ponde-vos de vela, que está Deus de sentinela; podemos anoitecer e não amanhecer. Rezamos um Padre Nosso e uma Avé-Maria em louvor das benditas almas do purgatório. Quem puder, será pelo amor de Deus.

Outro Padre Nosso e outra Avé-Maria; quem puder, será pelo amor de Deus.

Outro Padre Nosso e outra Avé-Maria em louvor das almas das nossas obrigações; quem puder, será pelo amor de Deus.

Os célebres « Marcos Miliários », considerados « Monumentos Nacionais », outro notório vestígio romano de grande importância



Outro Padre Nosso e outra Avé-Maria por todos quantos andam sobre as águas do mar, para que Deus os traga a salvamento. Quem puder, será pelo amor de Deus.» E, assim, continuava indefinidamente a pedir lá do céu acompanhado por todo o povo que, fervorosamente, recitava em grande som as orações solicitadas.

A **rezada** era feita em devoção por São Sebastião, na freguesia de Vilar da Veiga, em 20 de Janeiro. O povo reunia-se na eira, ao ar livre. Um presidia, fazia a chamada de cada um dos moradores da freguesia, e por cada um que respondia rezavam todos um Pai Nosso em honra do santo. Quando o presidente ou o mordomo da rezada não queria desempenhar-se destes encargos poderiam ser substituídos por outros, pagando, então, uma multa de 4 mil réis. Estes além de

presidirem às rezadas eram obrigados a acompanhar os enterrados com a cruz, o abade na altura do recebimento do folar, e o viático.

No final das rezadas procedia-se à arrematação das esmolas oferecidas em géneros, aos santos festejados da freguesia. O Santo António era o que tinha mais ofertas pois, o povo, confiava-lhe a guarda dos gados, a sua maior abastança.

Os **cercos** também eram feitos em honra de São Sebastião, patrono contra a fome, a peste e a guerra, fazendo-se a festa na igreja, com sermão, saindo depois, processionalmente, marchando à frente e afastado da imagem do santo, os tamborileiros, com bombos e tambores, os atiradores, com bacamartes de pederneira dando tiros, obedecendo a uma voz de comando, a cruz alçada conduzida pelo procurador da freguesia, os santos, os homens, o abade e as mulheres. O abade cantava a ladainha respondida pelos homens e mulheres. Por vezes também havia música. O cortejo visitava os lugares da freguesia **cercando-os**. Findo o cerco retornavam ao ponto de partida, pelo que depois debandavam para suas casas.

Outros motivos de exteriorização da sua fé são os **cruzeiros** postados às entradas de algumas freguesias, salientando entre outros o de S. João do Campo e o de Covide, no lugar de Sá. As **alminhas** que enxameiam os caminhos e os recôncavos da serra, nos altos e nos baixos, para que os viandantes não se esqueçam o amor e o culto conferido aos mortos. Há uma que pela sua originalidade não queremos omitir o seu registo, é aquela cavada num velho carvalho — uma secular árvore pesada aos anos das invernias e dos calores — chamada da **Candorca**, cerca de Rio Caldo.

O símbolo da cruz está sempre presente neles. É ver nos **canastros** tal e qual como aqueles seus semelhantes que muito admirámos quando estivemos no Soajo. Uma espécie de mini-catedrais!

Mas não fica por aqui todas as suas demonstrações religiosas já descritas atrás. Há mais: as **calhandras**, que morreram no esquecimento nos nossos dias, faziam-se durante uma novena antes do dia de Natal e era participada por todo o povo, sem distinção de classes, manhã alta, antes de se iniciar a vida dos campos, alguns representando os próprios pastores, e faziam-no sempre nos coros das Igrejas, dispostos

já para tais fins. Entoavam cânticos ao «Deus-Menino»⁴ acompanhados por grande instrumental rústico, constituído por flautas, pandeiros, ferrinhos e castanholas. O Altar era ornamentado com rama de sobreiros. Tomou o nome de calhandra, nome esse da ave da madrugada.

De mistura com os cânticos era recitado o Pai Nosso e a Avé-Maria.

Havia ainda os **Autos do Nascimento**, representações populares, feitas em cabanas de qualquer eira, ao ar livre, com guarda-roupa destinado para essa finalidade. O mesmo acompanhamento musical anunciado acima para as calhandras. Estas representações faziam-se sempre por altura dos dias festivos do Natal, Ano Bom e Réis.

Outro costume, as **Domingas da Quaresma**, que consistiam na representação extraída do drama da vida e paixão de Cristo, tendo como cenário o próprio templo, com o abade no púlpito, a explicar as cenas que se iam desenrolando sucessivamente.

É bem elucidativo sobre este assunto o trecho que nos dá Tude de Sousa no seu livro «Gerez»: «Há dez anos (reportava-se a 1917) ainda, na freguesia de S. Paio da Carvalheira, faziam-se as cerimónias da Vida de Cristo, com padres chamados de diversas outras freguesias. Iam para ali armadores, para a decoração da igreja e direcção dos Passos. Os padres e mais pessoal hospedavam-se na casa da freguesia, comendo todos juntos e sendo as despesas pagas pela comissão nomeada em cada ano.

Repreentavam-se os Passos durante a quaresma, em cada um dos seis domingos (as domingos); ou representavam-se todos em duas noites — as de Quinta e Sexta-feira Santa.

No púlpito, o padre, pregando, ia descrevendo as cenas; e no Altar-Mor, armado em tablado, o armador ia movimentando as figuras de palha e máscaras, na interpretação dessas mesmas cenas ou dirigindo as figuras vivas, tudo em conformidade com a descrição do pregador. Em seguida, fazia-se o descimento da cruz e, depois, o enterro, caindo o pano.

(4) Constam da «Cartilha» do Abade de Salamonde, Padre António José de Mesquita Pimentel (— 1821), o livro com muitas edições, adoptado como livro escolar.

Estas cenas eram acompanhadas por alaridos e lágrimas do povo.

No domingo de Páscoa, fazia-se a cena da Ressurreição, terminando aí esta espécie de celebração.»⁵

Afora isto eles não se esqueciam nunca de incluir o chamado «boi bento», nas procissões, talvez num sentido evidente de paganismo, mas é o animal donde lhe advém a sua maior abastança. Para ele as honras e as orações aos Santos, seus devotos, para que os protejam e os salvem das inclemências do tempo e das pestes. E ainda hoje os terrasbournses quando os trazem às feiras os engalanam com enfeites como se tratasse de um culto supersticioso, vivido no passado.

É pena que todo este tradicionalismo esteja moribundo do povo serrano e não reviva, hoje, como o fazem outros povos lá de fora. Estamos-nos a lembrar da pequena aldeia da Baviera, Oberammergau, a 900 metros de altitude, aconchegada num vale, onde um povo faz reviver as cenas da Paixão de Cristo, de dez em dez anos, e a que assistem turistas vindos das quatro partidas da terra, arrebatados pelo drama, do texto, enquadrado num pano real do cenário que empresta à montanha. Não poderia Terras de Bouro dar-nos durante o ano o reviver da sua religiosidade que se foi esvaindo até quase à sua morte? E não está a sua religiosidade ainda na integração do seu carácter?

«LIVRO DOS UZOS DA FREGUESIA DE RIO CALDO COSTUMES E UZOS»

«Primeiramente he uzo e costume nesta freguezia que os defunctos que falecerem com testamento, se satisfarão os bens d'Alma na forma que os dispozerem. E os que falecerem abintestados sendo cabeceira ou solteiro herdado de Pay e Mãy se lhe farão tres officios de dez Padres cada hum, com esmolla de duzentos reis; e sendo herdado só de Pay ou só de Mãy se lhe fará meyo gastos; e sendo pobres se farão tres officios cada hum de cinco Padres, com esmolla de cinquenta reis; os quais officios terão cada hum sua offerta, que constará de conducto, pão e vinho e candeya.

E não ha quantidade certa para esta offerta; porque

(5) «Costumes Religiosos Populares - Os antigos Autos e Procissões», in «Terra Portuguesa», Natal 1916, de A. J. Anselmo.

huns dão mais, outros menos; porem sempre consta de tres ovos, ou tres sardinhas, ou hua posta de carne; e isto he conforme cada hum pode, e também consta de grão, outros de pão cozido, que cada hum na tal obrada traz de mayor ou menor quantidade, como cada hum pode, e a seu arbitrio, e também traz hua cabaça de vinho, que a quantidade d'elle he como cada hum pode; e hua candeya de cera de palmo mayor ou menor conforme cada hum pode, e estas são a de obrigação, porem a obrada do corpo presente ha de ser obrada mais avantajada, que as mais, com mayor candeya, que se acende por ambas as pontas, e se lhe dizem dous resposos, quando se offerta.

Em cada hum dos referidos officios, se porão em o Altar Mayor duas candeyas e nos collatêraes, cada hum a sua; as quaes que ficão no Altar Mayor as levanta o Parocho, e as dos collateraes o Dorido, excepto do ultimo as levanta o Parocho, e as candeyas são de cera amarella.

Os officios acima dictos se fazem em dia, mez e ano, e isto se entende nos que falecem abintestados, que os que falecem com testamento, se lhe faz aquilo que elles dispõem; e faltando cera para se dizerem as missas e officio a dá o Dorido; e o que sobra o levanta o Dorido.

Por cada defuncto se lhe reza hum anno por inteiro cada Domingo hum responso, e nas meyas cabeceiras, meyo anno, e em cada Domingo trazem os Doridos hua obrada como acima fica dicto, querendo obradar, e não querendo dão doze tostoens os de cabeceira inteira, e os de meya cabeceira dão seis tostoens; porem o obradar, ou rezar he a escolha do Dorido e não do Reverendo Abbade, e quando rezão, vem com hua candeya offerer o responso e a tornão a levar. E os filhos familias que são herdados de Pay ou Mãy e falecendo com testamento, se observa o que dispõem; e falecendo abintestados se lhe faz pelo bem d'Alma meyos quartos, digo, se lhe fagem gastos de cabeceira, tendo por donde, que aliás se faz conforme tiver.

Os que falecem de idade de sette annos e dali para baixo, se lhes dizem só trez missas com esmola de septenta reis cada hua; e de sette annos the doze sendo femeya e macho the quatorze, se lhe dizem sette missas com a mesma esmola de septenta reis e no dia do enterro vem hua obrada como fica dicto com candeya et cetera; e os que são de quatorze

annos para cima lhes fazem os Pays os bens d'Alma que querem.

E escolhendo algum freguez sepultura em outra Parochia della, digo, ou falecendo fora della, se dividem os bens d'Alma, entre ambas as Parochias igualmente e ainda a propria offerta do corpo presente.

Pagão os Cazados cada anno de obrada hum alqueire de milho branco e oos Viuvos e Viuvas meyo alqueire e os Solteiros e Solteiras quarto e tijela que faz a tersa parte de alqueire; com declaração que estando em hua caza dous Cazados, ou dois Viuvos, paragá cada hum por si, ainda que tenham hum só fogo; porem os Solteiros ainda que sejam mais Irmãos, pagará hum por todos, o que satisfarão ao Reverendo Parocho, posto por elles na sua rezidencia.

De cada Baptizado se dá d'offerta hum pão de trigo de vintem e hua bella, digo candeya de cera de hum palmo pouco mais, ou menos; e nos recebimentos dos Cazados se não dá nada quando se recebem; porem passando-se certidão para fora do livro dos defunctos Cazados e Baptizados se dá por ella hua galinha, ou cem reis.

Os que falecem com testamento e deixão officios de cinco Padres, se dá de esmola a cada hum cento e cincoenta, porem sendo de seis, sette, ou nove Padres dão de esmola a cada hum duzentos reis, e faltando algum Sacerdote em algum dos officios, se chamão de mais para o último, para se receber o numero; e quando assim não seja possível satisfazer-se por falta de Sacerdotes ajustarão os herdeiros com o Reverendo Parocho as esmolos que lhe deviam dar como se hão de distribuir pela Alma do defuncto.

He costume antigo que as mulheres Solteiras que vivem sobre si em caza à parte fazendo fogo, andassem em giro aos mezes a barrer a Igreja, e lançar a agoa nas pyas d'agoa benta aos sabados; o que assim se observará ⁶.

He costume pagar-se dizimo das novidades que se colhem; de dez hum; como são vinho, linho, azeitona, castanha, landre, peras, maçães, feijoens, lão, trigo, tremçoços, nozes, cera, enxames, nabal e milho de toda a casta; estas são as

(6) O documento tem uma nota à margem que diz, «Barrer a Igreja: depois deste cap.^o pozeram esta obrig.^{am} as **Moças Erradas**: isto é desohonestadas e corruptas, mas na vizita de 1744 foi abolido este abuzo escandalozo e imposta esta obrig.^{am} aos Mordomos da fregu.^a».

novidades de que se pagão dizimos, e também o nabal de dez nabos hum.

Para cada fogo d'abença de horta trinta reis e não ha outra abença nesta freguesia.

De cada ninhada de pintos se paga hum frango, havendo-o na ninhada; e sendo tudo frangas se não paga frango.

De cada bacoro se pagão seis reis por cabeça.

De cada bezerro se paga hum vintem.

Anhos e cabritos, se dizimão na forma de Direito e Constituições, de dez hum, e não chegando a dez se paga por cada hua cabeça hum vintem; e quando chegado a dez, escolhe o criador no melhor e dos nove que ficam escolhe o Reverendo Abbade; e o mesmo se uza no dizimo dos enxames; com declaração que estes se dizimão no Janeiro proximo vindouro depois que nacam; e se o Reverendo Abbade leva o enxame do dizimo para o cortiço ou dá outro por elle.

Pagão de primissa cada hum dos freguezes de milho hum alqueire e de centeyo outro alqueire, e vinho hum almude, havendo-o colhido nos dictos frutos por pouco que colhão.

Paga cada fogo alqueire e meyo de milho alvo e voto, posto na caza da Rezidencia do mesmo Parocho, e os que hão de pagar se entende os que colherem alguma couza, que os que não colherem nada, não pagarão Voto; e sempre pagarão a dicta quantia de alqueire e meyo, ainda que sejam Viuvos, Viuvas e Solteiros herdados; porque só os pobres, que não colherem nada de pão, não são obrigados a pagar o dicto voto d'alqueire e meyo.

Pagasse mais de colagem em cada cabeceira, quatro alqueires de pão, dous de milho alvo, e dous de centeyo, postos em caza do Reverendo Abbade, a custa do Dorido; Isto se entende sendo cabeceira de Cazados, que sendo cabeceira de Solteiros não paga cobagem, nem cabra nem manta.

Pagarão as cabeceiras Cazados de cabra e manta oitenta e seis reis.

He costume nesta freguezia ellegerem os seis d'Acordo trez Homens pera Juizes do Subsino e outros trez pera Procuradores em a primeira oitava do Natal e no mesmo dia mettem a elleição ao Reverendo Abbade, pera fazer a escolha em que lhe parecer dos nomeados, hum pera Juiz, outro pera Procurador; e he costume quando o Juiz he da freguezia de



Mapa referente às terras galegas de Lovios frente à Portela do Homem

baixo, o Procurador he de cima, por andar a freguezia dividida em duas partes ⁷.

Há nesta Igreja a Confraria do Senhor, que tem rendimentos próprios, como consta dos seus livros; cujos officiaes tem obrigação de mandar dizer duas missas de Requiem por esmolla de cinquenta reis cada hua em cada anno e doze missas nos Domingos terceiros cantadas da esmolla cada hua de cem reis; e dão cera pera ellas e procissoens que se fazem ao redor da Igreja.

(7) Como nota à margem lê-se o seguinte a este propósito: «No mesmo dia se elegem os sels homens das faltas do governo da Freg.ª».

Ha mais a Confraria de Nossa Senhora, que he da protecção dos Religiosos de São Domingos, cujos mordomos são obrigados a mandarem dizer cada mez hua missa de esmolla de cincoenta reis; e no primeiro Domingo de Outubro se diz cantada com cinco ajudantes aos quaes dão esmolla hum tostão ou de jantar por elle: a missa cantante tem o mesmo tostão.

São obrigados os mesmos officiaes mandar fazer quatro aniversarios, pelas almas dos confrades, de quatro Padres, que tem de esmolla cada hum a cento e cincoenta reis, e com obrigação da missa; e dando aos Padres de jantar, lhe dão somente sessenta reis com a mesma obrigação de missa e pera as missas dão cera e offerta.

Ha mais a Confraria do Nome de Deos; cujos confrades são obrigados a primeira sexta feira de cada mez mandar dizer hua missa pela qual dão de esmolla cincoenta reis; e são obrigados os freguezes de cada caza, vir hua pessoa assistir á missa e procissão pera cuja missa e procissão dá a Confraria cera; e em dia de Janeiro se faz hua missa cantada desta Confraria pera a qual dão seis tostoens com sua offerta e aos Padres que assistirem se empõem a obrigação de missa, e dá a Confraria cera pera a missa e procissão; e os officiaes servem á roda, e concorrem com tudo isto, cada hum no seu anno.

Esta Confraria do Nome de Deos e a do Santissimo Sacramento dão contas ao Doutor Provedor.

Ha nesta freguezia quatro capellas, duas na freguezia que se chama de Cima, que são, São Pedro, São Bento; e a de São Pedro não serve hoje se não de Calvário e a que foi reduzida, por ficar perto da Igreja e não servir pera administração dos Sacramentos: e na freguezia que se chama de Baixo, ha a capella de São Cristovão, no logar de São Pedro, e a capella de Santa Luzia no logar de Matta Vaccas, e os freguezes andão por giro quatro a quatro delles que festejão os Oragos.

Com declaração que no anno que festejão algum dos Oragos das dictas capellas em hum anno; fazem missa cantada com seis Padres e seis tostoens e cera pera missa; em anno seguinte se faz a cantada ao Orago da capella; e nas que não ha missa cantada naquele anno, e as outras capellas a tem no dia dos Oragos dellas, se diz missa rezada, com

cera e esmolla de missa, cento e vinte réis e se dá offerta das missas cantadas que se dizem na Igreja das acima, que nas que se dizem nas capellas, se dá somente o que se diz acima.

Não tem estas capellas rendimento algum nem obrigação da missa e as offertas delas são do Parocho; o qual tem obrigação de consertar e fabricar a de São Bento e a de Santa Luzia, que as mais são dos freguezes a fabricar.

Tem esta freguesia dous clamores por obrigação, hum na vespera de Nossa Senhora da Assumpção a quatorze de Agosto; e outro a Nossa Senhora da Goma de Parada de Bouro em vinte e cinco de Março, que a primeira segunda feira, depois do Paschoelo em cada hum destes clamores, dá a freguezia ao Parocho cem reis, ou hua galinha, pelos ir fazer, e não ha outros clamores, digo, hum tostão ou lhe levão hua galinha pera merendar, qual elles quizerem, e não ha outros clamores de obrigação se não nesta freguezia; todas as quartas feiras da Quaresma.

Tem o Parocho na ocasião em que vem Visitador duas bellas brancas por mão do Procurador da freguezia que he daquellas que comprão pera freguezia.»

«OBRIGAÇÃO DO REVERENDO ABBADE.»

«Está introduzido em todos os Domingos, dizer-se hum responso, por quem deixou o Caneiro do Rio grande à Igreja, supposto que do tombo della não conste quem o deixasse nem de tal obrigação delle se mostra; e também se reza outro responso, por quem deixou hum castanheiro, no Logar de Parada, o posto de Lobos, e outro responso, por quem deixou trez castanheiros ao portello do Ortal, que informou Gervazio Dias do Assento, fora seu Avô Domingos Moura; porem não ha titolo desta obrigação.

Paga esta Igreja á Tulha Primacial dezasseis alqueires de centeyo.

Paga ao Reverendo Cabido, trezentos, oitenta, e seis reis.

Paga ao Seminário, mil, oitenta e dous reis, tudo posto e pago em Braga, á custa do Reverendo Abbadé, ou seu Rendeiro; e o dinheiro se paga the dia de São Thiago e o centeyo the dia de Nossa Senhora da Mizericordia a oito de Septembro.

Não tem esta Igreja do Arco Cruzeiro para baixo, sepultura nenhuma particular, antes todas são commuas; e pera se enterrarem os defunctos da freguezia, que os de fora falecendo na freguesia, se enterrão no Adro, e querendo enterrar dentro se consertão com a freguezia.

Quando falece alguma pessoa na freguezia, servem de coveiros hum da freguezia de baixo e outro da de cima, e os cobeiros que hão de servir á roda, se entende Cazados e Viuvos, e na mesma forma, hão de servir os dous Mordomos da freguesia e da mesma forma servirão os Solteiros, aquelles que governarem caza.

Estes são os uzos e costumes desta freguesia, na forma que atraz vão escriptos; e foram escriptos em presença do Reverendo Abbade desta freguezia José d'Araújo e Tavora, e estes vão translados e conferidos por outros que em poder do dicto Reverendo Abbade ficam, e tudo a prazer da freguezia e Reverendo Senhor Abbade; e por elle e freguezes estes também vão assignados que todos assistirão a tudo o escripto, por assim todos o determinarem, por assim ser uzo antiquissimo, e assim querem huns e outros se observe irrevogavelmentee daqui em diante, sem alteração, nem diminuição alguma: e por tudo passar na verdade se fez este termo de obrigação, por todos assignado, e pelo dicto Reverendo Abbade, e rogarão a mim João da Silva desta freguezia que estes uzos lhe escrevesse, o que a seu rogo fiz fielmente e vão sem borrão, nem entrelinha, nem couza que faça duvida; e por ser verdade me assigno. Hoie trez de Setembro de mil, e sette centos e trinta.»

CÓDIGO DE POSTURAS MUNICIPAIS DO CONCELHO DE TERRAS DO BOURO EM FAVOR DA RELIGIÃO

Entre esta floresta de documentos, de livros e de papéis que nós bloqueiam para este trabalho, e que concluímos não atingir a perfeição do que desejáramos, salienta-se um preceito que julgamos coisa rara nos regimes municipais de qual-

quer país: Reportamo-nos às «Providências sobre a abservância da nossa Santa Religião Católica Romana», que vêm consignadas no «Código de Posturas Municipais do Concelho de Terras de Bouro», de 1853. Por isto mesmo transladamo-lo para aqui:

«Artigo 1.º — Toda a pessoa, que na ocasião da Missa estiver falando, ou de qualquer modo perturbar os assistentes, comete falta de respeito à Religião, e incorre na disposição do § 2.º do artigo 130 do Código Criminal.

Artigo 2.º — Toda a pessoa, que, cabendo-se na igreja, ou capela, ficar fora da porta a ouvir Missa, ou inquietando quem entra, pagará duzentos réis.

Artigo 3.º — Ninguém trabalhará com bois e carros nos domingos e dias santificados, (excepto em urgentíssima necessidade) nem se empregará em outras obras servis que não sejam permitidas por costume legítimo, nem tão pouco venderá objectos que não sejam de indispensável e quotidiana necessidade, e quem o fizer pagará por cada vez quinhentos réis.

Artigo 4.º — Todos os chefes de família e tutores mandarão seus filhos, criados e tutelados à doutrina, e aquele que contravier, sem justa causa esta disposição pagará por cada vez seiscentos réis, excedendo as faltas a cinco cada ano.»

DIA DA MEDIÇÃO DOS MARCOS FRONTEIRIÇOS É TAMBÉM DIA DE FRATERNIDADE ENTRE TERRAS DE BOURO E LOVIOS

Todos os anos, no mesmo mês de Agosto, se celebra esta cerimónia da medição dos marcos fronteiros, e se realiza, alternadamente, uma vez em Terras de Bouro, outra, em Lovios. A deste ano, a que tivemos o grato prazer de estar presente, efectivou-se nesta última vila galega. Tudo isto está em conformidade com o tratado de limites, assinado em 29-IX-1864 (anexo primeiro ao mesmo tratado e convénio de limites de 1926) entre os soberanos dos dois países, D. Isabel II, por banda do país vizinho, D. Luís I, pelo lado português. Certamente que no decorrer dos tempos esse dia não tenha sido convenientemente, compreendido, respeitado e enaltecido, ensombrado de factos e de atitudes, até talvez com culpas para ambas as partes. Mas o conceito de hoje, que se quer seja o da fraternidade e de guerra à guerra, entre os homens e entre as nações, certamente que a formalidade exigida pelos tratados tome outros aspectos e outras atitudes, mais consentâneos com o bom entendimento entre o vizinho que se deseja, amigo, leal e fraterno. É afinal, e ainda bem que o é, servindo como exemplo edificante, o das mãos entrelaçadas entre terrasboureenses e lovianos através das suas entidades oficiais, ou sejam entre o Ayuntamiento e a Câmara Municipal. Esse abraço dado à chegada por D. Abel Alvarez Alvarez, alcaide de Lovios ao Dr. Manuel Antunes Lomba, presidente da edilidade de Terras de Bouro, depois generalizado e correspondido por todos (comitivas galega e lusitana) é bem já um grande testemunho, de verdade, de sinceridade, de autêntico, o que deve ser a grande política entre os homens de hoje, a política, certamente, a maior de todas, que é aquela que nasce no coração «amai-vos uns aos outros», ensinou o Grande Mestre do Evangelho, e essa será a maior doutrina a seguir pela pobre Humanidade, cansada de tantos atropelos e de tantas setas atiradas ao seu coração magnânimo — ao bom coração dos Homens. Paulo VI tinha carradas de razão quando apelava neste tom para os Homens — **Sede Homens**. Mas, os Homens esquecem-se depressa das máximas do viver, e põem a máscara, a máscara que lhes convém aos seus inte-

resses egoístas, e não ficam Homens, para se transformarem nos grotescos geniais de Goya, como ele tão realisticamente viu o Homem. Pobres Homens, indignos da bela palavra entoada por Paulo VI! Estamos ainda a ver, na fita magnética da recordação, a cerimónia simples mas tocante daquela singela cerimónia, no Ayuntamiento de Lovios em que dois legítimos representantes de dois povos assinavam tranquilamente o documento, nas suas línguas, a formula que nos parece conveniente, transcrever:

«No dia vinte cinco de Agosto de mil novecentos e setenta e nove, pelas onze horas e trinta minutos, reuniram no local conhecido por «Portela do Homem», limite dos municípios de Lovios (Espanha) e Terras de Bouro (Portugal) as comissões representativas das referidas municipalidades, indicadas à margem.

Em seguida, cumprindo o estabelecimento no tratado de limites e nos diplomas complementares consignou-se que os marcos primitivos números sessenta e sessenta e cinco, inclusivé, todos artificiais, bem como os auxiliares, de números sessenta A, sessenta e dois A, sessenta e três A, sessenta e três B, sessenta e três C, sessenta e três D, sessenta e três E, sessenta e quatro, e um a noventa e sete, uns e outros colocados por ordem da Comissão Internacional de Limites entre Portugal e a Espanha, no total de cento e onze marcos se encontram em perfeito estado de conservação e nos seus respectivos lugares, à excepção dos marcos auxiliares de número trinta e quatro — que está rachado pelo meio — sessenta um — que além de rachado num dos ângulos, tem os cantos esfacelados. Pelo que e para constar foram escritas as actas correspondentes, no total de quatro, duas redigidas em língua espanhola e duas em língua portuguesa, que os intervenientes assinam e vão ser devidamente autenticadas, em prova de conformidade.

P'la Comissão de Lovios Alcaide D. Abel Alvarez
Alvarez

Secretário titular, D. José Angel Bouzas Costa

P'la Comissão de Terras de Bouro, Presidente da
Câmara Municipal, Dr. Manuel Antunes Lomba

Chefe da Secretaria, António Pereira Martins»

Este tratado de Limites constava como **artigo primeiro** — «Fica aprovado, para poder ser ratificado pelo poder executivo, o tratado entre Portugal e Espanha, assinado pelos respectivos plenipotenciários em 29-IX-1864, o qual tratado tem por objectivo principal fixar a linha de demarcação da fronteira dos dois países, desde a foz do rio Minho até à confluência do rio Caia com o Guadiana. **Artigo segundo** — Desde confluência do rio Minho com o Trancoso ou Barjas, a linha internacional subirá pelo curso deste último rio até ao Porto dos Cavaleiros e daqui continuará pela serra de Laboreiro, passando sucessivamente pelos altos Guntim e de Laboreirão, pelo marco das Rossadas e pela Portela de Pau. **Artigo terceiro** — Desde a Portela de Pau seguirá a raia pela serra do Laboreiro, tocando no cerro chamado Outeiro de Furo e Cabeço da Meda; e passando em seguida pelo marco de Antela, alto denominado Côtto dos Cravos, Penedo do Homem e Penedo Redondo descerá a tomar o curso das águas do rio de Castro, 300 metros mais abaixo do ponto que no dito rio se conhece pelo nome de Porto das Pontes. O terreno questionado por Pereira e Meijoeira, situado entre o Penedo Redondo e o rio de Castro, pertencerá a Portugal. Há mais artigos não especificados a esta área. Mas mais elementos que quereis poderá achá-los no opúsculo de que nos socorremos que se denomina Tratado de Limites entre Portugal e Espanha, composto e impresso na Tip. de Libânio da Silva, de Lisboa, situada na rua do Norte, ao Bairro Alto, n.º 91, em Lisboa, em 1895.

Como melhor exemplificação reproduz-se a acta redigida em espanhol e a relação dos marcos existentes na secção do Gerês.

ACTA DE RECONOCIMIENTO DE LA FRONTEIRA EN LA PARTE CORRESPONDIENTE A LOS TERMINOS MUNICIPALES DE — LOVIOS — (ESPAÑA) Y TERRAS DE BOURO — (PORTUGAL) DE CONFORMIDAD CON EL TRATADO DE LIMITES DE 29 DE SEPTIEMBRE DE 1.864: ANEXO PRIMERO AL MISMO TRATADO Y CONVENIO DE LIMITES DE 1.926.

COMISION DE LOVIOS

D. Abel Alvarez Alvarez (Alcaide-Presidente)

D. José Angel Bouzas Costa (Secretário Titular)

COMISION DE TERRAS DE BOURO

Dr. Manuel Antunes da Lomba (Presidente da Câmara)

António Pereira Martins (Chefe da Secretaria)

A los veinticinco dias del mes de Agosto de mil novecientos setenta y nueve, siendo las once horas, treinta minutos, se reunieron en la punto conocido por «Portela D'Home», limite de los dos municipios de LOVIOS (España) y TERRAS DE BOURO (Portugal) las respectivas comisiones representativas de las dos municipalidades indicadas al margen.

Seguidamente, en cumplimiento de lo depuesto en el Tratado de Limites y Anexos regulamentarios: se consigna que los mojones primitivos números SESENTA al SESENTA Y SINCO, inclusives, todos artificiales; así como los Auxiliares de los números sesenta A, sesenta y dos A, sesenta y tres A, sesenta y tres B, sesenta y tres C, sesenta y tres D, sesenta y tres E, sessenta y cuatro, UNO al NOVENTA Y SIETE, unos y otras calocados por ordem de la Comision Internacional de Limites entre España y Portugal, en un total de CIENTO ONCE mojones; se encuentran perfecto estado de conservación y en suas respectivos lugares, a excepción de los mojones auxiliares de los números treinta y cuatro, que está rajado por el medio, y sesenta y uno, que además de rado en uno de sus angulos, tiene las esquinas resquebrajadas.

Y para que conste fueron levantadas estas actas en cuatro ejemplares dos en idioma español y otras en lengua portuguesa, que los que la intervinieron, firman y van a ser debidamente selladas en prueba de conformidad.

SÃO BENTO DA PORTA ABERTA UM ALTAR DE FÉ PLANTADO NA MONTANHA

Pairam pela montanha as pegadas dos perseguidos na Fé de Cristo, que se acoitavam nela, fugidos à barbarie, e ainda porque no alto dos montes as suas preces seriam mais fervorosas, mais directas, como setas, a Deus.

Também a montanha propícia maior recolhimento, maior poder de concentração espiritual. Cristo não encontrou no Calvário a sua sublimação? O Seu «Sermão da Montanha», a essência do Seu alto pensamento não foi pronunciado na colina que se levanta entre as ruínas de Cafarnaun e Tiberíades? Os Santos não se refugiam nos montes para solicitar a bênção Divina para a remissão dos pecados da Humanidade?

São Bento da Porta Aberta é um marco, de inscrição precisa, assinado pela mão de Deus, a lembrar aos homens, pecadores, a unidade com Ele, com a Sua melhor dádiva neste mundo terreno.

O templo de hoje foi levantado de uma pequenina ermida⁸ como no-lo afirma o Cônego Dr. António Gonçalves Mollo de Faria, na sua obra «S. Bento da Porta Aberta», (Braga, 1947, reeditado em 2.^a ed. 1978): São realmente escassos os documentos que nos restam, para fazer a história do santuário de S. Bento. Não é necessário grande esforço para descobrir como houve, através dos tempos, mais cuidado em viver à custa do santo do que em tratar da sua honra e glória. Era tal a preocupação em que viviam de manter um certo domínio, por vezes despótico, na administração dos bens do santuário, que não havia tempo para transmitir aos vindouros os feitos e muitos e notáveis do glorioso patriarca, em favor dos seus devotos. Não tem faltado quem julgue ser coisa que não remote a grandes antiguidades essa romaria

(8) Fundou-a (7-VIII-1640) Tomé Pires, neto de Sebastião Pires, filho de Pedro Pires e de Isabel Afonso Pedro Pires. Dedicou-a a S. Bento. Diz também a tradição que em vez de uma ermida teria sido colocada a imagem do Santo num nicho. Outras hipóteses se revelam como aquela de no sítio onde foi levantado o nicho uma ermida teria sido construída por um Abade de Rio Caldo, e ainda por outro, uma capela mais ampla. Por isso, os antigos párocos de Rio Caldo reclamam direitos e rendimentos do Santuário.



O templo onde está S. Bento, muito venerado por gente de todos os quadrantes de Portugal e até do estrangeiro, que em Agosto tem a sua romaria de pompa. Linhas sóbrias, padrão de fé, implantado na montanha

de S. Bento, lá na freguesia de Rio Caldo. Se temos de concordar que não pertence aos primeiros séculos da Nacionalidade, também, não é tão recente que possamos fixar-lhe a data, em qualquer época do século passado. Como em outros casos semelhantes, a tradição esconde os mantos da lenda a origem do santuário. Não se trata de uma aparição, como é vulgar. Trata-se de uma manifestação de piedade dos crentes destas paisagens, em homenagem a S. Bento». E, mais adiante, o Dr. Molho de Faria acrescenta: «Segundo a versão mais simples, houve rija contenda, por causa de um vão, entre dois vizinhos. As coisas tomaram tão vulto, que eram bem desagradáveis as perspectivas do desfecho. Quis Deus, afinal, que os dois se acomodassem e viessem às boas. Tudo acabou com acordo que obrigava ambas as partes.

Um era obrigado a fazer umas «alminhas» ou pequeno oratório em honra de S. Bento, enquanto o outro era obrigado a ceder o terreno para isso. Interrogámos várias pessoas das mais velhas do lugar e do resto da freguesia acerca do princípio lendário do santuário. Todas referiram o mesmo.»

Presume-se também que a sua origem esteja na irradiação projectada pelos Abades do Mosteiro de Santa Maria do Bouro, que como se sabe foi de larga influência em toda esta região, segundo o que escrevemos mais atrás.

O novo templo foi erecto em 1895, tendo iniciado a sua construção em 1880. Posteriormente, o templo foi muito melhorado tendo sido colocados azulejos, no exterior, e aumentado a torre. Também no interior houve substanciais alterações, tendo sido as paredes forradas com granito polido, o tecto e igualmente a parte superior das paredes inteiramente remodeladas, novas pinturas no tecto, colocados vitrais em todas as janelas, com motivos alusivos à vida de S. Bento. Também o soalho que era de pavimento foi substituído por tojoleira. Sobretudo, a capela-mor sofreu radical transformação: as paredes foram recobertas com grandes painéis de azulejos representando passagens da vida do Santo. Todo o retábulo, em talha foi doirado a ouro brunido, o trono onde se venera a imagem do Santo foi enriquecido com azulejo figurado e com maior espaço para comodidade dos romeiros. O telhado foi mudado por outra telha do tipo canal.

Junto deste majestoso templo encontra-se a «Casa das

Estampas», um albergue para peregrinos, a Confraria, circundando todo este complexo um admirável parque onde não falta um espaçoso lago, com barcos e ainda acolhedores pontos onde se pode repousar e deliciar com os vastos panoramas que dali se desenrolam.

A sua maior romaria é a de 10 a 15 de Agosto, mas tem outras duas igualmente menos importantes, a 21 de Março e a de 10 e 11 de Julho. No entanto todos os Domingos compreendidos, de Maio a Outubro, há farta concorrência de devotos a «São Bentinho», e por isso há necessidade de reforçar o número de sacerdotes para administrarem as confissões e comunhões.

Nas grandes peregrinações vão a milhares e milhares de devotos que a pé e por outros meios acorrem ao santuário em homenagem do seu querido Santo. E assiste-se, então, a uma verdadeira romagem de fé, penitenciando-se conforme as promessas: há quem venha de joelhos do pé da ponte de Rio Caldo ao Santuário, há quem ande às voltas do templo com sacos à cabeça, há quem se amortalhe num caixão muitos deles acompanhados de música e de acompanhamento com velas acesas (antigamente), há quem se pese a sal ou a cera, há quem ofereça boas cabeças de gado, há quem dê libras, ouro, jóias, e tudo lhe dão ao «Senhor São Bentinho» porque ele é tudo para eles, e por isso dos sorrisos às lágrimas, das imprecações aos louvores, tudo fazem em honra do seu Santo. Podem não conhecer nem saber mais nada daqueles sítios, só sabem que ali se encontra o seu «Senhor São Bentinho», e isto lhe basta e isto lhes serve a encetar grandes caminhadas a pé, mortificando o corpo mas com uma persunção de salvar a alma. Quantas súplicas, quantos arroubos de esperança... «Os srs. Doutores só diziam que era um cancro. Era necessário uma operação. Nós é que não estávamos pelos ajustes. A ter de morrer, queríamos que ele morresse em casa. Apegámo-nos, então, ao «Senhor São Bentinho».

«Aquilo foi como quem botou água no lume. Começou a não sentir dores e a poder comer. E cá estamos a cumprir a promessa (vir em jejum comungar no Santuário com todo o ouro que usávamos). Outro que sofria de perturbações cerebrais (que desaparecem)... Fizera em jejum uns quilómetros de estrada, de joelhos, e pronto a entregar uma boa dezena de escudos.»

E são tantos os casos como estes que constantemente perpassam à nossa vista e nos enchem como eles de fé inquebrantável.

As esmolas atingem cifras impressionantes. Quase todos os anos os peregrinos deixam a São Bentinho para cima do milhão de escudos. Dinheiro este que depois é aplicado em obras diversas, em obras de caridade, de assistência, e ainda de melhoramentos. Verbas aplicadas à construção de abrigos, sanitários, depósito de água, pensão, casa das religiosas electrificação, ajardinamento, vias de acesso para os abrigos, e tantas outras coisas necessárias e de imperiosa necessidade, para engrandecimento e embelezamento do Santuário.

O Santuário é independente da paróquia mas está integrado nela. Auxilia-a muito, em tudo que ela precise da sua cooperação.

Preside ao Santuário uma Confraria — a «Irmandade de São Bento da Porta Aberta» — que existe desde há 50 anos. Houve outrora lutas e desavenças entre os poderes civil e eclesiástico, servindo interesses particulares, mas tudo isso morreu, felizmente. A tentativa da constituição daquela Irmandade data de 1899, com Estatutos aprovados por Alvará de 3-V-1901, com novas alterações em 4-IX-1905 e 14-III-1909. Porém, em 1912 sofreu nova redacção, com texto definitivo, assinado pela comissão administrativa presidida por Tude de Sousa (24-X-1912), que foi sancionado, mais tarde, pelo então Governador Civil de Braga, Dr. Carlos Augusto de Oliveira (15-XII-1914). A autoridade eclesiástica só aprovou em 29-II-1915. De novo, em 10-IX-1941, foram aprovados pelo então Arcebispo de Braga, D. António Bento novos Estatutos com um novo regulamento das «Festas e Romarias da Arquidiocese». A comissão que os redigiu era presidida pelo Pároco de Rio Caldo, Padre Basílio Rodrigues. Os pontos principais dos fins da Irmandade incidiam em quatro casos:

- * Praticar, em geral, os actos do culto católico compatível com as leis canónicas;
- * Promover em especial na forma devida o culto de São Bento;
- * Sufragar as almas dos irmãos falecidos;
- * Satisfazer todos os encargos pios.

Na romaria de Agosto — uma das maiores do norte do País era costume oferecer aos peregrinos ramos de medronheiro em sinal da sua visita ao São Bento. Muitos deles têm grande devoção pela medalha do Santo que compram e levam-na junto do seu coração agradecido. Mantém a Confraria um jornal fundado há 9 anos, dirigido pelo Cónego Dr. José António Martins Gigante, figurando como Editor o Padre José Joaquim Dias, de 4 páginas, formato médio, a 4 colunas, com conteúdo de formação católica incidindo sobre a vida do Santuário.

Preside à Direcção da Mesa de S. Bento: Cónego Dr. José António Martins Gigante, Eng.º Alberto José do Vale Rego de Amorim (vice-presidente), Mons. Manuel Vaz Coutinho (tesoureiro), Dr. José Dias Machado (secretário), José Pires da Silva, Adelino de Jesus da Silva, José Balbino Vieira (vogais), Cónego Dr. Luciano Afonso dos Santos (delegado do Arcebispo Primaz junto da Confraria).

Uma curiosidade: chama-se da «Porta Aberta» por causa da existência de uma grade de ferro a separar o alpendre e ainda também pelo motivo de estar aberta de dia e de noite para servir de oração e simultâneamente de albergue aqueles peregrinos que vinham de longe. «Com o andar dos tempos e por causa da abundância das esmolas, tomaram-se providências para acautelar os bens do santo e os ex-votos, sem ser necessário fechar a porta. Separaram a capela-mor do restante corpo do Santuário, mediante uma forte grade a três chaves. Isto deu azo a tremendas contendas entre o Pá-roco ou Capelão e a junta que administrava os bens de S. Bento.» E a este propósito surgiu a seguinte quadra.

«S. Bento da Porta Aberta

Por que a não tendes fechada?

Quereis ver os passageiros

Que vos passam na estrada?»

DEZ MANDAMENTOS DO ROMEIRO

- 1.º — Ter uma devoção ao Santo Patriarca, toda salutar e sobrenatural.
- 2.º — Fazer os seus votos e promessás com intenção recta, tendo só em vista a glória de Deus e do Santo Patriarca.

- 3.º — Procurar juntar às suas promessas qualquer acto de piedade e de mortificação.
- 4.º — Preparar a sua romagem com espírito de fé e de reparação.
- 5.º — Uma vez chegados ao Santuário, procurar o Santo e assistir devota e activamente a todos os actos religiosos.
- 6.º — Jamais manchar lugares tão santos com actos indignos e pecaminosos.
- 7.º — Manter o maior respeito e recolhimento, dentro do Santuário.
- 8.º — Ter a preocupação de estar sempre diante de Deus e de São Bento, quer quando descansam, quer quando se distraiam.
- 9.º — Viver tanto as riquezas do Santo Patriarca, que, no momento da partida, devem sentir saudades.
- 10.º — Ao voltar às suas casas, ir mais cheios de coragem, para contrariar o egoísmo e a paixão — e mais capazes de fazer apostolado, em favor de São Bento da Porta Aberta e das suas maravilhas.

Em 3-VI-1979 o Grupo Cultural Desportivo e Recreativo de Rio Caldo, promoveu uma concentração de cerca de 700 crianças, associando-se às comemorações do Ano Internacional da Criança, tendo havido provas desportivas, pintura, uma peça teatral, cantares e danças folclóricas, e um grupo de palhaços, ilusionistas e ventriloquo. Foram construídos postos de venda fixos em substituição das inestéticas barracas, que foram integrados numa linha de traça rústica e atendendo ao enquadramento paisagístico (Agosto de 1979).

Vai ser instalado um grande hotel no sítio onde existe ainda a Pensão.

Quando a Confraria abriu a estrada que rompe até Covide, a macdame, a certa altura apareceu pouco acima de S. Bento no lugar de Paredes, vestígios romanos, entre eles, algumas mós castrejas e uma moeda de ouro, aureo de Honório (393-423), filho de Teodósio I e de Elia Flacila, e que foi um dos últimos imperadores do Ocidente.

FEIRAS E FESTIVIDADES RELIGIOSAS

Além da **Feira de São Brás** (anualmente, a 3 de Fevereiro) realizam-se outras em Vilar da Veiga e em S. Bento da Porta Aberta (quinzenalmente) e os mercados, em todas as 2.^{as} feiras, na sede do Concelho. Antigamente realizavam-se nos dias 7 e 23 de cada mês. Estes mercados transformam a pacatez do lugar numa autêntica euforia de vida alegre, palpitante. Consta da venda de produtos da terra e de gado, este uma das grandes riquezas destes povos serranos. Serve também de ponto de encontro das gentes, que baixam dos pontos altos, com o melhor da sua alegria e dos seus costumes. Quantas vezes também estes encontros de gente moça transformam-se do conhecimento em amor, um passo para a constituição do lar com as bênçãos do Céu.

, Das festividades religiosas uma das mais importantes é, sem dúvida, em honra de «**São Bentinho**», no Sanuário de São Bento da Porta Aberta em 10 a 15 de Agosto, romaria esta das primeiras do País⁹.

Depois, outras, como a peregrinação ao **Coração de Jesus**, das Mós, na freguesia da Carvalheira (a seguir ao Dia do Coração de Jesus, em Junho), monumento erigido (1911-12) pelo zelo apostólico do Padre Martins Capela (1842-1925); a **Nossa Senhora do Livramento**, em Vilar (1.º Domingo de Julho); a **Nossa Senhora do Calvário**, em Covide (após 15 de Setembro); ao «**Corpo de Deus**», em Chamoim (no dia litúrgico); a **Santa Maria Madalena**, em Moimenta; a **Santa Eufémia**, em Covide, (em 16 de Setembro) e nas termas do Gerês a **Nossa Senhora de Fátima**, na estância termal do Gerês; a **Nossa Senhora da Conceição**, em Chamoim e em Vilarinho da Furna (8 de Dezembro)¹⁰; ao «**Espírito Santo**», em Brufe (no dia próprio); a **Santa Marinha** (18 de Julho), a **S. Sebastião da Geira** (3.º Domingo de Agosto) e a **Santa Apolónia** (2.º Domingo de Fevereiro), as duas primeiras em Choreense,

(9) Já em 1841 existiam três festas em sua honra, a 21 de Março, a 11 de Julho, e a 10 a 15 de Agosto.

(10) Com o desaparecimento de Vilarinho da Furna passa a ser realizada na freguesia de Campo. Também em Vilarinho fazia-se com grande devoção a **Festa dos Lombados**, em honra de **S. Miguel**, imagem que aquele povo recolhia na sua capela

a última no lugar de Saim, desta freguesia; romaria a **Santa Cruz**, no Souto (Domingo a seguir ao 3 de Maio), a **Santo Amaro**, no lugar de Bostelo (Gondoriz) em 15 de Janeiro.

As festas do Concelho, a S. Brás, na sede, com uma feira franca, efectua-se em Julho ou Agosto. O feriado municipal é a 13 de Janeiro.

Tude de Sousa (1874-1951), que conhecemos e muito estimávamos, na sua obra **Gerês** (Coimbra, 1927) relata-nos alguns santos mais venerados nestas paragens: em Vilar da Veiga, **Santo António**, **Santa Ana** (anteriormente fora seu orago); no Gerês, **Santa Eufémia**; na Ermida, **Santa Marinha**; Em Rio Caldo, **S. João Baptista** (seu orago); em S. Bento da Porta Aberta, **S. Cristóvão**, **S. Pedro** e **Santa Luzia**, esta no lugar de Matavacas; em Covide, **Santa Marinha** (seu orago) **Santa Eufémia**, **Senhor dos Desamparados** e **Senhora das Angústias**; Campo, **S. João Baptista** (seu orago); Vilarinho da Furna, **Bom Jesus** e **Nossa Senhora da Conceição**; Carvalheira, **S. Paio** (seu orago); Cabril, **S. Lourenço** (seu orago) e a **Nossa Senhora das Necessidades** e a **S. Brás**, em Chamoim.

É interessante notar também a presença dos terrasboureenses nas romarias, feiras e outras festividades, nos povos seus vizinhos. A este propósito, e a título de curiosidade os terrasboureenses conjuntamente com outros povos de diversos concelhos vão no domingo de Pascoela à Abadia (Amares), a uma romaria em honra de **Nossa Senhora da Goma**, santa esta que está ligada à agricultura.

O CASTELO E A PORTELA DO HOMEM DOIS MARCOS DA ESPIRITUALIDADE PORTUGUESA

Através de todas as vicissitudes e ainda como uma determinação imposta pelas circunstâncias do lugar, o **Castelo** foi a muralha irredutível das investidas aos nossos inimigos. Por isso, as atenções dos nossos primeiros monarcas dirigiam-se para lá, e assim se formou o «Julgado de Boyro», cuja finalidade era exactamente de sustar e de amortecer os ímpetos das hordas invasoras. O **Castelo**, assim como os vários **Castros** — o de Covide, o de Valdosende e até o de Rio Caldo — formaram um conjunto valioso de impedimento e, muitas vezes, de golpe decisivo na intromissão, de quem quer que fosse. Quantos derramamentos de sangue heróico lusitano

não mancharam as pedras daqueles penedos, enormes, aflitos, com os quais topamos a cada passo? Quantas lutas que nunca foram escritas, esquecidas, se desenrolaram, numa luta gigantesca de palmo a palmo? A Portela do Homem, assim como a Portela de Leonte, mas mais aquela do que esta, eram portas franqueadas e propícias às incursões que se quisessem fazer. Do lado galego os terrenos são extensas planuras. Lovios, Vila Meã, Torneros e, mais ao longe, Entrimo e Grou, são modestos povos, que seriam pontos de fácil passagem, convidativos, setas, para atingir o alvo português.

Os Portugueses tiveram nos povos antecessores os seus melhores mestres na arte da defesa. Sobretudo os romanos com a sua larga fixação mostraram-nos a sua viabilidade, através da robustez da linha defensiva, constituída pelos «castros», «cividades» e outros pontos de mira, nos cômodos dos montes. Como se refere Argote: «onde se diz ter existido a **Calcedónia** porque ainda aí permanecem umas muralhas de pequeno circuito, cujo espaço as penhas interpostas ou suprem ou aperfeiçoam. Dentro do muro se levanta o cume de um monte, por modo de pirâmide, em que ainda se vêem os fundamentos das atalaias. Era o **Castelo**, segundo a natureza do sítio, em qualquer ocasião de guerra mui acomodado pela sua eminência, a vigiar os desígnios dos inimigos, e pela aspereza do caminho, para defesa de seus soldados e presidio.»

O **Castelo**, segundo as «Inquirições» de 1220, «Etto dos desta collatione (Carvalheira) levavam as taboas et a madeira ao Castello et faziam o taboadó et as escadas... et quando os decem do Castello dam ao Senhor da Terra (Covide) X bragaes ...» Pelo que se depreende que o **Castelo** deveria encontrar-se na Carvalheira. Taludes e estacarias potentes formariam uma balaustrada consistente de carvalhos em circundantes postos de atalaia e de precaução. O Padre Matos Ferreira escreve a este propósito:

«Deste sítio (que chamavam Berbezés) olhando para a parte direita se vê o ninho a donde algumas águias reais criam os seus filhos; fica distante de uma milha no sítio que chamam Costa de Sarilhão, adonde está uma montanha muito áspera, vestida de muitas árvores de diversas qualidades... no cume desta montanha está uma grande gruta de penedos fabricados pelo autor da natureza, que admira muito

o seu artificio, e não menos a diversidade, que esta montanha tem das mais; por que debaixo até ao meio se vai sempre recolhendo para dentro, e do meio até o cume vai saindo para fora fazendo um empeno grande, de sorte que posta uma pessoa defronte dela lhe causa grande temor pela ruina, que lhe parece estar ameaçando, parecendo que todo aquele rochedo se quer despenhar, estando ele tão seguro, que só no fim do universo poderá ter seu precipício; na gruta desta montanha é que as águias em alguns anos costumam criar, e por diante não tem subida nenhuma por ficar aquele rochedo tão caído para fora, que faz uma volta, ou arco de meia lua de sorte que todos os modos fica impossível de se poder subir a gruta, mas somente pelos montes, que ficam por detrás dela, como fazem os camponeses, e enliando um cesto em muitas cordas vão descendo por ele, e com muito trabalho, e perigo...»

São ainda as «Inquirições» e «Confirmações» que nos esclarecem quanto à obrigação dos moradores acerca da defesa do **Castelo**, e, também, outrossim dos privilégios e regalias outorgados pela coroa portuguesa, aos seus defensores, extensivos na mór parte das vezes, a suas famílias.

Todos os habitantes das vinte freguesias de «Boyro» eram obrigados na assistência a dar ao **Castelo**, bem expressiva quando se refere aos da Carvalheira («vão guardar a Portela do Homem»), aos de Chamoim, («alimpiar a carreira de lo porto de Esporões até em Pena de Abade»), aos de Valdosende, («alimpar a via de lo porto de Esporões até em o casal de Cima de Vila»), para os de Goães, Vilela, Seramil, Choreense, Ribeira, Moimenta, Balança e Vilar, («vão tapar Portela de Homem quando os chamam»). Para os de Chamoim observavam o preceito de «quando hão guerra e metem apelido, vão guardar o castelo de Bourro», e que era extensivo pela mesma forma aos povos de Freitas, Choreense, Moimenta e Vilar. Para os de Covide, considerados os mais afastados, preceituava-se que deveriam atender à condição de «levam a madeira e fazem no castelo».

No tempo dos nossos primeiros monarcas a sua importância era de tal monta que D. Dinis disse «era a corte nestes montes». Ali viveu a fina-flor portuguesa, fidalgos e jugadeiros, próceres na arte de bem cavalgar e do manejo das armas. «Casta, prógenies, geeracion», seria a trilogia obrigatória a

impor. Na Carvalheira fora determinado o encargo a uma família de orientar o **Castelo**, «geeracion de Gonçalo Peres he morador e guardador do castelo de Boyro», o mesmo sucedendo com três famílias de Covide (João Emiaz, Paio Anes e Origo Novegildes) que deveriam viver no Castelo, «quando os descem do castelo dão ao senhor da terra dez bragais, fruindo eles vários alqueires de pão de certos prédios reguen-gos da freguesia.

Ao mesmo tempo, toda a população desta estava obrigada a fornecer os materiais para a reforma do castelo e a vigiar a sua conservação, enquanto algumas famílias deviam apenas ir à vela». D. Dinis e depois D. Manuel por (Carta de Évora de 20-VII-1497) dispensavam aos moradores destas terras de servirem em qualquer outra parte, apenas o de velarem e o de combaterem pela integridade da fronteira das Portelas. Aqueles mesmos monarcas e outros, dispensaram cargos honoríficos de grande importância como sejam os de fronteiros-mores (aos senhores da casa da Tapada), o de capitães-mores aos Abades de Bouro e terras de seu couto, etc. Até quase aos nossos dias os terrasbourenses estavam isentos do serviço militar obrigatório. Quando, porém passaram a ser incorporados poderiam em vez de homens apresentar lobos vivos. Daí a existência de fojos-do-lobo em vários pontos onde eram caçados.

O relevante papel que este baluarte teve na Reconquista, Consolidação e Restauração de Portugal assinalamo-lo bem em outros capítulos desta Monografia.

Com o desaparecimento deste importante reduto que influenciou tanto na vida portuguesa e ainda também de duas peças de artilharia, feitas em ferro, que foram apostadas na serra (bouça da Mó) hoje, guardadas pela edilidade terrasbourense, a Portela ficou, assim, mais à mercê das incursões inimigas, sobretudo dos espanhóis, que não se conformavam com a nossa independência. Em 1642, como resolução de emergência, foram destruídas as pontes romanas entre outras medidas tendentes a qualquer infiltração. A este propósito é interessante recordar o que escreveu Pinho Leal, no seu «Dicionário»: «O povo destas terras é muito dedicado à independência da sua pátria e nas inúmeras guerras que temos tido com Castela, sempre esta gente, como a de Soajo, tem prestado relevantes serviços a Portugal, e combatido cora-

josamente contra os galegos, apesar de vizinhos. Tenho notado que o ódio aos castelhanos é ainda mais pronunciado nos portugueses da raia, do que nos do interior do País. Conhecem-nos melhor.»

Caso análogo se passava do outro lado galego, em Lovios, a povoação mais junta à Portela do Homem, em que os seus moradores gozavam também de prerrogativas especiais para se defenderem das incursões feitas pelos portugueses. A tal respeito comenta o Padre Matos Ferreira:

«Huma grande excelencia tem a Geyra em Portugal cousa que se não acha em parte nenhuma e he que em tempo de milicia querendo huma entrada em Galliza se faz com muyta facilidade porque dado que se passa o extremo para Gallyza são terras em que ha muytas planicies, e ainda que os gallegos queirão cortar a Geyra em alguma parte, em outra qualquer se acha caminho, o que não he assim para este Reyno, porque as primeiras trez legoas d'elle corta a Geyra por serras de grande aspereza de montes muyto ingremes e despenhados, de sorte que aonde quer que se pode cortar a passagem sem se poder passar adeante, mas antes se os gallegos se arrojamem a meter em tal estrada poderão os portugueses alcançar huma facil e grande victoria: Razão por onde os gallegos nunca em tempo de milicia se atreverão a meter em tal caminho, poroue vião que aonde quer tinhão nella certo perigo, ou em fossos, que pela estrada podião estar armados, ou que embrenhados os portuguezes nas matas e penhas, matassem a tudo o que por ella passassem, servindo-lhe os mesmos benedos de balas para dellas fazerem a melhor artilharia.»

Benito Alonso, na sua obra «Guerra-Hispano-Lusitana» (1893) refere-se a um documento achado no arquivo parochial de Entrimo, carta datada de Março de 1608, na qual o rei Filipe III declara isenção de encargos militares, salários e contribuições, às jurisdições de Entrimo e de Lovios para defesa da fronteira com Portugal, privilégio este que depois foi confirmado por Filipe IV, em 30 de Julho de 1643.

Pareceu-nos de interesse capital transcrever para aqui um considerando extraído de um pequeno livro espanhol: «... Sata parte occidental de Hespaña es confinante al concejo de Lindoso (Portugal), pertenciente à la provincia del Miño.

Su demarcacion empieza em el alto de Eiras, por la cruz de Touro, Laxa, dos Candaiños, Lobagueira da Mó, Portela da Vella, al Outeiro, terminando en la piedra de Bocelo. Despues de hacer nota os descomunales Peñascos que recorre la linea divisoria que nos separa de Portugal, nada hallamos digno de mencion, à no ser en el sito de Portella da Vella llamado por otro nombre «Seda dos Reis»; porque alli era el punto de reunion para conferenciar los reyes de Galicia y Portugal y formar las justicias de ambos reinos sus conciertos de vecindad vicinhanza. Dos asientos fundidos en una misma roca y separados entre si por el marco, señalan el lugar que en aquellas reuniones ocupaban los reyes ó su lugar-estantes; asi, sentados cada uno en su territorio, celebrabon los convenios internacionales y defendian sus respectivos derechos. La cuestion de limites, violados por unos ó por otros, llevó muchas veces á Seda dos Reis representantes de ambas naciones, acompañados de los concejos colidantes, especialmente despues de la muerte de Pavo R. de Araújo, Alcalde mayor del castillo de Lindoso, y su hijo Lopo de Araujo.

Tales fueron las desidencias suscitadas á cada passo, que el Rey de Portugal don Juan IV se vio en la precision de mandar hacer un tomo en folio para consignar en el los verdaderos limites, tales como obran en la casa de la corona y archivos de su palacio en Lisboa. Nuevas dudas dieron lugar á que en el año de 1538, ante un Notario del Reye, fuesen rectificadlos los limites; y por ultimo; en 1754, el Rey D. José de Portugal, á causa de otras dudas ocurridas, hizo expedir una certificacion á peticion del concejo de Lindoso, que se queiaba de que los gallegos se habian intrusado con sus ganados en los pasteros de su territorio.»

Também a Portela do Homem serviu muitas vezes de cenário nas passagens ora de portugueses (de políticos foragidos) ora dos espanhóis. em igualdade de circunstâncias.

Assim, um resto de forças da Junta do Porto, batidas em retirada ¹¹, acamparam durante 3 dias e 3 noites, na Por-

(11) Forças sob o nome de «Divisão Volante» tinham travado combate com as absolutistas, no Vouga e em Cruz de Morouços, sob comando do brigadeiro Saraiva Refolos, constituídas por dois regimentos de infantaria 18 e 6, de 4 batalhões de caçadores, de algumas centenas de voluntários, de 400 cavalos e de 20 bocas de fogo, totalizando mais

tela e em S. João do Campo, a fim de passar à Galliza (6 a 9-VII-1828), sob um intenso temporal. Fazia parte desta força, o então major, Marquês Sá da Bandeira, (1795-1876), o estudante José Estêvão e o Desembargador Queirós. Os galegos receberam-nos mal e aconselhavam as suas autoridades (o tenente-coronel Inácio Pereira, como delegado do general Eguia, comandante da região militar da Galiza) a que retrocedessem, pois D. Miguel os receberia e perdoaria, certamente. Sá da Bandeira foi enérgico na sua réplica, e lá seguiram depois de maltratados, espoliados, até embarcarem para Inglaterra (Plymouth) no porto da Corunha, de 18 a 27 de Agosto de 1828. Mais tarde, em Abril de 1841, o Duque de Saldanha, (1790-1876) refugiou-se em Covide, na Casa do Passadiço, para alcançar a fronteira depois da Portela do Homem, o mesmo viria a suceder pouco tempo, depois, ao seu inimigo, o Conde de Tomar (1803-1889).

Igualmente de Espanha também os políticos de lá se valeram muitas vezes da Portela do Homem para se passarem para Portugal, mas sempre foram bem recebidos e acolhidos, ao invés do que procederam para connosco.

Também nos primeiros anos da implantação do regime republicano português houve forte receio que as incursões monárquicas de Paiva Couceiro, tentassem a sua entrada pela Portela do Homem, o que talvez o não fizessem, pois havia uma guarnição postada no Gerês, composta por uma pequena força de cavalaria sob o comando de Álvaro Robi, irmão dos heróis que tomaram em África, a que se juntou depois um pelotão daquela mesma arma, comandado pelo, então, alferes João Luís de Moura, mais tarde seria Governador Civil de Lisboa, um batalhão de infantaria n.º 18 com uma secção de metralhadoras de caçadores 5, ambos da guarnição do

de 5000 homens. Depois de renhida luta no dia 24-VI-1828, os constitucionais mantiveram no dia seguinte as suas posições, só abandonando-as, em 26, por determinação da Junta do Porto, em direcção a Santo Tirso, Braga, Ponte de Caldelas, até à Portela do Homem. Belisário Pimenta escreveu a propósito deste recontro (perto do lugar de Santa Clara, de Coimbra), na «Revista Militar», Vol. LXV e seg., artigos intitulados «O Combate de 24 de Junho de 1828 na Cruz de Morouços».

Porto, sob o comando do major Manuel Soares de Oliveira, juntando-se algum tempo depois dois batalhões de infantaria que estiveram acampados em Vilar da Veiga e em S. João do Campo. Porém, inexplicavelmente, o Gerês ficou desguarnecido ficando apenas o pelotão de cavalaria de João Luís de Moura ¹².

Marcê de outros ventos da História hoje, a Portela do Homem, poderá ser num futuro, que desejamos seja muito próximo, uma porta franqueda ao Mundo da Paz ¹³.

A ABERTURA DA FRONTEIRA DA PORTELA DO HOMEM — VELHA ASPIRAÇÃO DO POVO TERRASBOURENSE E DESEJADA PELA PRÓPRIA ESPANHA OPÕE-SE A ESTA LEGITIMA ASPIRAÇÃO O PARQUE NACIONAL PENEDA-GERÊS

Esta de facto uma velha aspiração que ao ror do tempo as populações não só de Terras de Bouro, em particular, mas de toda a extensa área fronteiriça ou sua aproximação, o caso de outros concelhos vizinhos, aguardam. Primeiramente era o tampão da estratégia militar, depois, seguiram-se outras cortinas de empecilhos contrariando o que o povo mais quer, e não é só o que se passa do nosso lado, mas também do lado espanhol, pensando no desenvolvimento, no progresso, no bom entendimento entre dois bons vizinhos que querem e desejam ser, por diversos actos já sobejamente manifestados, tanto pela nossa parte como da parte galega. Isso no-lo

(12) Anteriormente estivera ali alguma atilharia da guarnição militar da I Região (Porto), que terminou a sua missão de serviço após a assinatura do tratado de Paz de Badajoz (6-I-1801).

(13) Na Assembleia Nacional, em Lisboa, o deputado pelo Círculo de Braga, Dr. Joaquim Nunes de Oliveira, apresentou em 2-II-1971, um «aviso prévio», estruturado em quatro capítulos: ensino, aspectos sociais, agricultura e turismo, estudo este que mereceu um porfiado debate por parte de muitos deputados durante diversas sessões de trabalho, que se seguiram até 10 daquele mês, data em que foram apresentadas as respectivas conclusões, pelo deputado daquele mesmo Círculo, Dr. Carvalho Conceição. Nessas conclusões citadas, a antepenúltima, refere-se «à urgente abertura das fronteiras da região, entre as quais a da Portela do Homem.»

indica a intensificação destas boas e estreitas relações, o caso da contagem dos marcos (que mais atrás ficou escrito) que é um pretexto de manifestação dessa interligação amiga, e agora ultimamente, neste ano de 1979, foi a segunda vez que se realizou, é a da grande unidade fraterna dos povos raianos por ocasião do Dia consagrado a S. Miguel, bastante venerado nestas paragens (Vilarinho da Furna festejava-o com pompa) e que em tempos teve capela onde ali havia o grande encontro das gentes fronteiriças. O desporto também tem sido motivo de aproximação entre portugueses e galegos, e os ranchos folclóricos outro traço de união que muito tem concorrido para o robustecimento dessa feliz unidade que se quer dilatar pelo tempo fora.

Com o Movimento Militar-Popular do «25 de Abril», a fronteira veio de novo à baila, como uma reivindicação justíssima, e mais do que isso, como uma necessidade imperiosa e urgente da sua efectivação.

Como num filme se tratasse aqui deixamos numa espécie de imagens o currículo deste desbobinar de factos dados em obediência cronológica: De Maio a Outubro de 1975 pela vez primeira foi franqueada publicamente a fronteira Portela do Homem. Do lado português há um pequeno quartel da Guarda-Fiscal, sob o comando dum sargento, e ao lado oposto encontra-se um inestético barraco de madeira, vergonhoso, funcionando como departamento oficial e aduaneiro. Do lado espanhol as instalações são decentes e agradáveis à vista.

Se bem que a abertura desta fronteira e de outras seja do âmbito governamental é interessante relatar as posições de cada interveniente para talvez o leitor chegar a alguma conclusão ou pelo contrário ficar a conjecturar uma leitura subjectiva que pudesse justificar esta não-abertura definitiva (como todos pretendem, com excepção de uma) que esteja a manobrar em bastidores.

Começemos então:

O Comando-Geral da Guarda-Fiscal não vê inconveniente, disse-o, à Edilidade de Terras de Bouro (15-IV-1976).

Um dos argumentos de força que é utilizado pelas forças vivas bracarenses (portanto caso distrital) é a do encurtamento, em algumas dezenas de quilómetros, a viagem dos nossos emigrantes nos países para além Pirinéus, e também

necessariamente daria lugar a uma mais fácil ligação entre as duas cidades, capitais de província — Braga e Orense — argumento este de grande peso, que permite à Municipalidade terrasboureense desenvolver acção persistente para institucionalizar a abertura da fronteira em causa, promovendo para isso vários e frutuozos encontros entre os Governadores Cívicos de Braga e de Orense, e movimentando até a própria Assembleia Distrital de Braga para a elaboração dum ante-projecto dum edifício para serviço da fronteira de carácter definitivo e monumental.

Nos constantes ofícios que engrossam este volumoso **dossier**, enviados ao Governador Civil, salientamos aqui, este por exemplo, datado de 13-I-1977, de que salientamos alguns períodos do mesmo: «Desde há muito que as populações do Concelho de Terras de Bouro e na generalidade as do distrito de Braga aspiram e lutam pela abertura permanente da fronteira no conhecimento de que daí adviriam vantagens acentuadas nos campos económico-social. Mercê dessa persistência, têm as populações em causa visto parcialmente satisfeita tão antiga aspiração na medida em que, durante uma parte do ano e também por ocasião das festas populares com significado para as populações raianas, essa fronteira tem sido periodicamente, ponto de passagem certo, fácil e conveniente para estrangeiros que nos visitam e emigrantes, que vêm (ou) regressam de férias. Referir e demonstrar as vantagens de intercâmbio decorrente da abertura da fronteira da Portela do Homem será ocioso, quer porque as mesmas são de evidência merediana, quer porque já em exposições e ofícios anteriores foram expostas e demonstradas junto dos diversos departamentos governamentais que poderiam (podem) ter uma intervenção decisiva sobre os melhores encaminhamentos deste assunto. O único e grande argumento resulta dos eventuais danos que a abertura poderia significar para o Parque Nacional da Peneda-Gerês sobretudo, porque, dizem, é de reccar a degradação bio-cultural daquela região». Noutro ofício, também para esta mesma entidade, datado de 1-II-1977 (portanto um mês depois) se pode ler estes períodos, que podem complementar os anteriores, e que anunciava que o presidente da Municipalidade de Terras de Bouro tinha-se encontrado na fronteira com o Alcaide de Lovios que lhe manifestou todo o seu grande interesse por

banda das autoridades espanholas na abertura permanente da fronteira que era de uma grande conveniência para os interesses económicos e sociais dos dois países, e seria a única possível a instalar no Baixo Minho, em virtude dos aproveitamentos hidrográficos a construir na bacia do Lima. Disse do benefício que advém para toda aquela região e em especial para os povos de Lima, Bajã, Bande, Celanova e Orense, que particularmente oferece a abertura da fronteira da Portela do Homem». E, num ofício, enviado por aquela entidade espanhola, datado de 9-II-1977, solicitava dos órgãos competentes que aquela fronteira da Portela do Homem tivesse carácter permanente.

Outra posição, esta na Assembleia da República, tomada pelo Dr. Marques Mendes, na sessão de 30-III-1977, que verberou a favor da fronteira aberta permanentemente.

Ultimamente, em 8-X-1979, em reunião da Assembleia Distrital de Braga foi determinado a deslocação a Lisboa de uma delegação representativa daquela Assembleia para conversações com a Primeiro-Ministro, Eng.^a Maria de Lurdes Pintasilgo para que se proceda à abertura permanente da fronteira seja imediata e definitiva. Aliás nesta linha de força de pensamento estão as palavras proferidas pelo General Ramalho Eanes, na visita que fez a França (7 a 11-X-1979) ao falar aos nossos emigrantes, em La Villete, suburbios de Paris, anunciando-lhes que iriam ser superadas as dificuldades fronteiriças (referia-se naturalmente às nossas fronteiras) e que já no Natal próximo, os emigrantes pudessem passá-las a qualquer hora do dia ou da noite. Certamente que envolveu nesta perentória decisão incluir outra, que é da abertura de outras portas com o exterior, entre elas a que se refere à da Portela do Homem. Também aqui queremos recordar as palavras oportunas ditas por D. António Gomes Rodolfo, presidente da Edilidade de Salamanca, aquando da «Semana de Portugal», naquela urbe espanhola (4 a 9-IX-1979) em que afirmou, em alto e bom som, que as relações hispano-lusitanas não deveriam limitar-se apenas e unicamente ao intercâmbio cultural, mas sim, dimensionar os aspectos económicos e sociais, pronunciando-se a favor de um substancial aumento de postos fronteiriços de ambos os países ibéricos.

Outra voz interveniente neste processo é a dos emigran-

tes (grandes beneficiários deste empreendimento) veementemente feita em muitas circunstâncias (enumeramos apenas duas 10-VIII-1978 e 1-VI-1979), sem que a sua voz encontre aquele eco desejado. «Nós emigrantes queremos relembrar às autoridades competentes que a população do distrito de Braga e concelho de Terras de Bouro se encontra desesperadamente descontente com o proceder da Ex.ma Direcção do Parque do Gerês». E mais adiante os nossos emigrantes escreveriam: «por bem e não à violência... se a fronteira não for aberta definitivamente o Parque também deixará de ser Parque». E, por último eles acentuariam: «Se a fronteira da Portela do Homem fosse votada... temos a certeza de que a fronteira obtinha votos para além dos 80%. E a parte menos votada é sempre vencida, senhor Governador Civil.»

Este texto veio procedente da Alemanha, com 64 assinaturas e foi remetido por Paulo Neves Pires e Emigrantes Unidos. O Governador Civil logo exarou um despacho apoiando as justas reivindicações daqueles e levando o assunto ao conhecimento pessoal do secretário de Estado do Fomento Agrário (despacho este que tem a data de 29-V-1975).

Agora a única posição negativa deste diferendo, é a voz discordante do Parque Nacional da Peneda-Gerês: em conferência de Imprensa efectivada em Braga, a 3-VI-1979, dos chamados «Amigos do Parque» abordou-se o «caso da fronteira» dizendo eles que a Associação não tem qualquer posição formada, mas no entanto a posição individual ouvida é «de um falso problema», ou de «um problema de amanhã», ou ainda de «A porta aberta da fronteira pode destruir a atracção do Parque», entre muitas outras frases de igual teor, porém sem conteúdo possante de opinião válida dentro dos parâmetros da razão daquelas frases e pensamentos soltos.

Por último transcrevemos um artigo do Dr. Manuel Antunes Lomba publicado no «Diário do Minho», de 18-IV-1979, intitulado «Portela do Homem em Questão», que nos parece bastante elucidativo para a justa causa da abertura da fronteira, a única porta para o exterior do distrito de Braga, e que completará e finalizará este capítulo para a história dum Concelho:

«Diariamente somos surpreendidos pelo tonitroar guerreiro de vozes que se dizem defensoras íntegras dos mais legí-

timos e justos interesses e direitos. Mas, infelizmente, esses interesses e direitos nem sempre são legítimos e justos; e, quando o são, os meios de defesa utilizados carecem, por vezes, de um mínimo de valoração ética e social que dignifique os «combatentes» e justifique a «guerra...»

Na última sessão, a Assembleia Distrital de Viana do Castelo aprovou uma proposta das Câmaras Municipais de Ponte da Barca, Arcos de Valdevez e Melgaço em que era exigido o encerramento da fronteira na Portela do Homem com apoio na fundamentação que, resumidamente, se passa a enumerar:

— Os Municípios autores da proposta são «proprietários» de metade da área do Parque Nacional da Peneda-Gerês;

— O posto fronteiriço da Portela do Homem perturba a salvaguarda da fauna, da flora e do património cultural dos povos que habitam na área desse Parque;

— Em 1977, três Secretários de Estado (Ambiente, Florestas e Turismo) reconheceram explicitamente que a abertura da fronteira na Portela do Homem seria factor de perturbação de todo este magnífico património natural e cultural.

Esta argumentação «esclarecedora» (tanto em si mesma como pelo que omite ou sugere nas entrelinhas) merece uma análise criteriosa tendo em vista situar devidamente a questão e permitir, depois o «arejamento» correcto dos motivos subjacentes a tão curiosa ganga e roupagem pseudo-científica.

O distrito de Viana do Castelo, ao longo da sua fronteira com a Galiza, possui, hoje em dia, os seguintes postos fronteiriços: Valença do Minho, Caminha, Monção e S. Gregório (Melgaço). Somente quatro...

Em contrapartida, no distrito de Braga, só na Portela do Homem é possível o estabelecimento de um posto fronteiriço que permita o acesso ao vasto «interland» orensano! E não é despicienda esta ligação. A sua existência tem reflexos sociais, económicos e culturais apreciáveis de um e outro lado da fronteira. Ouçam-se as populações de Terras de Bouro, de Vieira do Minho, de Amares, de Lovios, de Bande, de Cellenova e, em geral de todo o distrito de Braga e da província espanhola de Orense; auscultem-se os emigrantes que, pela Portela do Homem entram a visitar pais, esposas e filhos e partem, depois roídos já de saudade a procurar na

França, na Alemanha, na Holanda ou no Luxemburgo, o pão e a casa, a educação e o bem-estar dos que aqui são a razão de ser dos sacrifícios que lá suportam esperanças em melhores dias — e talvez se convenha em que, apesar de tudo, a abertura desta fronteira foi uma «conquista de Abril» que valeu a pena!

Aliás, é fantástico o argumento de que a sua existência perturba a fauna, a flora e (pasma-se!) a cultura das populações locais. Desde logo, porque é possível estabelecer e (ou) condicionar-lhe os acessos em termos tais que essa perturbação (que os preponentes afirmam mas não demonstram) será de todo inexistente. Depois, porque os terrasbournenses não se aceitam ou assumem como «índios» bonzinhos mas ignorantes que urge proteger dos «malefícios» da civilização contemporânea! Cientes dos valores do património natural, arqueológico, histórico e cultural do meio em que vivem, pretendem preservá-lo, é certo, mas sem que isso possa significar ou exigir a perda dos benefícios e do bem-estar físico e espiritual decorrente do progresso geral da Humanidade; sem que, em suma, se vejam objecto de acções paternalistas de conteúdo e natureza obscurantistas!

Desde há alguns anos, junto da Direcção do Parque da Peneda-Gerês e do Governo Central, as populações terrasbournenses, primeiro, e as do distrito de Braga, depois, vêm, por isso, a proclamar a coexistência necessária e útil e a complementaridade entre o Parque e a Portela do Homem.

É certo que, em 1977, três secretários de Estado do 1.º Governo Constitucional visitaram o Gerês e junto das populações e dos seus legítimos representantes auscultaram anseios, discutiram medidas, dialogaram francamente. Mas dizer-se que explicitaram uma orientação será ir longe de mais, até porque os autores da proposta não estavam presentes e não foi produzido qualquer documento que habilite quem quer que seja a afirmação tão categórica. No comer, no falar e no escrever são sempre saudáveis muita prudência e alguma moderação...

Mas também o que a proposta omite e o que sugere nas entrelinhas é, por si, bem esclarecedor!

A proposta omite que os seus autores pretendem o encerramento da fronteira na Portela do Homem para, depois, conseguirem abrir o posto fronteiriço da Madalena; o que

é legítimo e justo desde que, é evidente, não se pretenda conseguir-lo pelo sacrifício das aspirações (legítimas e justas também) de populações vizinhas e irmãs... Silenciar o número de postos fronteiriços existentes no Distrito de Viana do Castelo (quatro). «Esquece-se» de que as autoridades espanholas têm, repetidamente, insistido na abertura da Portela do Homem e não dizem que o posto fronteiriço da Madalena também fica dentro do Parque Nacional!

Será que a perturbação da fauna, da flora e da cultura das populações locais só preocupa os seus autores no que se refere à Portela do Homem onde, aliás, unicamente vivem os soldados da Guarda Fiscal ali destacada?

A abertura de mais um posto fronteiriço no distrito de Viana do Castelo é questão que, em princípio, diz exclusivamente respeito aos nossos vizinhos e amigos ali residentes. Mas intentar conseguir-lo exigindo o encerramento da Portela do Homem significa, quanto a mim, a adopção de métodos que em nada dignificam quem os propõe ou utiliza. Na intenção, será maquiavélico; mas não é nada, mesmo nada, inteligente!»

**NA MESMA ESPIRITUALIDADE
DA REMOTA «ASSEMBLEIA DOS VIZINHOS»
ANIMA O MUNICÍPIO DOS NOSSOS DIAS
TERRAS DE BOURO EXEMPLO VIVO, ESPELHO
PARA OUTROS MUNICÍPIOS PORTUGUESES
O MUITO, EM VOLUME DE OBRAS REALIZADAS,
NUM BREVE ESPAÇO DE MENOS DE QUATRO ANOS
UM PROGRAMA DE IDEALIZAÇÕES FUTURAS**

Ao falarmos do Município ocorre-nos à mente as judiciosas palavras proferidas pelo eminente jurista, Prof. Marcello Caetano, na sua visita feita aos Paços da Municipalidade da Capital, em 13 de Junho de 1970:

«Para um grande número de pessoas, as Câmaras Municipais não se distinguem das Repartições do Estado. E, todavia, elas ostentam uma autoridade própria e peculiar. Ainda que os Municípios, hoje em dia, não possam deixar de colaborar intimamente com o Governo e de

inserir-se no plano geral da acção do Estado, as instituições municipais não são o Estado: traduzem as comunidades vicinais formadas nas áreas concelhias, existem pela natural conveniência e necessidade de participação dos vizinhos na resolução dos seus problemas locais, têm fins próprios a realizar e para essa realização dispõem de poderes que exercem com autonomia. A tradição e a razão fizeram dos Municípios, em Portugal, entidades bem diferenciadas no conjunto da administração pública e que o Governo considera, ouve e respeita.»

O Prof. Marcello Caetano mais de uma vez se tem pronunciado sobre o valorativo papel que o Concelho representa na vida de todos os Povos, quer em obra publicada, estamos a lembrar-nos do seu interessante livro — «O Município na Reforma Administrativa» (1935) — quer em breves discursos, como aquele que proferiu ao visitar a Municipalidade lisboense, e que transcrevemos acima, como abertura deste capítulo.

Prosseguindo na mesma rota, norteada sempre pelos «homens bons do Concelho», tem sido essa a pedra de toque transmitida de gerência em gerência, não regateando esforços nem canseiras, pelo ideal do almejado bem comum. Ainda, relativamente, há breves anos, o Município de Terras de Bouro estava classificado como um dos paupérrimos do País. Os nulos benefícios que ele tão modestamente poderia oferecer aos seus beneficiários, os Povos, eram tão insignificantes que não chegavam a luzir, perdiam-se na imensidade das suas prementes realidades. E, vivia-se como nas épocas remotas num perfeito isolamento, entre si, sem vias de acesso, entregues à sua sorte, como se fossem uns abandonados! Muitas vezes as receitas apuradas não chegavam para o pagamento dos servidores camarários! Porém, os ventos mudaram. Começou-se a olhar com maior atenção à célula vital da Nação — O Concelho. Os melhoramentos, as inaugurações, os trabalhos, entraram na rotina do dia-a-dia, num dinamismo de aumentar e de dignificar a vida de todos, dos pequenos aos grandes aglomerados populacionais, pois todos são portugueses e têm direito a um lugar ao Sol.

Da última década para cá o que se tem realizado de notório é justo salientar a dedicação de um conjunto de homens, que estiveram à frente da sua edilidade, como sejam os nomes inesquecíveis de Mons. Paulo António Antunes, José Trindade dos Santos, Evaristo Armindo Corais, Dr. José Vicente Taveira da Silva Catalão e Dr. Fernando Ferreira, entre outros. Todos (ou quase) naturais de Terras de Bouro, todos sentindo na sua pele os problemas de toda a ordem dos seus conterrâneos.

Seguidamente e, em síntese, relatamos as principais obras empreendidas pelo Município, e aquelas também que se encontram no plano programado no futuro, divididas por pelouros.

O PRESENTE E O FUTURO — REALIZAÇÕES EM 1979

72 000 contos em gastos de obras camarárias

Nos bens necessários às populações podemos apontar algumas que foram determinadas e consideradas como as de maior acuidade, e mereceram do executivo camarário uma resposta imediata. Assim, ao tocante:

ESTRADAS — **Balança**, abertura da EM 536, entre Chorense e Souto, servindo os lugares cimeiros desta freguesia, passando pela da Ribeira; — **Brufe**, abertura da EM 531, entre Gilbarbedo e Brufe; — **Carvalheira**, pavimentação do caminho municipal 125 da EN-307, 10.^a fase, procede-se ainda à abertura do CM 1259/1 entre Pergoim e Cabaninhas, e à pavimentação do CM 1259/2, de Pergoim; — **Chorense**, abertura e pavimentação do CM 1263 para o lugar da Aldeia, da EN-535, S. Sebastião (Geira) a Travassos, alargamento da Caneirada no lugar de Emaús, abertura da EN-536 entre Chorense e Balança; — **Cibões**, alargamento do CM 1149, entre Vergaço, Figueiredo, Levada e Coteló; — **Gondoriz**, abertura do CM 1148/2 entre Bustelo e Cabaninhas; — **Moimenta**, alargamento CM 1267 entre Moimenta-a-Nova e a Velha, pavimentação do CM 1268 no lugar de Pesqueiras, idem, do CM 1270 no lugar de Cavacadouro; — **Monte**, abertura da EM 531 entre Chorense e Campos Abades, idem, do CM 1246, de Campos Abades à Seara, idem, do CM 1244, entre Rebordo-

chão, Alecrimes e o lugar de Vilarinho (Valdosende), idem, do CM 1245; entre o campo de Arnadelo e o lugar de Ventozelo da mesma freguesia; — **Ribeira**, pavimentação dos lugares de Real e Casal; — **Valdosende**, abertura do CM 1243 e o lugar de Vilarinho, pavimentação dos lugares de Vilar-a-Monte e Paradela; — **Vilar**, pavimentação do CM 1270, entre Outeiro e Mota.

ÁGUAS — continuou-se o alargamento da colocação de fontenários em todos os lugares das freguesias do concelho e procedeu-se ao abastecimento domiciliário e saneamento do Gerês. Levou-se a água ao lugar de Cabenco (Cibões).

A construção da estação de tratamento das águas residuais do Gerês que visa impedir a poluição do rio do mesmo nome que importará em 10 mil contos.

ELECTRIFICAÇÕES

Electrificações adiudicadas e já concluídas — Electrificação dos lugares de Bustelo e Cabaninhas da freguesia de Gondoriz; Electrificação da Sede da freguesia de Gondoriz e do lugares de Antas, Boucas, Guardenha e Refonteira; Electrificação do lugar da Içreja, freguesia de Cibões; Electrificação do lugar da Ermida, freguesia de Vilar da Veiga.

Electrificações já adjudicadas e em curso: — Electrificação dos lugares de Lama, Figueiredo e Levada da freguesia de Cibões; Idem dos lugares de Cabenco e Gilbarbedo, da freguesia de Cibões; Idem dos lugares de Felgueiras e Santa Comba, da freguesia de Chamoim; Idem da freguesia de Brufe e dos lugares de Cortinhas da mesma freguesia e Cotelô da freguesia de Cibões; Idem do lugar de Saím da freguesia de Choreense e Travassos da freguesia de Vilar.

Electrificações para adjudicar: — Electrificação dos lugares de Rebordochão e Alecrimes da freguesia de Monte; Idem dos lugares de Campos Abades e Seara, da freguesia de Monte; Idem do lugar de Vergaço da freguesia de Cibões; Idem do lugar de Freitas, da freguesia de Covide.

URBANISMO — Vão-se construir 4 bairros de casas pré-fabricadas: **Chorense**, 18; **Carvalheira**, 10; **Covide**, 10; **Vilar da Veiga**, 12. Já as infra-estruturas estão concebidas, encontram-se já adjudicadas. Além disto a concepção dum bairro, frente à vila, de 79 habitações de pedra e cal, através do Fundo de Fomento da Habitação. A Municipalidade mandou edificar um bloco habitacional constituído por 12 moradias, na sede do Concelho.

URBANIZAÇÃO — procedeu-se ao loteamento da chamada Quinta do Antunes, Gordairas, para a construção de habitações no sentido de pensar-se no alargamento da vila e sede do Concelho.

CEMITÉRIOS — procedem-se a ampliações dos de **Balança**, **Gerês**, **Vilar** (a iniciar). O de **Rio Caldo** está já concluído.

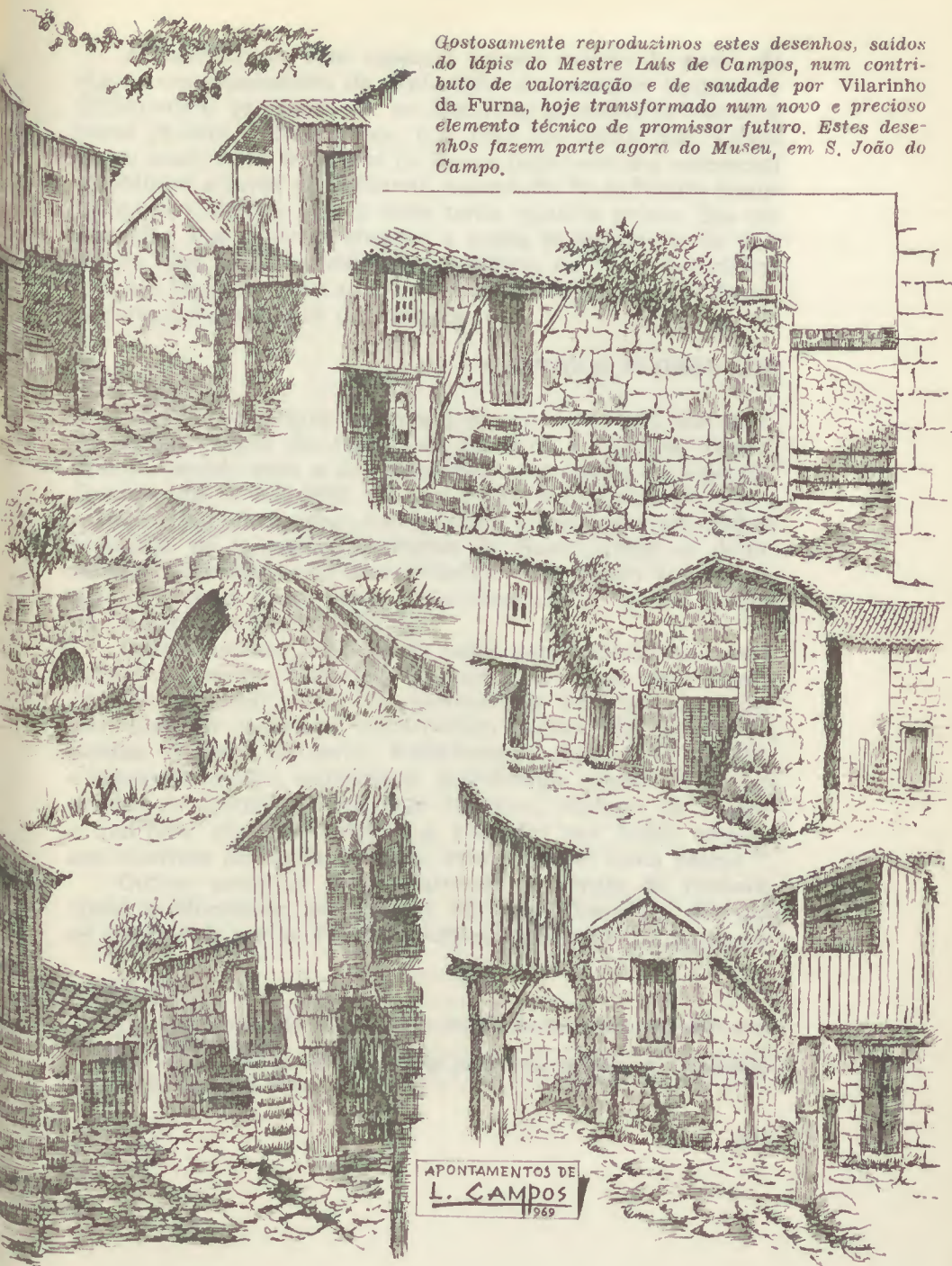
OUTRAS OBRAS — em fase de projecto a edificação do posto fronteiriço na Portela do Homem.

Além de se pensar na construção de mais vias de acesso às povoações, com estudos em fase de projecto, a Municipalidade mostra-se aberta e ao encontro das necessidades mais prementes de todo o povo do Concelho minorando-o do seu profundo isolamento, e conta com a boa compreensão de todos que muitas vezes, um ou outro, impedem que se faça mais e melhor, prejudicando assim a grande maioria. Vê também fundadas esperanças na equipa constituída por um engenheiro técnico João Duarte de Almeida, por um fiscal técnico de obras e por cinco cantoneiros, que formam, desde Julho de 1979, o chamado **Gabinete Técnico**, que se fazia sentir desde há muito. Com esta estrutura montada certamente haverá um mais equilibrado e justo trabalho consentâneo com as realidades da vida hodierna.

Outro ponto de interesse é o da urgente instalação do quartel dos bombeiros voluntários que foi objecto de atenção na sessão ordinária de 22-IV-1978.

Existiu, sim, no Gerês, em 1908, mas quase passou despercebido. Era seu Comandante Túlio da Mota e faziam parte do corpo de bombeiros os médicos da estância termal além de outros elementos entre a população.

Costosamente reproduzimos estes desenhos, saídos do lápis do Mestre Luis de Campos, num contributo de valorização e de saudade por Vilarinho da Furna, hoje transformado num novo e precioso elemento técnico de promissor futuro. Estes desenhos fazem parte agora do Museu, em S. João do Campo.



APONTAMENTOS DE
L. CAMPOS
1969

A concluirmos este capítulo parece existir da parte de alguns concessionários de exploração de minérios (quartzo e feldspato) o propósito de se fomentar a indústria vidreira, como já existiu em tempos, que teve tão triste fim. Talvez que o prato forte de Terras de Bouro (agricultura e comércio) se oblitere a favor da indústria, sobretudo da indústria transformadora, de que tem à vista tanta matéria prima. Eis um Concelho que poderia abraçar a nossa preocupação de momento, dar ao País realidades positivas de vida. A construção das barragens são um bom pronúncio em prol do desenvolvimento industrial de Portugal.

SERVIÇOS FLORESTAIS

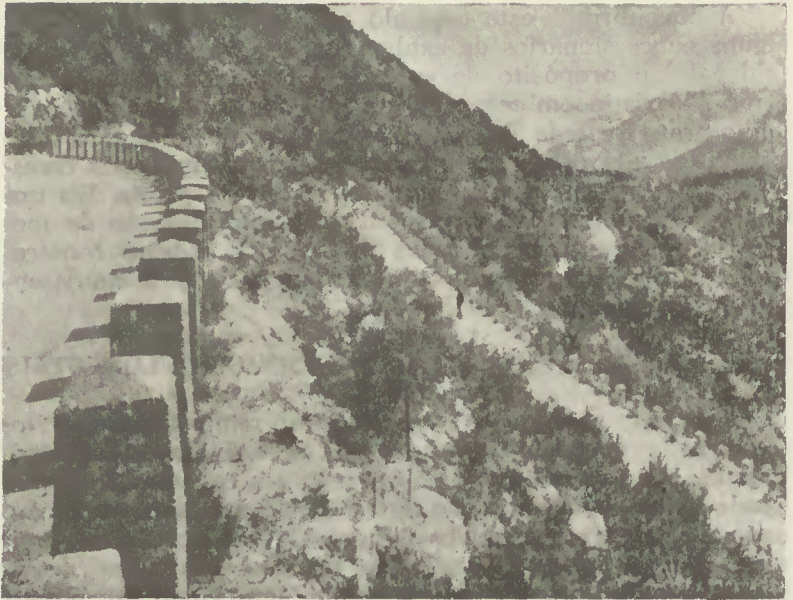
Está bem patenteada à nossa vista o muito que têm feito, na serra e mata do Gerês, os Serviços Florestais, contribuindo, assim, para a sua valorização em todos os aspectos. Desde o dia 18-VIII-1888, no qual foi lavrado o auto de posse, assinado pelo Inspector dos Serviços Florestais e pelo administrador do Concelho de Terras de Bouro, onde se determinou o perímetro da área estadual, têm vindo até nossos dias, a cumprir, sem olhar a desfalecimentos, o seu programa, então, pré-estabelecido ¹⁴.

Primeiramente construindo casas para guardas e, depois, fazendo extensas plantações de espécies vegetais, com primazia pelo pinheiro manso. Sucessivamente foi tracando estradas, abrindo caminhos, construindo pontes, até atingir os pontos cimeiros da serra. Embelezando com obras de arte e rasgando janelas, miradoiros, descobrindo cascatas e outros pontos de justificado interesse turístico, repletos de beleza, e que hoje são constantemente visitados por todos aqueles que queiram demandar a serra, extasiados de tanta beleza ¹⁵.

Outros encantos surgem através de túneis de verdura, como a Albergaria, em que os Serviços Florestais, dão-nos os viveiros de trutas. Noutros pontos como na Pereira, cá, em

(14) É considerada a maior e a mais bela do País, ocupando uma área de 7118 hectares.

(15) «Mata do Gerez - Subsídios para uma Monografia Florestal» (1926), de Tude de Sousa.



A per gosa estrada para Leonte vendo-se ao fundo a chamada «Curva da Morte». Lá em baixo um precipício infernal

baixo, e na Pedra Bela, lá, em cima, viveiros de espécies vegetais, onde podemos encontrar de tudo desde a planta exótica até à mais insignificativa. Já, em 1910, destinaram-se os campos do Videiro e de Palas, a fim de se experimentarem os plátanos, padreiros bétulas, alba, ulmos, freixos, cedros, ciprestes, abetos, etc., com os melhores resultados. Nos do Videiro ainda se destinaram espécies de arborização espontânea.

Posteriormente, a 1930, criou-se um novo perímetro, e por volta de 1945, sofreu nova alteração para acabar com os litígios do pastorício, que até, então, serviu de pômo de discórdia entre os próprios Serviços, a Câmara e o Povo.

É justo assinalar a harmonia de todos, que depois, disso, resultou e, ainda, também, se deverá louvar a acção que os Serviços Florestais têm vindo a desenvolver minorando as dificuldades de muitos terrasbourenses que encontram uma

côdea de pão, para não morrerem de fome, sobretudo em épocas atrasadas, em que não haviam barragens nem outros modos de angariar a sobrevivência.

Certamente com a instalação do «Parque Nacional da Peneda — Gerês», também, uma orgânica da Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, a sua acção possa ficar a âmbito menos restrito.

Os Serviços Florestais estão instalados nas Termas do Gerês, em edifício próprio, construído para esse fim em 1904. Em 1913 foi montada uma instalação para promoção de energia eléctrica, quando na altura provavelmente não existia nada sobre esta invenção.

A concluir este apontamento fugidio sobre os Serviços Florestais não queremos esquecer os relevantes préstimos que todos os seus servidores têm dedicado à mata e à serra, para que com o seu árduo trabalho e o sacrifício de uma vida pouco confortável, isolada, possam dar à Nação os frutos que ela exige.

CASAS DO POVO

O Concelho de Terras de Bouro mantém quatro Casas do Povo, na sede do Concelho, Covide, Gerês — Rio Caldo e Ribeira.

A primeira foi criada por Alvará (5-IV-1937), com a designação de Casa do Povo de Moimenta, fundada por Joaquim Martins Viana, passando, depois, ao seu actual nome (25-V-1943) por se ter desmembrado da Casa do Povo de Ribeira. Era dirigida naquele tempo por Joaquim Martins Viana. Manuel Joaquim Gonçalves e Manuel Joaquim Martins. Em 1970, a sua direcção compunha-se por António Pereira Martins (presidente), Manuel José Dias (secretário) e Manuel da Lomba Melo (tesoureiro), e faziam parte da sua assembleia-geral: João Pereira (presidente), João Evangelista Antunes Fernandes e Tomás Gomes Pereira (vogais). Aquela direcção mantém-se ainda (1979). Instalada em casa própria mas deficiente para o fim visado.

Compreende os beneficiários de oito freguesias: Brufe, Chamoim, Chorense, Cibões, Gondoriz, Moimenta, Monte e Vilar. Provém do Fundo da Previdência, e em 31-XII-1978, tinha como sócios efectivos 101 (homens) e 160 (mulheres);

contribuintes equiparados a efectivos, 232 (homens) e 111 (mulheres), prefazendo o total de 604. Encontra-se na situação de **invalidez**, 115 (homens) e 144 (mulheres) num total de 259; de **velhice em regime transitório**, 107 (homens) e 118 (mulheres) num total de 225; de **regime regulamentar**, 33 (homens) e 107 (mulheres) num total de 140; de **sobrevivência** (subsídio), 2 (mulheres); de **familiares** (efectivos), conjuges 71 (mulheres), descendentes, 122 (homens) e 127 (mulheres), num total de 320; de **contribuintes** (equiparados a efectivos), conjuges, 173, descendentes, 233 (homens) e 224 (mulheres), num total de 630; de **pensionistas de invalidez e velhice** (por grau de parentesco e por sexos), descendentes equiparados, 12 (homens) e 14 (mulheres), ascendentes ou equiparados, 15 (homens) e 10 (mulheres); de **subsídios** (pagos por doença), 45 (homens) e 48 (mulheres); de número de **casos que originaram processamento de subsídios**, 51 (homens) e 62 (mulheres), número de dias subsidiados, 6567 (homens) e 6566 (mulheres); de **maternidade**, foram subsidiadas 27 (mulheres, a 90 dias, uma a 30 dias), num total de dias, 2460.

O movimento dos pagamentos feitos pelo fundo de Previdência: invalidez, 1 729 380\$00; velhice, 1 951 950\$00; sobrevivência, 16 260\$00; subsídios permanentes, 64 000\$00; doença, 566 660\$00; maternidade, 161 700\$00; casamento, 8 000\$00; nascimentos, 63 000\$00; aleitação, 73 250\$00; funeral, 104 160\$00; prestações a aleitação não pecuárias, 53 350\$00; administração (pessoal), 395 372\$00; deslocações, 3 320\$00; contribuições para a Caixa de Previdência, 69 873\$40; prémio de cheques, 405\$80; material de consumo corrente, 1 241\$80, numa despesa total de 5 323 923\$00.

O orçamento administrativo tem como **receita**: a quotização dos sócios efectivos no montante de 89 205\$00, e dos sócios contribuintes de 36 857\$60, prefazendo 126 062\$60. Outras receitas: 7 1/2 para a Previdência, 22 482\$70; juros de 1977, 257\$60, 2 1/2 para o Fundo de Desemprego 7 493\$90, imposto profissional, 18 748\$00; como **despesa**: com pessoal, 628\$00, transporte e alojamento, 430\$00, 2 1/2 para o Fundo de Desemprego, 9 432\$40, móveis e utensílios, 660\$00, impressos, 4 603\$00, prémios de cheques, 106\$10, renda de casa 18 000\$00, seguros, 88\$50, 7 1/2 para a Caixa de Previdência, 28 298\$20, transportes e alojamentos, 66\$00, água, luz e aquecimento, 1 816\$40, CTT e telefones, 8 903\$50, contribuições

para a Previdência, 1 816\$40, para o fundo comum, 11 426\$50, imposto profissional, 18 748\$00, actividades de promoção social (cooperação com outras entidades), 1 009\$00.

A Casa do Povo de Covide, não está instalada em casa própria, com várias carências de instalação. Inclui as freguesias de Covide, Carvalheira e S. João do Campo. Tem sócios **beneficiários efectivos**, 25 (homens) e 52 (mulheres), **contribuintes equiparados a efectivos**, 48 (homens) e 83 (mulheres), de **invalidez**, 13 (homens) e 22 (mulheres), de **velhice** (regime tributário), 34 (homens) e 90 (mulheres), de **regime regulamentar**, 52 (homens) e 118 (mulheres), **sobrevivência** (subsídio), 1 (mulher), **familiares** (efectivos conjuges), 1 (mulher), **descendentes**, 4 (homens) e 1 (mulher), **subsídios** (pagos por doença), 8 (homens) e 13 (mulheres), número de **casos que originaram processamento de subsídios**, 19 (homens) e 15 (mulheres), número de **dias subsidiados**, 2 991 (homens) e 3 706 (mulheres), **maternidade**, subsidiadas, 10 (mulheres a 90 dias, num total de 900 dias).

O movimento dos pagamentos pelo fundo da Previdência: invalidez, 599 200\$00; velhice, 1 441 000\$00; sobrevivência, 26 920\$00; subsídios por morte, 8 100\$00; doença, 346 240\$00; maternidade, 63 300\$00; nascimento, 18 000\$00; aleitação, 25 250\$00; funeral, 90 440\$00; prestações não pecuárias à aleitação 12 300\$00; administração (pessoal), 182 978\$00; deslocacões, 216\$00; contribuições para a Caixa de Previdência, 32 428\$10; material de consumo corrente, 273\$30.

O orçamento administrativo tem como **receita**: a quotização de sócios efectivos, 28 550\$00, sócios contribuintes, 24 300\$00; outras receitas, 7 1/2 para a Previdência, 28\$80.

Como **despesa**: administração (pessoal), transporte e alojamento, 444\$00; fundo de Desemprego, 10 288\$00; prémios cheques, 411\$00, renda de casa, 600\$00; seguros, 189\$00; água, luz, aquecimento, 1 313\$00; CTT e telefones, 11 255\$00.

Não nos foi fornecida a sua direcção pelo que não a podemos registar.

Respeitante à Casa do Povo Gerês-Rio Caldo, ela serve as freguesias de Rio Caldo, Valdosende, Vilar da Veiga, foi criada por alvará (2-X-1944) e fundada por Abel José Rodrigues da Costa Lopes, José Maria Pires da Silva e Adelino Alves

Pontes. Em 1970, a sua direcção estava confiada a Adelino Alves Pontes (presidente), Arnaldo Pereira (secretário) e Domingos José Ribeiro (tesoureiro), pertencendo à Assembleia-Geral Abel José Rodrigues da Costa Lopes (presidente) Valério Gonçalves e António José e Matos (vogais). Dirigem-na, em 1979, Fernando Dias Fernandes (presidente), António José Pires (secretário), Arménio Lourenço (tesoureiro) e Agostinho Dias Névoa (vogal). Funciona em edifício próprio, moderno e higiénico.

É constituída por **sócios efectivos**, 56 (homens) e 126 (mulheres), de **sócios contribuintes** (ou equiparados), 87 (homens) e 94 (mulheres); de **invalidez** (regime transitório), 5 (homens) e 5 (mulheres), de **regime regulamentar**, 26 (homens) e 143 (mulheres); de **velhice**, transitório, 62 (homens) e 104 (mulheres), de (regulamentar), 70 (homens) e 76 (mulheres); **pensionistas de sobrevivência**, de **conjuges**, 2 (mulheres), **descendentes**, 3 (homens) e 3 (mulheres), **descendentes** (equiparados), 70 (homens) e 61 (mulheres), **conjuges**, 30 (mulheres); **contribuintes** (equiparados a efectivos), **conjuges**, 63; **descendentes** (ou equiparados a efectivos), 70 (homens) e 61 (mulheres); **pensionistas**, **invalidez ou velhice** (por grau de parentesco e por sexos), **descendentes**, 25 (homens) e 24 (mulheres), **subsídios** (por doença pagos), 44 (homens) e 105 (mulheres), número de casos de origens de processamento de subsídio, 47 (homens) e 118 (mulheres), número de dias subsidiados, 6521 (homens) e 5254 (mulheres). **Movimento pelo Fundo da Previdência**: invalidez, 1 054 600\$00; velhice, 1 446 600\$00; sobrevivência, 27 500\$00; morte, 132 728\$00; doença, 1 224 480\$00; maternidade, 105 000\$00; casamento, 4 000\$00; nascimento, 16 500\$00; aleitação, 19 75\$00; funeral, 54 000\$00; prestações não pecuárias de aleitação, 8 100\$00; administração (pessoal), 411 000\$00. deslocações, 11 662\$00; contribuição para a Previdência, 70 558\$80, material de consumo corrente, 5 225\$60.

Orçamento administrativo, como receita advém da quotização de **sócios efectivos**, 55 375\$00 e de **contribuintes**, 69 095\$60. **Outras receitas**, 7,5% para a Previdência, 18 703\$00; **juros**, 3 523\$90. **Despesa** (de administração), com pessoal, 1 800\$00, transportes e alojamentos, 10 236\$00, móveis e utensílios, 1 250\$00; impressos, 4 294\$50; seguros, 1 467\$00; Previdência, 7,5%, 28 667\$00, água, luz e aquecimento, 1 416\$00,

contribuições, previdência, 19%, 2 149\$00, activação e promoção sócio-cultural, 17 563\$50.

Por último a **Casa do Povo de Ribeira**, que abrange as freguesias de Balança, Ribeira e Souto. A sede encontra-se em edifício arrendado, com bastantes carências, inclusive a inexistência de quarto de banho. Em tempos funcionou uma delegação clínica com 4 consultas semanais, que foi integrada no Posto Clínico de Covas (por determinação dos Serviços Distritais dos Serviços Médico-Sociais, aliás como sucedeu a todas as outras Casas do Povo já mencionadas). A maioria das pessoas que a utilizavam ficaram, por esta determinação insatisfeitas. É gerida por Alfredo Gonçalves Lima (presidente), João Baptista Gonçalves da Silva (secretário), Fernando da Silva Afonso (tesoureiro), Francisco Marques Meireles e José Daniel Machado (vogais). É composta por **sócios efectivos**, 80 (homens) e 142 (mulheres), **familiares, conjuges**, 49 (mulheres), **descendentes**, 95 (homens) e 68 (mulheres), **contribuintes** (equiparados), 79 (homens) e 33 (mulheres), **familiares, conjuges**, 62 (mulheres), **descendentes**, 106 (homens) e 97 (mulheres), **pensionistas, invalidez** (regime regulamentar), 40 (homens) e 49 (mulheres), regime transitório, 6 (homens) e 8 (mulheres), regime regulamentar, 32 (homens) e 52 (mulheres), **pensionistas, velhice** (regime regulamentar, 32 (homens) e 52 (mulheres), regime transitório, 29 (homens) e 47 (mulheres), **familiares descendentes**, 41 (homens) e 21 (mulheres), **pensionistas de sobrevivência**, conjuges, 2 (mulheres), descendentes, 2 (homens) e 1 (mulher), **doença subsidiados pagos** (número de beneficiários), 18 (homens) e 27 (mulheres), número de casos que originaram o processamento, 21 (homens) e 33 (mulheres), número de dias subsidiados, 1 560 (homens) e 1 856 (mulheres), **maternidade**, número de beneficiárias que originaram processamento, 18, número de casos, 18, número de dias subsidiados 1 225 (13 beneficiárias foram subsidiadas a 90 dias e 5, entre 11 e 30 dias). **Receitas**, Movimento, do Fundo da Previdência, quotizações, de sócios efectivos, 48 750\$00 (homens), 94 394\$50 (mulheres), de contribuintes (equiparados), 82 690\$00 (homens) e 30 342\$50 (mulheres), contribuintes, 22 794\$00, num montante de 278 971\$00 com a compensação financeira de 2 087 531\$30, num total de 2 366 502\$30.

Movimento, pagamentos do Fundo de Previdência, invalidez, 1 135 700\$00, velhice, 543 000\$00, sobrevivência, 18 800\$00, subsídios por morte, 22 500\$00, doença, 167 840\$00, maternidade, 85 750\$00, casamento, 21 000\$00, aleitação, 23 500\$00, funeral, 14 000\$00, prestações não pecuárias (aleitamento), 7 650\$00, administração (pessoal), 269 669\$20, contribuição para a Previdência, 48 815\$90, material de consumo corrente, 3 663\$00, renda (comparticipação), 3 000\$00, luz, aquecimento, água e limpeza, 349\$50, CTT, 125\$00, um somatório de 2 375 362\$60. Observa-se que devido à integração dos pensionistas de Velhice e Invalidez, na Caixa Nacional de Pensões, desde Julho de 1978, esta Casa do Povo somente processou pensões a duplos e novos pensionistas. **Orçamento administrativo, receita**, quotizações de sócios efectivos, 39 995\$00, de sócios contribuintes, 27 419\$00, outras quotizações, 7,5% para a Caixa de Previdência, 19 274\$10, 2,5% para o Fundo do Desemprego, 6 423\$00, imposto profissional, 8 841\$70, imposto de selo, 511\$90, num total de 102 464\$70, **despesa**, remunerações acidentais, 1 162\$50, transporte e alojamento, 522\$50, móveis e utensílios, 1 800\$00, material não especificado e impressos, 4 445\$30, renda da casa, 6 600\$00, adaptação de instalações, 490\$00, despesa de representação corpos gerentes, 7 266\$00, água, luz e aquecimento, 549\$50, CTT, 7 471\$50, 7,5% para Previdência, 19 274\$10, 2,5% para o Desemprego, 6 423\$00, fundo comum, 6 055\$40, imposto profissional, 8 841\$70, imposto de selo, 511\$90, actividade promoção social, cooperação com entidades, 20 634\$10, outras iniciativas próprias, 6 554\$00.

Como nota complementar a esta resenha é interessante salientar a existência, em Ribeira, de um rancho folclórico, que em tempos pediu a sua anexação a esta Casa do Povo, para efeitos de subsidiar e gerir, mas de momento, desconhece-se se o mesmo mantém ou não, interesse pela sua efectivação.

JUNTA DO TURISMO DO GERÊS

A Junta do Turismo do Gerês, funcionando em edifício próprio, é dirigida por António Manuel de Carvalho Pereira. É Chefe da Secretaria António Alves Campos.

CENTRO DE SAÚDE

Após o Movimento do «25 de Abril», e num novo sistema projectado para preservar o estado sanitário das populações, criou-se o Centro de Saúde, na sede deste concelho, em 1-VI-1978. Com instalações próprias, mas insuficientes já para o movimento que tem. Ali funciona a valência de saúde infantil, com consulta diária da parte da manhã, e com extensão a Rio Caldo (posto de serviço médico), socialmente uma vez por semana com apoio do Centro de Saúde Distrital e ainda com o serviço à periferia, constituído por uma equipa de 2 médicos e 3 enfermeiros. Tem depois serviços de saúde materna e escolar, com 2 consultas por semana, e 2 dias por semana, com carência de pessoal de enfermagem. Outros serviços. cuidados médicos de base (duas vezes por semana), valência de higiene do meio ambiente (por um agente sanitário), profilaxia das doenças evitáveis (com postos fixos de vacinação em Cibões, Brufe, Covide, Rio Caldo, Carvalheira, Monte (S.ta Isabel) com a assistência de uma brigada que corre uma vez por mês as localidades em questão. Abre-se aqui um parêntese para informar a taxa de vacinação infantil que é das melhores do distrito de Braga, registando uma percentagem dos 85%. Foi necessário integrar na consulta de saúde materna a valência do planeamento familiar. Há necessidade de se criarem consultas de rastreio de diabetes e de pneumotisiologia. Além destas há que acrescentar outras necessárias e urgentes: o funcionamento duma ambulância, e a admissão de 3 a 4 enfermeiras.

No respeitante ao serviço médico-sociais: no posto clínico de Covas há 8 horas de consulta diária e visitação domiciliária. Ainda com extensão à Casa do Povo de Covide (uma consulta de 3 horas 4 dias por semana); outra a Carvalheira (uma vez por semana de 3 horas). O posto clínico de Rio Caldo tem um médico que dá uma consulta diária (3 a 4 horas), com dois policlinicos todos os dias de manhã (3 horas) e ainda com visitação domiciliária (este posto tem um enfermeiro e o de Covas tem dois). Diariamente há doze consultas de saúde infantil e oito de consulta maternal por dia. Uma estimativa de dados poderão elucidar melhor o movimento anual deste Centro: 400 consultas de cuidados médicos de base; mil de saúde escolar, de 40 a 50 consultas diárias

no posto de Covas (cuidados primários de saúde) há consulta de clínica geral, e igual número para o de Rio Caldo, e em Covide e Carvalheira, respectivamente, 10 e 15 por consulta. É director deste Centro o Dr. Adolfo José Lopes Mendes.

EM MATÉRIA SANITÁRIA O QUE SE FAZ

Sobre este momentoso assunto ouvimos o agente sanitário Alberto José Cruzinha Costa, de Covas, que nos disse:

«Existem no Concelho 282 fontenários, dos quais 31 têm o tratamento da água por intermédio do POTE DUPLO que é composto de 1 quilo de areia grossa e 1 quilo de cloreto de cal.

A água que abastece a sede do concelho também tem o tratamento com o Pote Duplo.

A areia e o cloreto de cal são substituídos todos os meses. Nos fontenários são colhidas amostras de água para análise numa média de 70 por ano.

Na sede do concelho é realizada a análise mensalente.

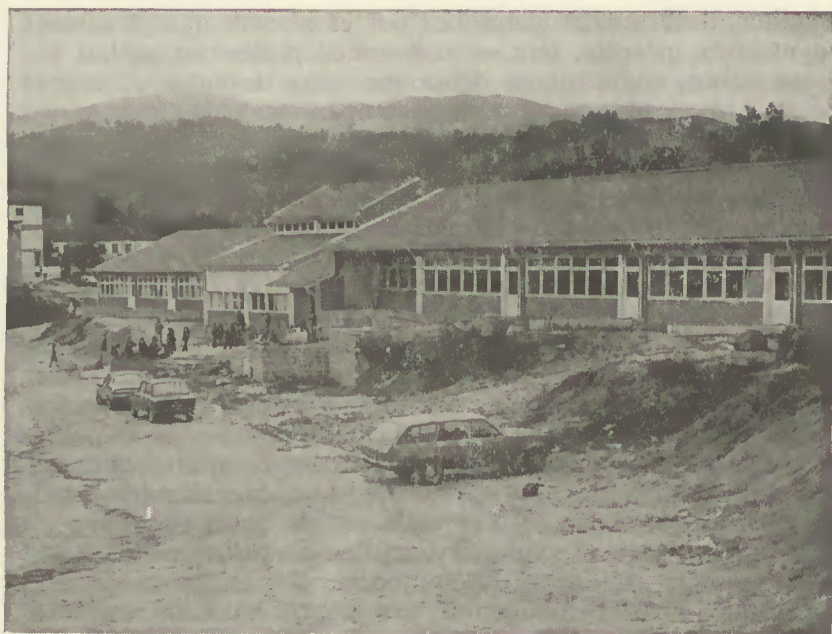
O lixo é recolhido na sede do concelho três vezes por semana, para uma lixeira não controlada.

Nos lugares rurais o lixo é aproveitado para adubo das terras. Na sede do concelho os esgotos (na maior parte) são lançados em fossas sépticas, mas uma parte da Vila já tem saneamento, na qual o esgoto é lançado num ribeiro sem tratamento. Nas zonas rurais o esgoto é lançado em tanques abertos e aproveitado para rega.

Anualmente os tanques de desinfecção da água que abastece a sede do concelho (compostos de calcário) são lavados e desinfectados com hipóclorito bem assim o depósito que recolhe a água depois de passar pelo calcário, onde tem um Pote Duplo».

O ENSINO — INGENTE TAREFA DOS NOSSOS DIAS

Uma ingente tarefa, de facto, que não vem de agora, do após «25 de Abril», mas de longe, e aqui é justo que relembramos o nome do Prof. Dr. Veiga Simão, que muito contribuiu para o fortalecimento desse ideário. Recolhemos um passo do que afirmou, numa visita feita à Escola do Magistério de Braga que nos pode dar fielmente a ideia que pai-



Ciclo Preparatório um bem no ensino terrasboureense

rava no seu pensamento: «Nesta batalha decisiva que se trava em todo o País, no domínio do ensino primário, os professores são os primeiros soldados da frente. E são graves os problemas neste capítulo devido a uma legislação anacrónica que só permite que haja escola com um mínimo de 35 alunos. Esperamos que isso se modifique, dentro em breve, e que a ninguém, seja onde for, fique negado o ensino. A transformação de escolas em postos escolares representa retrocesso e, se não estivermos apetrechados com armas eficazes, não podemos ganhar a batalha». E mais adiante, a concluir, diria «O professor primário será o meu primeiro companheiro nesta batalha da Educação». E de então para cá, este ideário tem-se cumprido em certeza inabalável, num pensamento comum que é já forte realidade. Terras de Bouro, apesar das dificuldades dum concelho de interior e serrano, está na esteira dessa realidade, o de construir um mundo

melhor, desbravando caminhos por essa serra que já começa a não ser inóspita, tem os seus olhos postos no ensino dos seus filhos, construindo, dando-lhe salas de aulas condignas com a moderna saluoridade, acompanhadas das respectivas cantinas. Afinal o desenvolvimento cerebral ligado ao aconchego do estômago.

Em 1970, foram reparados os edifícios escolares existentes, adquiridos terrenos para a edificação das escolas de Covide (núcleo da Igreja), Balança (núcleo de Esposende), Rio Caldo (cantina escolar Domingos Paula). (x)

Chorense (restauro total do núcleo de Outeiral), Carvalheira (núcleo de Assento), Moimenta (sede do Concelho com ampliação do edifício existente de 2 para 4 salas, em 2 pisos), Gondoriz (aquisição de terreno para o núcleo de Refonteira), Vilar (negociações para a aquisição no núcleo de Outeiro), Cibões (construção em 2 núcleos), além de muito mais em estudo. Igualmente neste programa de ação adquiriu ainda o edifício do núcleo escolar do lugar de Saim (Chorense), e um edifício para a escola de Carvalheira, futuramente, a servir de salão da Junta de Freguesia. Em Outubro de 1979 entraram em funcionamento três novos edifícios escolares em Cibões, Gilbarbedo, Chorense (Outeiral e Souto), Sá. Prevê-se um edifício de 6 salas em Rio Caldo, Paredes. Tem 1 372 crianças (696 rapazes, 676 meninas) para 64 professores, e assim distribuídas: na freguesia de Balança, núcleo escolar (Esposende), 15, em (Quintães), 40; no Campo, 20; na Carvalheira (Assento) 48, (Ervedeiros), 33; Chamoim (S.ta Comba) 13, (Sequeirós) 52; Chorense (Outeiral) 74, (Saim) 11; Cibões (Gilbarbedo) 36, (Gilbarbedo) 30, (Lama) 35, (Vergaço), 13; Covide (Igreja) 48 (Freitas) 7; Gondoriz (Refonteira) 72; Moimenta (Terras de Bouro) 108; Monte. S.ta Isabel (Rebordochão) 21 (Ventoselo) 4; Ribeira (Assento) 51; Rio Caldo (Paredes) 137 (Seara) 40; Souto (Sá) 81; Valdosende (Assento) 42 (Paradela) 58 (Vilarinho) 8; Vilar (Outeiro) 42; Vilar da Veiga (Ademens) 55 (Ermida) 35 (Gerês) 107 (Pereiró) 32.

(x) Funciona uma cantina por legado do benemérito Domingos da Silva Paula e também uma biblioteca escolar no lugar de Paredes, subsidiada pela esposa daquele, Elvira Neryusca da Silva, Domingos Paula, o qual fez os seus estudos primários naquela escola emigrando, depois, para o Rio de Janeiro, onde conseguiu fortuna.

Tem quatro postos de Telescola: Covide (com 2 professores), Rio Caldo (com 4), Valdosende (Paradela, com 2) e Vilar da Veiga (Gerês, com um), num total de 154 alunos. Para um eficiente serviço escolar foram montados circuitos (em táxis): Assento-Paradela-Assento (Valdosende), Vilarinho-Paradela-Vilarinho (Valdosende) e Portela do Homem-Gerês-Portela do Homem; e transportes em carreiras públicas: Campo-Covide-Campo; Parada-Paredes-Parada (Rio Caldo), Corujeira-Paredes-Corujeira (Rio Caldo), Pereiró-(Vilar da Veiga) Paredes (Rio Caldo)-Pereiró (Vilar da Veiga). Todas as crianças estão a ser beneficiadas com a suplemento alimentar. É delegado escolar o professor António Vitor Leitão.

Em 1970 era preocupação municipal a criação dum ciclo preparatório, a instalar em edifício próprio, na sede do Concelho. Foi ainda o Prof. Veiga Simão (Fevereiro de 1974) que lançou a verba de 3 000 contos, para as suas instalações, cujo arranque só se deu (Agosto 1975), para finalmente, entrar em funcionamento (Janeiro de 1976) com quatro turmas, do 1.º ano, e duas do 2.º ano, com 152 crianças. Em fins de 1976 foram entregues mais 8 salas (funcionava até ali com 5 salas normais e 2 de trabalhos manuais). Em Março de 1976 foi solicitada a criação do ensino unificado, que só veio a concretizar, depois, no ano lectivo de 1977-78. Têm até aos 7.º e 8.º anos, e aguardam para 1979-80, o 9.º ano. A sua população escolar é da ordem dos 340 alunos para 24 professores. Tem na secretaria 11 funcionários. Possui um refeitório-cantina e um bufete. Dá refeições (300 almoços diários). A percentagem de alunos subsidiados pelo IASE é de 66%. Tem uma biblioteca em formação. Uma rede de transportes (duas caminhetas e taxis) ligam o ciclo a todas as freguesias do concelho. Há a imperiosa necessidade da instalação duma bem equipada biblioteca e dum gimnodesportivo o qual faz falta, e o mesmo poderia ser extensivo aos clubes locais desportivos. É dirigido pela Dr.ª Maria José Creissac de Freitas.

GRÊMIO DA LAVOURA E CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO

O Grémio da Lavoura foi fundado por Alvará de 10-XII-1940. A sua finalidade é a defesa dos interesses legítimos dos seus associados (1316 contribuintes e 800 beneficiários),

interferindo nas transacções de compra e venda dos seus artigos. Concede ainda a regalia de fornecimentos, a crédito, no valor de algumas centenas de milhares de escudos, e também faculta o aluguer de alfaias agrícolas. Dirigem-no: Aarão de Freitas (presidente), João Martins de Freitas (tesoureiro) e José Fernandes Marques Roupas (secretário).

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, antecedeu ao Grémio, pois foi instituída em 1937, tendo como finalidade empréstimos à lavoura que atingem somas elevadas de milhares de escudos, benefícios estes que se estendem a 760 associados mutuários a 430 depositantes. A sua direcção é constituída por: Manuel António Rodrigues Peixoto (presidente), Alfredo Martins Vitorino (secretário) e Domingos José Dias (tesoureiro).

Ambos os organismos encontram-se instalados em edifício próprio, na sede do Concelho, e servidos por comum pessoal: Alfredo Martins Vitorino (Encarregado de Escrita), Luís Filipe Marinho Martins e Domingos José Dias. Desde 1974 que vigora uma comissão liquidatária.

IMPrensa — TERRAS DE BOURO EM NOTICIA

Com o desaparecimento da «Voz de Terras de Bouro» surgiu, nova tentativa da promoção dum periódico que viesse a reforçar o pensamento dos terrasbourenses em prol da sua terra que querem muito e é uma necessidade premente porque é bandeira a agitar no mundo das realizações que não podem parar. Assim, o Grupo Desportivo de Terras de Bouro — e do qual escrevemos a seu propósito noutra capítulo desta Monografia, meteu ombros a essa iniciativa, sendo a entidade responsável da sua edição e propriedade. O 1.º número é de Abril de 1979, e saiu sob a direcção do Dr. João de Jesus Antunes da Silva, tendo como chefe da Redacção o Prof. Américo Pereira. A secção está entregue a Carlos Alberto de Sousa Rodrigues Pereira, a desportiva a Antero Antunes Soares e a publicidade a Raul Melo Araújo. É composto e impresso nas Oficinas de S. José, em Braga. Inicialmente é de 4 páginas, de formato médio, a 4 colunas. Salientamos a nota de abertura, com o título «Ser Imprensa», de autoria do Dr. Manuel Antunes da Lomba, que transcrevemos na sua íntegra:

«Em Terras de Bouro, afortunadamente, as iniciativas individuais e de grupo começam a surgir um pouco por toda a parte denunciadores de um estado de espírito voltado, com sadio optimismo, para o futuro.

Desde as simples associações desportivas à constituição de associações que, ao lado do desporto, pretendem desenvolver actividades com objectivos mais amplos, eis que os terrasbourenses «explodiram» em iniciativas cujo desenvolvimento e aprofundamento urge incentivar. Filhos que somos de quem há séculos descobriu as virtualidades da verdadeira vida comunitária não teríamos justificação se não soubéssemos ressuscitar e (ou) adaptar antigas formas de vida em sociedade procurando, nos dias de hoje, pela redifinição da sua estrutura e objectivos, conferir-lhes capacidade de intervenção social adequada às exigências do tempo presente.

Apesar de tudo, muito há ainda a fazer para a reinstucionalização autêntica das nossas comunidades vicinais embora o que já foi feito pronuncie que a nossa e as gerações vindouras hão-de concluir a obra recomeçada.

Uma comunidade organizada, com um passado de que nos devemos orgulhar e um presente repleto de esperanças e a preparar com consciência o futuro, não pode descurar nada do que contribua, seja para melhor conhecimento desse passado, seja para, no presente, se antecipar, projectivamente, o futuro.

E a Imprensa é, exactamente, um dos meios para, cada vez mais nos afirmarmos como comunidade esperançosa em dever permanente, uma comunidade que sabe o que quer e como consegui-lo. Aliás, já no passado, o «Abraço» e «A Voz de Terras de Bouro» foram veículos de anseios e aspirações locais, mensageiros da saudade de pais, filhos, irmãos, maridos ou amigos emigrados em terras estranhas e, tantas vezes, madrastras, a voz da consciência colectiva criticando o que deveria ser criticado, sugerindo o que deveria ser feito, incentivado e apoiado o que e quem deveria ser incentivado e estimulado tendo em vista a realização mais acabada do bem comum.

Infelizmente, estes periódicos não conseguiram vencer as dificuldades que lhes semearam e desapareceram do nosso convívio. É que, pela falta de apoio e estímulos não era mesmo nada fácil ser-se imprensa regional.

Infelizmente, ser imprensa, hoje, em 1979, continua a ser difícil!

Ser Imprensa, aqui, em Terras de Bouro, não é cómodo! Mas, ser Imprensa, hoje e aqui, vale a pena! Avante, pois!»

Alguns jornais diários têm aqui os seus correspondentes: «Correio do Minho», Pereira Martins; «Diário do Minho», Carlos Alberto de Sousa Rodrigues Pereira; «O Primeiro de Janeiro», Maria Venuzina de Oliveira, «Jornal de Notícias» Eduardo Augusto Leite Barbosa.

Em 1978 a RTP informava a Câmara Municipal que estaria para muito breve a instalação de um retransmissor, e que já possuía para o efeito, o respectivo equipamento. Em Outubro de 1979 os terrashourenses contentam-se em adivinhar a imagem nos seus televisores, valendo-lhes a televisão espanhola que se vê em perfeitas condições.

INDÚSTRIA EM TERRAS DE BOURO

A bela serra geresiana continua a ser fonte inesgotável de estudo, a fim de tirar dela soma de realidades positivas. Com base numa formação primitiva de natureza granítica — siliciosa tomam-se uma infinidade de cristais feldspáticos, quartzos hialinos, e, ainda outros, como albites, microclinas, turmalinas, berilos, magnetites, volframites, etc.¹⁶ Mesmo o próprio valor das águas (floreteadas sódicas) das fontes medicinais geresianas, denunciam uma extraordinária riqueza de flúor.

Há estudos muito valiosos feitos por notáveis mineralogistas ouer nacionais, ouer estrangeiros, que muito nos dizem acerca da litologia geresiana. Apesar desta circunstância não se registam explorações de monta nesta zona de Terras de

(16) Frel Cristóvão dos Reis na sua obra «Reflexões Experimentais» (1779) observa: «Na serra do Gerês não só nos altos morros, mas também nas ribeiras, que delas procedem se achavam pedras de diversas cores umas laníadas pela Natureza outras brutas, e algumas com quinas, cobertas todas com um casco, que parece terra de ferro. A toda esta multidão e variedade de pedras chamavam muitos que as viram cristais. No ano de 1753 tive uma pedra da grandeza de um ovo de franga, que deu o capelão das Caldas de Santa Eufêmia, e disse que o tinha achado na serra.»

Bouro. Que sabemos existe uma Sociedade de Minas do Gerês que tem explorado filões de volfrâmio, nos Carris, com maior acuidade durante a 2.ª Guerra Mundial (1939-1945), e outra, em Chão de Miregos, na freguesia da Carvalheira, propriedade de Vitor Morais Caldas, Lda., mas julgo, actualmente, ambas quase paradas.

No Século XIX, porém, constituiu-se uma empresa para fabrico de vidro aproveitando a boa qualidade de quartzo e de feldspato existente na serra geresiana. Para isso foi levantada uma fábrica na extensa chã de Linhares, cerca de Vilarinho da Furna, na margem esquerda do rio Homem, tendo muito perto dela, o sítio chamado de Bargiela, considerado o melhor maciço florestal espontâneo. De facto não era possível escolher-se melhor local do que este para tal fim. Ao lado de grande abundância do precioso minério havia o combustível indispensável para o funcionamento dos engenhos. Assim, começou, nos melhores auspícios, a elaboração da **Real Fábrica de Vidros de Vilarinho da Furna**, pertencente à firma Gomes, Matos, Araújo, e Companhia¹⁷. O Alvará foi passado, em 15-IV-1807, assinado pelo, então, Príncipe Regente D. João (1767-1826), mais tarde D. João VI, com os mesmos privilégios, graças e isenções, concedidas à Fábrica da Marinha Grande (Real Fábrica de Vidros, hoje Nacional Fábrica de Vidros) dos irmãos ingleses Stephens (Guilherme e João Diogo).

Esta fábrica de Vilarinho foi considerada para a época o maior empreendimento industrial nacionalizado, e talvez, por essa razão, suscitou malquerenças, e até o seu definitivo acabamento, em circunstâncias tão repugnantes, conforme descreve Tude de Sousa, no seu livro «Serra do Gerês» (Porto, 1909): «A ignorância e a má vontade dos povos próximos que não viam com bons olhos a sombra de tão poderosa

(17) Os sócios desta firma eram: Manuel Gomes da Silva, e Companhia, Pedro Gomes da Silva, Constantino Joaquim de Matos, Joaquim José Fernandes da Silva, Félix José Pereira Lima e Clara Vitória de Araújo e Azevedo, irmã do 1.º Conde da Barca (António de Araújo e Azevedo - 1754-1817); que era nessa altura ministro e sancionou a autorização. A licença de exploração foi concedida em 20-III-1805 (segundo doc.º na Torre do Tombo, Junta do Comércio, Livro 32, folhas 70).

vizinhança, cuja importância e benefícios não sabiam medir, e a intriga que intensamente se forjou dispuseram mal pelo futuro da fábrica; e assim foi que, com o pretexto da entrada dos franceses pela Portela, e capitaneados pelo abade de Carvalheira¹⁸ seduzido por influências inglesas, que odiavam os progressos industriais do País, os povos assaltaram e saquearam a fábrica lançando-lhe fogo em 11-VII-1808. Destruída não mais pensaram os seus possuidores em a levantar, caindo-lhe os últimos restos da parede, que ainda podiam ver-se em 1855-56».

A fábrica era constituída por um grande pavimento térreo com janelas de sacada e por cima dele um outro com janelas ordinárias. Possuía três fornos hemisféricos. A sua laboração era tão perfeita que rivalizava com o vidro feito na Boemia, apenas «pecava por uma coloração bastante esverdeada».

Pereira Caldas (1818-1903) refere-se ao seu fabrico nestes termos: «Variados artefactos de nítida vidraria com auspiciosos prelúdios de longo alcance industrial...»

O Príncipe Regente não só lhe dava «carta de privilégio», mas também no propósito de incentivar e estimular a produção conferiu o «hábito da Ordem de Cristo¹⁹» aos dirigentes daquela empresa fabril, tal e qual como aconteceu aos da Fábrica de Alenquer, Sá e Companhia²⁰.

Como aproveitamento do porte das árvores há uma serração de madeiras em Rio Caldo, pertencente a Manuel Pinheiro Costa, e também a Empresa Hoteleira do Gerês tem mantido uma serração, localizada à entrada da estância termal do Gerês. Em Choreense há uma fábrica de blocos de cimento e existem pequenas oficinas de artesanato em Choreense, Souto, Valdosende e Vilar da Veiga.

(18) Refere-se ao Padre Joaquim António Vieira Rebelo

(19) Art.º XI do Alvará, 15-IV-1807.

(20) Doc.º existente na Torre do Tombo, Junta do Comércio, coleção de Leis Impressas, Maio 71.

COSTUMES E TRADIÇÕES

UM INTERESSANTE MANUSCRITO DE PINHO LEAL ACERCA DE VILAR DA VEIGA

Pinho Leal (1816-1884) quando escreveu o seu notável trabalho «Dicionário de Portugal Antigo e Moderno» concluído em 1890 pelo abade de Miragaia, Pedro Augusto Ferreira (1833-1913), dá conta de um manuscrito acerca de Vilar da Veiga datado de 1782 sob o seguinte título: «Diário philosophico da viagem ao Gerèz que por mandado de sua Alteza Real o Serenissimo Senhor D. Gaspar, Arcebispo e Senhor da Braga Primaz das Hespanhas fizeram o Dr. Manuel Joaquim Maya Coelho incumbido das observações mathematicas e Joaquim Vicente Pereira d'Araújo das Philosophicas no anno de 1782». Constava-lhe que ele não fora publicado. Tude de Sousa, transcreve-o no seu livro «Gerez» (1927). É deste, por acharmos que tenha o seu quê de interesse, à distância dos anos, que também o retranscrevemos, aqui, respeitando a ortografia usada então naquela época:

«A povoação das **Caldas** pertence à freguesia de **Vilar da Veiga**, que tem 148 homens e 175 mulheres, total 323 habitantes, em 92 fogos, constituindo uma pequena républica, semelhante á de nossos pais, antes que conhecessem o jugo romano, gotico e arabigo.

O Governo é democrático, e as decizoens confiadas ao conselho e prudencia dos ancioens, são sagradas ...

Tem 7 tribunais, e em cada hum prezide um

velho assistido de 6 homens, a que chamão **homens d'acordo**.

No regimento de tão pequeno estado se occupão 7 juizes e 42 **homens d'acordo**. Cada tribunal exerce differentes funcções... O 1.º he o do **Juiz da Igreja**, aonde se tractão negocios respectivos à Igreja. O 2.º he do **Monteiro**, em que se julga das montarias. O 3.º das **Vaccas**, que apena e despena os vaqueiros e se informa da sua conducta na guarda do gado. O 4.º e 5.º das **Cabras**. O 6.º do **Lagar de azeite**, em que se dispõem da cultura e feitura do azeite. O 7.º he do **Lagar**, onde tratão negocios particulares, sobre obras, distribuição de terras para cultura, etc.

Vão aos **chamados** (dizem elles) e cada tribunal tem lugar próprio. Para o **Monteiro** são convocados ao som de buzina; para os outros ao som de frautas diversas. A qualidade das penas são muitas vezes canadas de vinho.

São estes povos muito zelosos das suas mulheres e filhas. Olhar para ellas hum estranho é offendel-os, pelo que ha poucos annos passando qualquer pessoa a elles desconhecida, como o objecto zelado chegasse a ser visto pelo tranzeunte, convocava-se o povo de repente, hum e outro sexo se armava com armas de fogo, paus e pedras, e expelião o pobre estrangeiro. Antonio Seromenho d'Oliveaes, abalisado sacerdote, sendo seu vigario, os dessuadiu desta temeridade, e em assembleia pactuarão cessão de hostilidades, o qual d'ahi em diante fielmente cumprirão, porque as suas promessas são **invioláveis!**

Para as serras mandão gados, a que elles chamão **vezeiras**, do 1.º de Junho athe 8 de Setembro ... bois e vaccas. Os vaqueiros se obrigão a dar conta dellas **sans e salvas**, e se o lobo feria alguma, de que se lhe occaciona a morte, paga sub-estimação. Em hua palavra — só a morte natural izenta o pastor da entrega da cabeça. Quando o vaqueiro tem dúvida em pa-



Abrigo de pastores, no Pé do Cabril, que parece mais um carro camuflado de combate, dos modernos engenhos da morte

gar a multa, he chamado perante o senado, e accordão; sentindo se gravado apella para a Ribeira, onde ha mesma politica, e em casos semelhantes os da Ribeira apellão para Vilar ...

As decizoens dos seus mayores estão escritas em 7 livros de papelão, e cada hum dos 7 ancioens guarda o seu, e o faz inviolável.»

Tude de Sousa refere-se ainda, em notas, sobre os diversos instrumentos de som usados pelos povos serranos, como sejam, **cornas, carrapitas, buzinas, búzios, chifres, etc.**, a fim de os convocar para qualquer assunto, dependendo das matérias tratadas, os empregos dos respectivos instrumentos.

Do regime vigorado naquela época, apresentado acima, parece só estar em vigor o regulamento da **vezeira das vacas,**

constante de um livro feito em 1882 — «reformado na forma do antigo, por se achar arruinado, mas sem mudança de costumes.» E compreende-se bem o continuado deste preceito pois, o povo serrano, mantém bastante gado e é a pecuária uma das suas maiores riquezas. A pastorícia, em estilo de **vezeira**, continua a ser praticada por todas as terras do Concelho de Terras de Bouro, como a melhor e conselheira prática. «Para cada uma das freguesias que demoram nas circunvizinhanças da serra e que nela lançam os seus gados, há limites estabelecidos, para fora dos quais eles não podem sair, sob pena de invadirem as pastagens dos vizinhos, que por sua vez se encarregam de os escorraçar, como invasores de propriedade alheia. Cada freguesia tem os seus currais exclusivos, mas alguns há que são comuns entre duas, **primi capientis**, como os da Lomba de Pau e Chã da Fonte, entre Vilar e Rio Caldo, podendo o de Vidoal, que é de Rio Caldo, ser ocupado pela vezeira do Vilar ao subir e ao descer para pernoitar».

O uso de águas comuns, que lhe dão o nome de **águas partidas**, para a rega e fertilidade dos campos, também fazem parte de regras que se acatam e respeitam. «A regra é feita à **vez**, esperando sempre um quinhoeiro que aquele que o antecede acabe a rega, para tomar conta da água.»

Há ainda outros tipos de rega para as águas de lima e rega (pertencentes a dois e mais proprietários), a **água de torna a torna**, etc.

Noutros trabalhos agrícolas, como nas vessadas (serviços prestados gratuitamente a troco de alimentação), **cavadas** (empregue a enxada), **segadas**, **malhadas**, **esfo'hadas**, etc., eram feitos em comum e em retribuição mútua. Todos a título gratuito. Animados sempre com aquela alegria e aquela jovialidade tão peculiares no povo minhoto. Estes costumes estão a cair em desuso, e alguns deles, até, têm desaparecido totalmente.

Havia outro hábito que era chamado o **Dia dos Covais**, a 3 de Maio, quase um dia de festa, quando todos subiam à serra para alindarem as casas-choupanas, térreas, destinadas ao abrigo dos pastores, os **covais**. Coincidia também para ser um dia grande de comezaina onde não faltava a boa galinha, presunto, chouriço e toucinho, regado por um apetitoso vinho verde.

*Porta de um belo espi-
gueiro. Repare-se nos
curiosos desenhos feitos
na pedra por cima da
padieira*



Tude de Sousa descreve uma destas casas-abrigos dos pastores desta maneira: «São construções toscas, ligeiras, de pedras secas, mal dispostas geralmente, umas revestidas e outras não de torrões (terra com erva aderente), tapando os intervalos. Cobertas umas de telhas redondas, à portuguesa; cobertas outras de torrão, guarnecendo pedras largas e delgadas. As suas dimensões e capacidade não são grandes: 2 a 2,50 m. de alto, por 2,50 a 3 m. de comprido, com as portas baixas, por onde o homem passe bem curvado e por elas não entre o gado. Três a seis, ou oito pessoas é o máximo que nelas caberão. A cobertura de uns fornos é redonda, aguçada: a de outros com armação em duas águas. O pavimento coberto de fetos ou mato miúdo para amaciar a dormida e junto da porta, do lado de fora, em muitos fornos, a pia, cava-das na rocha firme, ou móveis, para a comida e a bebida do cão, inseparável companheiro e amigo da montanha. A porta de serventia, única, tapada apenas por alguns gravetos de mato ou ramaria, indicadores só de uma linha de respeito. O travejamento é tosco, como a construção em que se emprega e fornecido sempre pelos carvalhos mais próximos, que os há com fartura na serra, brotando e crescendo com espontânea pujança naquele solo abençoado. Esta habitação e os costumes que descritos ficam, são mais ao menos comuns a todos os povos da serra, e não só ao Vilar da Veiga, pelo

que, a não ser com alguma variação menos, se encontra nos homens e nos usos de Rio Caldo, de Covide, de São João do Campo e Vilarinho ...»

Em 20 de Janeiro era hábito todos rezarem uma prece a S. Sebastião agradecendo a sua protecção.

JUSTIÇA NOVA E JUSTIÇA VELHA

Todo este regime comunalista tradicional que coroava a vida serrana vai-se esboroando com o tempo, a pouco e pouco, por penetrações actuais, já pelo poder mais actuante das comunicações, liganda-a aos grandes centros, já pelo factor emigratório, além de outros milhentos problemas da vida hodierna.

Cada povoado regia-se por organismos próprios, eleitos por todos os moradores, e os escolhidos deliberavam sobre os interesses comuns, como fossem os concertos dos caminhos e das cabanas dos pastores na serra, as distribuições de águas para rega, os moinhos, o fabrico do carvão, os dias destinados para as diversas fases da lavoura, etc.

Era o que eles chamavam a **Justiça Nova** e a **Justiça Velha**, aos que entravam no mandato, e àqueles que saíam dessas funções. E essa transmissão de poderes era feita num dia determinado, numa eira, ao ar livre, numa convocação dos quinhoeiros: podia ser a título de ordinária ou extraordinária. No geral a das vacas era sempre realizada no último domingo de Abril, e a respeitante ao do lagar coincidiria com o dia 1.º de Dezembro. Estes dois chamados, assim se dizia, encontravam-se nesses dias marcados e, ali, havia a transmissão de poderes, à vista de toda a gente. Antes o Procurador mandava alguém tocar uma buzina pelo que deveria percorrer, desde a véspera da reunião, em três sítios diferentes, como aviso a toda a população. Repetia-se de novo esta praxe no próprio dia em que se realizava aquele acto, da parte da manhã. O cumprimento deste mandato era feito à vez por todos, e por isso, se designava por roda.

OS ANTIGOS CONTRATOS

É ainda a Pecuária, acima de tudo, a grandeza do serrano, por isso mesmo gira à sua volta, o gado, onde ele espera



Espigueiro, em Paredes, interessante e invulgar espécime

salvar, muitas vezes, aquilo que não consegue, no amanho da sua leira.

Naturalmente que desde sempre tenha incidido a sua atenção para esse vasto campo, e tenha também servido para o estabelecimento de regras, e, até, a criação de leis, com tribunal próprio, para decisões e aplicações de penas, tal e qual como se tratasse de um juízo oficial.

Os contratos não são mais nem menos do que princípios dessas disposições.

Achamos conveniente, por isso, transcrever o que se passava, então, aproveitando a informação válida deixada pelo antigo mestre florestal Manuel Pires de Freitas, figura prestigiosa daquelas paragens e daquela época.

«Antigamente, faziam-se as vendas a dinheiro à vista; hoje só se efectua a prazo, sob pena de grandes abatimentos no valor.

Antigamente, quem tomava gado de meias, sujeitava-se a tratar desse gado, a entregar metade de todos os lucros e

a repor metade de todas as perdas, de qualquer natureza que fossem; hoje entregam metade dos lucros, se os há, e, não os havendo, só perdem o pasto e o trabalho. Quanto a dinheiro, nada repõem, ainda que morram: o pagador é quem perde e por isso tem a liberdade de propor venda quando lhe convenha, o que dantes era só no S. Miguel, com aviso de vinte e quatro horas de Junho anterior. De forma que, se o curador se sujeitava a metade de todos os prejuízos, tinha a certeza de estar servido para o seu mister e com o aviso antecipado, a tempo para se melhorar. Agora, que se não sujeita a prejuízo mais do que os pastos e o tempo que gastou, e sempre habilitado a metade dos lucros, está sujeito a ser-lhe retirado a qualquer hora. A proposta é feita pelo pagador, dono do gado, que estipula o preço porque lhe convém a venda ao curador, que tem a preferência. Se ele pode e quer, aceita a proposta e paga, sendo repartidos os lucros a meias; não querendo, entrega ao dono, que por sua vez lhe dá metade dos lucros reputados pela proposta feita ao curador».

Este procedimento relatado pelo mestre Pires de Freitas vigorava ainda em 1927, data em que Tude de Sousa, publicou a sua obra «Gerez» e que inclui esta informação prestada por aquele funcionário florestal, dali natural.

REGRAS DE VIDA DE VILARINHO DA FURNA MANTIDAS ATÉ AO ÚLTIMO MINUTO DE SOBREVIVÊNCIA

No desaparecimento de um Povo — Vilarinho da Furna — que morreu de pé como acontece aos heróis em campo de batalha, vale a pena, mesmo, sucintamente, repetir o que nos diz, a Monografia que o Prof. Jorge Dias, lhes dedicou quando Vilarinho era ainda uma aldeia pujante de fé nos seus destinos e ardente de esperança no seu porvir.

Além daquele acatamento às leis vigentes do seu País, os de Vilarinho tinham também as suas leis internas que eram respeitadas e, totalmente, cumpridas. Ai daquele que não as respeitasse, teriam de pagar a «condena», que às vezes era bem penosa.

Para isso havia uma **Junta** que era composta por um **Zelador** (antigamente Juiz) acompanhado por **Seis** membros. As suas leis que podem servir de figurino a outros Povos,

pelo seu perfeito humanismo, previam que dentre este grupo dos **Seis**, pudessem ser eleitos tanto homens como mulheres, considerados chefes de família, e nesta última condição quando em estado de viuvês ou ausência do homem, pela emigração.

As eleições para a escolha dos **Seis** e substituição do **Zelador** eram realizadas de seis em seis meses. A eleição deste último corria pelos homens casados por ordem cronológica do consórcio. Após a posse do **Zelador** procedia-se à eleição dos outros membros, dos **Seis**, por votação.

Ao fim dos eleitores votarem e contagem dos votos o **Zelador** fazia a chamada dos **Seis** escolhidos pela assembleia, os quais tomavam logo posse. O sexo feminino podia eleger e assistir às reuniões da **Junta**, porém, nunca podia ser escolhido para o alto cargo de **Zelador**.

Os **Seis** que cessassem suas funções transmitiriam aos novos **Seis**, eleitos, e na presença dos dois **Zeladores**, o eleito e o que findou sua missão, davam conta dos assuntos pendentes e do dinheiro em cofre. Procurava-se a todo o transe deixar tudo em ordem de modo que os novos **Seis** estivessem libertos dos encargos atrasados.

Normalmente estava assente que a **Junta** se reunisse todas as quintas-feiras. Para isso o **Zelador**, ao raiar da aurora, quando os galos cantam brindando o dia ele tocava uma buzina de corno de boi ou um búzio, chamando os componentes da **Junta**. Ao findar o terceiro toque, espaçadamente, dirigia-se para o largo de Vilarinho, levando uma caixa feita de lata, onde se encontravam as folhas da lei. Seguidamente o **Zelador** procedia à chamada, aplicando aos faltosos, uma «condena» de 50 centavos, a não ser que uma pessoa de família comparecesse dizendo a justificação da sua não-presença. Porém, àqueles que faltassem todo o dia sem apresentar quaisquer justificações, eram condenados a pagarem 5\$00. No geral a **Junta** tinha duas reuniões, a da madrugada que terminava ao meio dia, e a da tarde, mas desta vez já não era no largo, mas, sim, na ponte, uma ponte secular.

Eram nestas assembleias que o **Zelador** determinava os trabalhos a realizar e as «condenas» a aplicar. E tomavam tal calor que parecia que em dado momento poderiam surgir conflitos de monta. Mas nunca isso se deu. Depois de terem todos discutido os **Seis** reuniam-se para deliberarem, vencen-

do sempre a maioria. Em caso de empate o **Zelador** tinha o beneplácito de decidir.

Os assuntos principais a incidirem nestas reuniões da **Junta** eram sobre a construção e reparação de caminhos, muros e pontes de serventia comum, a organização pastoril e direcção dos trabalhos agrícolas (segadas, vindimas, roçadas, etc.) e ainda a distribuição das águas das regas para as **restevas**, etc.

Para a sua maior riqueza que provinha dos grandes rebanhos que todos possuíam haviam os homens do **Acordo**. Este **Acordo** ou **Conselho**, constituído por todos aqueles que tinham gado, reuniam-se sempre que houvesse casos a resolver. Havia rebanhos, em regime de **vezeira** (pastores dados à vez por cada um dos donos do gado) e ao **feirio**, neste último caso, destinado a cavalos e éguas garranas. Na **vezeira** havia a **vezeira do eido** (vacas com crias), que pastavam perto do lugar, e também a **rés da parte** (rebanho constituído por cabras de um ou dois vizinhos mais abastados, que de acordo com os do **lugar**, mandavam o seu gado à parte com pastor próprio). Os animais eram todos identificados, com marcas, feitas a fogo, à lima ou à serra, no chifre das cabras ou nas orelhas. A este respeito o Prof. Jorge Dias dá resenha muito completa destas marcas e a quem pertenciam. Em tempos recuados o **Zelador** antes da reunião jurava sobre os Santos Evangelhos, e no acto da sua posse impunha a **vara das cinco chagas**, jurando assim obediência a todos os vizinhos.

As atribuições do **Zelador** eram tais que poderia, em caso muito grave, **expulsar o vizinho**. Ele era também o **Juiz** de todos os crimes, exceptuando o de homicídio, da competência dos tribunais. Havia um puro sentimento de solidariedade que os envolvia a todos, e nunca por nunca aquela força de unidade, lema de **todos por todos**, foi quebrando ou desrespeitando. Muito haveria a dizer do regime comunitário de Vilarinho, um Povo que deixou até agora, a todos nós, uma história e um exemplo.

MUSEU ETNOGRÁFICO DE VILARINHO

Com o desaparecimento de Vilarinho da Furna, uma aldeia típica, conservadora das suas tradições, que guardava

tudo tão religiosamente, pensou-se logo na manutenção viva desse espólio valioso. E como? Eis o que nos diz o escrito do Dr. Manuel de Azevedo Antunes, um estudioso e um acérrimo preservador desses tão puros e genuínos valores etnográficos, que endereçou à presidência da municipalidade, e nas suas palavras, talvez se origine a criação dum Museu. Diz o Dr. Azevedo Antunes: «Aqui há anos, aquando da construção da barragem de Vilarinho da Furna, lancei a ideia da edificação de um Museu Etnográfico dedicado a essa povoação. Essa ideia foi maravilhosamente acolhida e apoiada pela Câmara Municipal de Terras de Bouro, e muita coisa se fez então: criou-se uma comissão organizadora, oficializada por despacho da Junta Distrital de Braga, formada pelo vice-presidente da Junta Distrital de Braga, presidente da Câmara Municipal de Terras de Bouro, e eu próprio; recolheram-se centenas de objectos que documentam a maneira de viver do povo de Vilarinho; tiraram-se inúmeras fotografias; adquiriram-se 25 quadros se encontram guardados na Câmara Municipal; elaborou-se um projecto architectónico para as instalações do Museu; transportou-se um conjunto de casas de Vilarinho para junto do Cruzeiro do Campo; trasladou-se uma ponte para reconstrução noutro local do Rio Homem; fez-se um filme documentário; estabeleceram-se contactos com a direcção do Parque Nacional Peneda-Gerês e ex-C.P.E., para participação na construção do Museu; etc. Tudo isso consta no processo existente nessa Câmara sobre o assunto, onde a Comissão Organizadora tem a sua sede. Mas, a partir de 1974 esta iniciativa entrou numa fase estacionária. Decorridos que foram estes sete anos, creio é novamente ocasião de se lançar mãos à obra, até porque urge dar uma solução aos objectos que estão guardados em S. João do Campo, em muitas precárias condições, e a todo o momento os proprietários das casas onde eles se encontram me perguntam o que se deverá fazer deles, pois estão a precisar de espaço ocupado. Por isso proponho que a Câmara Municipal, a que V. Excia., preside, juntamente com a direcção do Parque Nacional da Peneda-Gerês, procure no mais curto espaço de tempo avançar com o processo e encontrem uma solução para os objectos que estão em S. João do Campo ao cuidado dos srs. Manuel e João Antunes. Escusado será dizer que, na medida das minhas disponibilidades, ofe-

reço os meus préstimos para levar por diante esta obra». Este documento é datado de 26-XII-1978.

No entanto esta ideia já se encontrava latente e radicada desde pelo menos, 28-XII-1968, no tempo em que era presidente da edilidade o Dr. Fernando Faria Ferreira e como director do Parque Nacional Peneda-Gerês o Eng.º Lagrifa Mendes. Damos, por ter muito interesse, o inventário dos objectos e peças apresentados pelo Dr. Azevedo Antunes.

LISTA DE PEÇAS PARA O FUTURO MUSEU

Duma extensa lista fazem parte as seguintes peças e objectos: uma maqueta da povoação; fotografias várias: de carros de bois, polainas, de burel, cardas, cadeiras, alminhas, escanos, potes, camas, bancos, chocalhos, arados, cortiços, gadanhas e seus apetrechos, cabaças, remédios populares, mó da antiga fábrica de vidro, cremalheiras, lavatórios, caravelhos, caixa da Junta, rol da Junta, grades, pás de moinho e seus apetrechos, instrumentos de música: castanholas, etc.; chaves, cancelas, portelos, mascotes, foles, foicinhas, foicinhões, tralhos, tesões, roda de fiar; taleigas, louceiros, caixotes do sal, galheiros, malhos, caldeiras e rodilhos, alambique, prensa de lagar, pedra e banco de malhar o centeio, segadores das couves, mesas de cavacar, etc.

Dos objectos (800) temos a salientar os seguintes: reque-reque, monelhas, gamelas, imagens, abanadores, colheres, lanternas, pás de forno, rodos, férreas, sacholas, enxadas, ferros, alviões; vestuário: camisas, aventais, saias, saiotes, lenços, coletes, peúgas, meias, nágoas, xailes, carapuças, casacas de burel, etc.; louça, caroças, arcas, padiolas, pratos de manteiga (batedores), jugos, teares e seus apetrechos, tamanhos, canecas, pesos, mantas, relógio de sol, relógio de sala e de bolso, canelheiras, sarilhos, rocas, espadelouros, espadelas, maças, machadoiros do linho, masseira, ferros de marcar o gado, sarroncas, objectos de cozinha, cestos, etc.

Mais tarde, em 17-VI-1970, anunciava-se ao presidente da Fundação Gulbenkian, Dr. Azeredo Perdigão, a constituição duma comissão para o fim em vista, Dr. Fernando Ferreira, presidente da Municipalidade de Terras de Bouro, Cónego Dr. Arlindo Ribeiro da Cunha e Manuel Azevedo Antunes, nesse tempo, seminarista. E solicitava-se, então, traba-

lhos a executar, urgentemente, em prol da efectivação do Museu:

- 1 — prolongamento do estradão até ao local das casas a trasladar;
- 2 — numeração das pedras das casas a trasladar: casa d'Além, casa do Trigo, casa de Manuel Joaquim, casa de Ana Rosa Sarilha, casa de João Vendego;

DESMONTAGEM DE CASAS

- 1) — madeira da escola de Vilarinho;
- 2) — telha e madeira da casa e adega de Maria das Dores de Azevedo Barrosó (Jeira);
- 3) — telha da casa do Chão do Forno, de Manuel António Antunes;
- 4) — idem e madeira da adega da eira do Ribeiro de António Antunes;
- 5) — idem, idem, da cozinha da casa dos d'Além;
- 6) — idem, idem, da casa de Manuel Joaquim Gonçalves;
- 7) — idem, idem, da casa de Ana Rosa Sarilha;
- 8) — idem, idem, de parte da casa do Trigo.

TRANSPORTE DE MATERIAIS

- 1) — Todos os modelos anteriormente referidos;
- 2) — objectos recolhidos na casa e corte do Chão, do Forno, de Manuel António Antunes, poderão ir para a casa de Manuel Antunes, em S. João do Campo;
- 3) — telha que está no Chão do Forno;
- 4) — idem, na Eira do Ribeiro;
- 5) — idem e madeira, na Eira do Jeira;
- 6) — idem, idem, e pedra da casa d'Além;
- 7) — idem, idem, das casas de Manuel Joaquim Gonçalves e Ana Rosa Sarillo;
- 8) — idem, idem, idem, da casa do Trigo;
- 9) — idem, idem, idem, da casa de João Vendego;
- 10) — pia da Portelada e Cruzes da Chão, se ainda não tiverem sido transportados;
- 11) — pia e celeiro da corte dos porcos da Casa do Chão do Forno, de Manuel António Antunes;

- 12) — se possível, transportar também um moinho para ser construído junto à ponte romana, de S. João do Campo;
- 13) — pedra de outras casas que possa substituir as pedras miúdas, nomeadamente as escadas de Vilarinho e a pedra da casa do Chão do Forno, de Manuel António Antunes;
- 14) — fonte do Outeiro;
- 15) — talha da capela de Vilarinho.

Objectos adquiridos a título oneroso

- 1) — máquina fotográfica e «flash»;
- 2) — três fitas magnéticas;
- 3) — dois ficheiros para negativos;
- 4) — cerca de 200 «slides»;
- 5) — idem, de 300 fotos;
- 6) — arado de Manuel Esteves Barroso;
- 7) — vários objectos de João Pereira Real;
- 8) — foles de ferreiro e máquina de fiar, de António Rodrigues;
- 9) — vários objectos de Manuel António Antunes e Maria das Dores de Azevedo Barroso.

Objectos doados

Moñelhas, reque-reque, gamelas, imagens, abanadores, colheres, lanternas, pás de fornos, rodos, férreas, sacholas, enxadas, vestuário (camisas, aventais, saias, saiotes, lencos, coletes, peúgas, meias, nágoas, xailes, carapuças, aventais das costas, etc.); louca (tachos, almotolias, cântaros, panelas, baldes, cabacas), coróca, arcas, pratos de manteiga, jugos, tamancos, canecas, pesos, peneiras, crivos, tabaqueiras, candeiros, espingardas, mantas, relógio de sol, candeiros, sarilhos, dobadeiras, rocas, espadelouros, espadelas, macas, masseiras, ferros de marcar o gado, sarroncas, rendas, cestos, carros de bois, polainas, cardás, sedeiros, cadeiras, alminhas, escanos, potes, camas, bancos, chocalhos, arado, corticos, gadanhas, mó da antiga fábrica de vidro, cremalheiras, lavatórios, relógio de sala, caravelhos, malhos, caixa da Junta, grades, chaves, portelos, bancos de levantar erva, mascotos, foles, foi-

cinhos, tralhos, tesões, roda de fiar, taleigas, louceiros, caixotes do sal, galheiros, malhos, caldeira, rodilha, prensa do lagar, escadas de galinheiro, segadores das couves, etc.

Presentemente, em 1979, tanto o Parque Nacional Peneda-Gerês como a Secretaria de Estado da Cultura, estão interessados em colaborarem conjuntamente com o Município para levarem a bom termo a constituição e funcionamento do presente Museu. Para isso esteve ultimamente, em S. João do Campo, a etnóloga Margarida Ribeiro que se certificou, no local da sua concretização, para o que deverá apresentar o seu relatório àquela mesma Secretaria de Estado.

A CASA, O ALIMENTO E O TRAJO

Esta triângulação casa, alimento e trajo, dariam assunto e fonte inesgotável, para deles se extrair e escrever uma admirável Monografia.

Desde o abrigo pastoril, primitivo, construído nos nicos da serra, até aos velhos solares (referir-se-á ao Concelho. Vaz-Osório da Nóbrega, no 3.º tomo, de sua obra, em curso, Pedras de Armas e Armas Tumulares do Distrito de Braga») e às casas simples dos moradores dos lugares que formam este Concelho, não falando já da habitação moderna com arrebites de modernidade, testemunho da urbe, dariam um interessante estudo a fazer.

No geral a casa¹ é térrea com as cortes do gado ou ao lado, ou, nas casas onde há um piso, por debaixo dele, guardando-se também, ali as alfaias agrícolas. O colmo tem sido substituído pela telha, de tipo francês mais bela² aos nossos sentidos. Exteriormente há escadas e, nalgumas casas não são raros verem-se os alpendres, muitas vezes, ensombrados pelas ramadas atrevidas das vides que bracejam à procura de espa-

(1) Arqt.º José Almeida Bento, «Casa Gereslana» — Tese do seu exame final na Escola Superior de Belas-Artes, do Porto, (Porto, 1963).

(2) «Casas feitas de pedras de esquadria sòmente com as juntas revestidas de cimento... São conhecidas por «Casas a Perplanho» — feitas de pedra de esquadria, umas em cima das outras. Conforme se faz com as paredes de tijolo simples. Para essa espécie de construção não se gasta argamassa de barro, pois um pouco de cimento e areia resolve o caso». Do livro «Minho - Dossel de Portugal», (Rio de Janeiro, 1965).

das terrasboureuses, as suas paredes são de granito, acimentadas. Poucas janelas. Ambiente um pouco austero, lá dentro, onde reina um viver simples, mas onde também, certamente, encontramos acolhedor bem-estar ao lume de uma crepitante lareira.

ALIMENTAÇÃO E TRAJA

A alimentação é também repleta de simplicidade, o caldo e o conduto, regado por um saboroso vinho verde, espumante, de cor rosada. Na salgadeira um bom presunto, bem curado, e no quinteiro horta e galináceos para o que der e vier. O pão de milho, as batatas e o feijão, continua a ser o tradicional prato forte do serrano. O café, como início de refeição é, agora, mais usado, do que antigamente.

Porém, como são bons cozinheiros, são famosas as suas



Um traje que não morreu ainda muito usado pelos terrasboureuses, para abrigo das intempéries, a conhecida coroaça

co. As paredes, robustas, são de granito, acimentadas. Poucas janelas. Ambiente um pouco austero, lá dentro, onde reina um viver simples, mas onde também, certamente, encontramos acolhedor bem-estar ao lume de uma crepitante lareira.

Porém, como são bons cozinheiros, são famosas as suas



Grupo folclórico em actuação

«papas de sarrabulho», as trutas fritas, o saboroso arroz de lampreia, a vitela de todas as maneiras, tenrinha, e que se come por guloseima, o arroz de frango a fugir, e tantos outros ágapes, acompanhados de bom verdasco, e depois, rematado por óptima bagaceira da região.

Finalmente, quanto ao vestir, perdeu-se muito o seu típico trajar. Hoje, há certa relutância em continuar a permanecer o que durante muito tempo subsistiu às modas e aos maus gostos importados. Só a coroa de juncos usada pelos pastores para os abrigar das intempéries e o avental de ombros, mantidos ainda pelas mais idosas, são como um rescaldo de uma tradição que se perdeu e morreu nas gentes.

Quando nos lembramos da indumentária de outros tempos causa-nos certa saudade, e, ao mesmo tempo, penaliza-nos bastante, pois o trajo é uma nota saliente da personalidade de um povo e serve de cartaz turístico. Quando um dia em toda a parte for tudo igual, o turismo, acabou-se. O homem não tem mais necessidade de se deslocar. É a sua morte aparente...



Grupo folclórico (de Covide)

Mas voltando ao antigo, nestas paragens, os homens vestiam camisas e calças de estopa e linho e casacos e polainas de burel, que eram pacientemente, executados aos serões pelas mulheres, da lã dos carneiros por elas fiada e tecida. Igualmente se confeccionavam as mantas das camas, afluadas em Santa Isabel do Monte, onde existia para isso, um fulão, em Campos Abades, propriedade da casa do Fulueiro.

O linho era cultivado e, depois de todas as voltas para chegar ao tear, era manufacturado, fazendo dele as roupas interiores e exteriores.

Também as mulheres vestiam camisas de estopa e linho, saias de tomentos, lenços de cabeça, meiuucas, tudo por elas tecido e fabricado. Unicamente o que era comprado era o colete e o avental de pano preto com a respectiva corpetilha. Os homens, esses, compravam feito uma casaca de pano escuro e o competente capote grande.

Outro interessante costume era o uso que faziam dos chapéus para a chuva ou para o Sol. A isto se refere Rocha Peixoto, no seu trabalho «O Trajo Serrano», Fasc. 3.º, Tomo 2.º, da revista «Portugália» (Porto, 1907): «Todos vão com os chapéus abertos à ida e à volta da igreja e a noiva, que na ida é acompanhada por alguns dos convidados, no regresso vem já com o noivo, sendo também costume, às vezes, deitarem-se fômetes durante e depois do cortêjo». É do mesmo autor, também naquela revista o artigo A Casa Potuguesa (ano V, n.ºs 141, 142).

Encerramos este pequeno capítulo com uma nota respigada do trabalho do Cónego Dr. Arlindo Ribeiro da Cunha, «Santa Isabel do Monte», a págs. 14 «Ainda assim, além da referida indumentária primitiva e da ucha ou pau de urze seco espetado na parede como processo de iluminação doméstica, são dignos de nota os gonzos de algumas cancelas, os fechos dos estábulos e das cortes de gado, bem como os abrigos de carros e de apeirias agrícolas cavados nas encostas verticais que marginam os arruados das povoações».

DESPORTO, CANTO, MÚSICA, TEATRO E DANÇA

Ao serrano não lhe sobeja tempo para se consagrar ao desporto, pois as lides do campo e o pastoreio dos gados, não lhô permitem, ocupando-o inteiramente de Sol a Sol. Pernas de aço, dê galgar os montes e de percorrer longas tiradas, por caminhos indesejáveis e perigosos, saltando aqui e além, passando valados, escapando-se pelas pedras onde a água quase as cobre resvés, ele já vai praticando, assim, insensivelmente, um salutar exercício. Mas o seu desporto predilecto é a caça, como instinto de sobrevivência. Caça, não com ódio aos animais, apenas fá-lo como um imperativo geográfico, propício a essa prática. E quando o anima a caçada ao lobo ou outro animal daninho, é para pôr à prova as suas excepcionais qualidades ráticas de audácia e de destemor, e ainda também porque vê a necessidade de o fazer a fim de preservar a capoeira do seu quinteiro.

Reparte-se ainda pela pesca, (sobretudo da truta) devido à grande abundância existente nos imensos rios e ribeiros, que cantam por todas as bandas ou, silenciosamente, marginam os seus campos ou as leiras dos vizinhos.



Grupo de futebol do Gerês

O montanhismo pratica-o todos os dias e a todas as horas pelo condicionalismo em que vive e em que o seu trabalho se enquadra, em todos os ramos da sua actividade.

Para outros, os visitantes, encontram nesta excepcional região, campos abertos para o seu adestramento na caça, caça fotográfica, na pesca, nos desportos náuticos (na albufeira), no montanhismo, no hipismo, no campismo, em tudo, enfim, que concorra para uma salutar saúde em permanente contacto com o ar puro, que a pródiga Natureza nos oferece.

O jogo do pau, a nossa esgrima, poucos já se lhe dedicam, mas em compensação jogo dos vinte está mais generalizado. Este jogo de força física em que os jogadores lançam a distância bolas de pedra a fim de atingirem um alvo, um paulito, que é dado pelo nome de **meco**. Quem atirar mais vezes o **meco** abaixo será o vencedor. Poderá ser feito individualmente ou por parceiros.

No entanto apesar da demonstração destes princípios básicos naturais para o restrito meio, Terras de Bouro só agora,

inicia-se, vagarosamente, nas práticas desportivas. As agremiações desportivas vão surgindo, e, a cada passo, naturalmente, como as cerejas, elas deverão contagiar outras, futuramente.

Em fins de 1970 previa-se a inauguração de um campo para a prática desportiva, pertencente ao Desportivo Clube Unidos de Chamoim, clube que terminou pouco tempo depois os seus dias.

Houve, em Covas, o **Grupo Desportivo de Covas**, fundado em 1965, por José Maria da Silva Ribeiro, Diamantino Viana e Júlio Cunha. Foi, então, nessa altura constituída uma comissão organizadora que além daqueles citados fundadores se juntaram mais, Manuel Baptista Dias Cracel, Manuel da Lomba Melo, Evaristo Teixeira de Oliveira, Francisco Guimarães Rocha e Domingos de Freitas. A modalidade de futebol era aquela que mais preocupava este clube, e disputando apenas jogos particulares. Mais tarde, surgiu um **campo de tiro**, (tiro aos pratos) por um grupo de atiradores terrasbourenses, de que faziam parte José Maria Barroso — um dos seus mais entusiastas e activos organizadores, falecido em 1979 — João Mendes, Manuel Afonso Novo, Manuel José de Freitas, Júlio Cerqueira, José Barreto, João Arantes, Evaristo d'Oliveira e Manuel Cracel, que figuram, naturalmente, como sendo também os seus fundadores. A inauguração oficial desse campo de tiro, deu-se em 6-VII-1969, logo a seguir à data da sua fundação, ocorrido (10-IV-1969). Os fundadores tiveram o apoio do então presidente do Município, Dr. Fernando Ferreira, e até do próprio Governador Civil, comendador António Santos da Cunha, que fôra também um entusiasta praticante desta modalidade. O campo foi equipado devidamente com projectores, máquinas eléctricas para o lançamento dos pratos, com bancadas, bar, fontenário, etc. Ali se realizaram diversos torneios que foram sancionados pela Federação Portuguesa de Tiro ao Chumbo com o concurso dos melhores atiradores do Norte. Bem situado, no lugar de Subribas, a 700 metros da sede do Concelho, este campo é servido por boa estrada, desfrutando dali uma magnífica panorâmica. Em 7-VIII-1971, foi inaugurado uma «esplanada-bar». Depois do «25 de Abril» suspendeu a sua actividade, e em Março de 1979, chamando a si a prática desta modalidade o Grupo Desportivo de Terras de Bouro.

Em 31-III-1973, surgia, em Covas, o **Grupo Desportivo de Terras de Bouro**. **Fundadores:** Padre Armindo do Céu Macedo Lourenço, Albino Machado, Manuel Baptista Dias Cracel, Diamantino de Oliveira Martins Viana, João Manuel da Silva Arantes, Júlio Amorim Cerqueira e José Maria Martins. Os Estatutos datam daquela ocasião. Porém, a escritura para a sua legalização só se efectivou em 21-VIII-1978. A sua **directão** actual que vem já desde 25-IV-1978, é formada: Padre Armindo do Céu Macedo Lourenço (presidente), Jerónimo Rodrigues Martins Souto (vice-presidente), Diamantino de Oliveira Martins Viana (secretário-geral), Carlos Alberto Rodrigues Pereira (adjunto), Manuel Baptista Dias Cracel (tesoureiro), José Júlio de Araújo Cunha (1.º vogal), Arlindo da Conceição da Cunha (2.º vogal), Aquilino Francisco Rodrigues Pereira e Raul Miguel de Araújo (respectivamente 1.º e 2.º suplentes); Assembleia-Geral, Dr. José António de Araújo (presidente), Dr. Viriato Capela (1.º secretário), Manuel da Lomba Melo (2.º secretário); **Conselho Fiscal**, Dr. Manuel Antunes da Lomba (presidente), Dr. José Leite Machado (secretário), Fernando Pereira Alves (relator), Albino Machado (1.º suplente) e João Manuel da Silva Arantes (2.º suplente). Possui 394 sócios, tem inscrita uma equipa de seniores a disputar o Campeonato Distrital de Braga (tendo ficado em 6.º lugar na época finda, entre 14 clubes), atletismo, só a nível juvenil, e futebol de salão (tendo obtido em 1978 o 1.º lugar no torneio de Paradelá). A sua equipa de seniores tem tido encontros com os grupos desportivos de Lovios e Antime, (na Galiza) com quem mantém relações amistosas. Em 1979 inaugurou o seu campo de futebol, Campo da Minhoteira, lugar de Bouças (Gondoriz). Este clube tem uma despesa geral que ronda os 510 contos e tem de receita apenas 390 contos.

Também no Gerês foi fundado o **Grupo Desportivo**, cuja fundação se deve a Carlos Alberto Guedes, José da Silva Araújo, Ismael Martins de Almeida, Armando de Carvalho Fernandes, Salustiano de Carvalho, Carlos Manuel Pereira Guimarães, Arnaldo Gomes da Silva, Luís de Sousa Carvalho e João Carlos Pinheiro Vieira. Mantém uma equipa de seniores, treinada por Camilo Costa, a disputar a taça da Associação de Futebol de Braga. Em Rio Caldo foi fundado um clube (14-VII-1977), denominado **Grupo Cultural Desportivo e Recreativo**. Tem futebol de salão e atletismo, e organiza



Grupo Desportivo de Covas

todos os anos a festa da criança. Mantém um campo de futebol de salão e possui um terreno para campo de futebol. Projecta-se a construção duma piscina, dum bar e a formação de um clube naval. No Salão Peroquial projectam-se filmes aos sábados.

Em Chorense foi criado o **Grupo Desportivo e Recreativo**, para o qual a Direcção-Geral dos Desportos subsidiou com 90 contos para a ajuda da construção do campo de futebol e balneário. Pratica futebol, atletismo, voleibol e andebol. No seu salão dá filmes, bailes e diversões.

Na Carvalheira também a existência duma **Associação Desportiva e Recreativa**.

Ultimamente o Concelho de Terras de Bouro tem servido como prova de ralis automobilísticos, nas suas estradas difí-

ceis, em conduzir, pelo seu acidentado e corte das respectivas vias. Também, a 15-XI-1970, a Barragem da Caniçada foi cenário de provas em motonáutica, integradas no «Torneio das Barragens», e para disputa do «Grande Prémio das Vindimas» que teve larga concorrência da parte de participantes e do interesse público, que encheu por completo toda a área circunscrita às provas. A organização esteve a cargo da Secretaria de Estado da Informação e Turismo, e sob o aspecto técnico da própria Federação Portuguesa de Motonáutica, com a colaboração preciosa do Governo Civil, da Junta Distrital e Câmara Municipal, de Braga, dos Municípios de Terras de Bouro e de Vieira do Minho, da Comissão Municipal de Turismo de Braga, da Escola dos Fuzileiros Navais do Ministério da Marinha, da Companhia Portuguesa de Electricidade, da Sacor e da Cidla.

Fizeram parte da Comissão de Honra as seguintes individualidades: Secretário de Estado da Informação e Turismo, Governador Civil de Braga, Director-Geral do Turismo, Director-Geral da Cultura Popular e Espectáculos, Director-Geral dos Desportos, Director-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, Presidente do Conselho de Administração da Companhia Portuguesa de Electricidade, Presidente do Conselho de Administração da Radiotelevisão Portuguesa, Presidente dos Conselhos de Administração da Sacor e Cidla, Presidentes dos Municípios de Braga, Terras de Bouro e Vieira do Minho, Presidente da Comissão Municipal de Turismo de Braga e Presidente da Federação Portuguesa de Motonáutica.

O «I Torneio das Barragens em Motonáutica», que se efectivou em 1970, principiou em 15 de Fevereiro, com o «Grande Prémio das Amendoeiras em Flor», na Barragem do Arade (Silves), em 5 de Abril, com o «Grande Prémio da Páscoa», na Barragem do Caia (Elvas, Campo Maior), em 12 de Julho, com o «Grande Prémio de Trás-os-Montes», na Barragem do Alto Rabagão — Hidro Eléctrica do Cávado — (Vila Real, Chaves e Montalegre) e por último na da Caniçada.

A prova da Caniçada que foi muito bem disputada, por vezes com copiosa chuva e frio que se faziam sentir, num percurso de 1000 m. e num conjunto de 3 mãos de 30 minutos cada uma, teve o seguinte desfecho: Categoria Sport e Corrida — **Índice:** 1.º Manuel Alves Barbosa, 2.º — Aurélio Castelo Branco; **A Distância:** 1.º — Nobre da Veiga, 2.º — Nunes dos

Santos, 3.º — Neves da Silva; no **Índice de Turismo** venceu Fernando Nunes dos Santos. Depois de concluídas as provas realizou-se no Bom Jesus do Monte (Braga) a distribuição de prémios, dos quais faziam parte as taças: **Governador Civil de Braga**, entregue a Manuel Alves Barbosa; **Direcção-G. ral da Cultura Popular**, a Manuel João Raposo; **Direcção-Geral do Turismo** a Mário Gonzaga Ribeiro, e **Sonap** para Neves dos Santos.

Esperamos que estas iniciativas se multipliquem não só, em boa causa da propaganda desportiva, mas também como um fomentador turístico de uma zona das mais válidas e encantadoras no nosso País.

O feitio retraído do serrano não o impele muito para o cultivo do canto, da música, do teatro ou da dança, como em contrapartida se dá, exuberantemente, no povo ribeirinho. Estas suas manifestações produzem-se nas alegres romarias nas quais todos participam, e aí, sim, emprestam um colorido à festa dando largas aos seus íntimos sentimentos. Ou, então, na sua participação nos diversos trabalhos agrícolas, nas ceifas, nas esfolhadas, nas espadeladas, nas malhadas, nas segadas, nas vindimas, ou ainda quando há casamentos, baptizados, e em festividades religiosas. Na **cardada**, no geral era a rapariga que convidava os moços, e estes iam depois participar na festa apresentando-se **mascarados**. Talvez residisse nisto uma expressão teatral popular.

No geral quem canta é a mocidade. Parece mal à mulher casada ou à viúva cantarem.

A sua música de sentido coreográfico é melodiosa e agradável ao ouvido. Intervem nela diversos instrumentos, a viola chula, o cavaquinho, a concertina, o bombo, o reque-reque, a flauta e os ferrinhos. A flauta que era feita pelo pastor está a cair em desuso. «É um instrumento rústico, feito de cana, com um bocal talhado numa das pontas, em que metem um taco de madeira, para estrangular a entrada do ar. Na parte superior tem um furo junto do bocal e mais longe seis furos equidistantes. Da parte de baixo leva um outro furo. Nesta flauta, alguns pastores tocam umas músicas simples, e pouco melodiosas. Infelizmente, até os tocadores de flauta vão desaparecendo, e hoje poucos pastores se lembram ainda de levar para a serra, a que foi companheira das horas de



Banda Musical de Carvalheira (centenária)

solidão dos seus antepassados.»³ Mantém-se ainda uma banda de música na freguesia de Carvalheira.

Tanto a música como o canto notam-se, em ambos, certa influência dos típicos sons galegos, como afinal também essa influência se estende à própria dança⁴.

Quanto às danças são comuns às de outras localidades minhotas, *cana-verde*, *malhão* e *chulas*. No *vira*, há uma variante, pelo que este *vira* leva o nome do Gerês. Assim o des-

(3) Prof. Jorge Dias, «Villarinho da Furna - Uma Aldeia Comunitária», pág. 176, (Porto, 1948).

(4) Dr. Pedro Homem de Melo, «A Poesia na Dança e nos Cantares do Povo Português», (Porto, 1941).

creve o Prof. Jorge Dias, na obra já citada, a págs. 175, «Os pares colocam-se todos em bicha, uns atrás dos outros, ficando à esquerda a fila dos homens, que dão a direita às mulheres. Depois segundo o ritmo da música, os pés fazem movimentos habituais desta dança, virando-se os homens e as mulheres uns para os outros, outras vezes ficando todos virados para a fila, deslocando-se toda a coluna para cima e para baixo, de tempos a tempos, conforme as voltas da música. Se bem que seja uma dança bonita, quando bem dançada, não tem o brilho do vira solto e individual, que representa quase que um diálogo coreográfico entre o homem e a mulher; por vezes, uma espécie de luta amorosa, em que o homem procura conquistar o seu par, excedendo-se em elegância e beleza, defendendo-se esta com desdém, apoiado numa não menor leveza de movimentos.»

Além do Prof. Gonçalo Sampaio, com a sua obra «Cancioneiro Minhoto» (Porto, 1940), de Virgílio Pereira, com «Corais Gerezianos», (Porto, 1957) e do Prof. Jorge Dias, poucos mais têm estudado o Cancioneiro Serrano da Montanha Geresiana. E é pena que isso suceda.

Queremos ainda assinalar o Maestro Raúl Campos (1885-1947)⁵ que durante muitos anos dirigiu uma orquestra na época balnear do Gerês, e foi ele que compôs o hino gereziano, com letra do Dr. Acácio Tavares⁶.

Por nos parecer curioso e na impossibilidade de incluir a respectiva pauta musical, documento este que é guardado religiosamente pela Junta do Turismo do Gerês, apenas transcrevemos os versos:

(5) Por diversas vezes no jornal «Diário do Minho» citámos Raul Campos, que conhecemos e estimámos, durante as estadas que fizemos nas termas do Gerês, e depois, na capital, onde ambos residíamos, desta vez em entrevista, publicada em 14-XI-1940, com o título: «Carta de Lisboa - Dois minutos de conversa sobre música popular com Raúl Campos».

(6) Naquele mesmo jornal, citado acima, em «Crónica Ligeira do Gerez», publicada em 6-VIII-1938, referia-me, então, ao hino do Gerês deste modo: «Pois é verdade. O Gerez vai ter um hino. É autor da letra um médico que é ao mesmo tempo um artista — o Dr. Acácio Tavares.

O hino do Gerez! Um hino que será uma apoteose e, ao mesmo tempo, um canto às suas raras belezas naturais.»

Estribilho.

Ó! Gerez — terra bendita
Desta Pátria de cantigas —
Tens a grandeza infinita
Das serras em que te abrigas.

Ó! Gerez — tão pequenino
Mas no Mundo sem rival —
És um milagre divino
— Milagre de Portugal!

Trovas:

I — Farol de esp'rança e de amor
A brilhar na serrania,
Tens mudado muita dor
No calor duma alegria.
E d'Alma aberta e florida
À luz dos teus horizontes,
Guardas a fonte da Vida
Na água das tuas fontes...

II — Formosa terra de encanto,
Onde a serra é sem igual,
És o mais lindo recanto
Do jardim de Portugal.
E foi p'ra maior louvor
Do bom nome português,
Que Deus criou, com amor,
O primor dêste Gerez!»

CULTO PELOS MORTOS

Na simplicidade do viver serrano, da sua fé acrisolada nos mistérios divinos, todo este Povo mantém ainda hoje, hábitos ancestrais, bem acesos, de muito respeito por aqueles que partem desta efémera estada na terra.

Todas as freguesias têm os seus campos santos, no geral, formando uma unidade com o corpo da Igreja, à excepção do da sede do Concelho e o de Moimenta, que dela se encontram separados.

É hábito antes da saída do funeral fazerem arder o colchão que serviu em vida de quem morreu, julgando com isso, que a sua alma entra, assim, melhor, no céu. Os acompanhantes muitas vezes em vez de darem dinheiro para misas dão refeições de pão de trigo ou milho e queijo.

Quando antigamente alguém morria não cessava de tocar o sino da Igreja, só parando quando o corpo descia à campa.

Na freguesia do Monte era costume incluírem no caixão uma pequena bilha com água, pão de milho embebido em vinho e uma moeda de cinco réis.

Como se tinha que ultrapassar o rio, chamado Jordão, alguém escreveu assim este verso:

«Aí vai,
Vinho e pão
E cinco reis
P'ra passar's
O rio Jordão»⁷

Em Valdosende era escolhida a **mulher que tinha errado** que levava a oferta paroquial. Mas, em virtude da medida ser purificadora para um mal originava assim piores males, que se tornavam escandalosos. Porém, noutras localidades, recaiam nas mulheres solteiras com filhos, tudo sempre se fazia no intuito, de promover a emenda de quedas, muitas vezes, tão fortuítas.

O Dr. Reinaldo Marques do Couto, Abade de São Pedro do Souto e Visitador da 3.^a parte de Nóbrega e Neiva (1738) escreveu a respeito dos mortórios o seguinte: «Achev nesta freguesia (S. João de Rio Caldo) hum abuso nos freguezes quando sucede falecer algum, fazer-lhes **rezadas** naquelle anno, juntando-se para isso o povo, e rezadores certos, e determinados e que acabando de regar algu padre nosso costumão beber e comer fazendo alvoroço e alaridos, o que na verdade hé indigno de observancia pela presunpção de supersticiosos: e pelas desordens, que se podem seguir de semelhantes comidas e bebidas: mayormente por ineficaz o fructo

(7) António Tomás Pires, in «Revista Lusitana», Vol. X, pág. 327, (Lisboa, 1908).

daquelle dispendio para as almas, dos que falecem, he avendo como há sacrificios de um valor certo e indubitavel e infinito; portanto lembro ao Rd.º Parocho exorte a seus freguezes convertão aquelle gasto em missas ou no que cada humildemente se inclinar, e não deyxer mais observar aquelle abuso: e se de todo se não desterrar dará parte na futura visita para se ocorrer com o meio conveniente.

Lea e publique na forma do estyllo.»

Estas rezadas eram efectuadas no primeiro Domingo a seguir ao dia do enterramento, em voz alta. A família dolorosa, findo o acto, recebia quantias em géneros alimentícios ou correspondentes em dinheiro.

Em Vilarinho era hábito antes do morto sair de casa uma mulher transportava a obrada (oferta), à cabeça. Esta oferta que era entregue ao abade, constava de meia rasa de milho e meio quilo de toucinho. Era esta mulher que ia à frente do enterro, muito séria, sem mirar para trás, silenciosa, porque se não procedesse assim, poderia perturbar a alma do defunto. Também era costume corrente de quando falecia alguém acorria a sua casa um representante de cada família para velar o morto durante toda a noite, rezando trinta Padre-Nossos, Avé-Marias e Glórias. Por sua vez a família dorida ofertava-lhes bolo e no dia do saimento dávalhes pão, uma posta de bacalhau e vinho. Aqueles que botam m'issa pela alma do defunto recebem da sua família uma posta de bacalhau e broa de trigo. Durante anos permanece o luto, com ausência de festas e, até de cantar⁸.

Muito mais poderíamos escrever sobre este tema de costumes, os quais se vão perdendo desta boa gente serrana. Mas, apesar de tudo há neles ainda um profundo respeito pela alma de quem parte.

A LENDA. UMA IRREALIDADE NUM FUNDO DE VERDADE

É explicável a lenda no povo serrano. Apesar de toda a pureza de se dar de corpo inteiro, religiosamente, como nos tempos de antanho, ele, meio poético, meio pagão, acredita

(8) Prof. Jorge Dias, «Vilarinho da Furna - Uma Aldeia Comunitária», págs. 142 a 144, (Porto, 1948).

na lenda talvez como um propósito do seu isolamento a que a Natureza o votou. Depois, a Montanha, que se sobrepõe a tudo, como uma vontade natural — sonha-se acordado com a sua majestade — riscada pelos enormes penedos, esconderijos, em que as pedras transmitem-nos o seu diálogo constante, onde as feras se acoitam, espreitando as presas que lhes possam momentâneamente surgir, o perpassar dos cavaleiros fidalgos em busca das fadas dos seus encantos; as donzelas, vaporosas, pés alados, lindas, como os amores, contrariadas nas suas legítimas ansiedades do eleito do seu coração; tantos e tantos motivos para se tecerem à sua volta as lendas que aos serões são contadas e transmitidas dos avós, dos pais aos netos e, aos filhos.

Essa tradição não morrerá no serrano e, hoje, como ontem, ela parece ganhar mais foros de continuidade, mais voo de fértil imaginação. Foi o que escutámos quando cirandamos por Terras de Bouro quando a águia caía em catadunas e a neve sorria branca e límpida, como fim-de-acto apoteótico. A Montanha afigurava-se-nos tenebrosa, horrível...

De algumas lendas que precisamente escutamos àquela simples gente, formando círculo à lareira, espevitada, nós passamos ao papel. no intuito de, assim, traçarmos um pouco o perfil do terrasboureense.

PENEDO DA «FREIRA», NO MORRO DO ZANGANHO

A volta desta romântica história conta-se que uma freira fugira do convento na cidade do Porto para a serra geresiana, ao encontro do eleito do seu coração — um cavaleiro castelhano. E esse encontro ter-se-ia dado no sítio denominado «Morro do Zanganho» — hoje muito visitado por turistas — e daí teriam partido para Roma a impetrar de Sua Santidade a autorização do seu enlace. Diz-se que desta união nasceram filhos e que o Papa que era Ganganelli os teria protegido.

A este propósito fala a «Crónica de Cister», de Frei Bernardo de Brito, publicada em 1602, e, depois Cordeiro de Sousa, em 1925, por ocasião da comemoração do nascimento de Camilo, pois este grande romancista alude ao facto pas-

sado no Porto, sem contudo revelar os nomes dos dois protagonistas⁹.

Há um soneto que vem inserto no livro de Albano Belino «Inscrições e Letreiros da Cidade de Braga e algumas Freguesias Ruraes» (Porto, 1895), que reza assim:

«Passageiro! êste chão que vês diante,
Na encosta dêste monte desabrido,
Dum castelhano foi que, perseguido,
Aqui se recolheu co'a terna amante.

Quebrando por êle a fé constante,
Que havia ao espôso eterno prometido,
Trocou por ermo agreste e desprovido
Sua cela mimosa e abundante.

A era em que isto foi vai inda perto;
Mas da choça que aos dois prestou abrigo
Nem sequer um calhau se aponta ao certo.

Tudo o tempo varreu, levou consigo,
E só tradição no livro incerto
Se encontra o caso que eu aqui te digo.»

Além deste soneto temos conhecimento de outro, feito por uma aquista geresiana Zulmira Falcarreira, publicado no jornal de Lisboa, o «Diário de Notícias», de Agosto de 1913.

FLOR DE LARANJEIRA

Era hábito de um povo destas paragens quando o Senhor regressava das lutas triunfais, travadas contra os infiéis, irem-no esperar as noivas para lhes dar a boa nova da escolha dos seus noivos que haviam feito na sua ausência.

Após este episódio adiantou-se um jôvem cavaleiro annunciando-lhe que ele também fizera a sua escolha, em Adozinda, que era nem mais, nem menos, do que a própria filha do Senhor. E acrescentou que ela também o tinha escolhido para seu noivo.

(9) Padre Soeiro Mendes, «A Ver Terras», (Póvoa de Varzim, 1904).

O Senhor, apesar de ver no cavaleiro, nobreza e mérito guerreiro, não ficou porém, satisfeito, e disfarçando a contrariedade, simulou condescender, logo sentenciando esta habilidade: «simplesmente os enlaces projectados deviam realizar-se somente quando a «árvore de frutos de ouro» que trouxera agora de terras inimigas, desse tantas flores, que com elas as noivas se pudessem enfeitar condignamente.»

Todos os presentes logo compreenderam que nunca os enlaces poderiam efectivar-se, marejando-se, então, os olhos de lágrimas das donzelas e dos noivos, que atentamente o escutavam.

Procedeu-se à plantação de uma pequenina laranjeira de folhas já secas pelo tempo em que foi apanhada. Adozinda feriu o primeiro golpe na terra. As suas lágrimas e, depois, as de outras noivas que se juntaram orvalharam com os seus prantos, por completo, a terra e a raquítica árvore.

Nas seguintes noites Adozinda e seu noivo visitaram o local e, tristemente, verificavam que pouco ou quase nada a haste tinha melhorado. Porém, outras donzelas e noivos, continuamente, regavam com os seus prantos a laranjeira. Entretanto poucos dias volvidos ficaram admirados com o desenvolvimento da pequena laranjeira: ela tinha crescido, ganho flores mimosas e com elas até perfumavam o ar que se respirava. Deste modo bem depressa se deu o milagre: Adozinda e as outras donzelas, totalmente cobertas por flores daquela laranjeira enlaçadas pelos seus noivos, sob as bênçãos do pai de Adozinda. Desde, então, a flor da laranjeira passou a ser a insígnia do noivado.

Santa Eufêmia

Chamava-se Eumélia e foi uma das nove irmãs¹⁰ gémeas, virgens e mártires, natural do termo de Braga. Era filha de

(10) As nove gémeas eras: Liberata, Quitéria, Martinha, Eufêmia, Genebra, Germana, Basilisa, Vitória e Marclana.

Referem-se à sua vida: «Cuidados da Morte e Descuidos da Vida», de Boaventura Maciel Aranha (1751), «Santa Quitéria e as suas Oito Irmãs Gémeas», in «Novidades» Sup.º «Letras e Artes» de Nov.º a Abril, 1951, Mons. Miguel de Oliveira: «Dicionário Mundial de Mulheres Notáveis», Prof. Mário Gonçalves Viana e Américo Lopes de Oliveira, (1967); «Publicación Eclesiástica de España», Tomo I, Parte II, Frei Gregório Arguez (1668).

Lúcio Catílio, Governador da Lusitânia e Galiza, e de sua mulher, Cálcia.

Quando Cálcia tivera as nove gémeas, Lúcio encontrava-se em Saragoça. Impressionada com este parto, temendo que o marido a julgasse mal, Cálcia ordenou a Cita, sua criada, que deitasse as recém-nascidas ao rio. Porém, Cita não procedeu assim, e antes as entregou ao Arcebispo para que ele as fizesse cristãs. Lúcio, soube-o quando regressou de Saragoça, e logo mandou chamar as crianças e inquiriu delas a sua filiação e as suas crenças religiosas que professavam. Inteirado de tudo e confessada a falta de sua mulher, foram elas recolhidas num quarto do palácio de Lúcio, a fim de no dia seguinte, chamadas à sua presença, optassem pela religião católica ou pelas divindades pagãs. Foi nesse cruciante momento que apareceu às nove meninas, um anjo, que lhes disse do perigo em que se encontravam. Eufêmia fugiu e encaminhou-se imediatamente para a cidade de Onobriga, na vertente galega da Portela do Homem permanecendo no local onde hoje é Vila Meã. Por alí se quedou vivendo de esmolas dos pastores, até que nas perseguições feitas aos cristãos em Onobriga, Eufêmia dirigiu-se para lá, para compartilhar da sorte daqueles.

Foi presa e como depois de violento interrogatório ela se mantivesse com propósito de não abandonar a sua Fé, no Catolicismo, levaram-na a um alto da montanha e lançaram-na impiedosamente. Quando o seu corpo se ia esmigalhar contra um maciço granítico, os rochedos, condoídos se amolgaram abrindo uma cavidade em que ela coubesse. Os seus algozes enfurecidos com o que acontecera, deceparam-lhe a cabeça num golpe de espada, e enterraram-na. Em 1090 piedosos viandantes encontraram o cadáver de Eufêmia já mumificado e fizeram-no transladar para uma ermida local e dali para a catedral de Orense, onde se encontram as suas relíquias. Ao mesmo tempo a rocha onde Eufêmia caíra começou a brotar dela uma puríssima água, a famosa água que corre mundo e tem sanado e continua a fazê-lo aos males do fígado. Por isso em sua intenção foi erecta uma capela nas Termas, designada como padroeira do Gerês e a Santa de grande devoção dos hepáticos. Podemos ler na peanha da Imagem o seguinte: «Santa Eufêmia-Mandada encarnar pela Comissão dos festejos ao Santo António de 1888, presidida

pela Exma. Senhora Viscondessa de Barreiros-Braga, 25-IV-1891 custo 20 000.»

PAÇO DA MOURA

Conta-se como originária, de Brufe, esta poética lenda de mouras encantadas. Diz-se que só é revelada na madrugada de São João. Ela aparece nesse momento e, diz-se, que ela habita o «Paço da Moura» onde está a catadupa.

Há muita gente que afirma tê-la visto, mas até agora não houve ninguém que se atrevesse a resgatar aquela moura do seu palácio encantado, tão encantado como o sonho que se esvai quando nós acordamos...

O LOBISOMEM

Esta história parece ter sido passada em Vilarinho da Furna que passamos a transcrever:

«A casa do pastor Cancela, vinha, às vezes, um lobisomem em forma de reixelo (bode), que perturbava a sua tranquilidade, pondo os animais em sobressaltos e causando prejuízos.

O Cancela, que era homem decidido e pouco para medos, escondeu-se, uma noite, entre o centeio, com um **cutelo** (cutelo), e esperou até o reixelo chegar. Quando este veio, e passou aos saltos perto dele, atirou-lhe o cutelo com tal força, que o chão no dia seguinte estava tinto de sangue; mas nem vestígios do reixelo nem do cutelo. O Cancela procurou e matutou no caso, durante muito tempo, mas por fim desistiu e esqueceu-se do sucedido.

Passados tempos, o Cancela foi comprar reses por outras terras e, na casa de um negociante de gado, viu um cutelo igual ao seu, o que o espantou bastante, pelo que perguntou ao homem, onde é que ele tinha adquirido aquele cutelo. Mas o homem não lhe respondeu, e convidou-o a comer com ele, indo-se ambos deitar em seguida.

No dia seguinte pela manhã, o homem foi buscar a **res** (cabras) que o Cancela queria comprar, e não quis dinheiro pelos animais, dizendo que lhos dava em paga dele lhe ter

quebrado o encanto, pois já não voltava a transformar-se em reixelo depois do Cancela o ter ferido».

AS BRUXAS

Também esta história trás a procedência de Vilarinho que se conta do seguinte modo:

«Um vaqueiro, chamado Manuel Guedes, ia certa tarde pelo caminho das Ladeiras, quando veio uma mulher montada num burro ao contrário; com a cara virada para o rabo e com muitas galinhas à volta dela.

Quando o Guedes se aproximou o grupo transformou-se em duas lindas mulheres, muito bem vestidas, que começaram a dançar à volta dele, e o queriam levar.

O Guedes aflito benzeu-se, e tudo desapareceu como por encanto.»

UMA HISTÓRIA DE MOURAS

Num diálogo curioso entre o Dr. José-Augusto Vieira e um pequeno guia que o acompanhou na excursão pelos montes de Terras de Bouro, ao passarem por Cibões:

— Que ermida é aquela que de há tanto vem connosco?

— É a do Sto. Amaro, pertence a Cibões... passa lá o rio num encanamento feito pelos mouros por debaixo da terra, mas ninguém lá vai.

— Então porquê?

— Isso sim — ! Ficava-se logo tolhido; era morte certa, se as mouras vissem a gente; minha avó e meu pai mesmo quando eu era pequeno, vieram viram um dia duas a passear cá na ribeira.

— Mas não morreram?

— Porque deitaram logo a fugir e minha avó rezou o credo em cruz; e bom foi também elas não os avistarem...

— Eram bonitas as mouras?

— Isso é que eu não sei; mas meu pai inda se lembra que vestiam como os padres nas missas cantadas, tudo de ouro!... São muito ricos os mouros, mas ninguém sabe das riquezas deles!

Acrescenta o Dr. José-Augusto Vieira: «O leitor ficou sabendo destas informações sinceras do rapasito que há pelo

menos em Cibões mouros encantados, que tiveram o capricho de soterrar o Homem...»

O tal encantamento, diga-se, não passa de sumidouro natural da corrente do rio, que a uns 90 m. abaixo aflora de novo ao seu alveo.

CRENDICES POPULARES

Além de **termos** que os serranos se servem, alguns deles, depois, foram recolhidos pelo dicionarista Dr. Cândido de Figueiredo e também pelo regente e escritor Guilherme Felgueiras, há igualmente uma série curiosa de **crendices e ditados** que mantêm vivos no seu espírito.

Assim, pela noite do Natal, ao bater a meia noite, costumam ir às portas com uma acha a arder. E conforme o vento lhe dá logo diagnosticam o preságio do tempo que há-de fazer, se é do lado norte, o ano vai frio, e nesse caso eles dizem que «nem mata, nem cria»; se é da banda do nascente, é de «chuva de repente»; se é do lado do poente, apresentar-se-á, «invernoso», chuva fria.

Igualmente àquela mesma hora costumam ir às cortes do gado para verem a posição tomada pelos bovinos e segundo a cabeça do animal estiver voltada para os pontos cardiais assim acontecerá o que vier a dar-se.

Se na lua de Janeiro dá trovões «quem ficará governado para o resto do ano será o lado de onde da primeira vez rugir o trovão, ficando prejudicada a indicação das temporadas, se não houver concordância com ela.»

Por acharmos curioso trasladamos para aqui alguns **ditados** que os serranos continuam a usar:

- «Ano de nevão, ano de pão»;
- «Janeiro, gieiro, não deve molhar o rabo ao gato»;
- «Fevereiro, febras de neve e não de messe»;
- «Vai-te Fevereirinho curto, que me deixaste os meus bezerros todos oito...»;
- «Lá virá o meu irmão Março, que dos oito fará quatro e ainda meu primo Abril, que levará os couros a curtir»;
- «Março-pelarço» (não se devem largar os abafos, nem tão pouco tosquiari animais);

- «Março-onde quero que eu pasto (o gado)»;
 «Abril, abre a porta e deixa-me ir» (referindo-se ao gado que indo para a serra já tem pasto em abundância);
 «Maio-louro, coberto de ouro. Há-de beber o boi no rego da (lavoura)»;
 «Ruim é o Maio, que não rompe uma crossa»;
 «Junho amoroso faz o ano formoso»;
 «Em Agosto queimam-se os montes»;
 «Em Setembro secam as fontes»;
 «Em Outubro secam fontes e tudo»;
 «Em Outubro colhe tudo, verde ou maduro»;
 «Quando o Cabril tem touca, temos chuva muita ou pouca»;
 «Névoa na Curvaceira, chuva na eira»;
 «Nevoeiro na serra, chuva na terra»;
 «Os feijões para darem bem devem ser semeados na primeira sexta-feira de Março»;
 «Só são bons, ou são melhores para botar, ou deitar, os ovos da postura depois da Páscoa, porque já são carnaís»;
 «SSS (Sol, sereno e saias) proibição para quem beba as águas medicinais do Gerês.

Bibliografia: A. Rocha Peixoto, «Formas da Vida Comunalista em Portugal», (Lisboa, 1908) e António Sousa e Silva «Notas Etnográficas-Folclore», (Braga, 1948).

ALGUNS VALORES DE TERRASBOURENSES

Gostaríamos de dar uma completa lista de nomes dos terrasbourenses que mais se salientaram no panorama da vida nacional. Alguns destes nomes que figuram aqui foram obtidos ou através de publicações ou por intermédio dos próprios naturais, aquando da minha permanência na sede do Concelho. Certamente que entre a gente de algo que noutros remotos tempos constituíram solares nestas paragens hajam nomes que muito ilustraram a nossa Pátria. Muitos dos seus donatários formaram família, e dessa prole teria havido nomes que muito se revelaram, depois, em feitos de vária ordem. Mas tudo se encontra vagamente na penumbra

dos Arquivos e no esquecimento das mentes, sem uma ideia precisa, concreta. Por isso, registamos apenas o que pudemos, dificilmente, obter.

Padre Manuel Martins Capela (1842-1925), professor e arqueólogo eminente, natural da freguesia da Carvalheira, citado muitas vezes nesta Monografia, autor de notáveis trabalhos de arqueologia e epigrafia, dos quais um dos mais importantes é o seu «Miliários do Conventus Bracaraugustanus em Portugal» (Porto, 1895) e «Oportunidade da Filosofia Tomista em Portugal», (1892). Despojou-se, em vida, do que tinha para dar aos pobres e consagrou-se, na sua terra natal, a obras pias. O Cónego António Luís Vaz dedicou-lhe um livro intitulado «Mestre e Precursor» (Braga, 1942); Dr. Paulo Marcelino Dias de Freitas, Deputado da Nação; Conselheiro Dr. Antas de Barros, Desembargador no Porto; Prof. Emídio José Ribeiro, (1910—), natural do Gerês, exercendo o magistério na Faculdade de Medicina do Porto; Dr. Manuel José Antas de Barros; Prof. Manuel Augusto Esteves de Aguiar, professor de russo na Universidade de Coimbra; Mons. Paulo António Antunes; Dr. José Vicente Taveira Catalão, natural de Covide; João Aguiar de Campos (1949 —), sacerdote e chefe da Redacção do «Diário do Minho», de Braga; Dr. José Viriato Eiras Capela (1955 —), assistente da Faculdade de Letras do Porto; Padre Luís F. Lima Esteves, director do jornal «A Voz Portuguesa», que se publica em Ontário, no Canadá; Padre Dinis Xavier Machado (— 1948); Padre Manuel Abreu Araújo Malheiro; Adelino Alves Cracel, (1904—), natural de Chorense, industrial de relojoaria no Rio de Janeiro; Comendador Manuel José de Carvalho, natural da Carvalheira; Dr. Artur Adriano Arantes; Dr. Francisco Xavier de Araújo; Adelino da Conceição Dias; Dr. Álvaro Esteves Pereira, médico no Hospital de S. João do Porto; Padre José Joaquim e Cónego Dr. António José Pires Dias de Freitas (— 1934), irmãos, ambos da Casa do Passadiço (Covide), o último foi capitular da Sé, Desembargador da Relação Eclesiástica, Promotor de Justiça, Oficial da Cúria e Governador da Arquidiocese de Braga na ausência do Prelado; Padre Domingos José da Costa Araújo (1871-1957) da Casa do Vale, foi além de professor do liceu de Vila Real, de diversos colégios particulares nesta cidade transmontana e ainda em Ermezinde, Guimarães, etc., colaborou na organização dos estudos «Dispersos de Martins

Sarmento», na «Revista de Guimarães», «Notícias de Guimarães» e «Diário do Minho»; Padre Domingos de Sousa, S. J. (1555-1608?), missionário do Padroado Português do Oriente tendo morrido na Índia, além de professor de Gramática escreveu na língua «bengali» um **Catecismo** e um **Tratado da Doutrina Cristã**; Dr. Joaquim António Correia (Séc. XIX), natural de S. Paio da Carvalheira tendo iniciado os seus estudos de Cirurgia na extinta Escola do Hospital de São Marcos, de Braga, fundada pelo Arcebispo D. Frei Caetano Brandão, escreveu um novo **Tratado de Higiene** (Braga, 1857), famoso pelas suas felizes intervenções cirúrgicas; Dr. João Gil Baptista Antas de Barros, médico em Cerveira; Eng.º Agron.º António José Antas de Barros, em Vila Pery, em Moçambique; Dr.ª Maria José Creissac de Freitas, directora da Escola Preparatória de T. de Bouro; Dr. José António Araújo, Advogado e professor do ensino secundário em Braga; Dr. José Tomé Gonçalves Dantas; Dr. Manuel Tomé Dantas, sociólogo; Drs. Amadeu da Costa Aguiar e José Leite Machado, conselheiros do SNE; Dr. Armando Rocha Marques, do Ministério Público; Dr. Artur Marques; Dr. João Antunes Lopes, professor do ensino liceal; Dr. Adolfo Lopes Mendes; Dr. Manuel Antunes Lomba, director regional do SNE, em Braga; Dr. António de Oliveira Antunes, conselheiro do SNE; Frei Bernardo e Bento Domingues, sociólogos (x); Dr. João de Jesus Antunes da Silva, professor liceal; Dr. Severino Araújo Xavier; Dr. Manuel Fernandes Lopes; Dr. José Fenandes Lopes; Dr. José Lopes Gonçalves; o casal Eng.º de Minas Vitor Manuel Cardoso Gonzalez e Dra. Maria Antonia Carmo Machado da Silva Gonzalez, ambos do Gerês; Eng.º Electrotécnico Manuel Baltazar do Carmo e Silva, agora a especializar-se na Suécia; Dra. Maria Luísa Maia da Costa (1936—), natural do Gerês, professora de Germânicas no liceu de Quelimane (Moçambique); Augusto Pereira de Almeida Maia, condecorado por feitos praticados no Ultramar quando pertencia às forças

(x) Domingues, Frei Bernardo, (1931—) e seu irmão Frei Bento (1934—) ambos dominicanos. O primeiro dedica-se ao ensino da Psicologia e Teologia. Foi reitor do I. S. E. T. do Porto (1971-1974). O segundo prepara (1979) a sua licenciatura em Roma. Ensina Teologia. Ambos têm colaborado na Imprensa, Rádio e Televisão.

Aéreas da base de Negage; Luís Maia, funcionário superior da Companhia da Zambézia, morto pelos indígenas e enterado nas imediações de Tete (Moçambique) entre 1910 a 1911; Elídio Guimarães, proprietário da «Estalagem», em Castelo de Vide; Arnaldo Guedes, industrial de hotelaria na Costa da Caparica (Almada); Antonino Pires Lages, proprietário da «Litografia do Minho», em Braga; José António Martins Capela, avô paterno do Padre Manuel Martins Capela, citado acima, alferes da companhia que a freguesia de Covide dava ao regimento de Milícias da Barca; José Maria Barroso, (— 1979) farmacêutico; Padre José António da Silva Cosme, Capitão-capelão das Forças Armadas tendo estado em Angola e Moçambique nas lutas contra o terrorismo naquelas nossas duas ex-províncias ultramarinas e Dr. Fernando da Silva Cosme, ambos naturais de Chamoim; Gabriel de Almeida Maia, (1892-1965), natural do Gerês, jornalista, tendo pertencido ao quadro redactorial de «O Primeiro de Janeiro», onde foi sub-chefe da Redacção. Anteriormente chefiou a Redacção do diário bracarense «Ecos do Minho» e pertenceu, também, à Redacção do «Jornal Notícias», do Porto; Visconde de São Domingos, Domingos José Dias, natural de Chorense, da Casa de Penela, residente no Pará; Francisco Estêvão de Almeida Maia (fundador dos hotéis «Luso-Brasileiro» e «Maia», o primeiro, em 1879, o segundo, em 1883); Júlio de Almeida Maia (1882-1922); Augusto Sérgio de Almeida Maia, continuador de uma dinastia hoteleira e autor de diversos trabalhos acerca da sua terra natal (Gerês); Baltazar Domingues da Silva e seus filhos, António (1912-1917) e Ernesto (dedicados à hotelaria geresiana); Álvaro José Ribeiro, que desempenhou durante largos anos serviços de responsabilidade na Empresa das Águas do Gerês e que dirigiu com sua esposa, D. Deolinda Ribeiro, a «Pensão Gereziana»; António Joaquim Ribeiro, Virgílio Ribeiro e outros membros desta família que tanto trabalharam pelo engrandecimento hoteleiro geresiano; João Ribeiro, grande batalhador que ergueu pelo seu trabalho e prestígio que hoje aufere dotando com a sua quota-parte a hotelaria geresiana; Adelino Conde Dias, José Araújo, além de outros esforçados trabalhadores, muitos deles ignorados, e que ou no Gerês ou fora dele mantêm ramos da actividade hoteleira, pastelaria e outros afins.

Alves, Dr. Domingos (1948—) professor liceal em Gui-

marães; **Araújo**, Dr. Severino António (1941—), médico em Coimbra; **Lopes**, Dr. Manuel Antunes (1945—) e seu irmão, Dr. Salustiano José (1949—), ambos médicos; **Gonçalves**, Eng.º José Luis (1942—), silvicultor ao serviço do Parque Nacional Peneda-Gerês, todos naturais de Rio Caldo; **Pires**, Dr. Antonino Pereira (1949—), de Vilar da Veiga, professor liceal; **Gonçalves**, Dr. José Martins (1949—); **Alves**, Padre José da Silva (1942—), pároco de S. João da Cova, Loredó e Ventosa; **Pires da Silva**, Padre Manuel, S. J. (1915—).

Apenas mais uma palavra final que endereçamos o todos aqueles que não sendo terrasboureenses têm contribuído, eficazmente, para o seu engrandecimento. Através destas páginas foram assinalados alguns nomes que julgamos não dever repetir agora. Talvez esquecéssemos de alguns, omissão feita pelo seu inteiro desconhecimento, para aos quais rogamos o nosso perdão. Lembramos neste final dos nomes que nunca foram citados nesta Monografia: o súbdito alemão Emílio Biel, que fez do Gerês a sua terra adoptiva, o iniciador, ali da luz eléctrica, quando era um luxo a electricidade, e Francisco Gomes Marques, um homem curioso de engenhosa habilitade que para entreter a ociosidade de o aquista engendrou o primeiro cinematógrafo, do tempo do **mudo**, gerado por uma turbina, e que além disso era ele próprio que se desdobrava em tipógrafo publicando os progamas das películas, que fazia exhibir. Além destas qualidades exteriorisava outras, na fotografia (dizia que tinha sido fotógrafo de suas Altezas Reais) e na arquitectura. Também é justo salientar a grande contribuição dada ao Gerês pelos prestimosos fotógrafos, entre-outros, de Alvão, Marques de Abreu, António Gonzalez e Santos Lima.

Nota: A Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, no Vol. XII, a págs. 347, indica o 1.º Visconde do Gerês, Guilherme José de Barros, proprietário, que residiu em Cameté, no Estado do Pará. D. Luís I concedeu-lhe este título por Decreto de 23-VIII-1886. Será ele natural do Gerês? Ou estará ligado por obras ao Gerês?

O QUE DISSERAM ALGUNS DOS JORNAIS E REVISTAS DO TERRAS DE BOURO E O SEU CONCELHO

Sem obedecermos a quaisquer regras de ordem cronológica ou abecedária, começemos pelo «Diário Popular», no seu suplemento de «Letras e Artes», 17-II-1971, na rubrica «Livros Escolhidos» do Dr. Ruben Andressen Leitão:

«Terras de Bouro e o seu Concelho», por A. Lopes de Oliveira. Edição da Câmara Municipal de Terras de Bouro, 1972 (192 páginas).

«O Gerês está em Terras de Bouro — este é o aviso de grandeza que se transmite ao leitor. O Gerês é de escala cósmica, quem lá foi alguma vez, quem lá panoramou a Natureza e sentiu o impacto, nunca mais deixa a alma colada a outras paragens — recordo Ramalho Ortigão, e mais modernamente o genial Miguel Torga nos seus apontamentos *Diários*. Penetrar naquele universo é descobrir um sentido inédito na própria sensibilidade humana, — e foi preciso um novo Governo em Portugal para ter a coragem de criar, nessas montanhas e rios, um Parque Nacional, realidade que marca definitivamente uma época, que tributa louvores e homens — como Vasco Leónidas — que viveram o momento do já na protecção da Natureza e dos seus recursos.

É preciso ajudar estes homens de coragem, lembrar-lhes que a Ribeira Lima necessita imediatamente, urgentemente, instantaneamente de ser protegida dos vandalismos semiurbanos que está a sofrer. E haverá coisa mais idílica do que o velho Letres?

Terras de Bouro! Sentinela de freguesias que adormecem distantes, no mágico da beleza. Entrar no Gerês é penetrar num santuário, palmilhar na tranquilidade do momento, no observar das plantas, no ouvir de todo um cosmos que está ali para nos lembrar da essência verdadeira das coisas. «Esta terra de boyro jaz entre o Homem e o rio Cávado; é terra sem vila nem castelo, e mui fragosa de serras e montanhas e sem nenhuma povoação junta; e tem de termo, ao longo do rio Cávado, com que parte e que vai entre esta terra e a ribeira e concelho de Soaz, três léguas; e daí pelo rio Caldo à Portela de Leonte, uma légua, que é entre esta terra e Barroso e Galiza; e corre entre Galiza e Portugal té à Portela do Homem, três léguas de extremo com Galiza;

e torneia pelo rio de Homem abaixo té o couto de Souto, que jaz dentro nesta terra; e das outras jaz Regalados (o famoso Pico de Regalados, tão notório na época liberal); e abaixo, o concelho de Antre Homem e Cávado.

Bouro — terra antiga **Boyo** já vem mencionado nas «Inquirições», de 1258, teve 70 freguesias, hoje conta dezassete, algumas de nomes bem aquilinescos — Chamoim, Brufe, Cibões, Gondoriz, Covide, Valdozendo, Vilar da Veiga! Brufe é terra dos Abreus, descendentes dos reis de França! Aqui vieram parar, acompanhando o conde D. Henrique, Senhores da Torre e Casa dos Abreus da Grade; e a heroína de Monção — bem testemunhada em estátua — Deu-la-Deu Martins. era mulher de D. Vasco Abreu, Governador da Praça Militar de Monção e parente da rainha D. Leonor. Aquele mundo de Portugal vive de pergaminhos na genealogia e na natureza. São conhecidos os **carvalhos** gerezianos, mais ainda o azereiro, o azevinho, o medronheiro, o milriteiro, o bordo, o vidoeiro, o teixo, o pinheiro bravo e silvestre — ainda o zimbro.

A. Lopes de Oliveira empresta todo o seu entusiasmo e estudo a bem elaborada monografia, e recorda o livro básico de António Jorge Dias sobre «Vilarinho da Furna e Sua Obra Comunitária». Jorge Dias foi o primeiro etnólogo português a lancar-se na pista europeia do estudo científico, dentro do vasto esquema da observação «in loco» das vidas comunitárias. Recordo aqui Vilarinho da Furna, pois é uma terra que está a desaparecer agora mesmo com a inundação das águas que vão formar nova harragem no sopé da montanha do Gerês, houve que sacrificar uma talhada da Natureza. Mas bastou, não há mais o Parque Nacional do Gerês é o primeiro Parque Nacional de Portugal Europeu. E é preciso correr para salvar o que ainda está para ser salvo, e talvez por requerimento...

Frei Bernardo de Brito, na sua obra «Geografia Antiga da Lusitânia» informa que naquelas terras há grande número de veação, como sejam cabras selvagens, corcas, porcos monteses, veados e alguns ursos. Informa Lopes de Oliveira que o último urso abatido no Gerês foi em 1650 e que o derradeiro exemplar de cabra montês capturado foi em 1890. e encontra-se no Museu da Universidade de Coimbra. Hoje, naquela reserva fabulosa ainda podem ver os corços, os java-

lis, lontras, fuínhas, águias reais, garranos selvagens, charrelas (perdiz cinzenta), martas, texugos, bufos, muitas aves de rapina, mundão de que os olhos ficam espectacularizados. As magnânimas reservas do Gerês — integrais, naturais, turísticas e paisagísticas — ficam a salvo. Sabemos que estamos aos poucos a tomar consciência de que há homens válidos, mas há muito na fossa do esquecimento — é preciso que a nossa ajuda venha em seu auxílio para lhes facilitar a missão. Vasco Leónidas fez a arrancada, são precisos mais parques à escala europeia! — Ribeira Lima — o Douro — parte da Região Beirã, ali nos Altos de Portalegre — e o Parque Nacional que fronteira o Reino de Portugal com o Reino dos Algarves. São redutos que não foram barbarizados. Temos de estar atentos na defesa, é uma eternidade que se prolonga no seu verdadeiro significado.

Terras de Bouro — informações preciosas trazidas por Lopes le Oliveira num desejo invulgar de dar valor ao que merece ser conhecido, e na esteira de outros trabalhos monográficos, todos arquitectados com estima e vontade de transmitir conhecimentos. Talvez este seja o mais equilibrado e de maior bagagem bibliográfica, assim faz recordar — e importa para a história do jornalismo — a publicação há pouco dada a lume sobre o primeiro jornal bracarense — «O Cidadão Philantropo» de Abril de 1836!»

TERRAS DE BOURO E O SEU CONCELHO MAIS UM LIVRO DE A. LOPES DE OLIVEIRA

O Padre Domingos Silva Araújo, director do Diário do Minho, em 16-X-1971, escrevia:

«Terras de Bouro não é um concelho qualquer. Destaca-se dos demais pela beleza paisagística do Gerês, onde foi criado recentemente o Primeiro Parque Nacional da Metrópole; pelo ineditismo bucólico de Vilarinho das Furnas, a aldeia que uma barragem condenou à morte, pela intensa vida religiosa em torno do santuário de S. Bento, um dos mais concorridos centros de peregrinação do Norte do País; pela nova fisionomia que diversos aproveitamentos hidroeléctricos vieram dar à região. Bem andou, portanto, A. Lopes de Oliveira, escritor e jornalista de reconhecidos méritos, em escrever-lhe a história, para, assim, dar a conhecer Terras de Bouro ao resto do País. Ao longo de cêrca de trezentas páginas cruzamo-nos com a segurança e a minúcia do historiador, a atenção do cronista, a beleza literária do escritor, a sensibilidade do homem.

Escutando-o nas suas mais diversas facetas, Lopes de Oliveira apresenta-nos o Concelho de Terras de Bouro na sua geografia, no seu factor humano, nos seus costumes e tradições. O texto é enriquecido com várias gravuras, algumas delas de um notável valor artístico-documental como a colecção de desenhos de Luís de Campos sobre o que foi a vida em Vilarinho das Furnas. A capa e contracapa apresentam uma curiosa vista aérea desta extinta aldeia e o Autor é-nos apresentado mediante uma caricatura do Dr. José Craiveiro.

Terras de Bouro encontrou o estudioso que merecia e a bibliografia minhota ficou notavelmente enriquecida. Parabéns, Lopes de Oliveira.

ÍNDICE

GEOGRAFIA

	págs.
Freguesias do Concelho	21 a 66
A Montanha — Parque Nacional Peneda — Gerês	67
Panorâmica Geresiana	82
A Flora, a Fauna e as Montarias	88
A Água — as Barragens da Caniçada e de Vilarinho	104
Bibliografia Geresiana	131

FACTOR HUMANO

Censo populacional, Autoridades locais e outras actividades	154
Foral Manuelino	163
Cristianismo de um Povo	166
Livro de Usos de Rio Caldo	174
Obrigação do Reverendo Abade	180
Código de Posturas Municipais	181
Dia da Medição de Marcos	183
São Bento da Porta Aberta	188
Feiras e Festividades Religiosas	195
O Castelo e a Portela do Homem	196
A Abertura da Fronteira	203 a 212
Serviços Florestais	215
Casas do Povo	217
Junta do Turismo do Gerês	222
Centro de Saúde	223
O Ensino	224
Grémio da Lavoura e Caixa de Crédito Agrícola ...	227
Imprensa	228
Indústria	230

COSTUMES E TRADIÇÕES

Manuscrito de Vilar da Veiga	233
Justiça Nova e Justiça Velha	238
Regras de Vida em Vilarinho	240

Museu Etnográfico de Vilarinho	242
A Casa, o Alimento e o Trajo	247
Desporto, Canto, Música, Teatro e Dança	251
Culto pelos mortos	260
A Lenda	261
Penedo da Freira	263
Flor de Laranjeira	264
Santa Eufêmia	265
Paço da Moura	267
O Lobisomem	267
As Bruxas	268
Uma História de Mouras	268
Crendices Populares	269
Valores Terrasboureenses	270

INDÍCE DE GRAVURAS

Armas, Bandeira e Selo de Terras de Bouro ...	15
Mapa do Concelho de Terras de Bouro	16
Três aspectos da Caniçada	18 e 19
Ponte de Vilarinho	24
Centro de Covas artéria principal vendo-se os Paços do Concelho	27
Festa da Fronteira (fotos de J. N.)	32 e 33
Aspecto Urbanístico de Covas	37
Panorâmica de Covas	41
Vilar da Veiga	47
Matriz de Choreense	52
Marco Miliário de Campos (cruzeiro)	55
Casa do Povo de Rio Caldo	60
Capela N.ª Sr.ª do Livramento	62
Pastora	68
Porqueiros da Calcedónia	71
Albufeira da Caniçada	73
Calcedónia vestígios da romanização	82
Fraga da Peneda	83
Outro ângulo da serra do Gerês	84
A Pedra Bela	85
Ponte Feia	86
Junceda	87
Parque Tude de Sousa	89
Lobos	95
Cabra do Gerês (último exemplar)	96
Túnel de águas turbinadas (Caniçada)	104
Aproveitamento hidroeléctrico	106
Outro pormenor da Barragem	107
Sala de máquinas	108
Bairro do Pessoal	112
Central de Vilarinho	114
Barragem de Vilarinho (sem água)	117 a 118
Banco do Ramalho	120
Aspecto do Gerês	129
Um aspecto panorâmico da Caniçada	139
Marcos miliários	171
Mapa de Lovios	178
Templo de S. Bento da Porta Aberta	189
Desenhos de Mestre Luis de Campos	214

Estrada de Leonte	216
Edifício do Ciclo Preparatório	225
Abrigo Pé do Cabril	235
Porta de Espigueiro	237
Espigueiro, em Paredes	239
Coroça	248
Grupo Folclórico de Covide	249 e 250
» Futebol do Gerês	252
» » de Covas	255
Banda Musical de Carvalheira	258

217	...
218	...
219	...
220	...
221	...
222	...
223	...
224	...
225	...
226	...
227	...
228	...
229	...
230	...
231	...
232	...
233	...
234	...
235	...
236	...
237	...
238	...
239	...
240	...
241	...
242	...
243	...
244	...
245	...
246	...
247	...
248	...
249	...
250	...
251	...
252	...
253	...
254	...
255	...
256	...
257	...
258	...
259	...
260	...
261	...
262	...
263	...
264	...
265	...
266	...
267	...
268	...
269	...
270	...
271	...
272	...
273	...
274	...
275	...
276	...
277	...
278	...
279	...
280	...
281	...
282	...
283	...
284	...
285	...
286	...
287	...
288	...
289	...
290	...
291	...
292	...
293	...
294	...
295	...
296	...
297	...
298	...
299	...
300	...

Composto e impresso na
TIPOGRAFIA SILVA PEREIRA
 Rua D. Pedro V, 144 - 700 Braga

301	...
302	...
303	...
304	...
305	...
306	...
307	...
308	...
309	...
310	...

Pela pena do jornalista Fernandez del Riego, do diário «Faro de Vigo», 7-X-1979, referindo-se à Monografia de Valença do Minho, escreve o seguinte passo: «Revela o livro un teimoso labor de pesquisa, un intelixente esforzo de reconfiguración da xeografía portuguesa — física e humana — que beirea o Miño. Nas suas paxinas deseñanse con puntualidade as diversas freguesias que a integran. E falase depois, das orixes de Valença, do apoio dunha valiosa información documental».

Outro género de trabalho, de investigação jornalística, sob o título «Imprensa Bracarense», o «Diário Popular», referia-se a ele, em 19-VIII-1971, escrevendo «Um estudo sério e muito interessante sobre os prelos de Braga», e em carta, enviada ao autor, o Prof. Dr. José Júlio Gonçalves, em 20-X-1972, professor da cadeira de «Sociologia da Informação», diria: «Por mim preparo-me para o indicar aos jovens da minha cadeira como modelo a seguir. Assim o homenagearei — como é justo e bom — a meu modo e com os meios ao seu alcance».

Por último, o jornalista Manuel Ramos, actual director de o «Jornal de Notícias», quando era chefe da Redacção daquele mesmo matutino, escreveu um extenso artigo respeitante à publicação da sua monografia de «Terras de Coura», encimava-o, em «caixa alta», a 3 colunas, com o título «Terras de Coura — Uma Valiosa Monografia» (18-VIII-1976).

